

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

V30 | N.11 | Novembro 2012



Catálogo na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

Estudos universitários, revista de cultura / [Pró-Reitoria de Extensão da UFPE].
- Vol. 1, n. 1, (1962)- . - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 1962-
v.

Trimestral, jul/set. 1962-out./dez. 1974; semestral, jan./jun 1975-jul./dez.
1985; irregular, 1997-2003; semestral, 2009-
Edições de jul. 1962 - ago. 1964 tem o título: Estudos universitários,
revista da Universidade do Recife.
Inclui bibliografia.
ISSN 0425-4082 (broch.).

1. Ensino superior - Periódicos. 2. Gênero; 3. Ruralidades; 4. Gerações.
I. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Extensão.

378

CDD (22. ed.)

UFPE (BC2011-184)

Design Gráfico

Bureau de Design da PROEXT/UFPE

PAULA K. SANTOS / SOLANGE COUTINHO

Capa: Paula K. Santos

Imagens da capa: Candido Portinari/Reprodução

Coordenação Geral

WELLINGTON PINHEIRO DOS SANTOS

Impressa nas oficinas gráficas da Editora Universitária

- Universidade Federal de Pernambuco -

Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20 Cidade Universitária Recife em agosto de 2012,
sendo Diretora da Editora Universitária Maria José de Matos Luna

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

EDITORIAL 05

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ 09

ESTUDOS 13

ELLEN F. WOORTMANN
DE LA TRANSMISIÓN LEGÍTIMA
A LA HERENCIA LEGAL:
TIERRA, TRABAJO Y GÉNERO
EN UN CONTEXTO SOCIAL
TEUTO-BRASILEÑO EN EL SUR
DE BRASIL (1824-1980). 15

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE,
HENRIQUE CARMONA DUVAL
MULHERES ASSENTADAS NA
REGIÃO CENTRAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO: PAPÉIS
EM TRANSFORMAÇÃO 35

GEMA GALGANI SILVEIRA LEITE ESMERALDO
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA
DA MULHER SEM TERRA:
"DITOS" E "NÃO DITOS"
NO JORNAL SEM TERRA 61

ALLENE LAGE
A CONSTRUÇÃO DA
SUBALTERNIDADE DA
MULHER DO CAMPO: SABERES
POLÍTICOS DE UMA LUTA POR
EMANCIPAÇÃO 79

ROSÂNGELA PEREIRA SALDANHA
POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO DO
TRABALHO E FAMÍLIA:
UM HORIZONTE POSSÍVEL? 97

DELMA PESSANHA NEVES
CIDADANIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA AS
MULHERES RURAIS 119

ANA PAULA PORTELLA, CARMEN SILVA
PERCURSOS POLÍTICOS E
METODOLÓGICOS DE UMA
PESQUISA-AÇÃO 143

ALEXSANDRA BEZERRA DA SILVA, JULIENE
TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, VANESSA NATÁLIA
DOS SANTOS, TATIANNE AMANDA BEZERRA
ENCHENTES NA MATA
SUL DE PERNAMBUCO: AS
CONSEQUÊNCIAS PARA AS

MULHERES E A ATUAÇÃO
DA ARTICULAÇÃO
DE MULHERES DA MATA SUL 165

MEMÓRIAS 183

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38
DE 13 DE MARÇO DE 2007 185

A COMISSÃO DO SINDICALISMO
DO 4º CONGRESSO NACIONAL
DOS TRABALHADORES RURAIS 197

POLÍTICAS DA SECRETARIA
DA MULHER – FRENTE
PARA AS MULHERES RURAIS
DE PERNAMBUCO 199

RESENHAS 215

GÊNERO NO MEIO RURAL:
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 217

ENTRE O SÍTIO E A RUA: A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DO(A) JOVEM RURAL 221

GÊNERO E GERAÇÃO
EM CONTEXTOS RURAIS 225

ENTREVISTA 229

CARMEN DIANA DEERE 231

PARA CONHECER MAIS 241

REVISTA DAS REVISTAS 247

NOTÍCIAS 253

NORMAS EDITORIAIS 257

EDITORIAL

5

Estudos Universitários

Mulheres, gênero e estudos rurais compõem o tema do dossiê deste número da *Revista Estudos Universitários*. Um número que muito nos alegra publicar pela importância do tema, pela variedade em suas abordagens, por sua abrangência latino-americana, pela qualidade dos textos produzidos. Desde já nossos agradecimentos, em nome da *Revista Estudos Universitários* a Rosineide Meira Cordeiro, Parry Scott e Fernanda Sardelich Nascimento Gomes, que, com tanto empenho e competência, assumiram a organização deste dossiê.

Este número exigiu articulação entre pesquisadores de muitas redes e instituições diferentes. A partir dos contatos dos pesquisadores do grupo de estudos Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), pesquisadores da Rede de Estudos Rurais, integrantes da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural, colaboradores do Ministério de Desenvolvimento Agrária e da Secretaria Especial para as Mulheres, da Secretaria das Mulheres do Estado de Pernambuco, e de diversos grupos de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco bem como de outras universidades nacionais e internacionais foram convidados para participar com artigo, ou para serem representados neste número. A base principal, mas longe de única, para este conjunto foi

o I Simpósio Feminismo Agroecologia e Ação Política (organizado pelo FAGES e patrocinado pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE – do MDA). A Revista se sente orgulhosa de divulgar este dossiê de trabalhos articulados.

Embora o conteúdo da Revista esteja descrito de forma mais ampla na apresentação que vem adiante, quero assinalar as grandes linhas em que o material foi dividido, além das rubricas que compõem o conjunto da Revista: *Pluralidade de vida e trabalho das mulheres rurais*, *As lutas por igualdade*, *Políticas públicas*, *Juventude rural*, *Pesquisa e ação com mulheres rurais*. Cada um destes itens contém diversos artigos. Já dá para ver, pela riqueza dos temas abordados. Mas, além disso, eles se referem a uma ampla espacialidade com estudos sobre várias regiões do Brasil, mas também sobre a América Latina, realizando o que foi o marco inicial da *Revista Estudos Universitários*, quando de sua criação, em 1962. Quando a *Revista* completa cinquenta (50) anos de vida, ficamos alegres em poder constatar este fato. Além dos temas tratados nos itens acima registrados, leitoras e leitores encontrarão as seções permanentes da *Revista*: *Memória*, *Resenhas*, *Entrevista*, *Para conhecer mais*, *Revista das revistas* e *Notícias*.

Três importantes documentos compõem o item *Memória*: “*Para aumentar a participação das mulheres no movimento sindical rural*”, proposta apresentada no 4º Congresso Nacional da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em 1985; *Uma Instrução Normativa do INCRA, Portaria nº 981/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta para o casal na distribuição de terras*; *As políticas da Secretaria da Mulher no Estado de Pernambuco para as mulheres rurais*.

Resenha traz três importantes trabalhos: *Gênero no meio rural: levantamento bibliográfico*; *Entre o sítio e a rua* e *Gênero e geração em contextos rurais*.

Entrevista traz o depoimento de Carmen Diana Deere, Ex-Diretora do Center Latin-American Studies, da Universidade da Flórida e professora na mesma universidade das disciplinas Alimentação e Recursos Econômicos e Estudos Latino-americanos. Um depoimento importante de uma das mais expressivas pesquisadoras da propriedade da terra na América Latina e do lugar das mulheres no acesso àquela, tendo realizado pesquisas no Brasil e publicado vários trabalhos em português, entre os quais

destacamos: *O empoderamento das mulheres: terra e direito de propriedade na América Latina* (2002) e *Diferenças na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais*, artigo publicado na *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2002.

Para conhecer mais divulga onze títulos, incluindo títulos em português, inglês e espanhol.

Revista das revistas traz o registro de seis (6) importantes revistas dedicadas aos estudos de gênero, mantendo assim nossa disposição de sermos um divulgador de outras revistas, como passamos a fazer desde o número 28 de *Estudos Universitários*.

Notícias, por fim, registra diversos encontros e eventos realizados ou a serem realizados, tanto no Brasil, como no exterior.

Antes de deixar que as leitoras e leitores possam percorrer as páginas deste número, não podemos deixar de enfatizar o significado deste número de *Estudos Universitários*. Os estudos feministas ou de gênero já conquistaram um lugar no mundo acadêmico e políticas públicas voltadas para a garantia de direitos para as mulheres são uma realidade em muitas partes do mundo. Além disto, existe uma percepção cada vez mais clara de que a luta pelos direitos das mulheres não pode ignorar a extrema diversidade da condição feminina, tanto em termos de situação social, de trabalhos que executam, de formação escolar e profissional, de idade, de etnia, de sexualidade. Como toda identidade, a identidade de gênero é múltipla e não pode ser reduzida a uma identidade. Neste número de *Estudos Universitários*, os estudos foram dedicados às mulheres do mundo rural que partilham de uma situação própria, bem diferente das do mundo urbano, e que têm cada vez mais conquistado a palavra e outro lugar na afirmação de sua existência e na luta por seus direitos. Por isto, reafirmamos nossa alegria em poder acolher os estudos deste nosso dossiê. Que eles possam contribuir para novos estudos e novas conquistas.

Finalmente, vale dizer que, neste ano de 2012, a *Revista Estudos Universitários* está completando cinquenta (50) anos de existência. Está, pois, viva e consciente de seus desafios. Para comemorar o seu aniversário, está sendo programado um número especial a ser lançado no próximo semestre, além da publicação do livro de Dimas Veras sobre a primeira fase da *Revista* e um ato solene com a presença do professor

Luiz Costa Lima, que foi o seu primeiro secretário, na fase que foi encerrada com o golpe civil-militar de 1964, quando deixou de circular por dois anos e quando todos os seus colaboradores tiveram que responder a um inquérito por acusação de atividades subversivas, sendo cassados de suas atividades acadêmicas e tendo suas vidas completamente transformadas. Tudo isto estará sendo contado em detalhe no número comemorativo já em elaboração.

Ainda para este ano teremos mais dois números, um sobre desafios do urbano e outro sobre os grandes investimentos econômicos que estão programados ou sendo implantados em Pernambuco.

Um grande agradecimento a todos os que participaram da organização deste número, aos autores e autoras dos artigos, as organizadoras e ao organizador deste número, Rosineide Meira Cordeiro, Parry Scott e Fernanda Sardelich Nascimento Gomes, ao pessoal do Birô de Design, da UFPE, ao apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE e à Editora Universitária da mesma universidade.

E não é possível deixar de mencionar a dedicação exemplar de Djanyse Barros Mendonça Villarroel e de Thallita Gondim Costa dos Santos.

Boa leitura e vamos continuar.
Denis Antônio de Mendonça Bernardes*

*NOTA DA COMISSÃO EDITORIAL A elaboração deste volume da Revista Estudos Universitários se fez sob a cuidadosa direção do editor acadêmico em exercício até agosto de 2012: professor Denis Bernardes.

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Nos últimos anos, o FAGES (Família, Gênero e Sexualidade – UFPE) tem investido na organização de coletâneas sobre mulheres, gênero e estudos rurais com o objetivo de fomentar a reflexão teórica e os laços entre pesquisadores(as) de diferentes regiões do Brasil. Procuramos preservar nessas produções a pluralidade de temas, posições teóricas e metodológicas, de modo a suscitar conversas, encontros e ações conjuntas entre as diferentes gerações de pesquisadores(as) que participam desses trabalhos.

Ao aceitarmos o convite do Comitê Editorial da *Revista Estudos Universitários* para a organização de um número sobre gênero, decidimos convidar diversos autores de locais e instituições diferentes, dando destaque a palestrantes do I Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia para fazer parte dessa coletânea

Os artigos complexificam o olhar sobre o rural e sobre as desigualdades de gênero a partir de diferentes lugares: assentamentos, sítios, desastres naturais, movimentos de mulheres rurais, migração, movimentos mistos, família e políticas públicas. Os trabalhos destacam, conforme Elizabeth Souza Lobo (1991, p. 81), “de um lado, a historicidade das

relações de gênero na sociedade e as modificações por que passam, ao mesmo tempo em que tecem os fios das relações de poder". Em quase todos os artigos é possível perceber que as autoras dialogam com as ideias feministas, seja visibilizando a vida, a experiência e o trabalho das mulheres, seja tecendo críticas às hierarquias de gênero, seja mostrando as tensões e os avanços dos movimentos de mulheres rurais.

Os trabalhos estão organizados em quatro eixos temáticos que foram aglutinados em função da afinidade dos temas abordados sobre as mulheres rurais: *pluralidade de vida, propriedade e trabalho; as lutas pela igualdade de gênero; cidadania e políticas públicas; e, por último, pesquisa e ação com mulheres rurais.*

O primeiro eixo, *Pluralidade de vida, propriedade e trabalho*, traz dois artigos, que, em seu conjunto, assinalam a diversidade de modos de vida, de acesso e propriedade de terra, de condições de trabalho e de posições identitárias assumidas pelas mulheres. Ellen F. Woortmann mostra os padrões de transmissão da terra entre os colonos alemães do Sul do Brasil no período de 1824-1980. A autora discute as mudanças que são produzidas nas ordens sociais tradicionais quando as comunidades camponesas são expostas aos valores modernos e são integradas ao marco legal do Estado-Nação. Ao tratar da vida e do trabalho das mulheres sitiantes, o artigo de Maria Aparecida de Moraes Silva, Beatriz Medeiros de Melo e Lara Abrão de Moraes enfoca as mulheres sitiantes de dois municípios do estado de São Paulo – Santo Antônio da Alegria e Jales.

As autoras destacam o trabalho feminino nos sítios e a importância das mulheres para a construção histórica de laços identitários no mundo paulista e para a preservação do patrimônio material e imaterial.

No segundo eixo sobre *As lutas pela igualdade de gênero*, Henrique Carmona Duval e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante focam a relação entre produção e reprodução, analisando os impactos de associações de mulheres em assentamentos no cotidiano e nas políticas públicas na região Central do estado de São Paulo. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo examina as matérias do Jornal Sem Terra, evidenciando em sua análise as lutas, as tensões e as diferentes estratégias das mulheres no interior do Movimento Sem Terra para a construção de identidades políticas e profissionais. O trabalho de Allene Lage apresenta um apanhado internacional de como as mulheres rurais foram subordinadas historicamente de formas variadas em projetos de desenvolvimento.

O terceiro eixo reúne dois artigos sobre mulheres rurais, *cidadania e políticas públicas*. As autoras problematizam o alcance e os limites das políticas públicas para as mulheres. Rosângela Pereira Saldanha discute conceito, modelos e limites das políticas de conciliação europeia entre a vida familiar e pessoal e a vida no trabalho. Mostra como este debate na Europa provoca questionamentos sobre o tratamento de grupos excluídos, que se tornam ainda mais evidentes quando se examina a América Latina. Delma Pessanha Neves discorre sobre os sentidos da relação entre cidadania e política pública, tomando como referência a agricultura ecológica e a inserção das mulheres nos sistemas agroecológicos.

O último eixo, *Pesquisa e ação com mulheres rurais*, lança um olhar sobre as experiências de pesquisadoras com movimentos de mulheres rurais em dois níveis geográficos diferentes: a região Nordeste do Brasil e a Zona da Mata Sul em Pernambuco. Ana Paula Portella e Carmen Silva tomam a pesquisa-ação como foco de análise a partir da pesquisa Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar, realizada pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, entre 1999 e 2004. No artigo de Alexsandra Bezerra da Silva, Juliene Tenório de Albuquerque, Vanessa Natália dos Santos e Tatianne Amanda Bezerra os temas analisados ressaltam as consequências das enchentes para a vida das mulheres e para a atuação da Articulação de Mulheres da Mata Sul.

Na seção *Memória* incluímos três documentos. O primeiro é uma proposta intitulada "Para aumentar a participação das mulheres no movimento sindical rural", que foi apresentada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em 1985, por ocasião do 4º Congresso Nacional da Confederação dos Trabalhadores Agricultura – CONTAG. Até então só os homens eram sócios dos sindicatos de trabalhadores rurais, as mulheres apareciam como dependentes dos maridos. A proposta foi aprovada e serviu de instrumento para as mulheres se associarem aos sindicatos. Como, hierarquicamente, a CONTAG está no topo da estrutura sindical, as mulheres se sentiram legitimadas para pressionar os sindicatos e a própria federação para incluir as mulheres, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações.

O segundo documento é uma Instrução Normativa do INCRA que altera os procedimentos e instrumentos de inscrição e cadastro dos(as) candidatos(as) aos projetos de reforma agrária, de modo a garantir a inclusão das agricultoras. As mulheres rurais conquistaram na Consti-

tução de 1988 o direito ao título da terra independentemente do estado civil. Entretanto, esta conquista não foi suficiente para alterar as relações de propriedade da terra na área rural. Além disso, nos cadastros de reforma agrária e fichas do INCRA só havia lugar para incluir o nome dos homens; mulheres e filhos(as) apareciam sempre como dependentes. Fruto da pressão do movimento de mulheres, foi instituída a Portaria nº 981/2003 do INCRA, que estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta para o casal.

O terceiro documento apresenta as políticas da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco para as mulheres rurais. O texto apresenta um diagnóstico sobre as mulheres rurais em Pernambuco e elenca os principais programas desenvolvidos.

Para a seção *entrevista*, conversamos com Carmen Diana Deere, professora da Universidade da Flórida, economista e uma das principais estudiosas sobre o acesso das mulheres à terra na América Latina.

Por fim, queremos expressar nossos agradecimentos a Denis Bernardes, editor da *Estudos Universitários*, pelo convite para a organização deste dossiê. Também queremos agradecer às autoras e aos autores que aceitaram participar, mesmo sabendo que teriam pouco tempo para a entrega dos textos. Finalmente, agradecemos a Djanyse Mendonça pela atenção e gentileza em mostrar os caminhos da *Estudos Universitários*.

Recife, maio de 2012.

Rosineide Meira Cordeiro

Parry Scott

Fernanda Sardelich Nascimento Gomes

1 SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Recife: Editora da UFPE, 2006; CORDEIRO, Rosineide e SCOTT, Parry. Dossiê Mulheres em Áreas Rurais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. In: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.15, n.2, 2007; SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs.). Gênero e Geração em Contextos Rurais. Editora das Mulheres, 2010.

2 O I Simpósio Feminismo, Agroecologia e Ação Política ocorreu no período de 12 a 14/11/2010 em Recife. Promovido pelo FAGES, contou com o apoio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

3 SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DE LA TRANSMISIÓN LEGÍTIMA A LA HERENCIA LEGAL: TIERRA, TRABAJO Y GÉNERO EN UN CONTEXTO SOCIAL TEUTO-BRASILEÑO EN EL SUR DE BRASIL (1824-1980)¹

Ellen F. Woortmann²

15

Estudos Universitários

RESUMO

Da Transmissão Legítima à Herança Legal. Terra, Trabalho e Gênero num Contexto Social (No sul do Brasil, 1824-1980).

Analisa-se modos de transmissão da terra entre colonos alemães do sul do Brasil e seus descendentes, bem como os usos matrimoniais ligados a eles. Estas práticas adquiriram características particulares devido à disponibilidade quase ilimitada de terras nos começos. Com a passagem do tempo, a crescente escassez de novas terras, o desenvolvimento da economia brasileira e o paulatino abandono do isolamento geraram modificações nas pautas de transmissão, bem como de movimentos de invasão de terras destinados a manter a ordem tradicional.

Palavras-chave: herança, trabalho, terra, gênero, Sul do Brasil.

¹ Publicado en primera versión en Estudios Migratorios Latinoamericanos, año 14, n°42, 1999, Buenos Aires.

² Professora da UNB, doutora em Antropologia (UnB). Publicou vários artigos e ministra cursos no Brasil e exterior. Dentre os livros publicados, destacam-se "Herdeiros, Parentes e Compadres" (Brasília, Hucitec/EdUnB, 1995), "O Trabalho da Terra", em coautoria com Klaas Woortmam (EdUnB, 1997) e o "Significado da Terra" (Org.) (EdUnB, 2004). Dedicou-se a pesquisa sobre sociedades tradicionais, parentesco, imigração, memória e padrões alimentares.

RESUMEN

De la Transmisión Legítima a la Herencia Legal. Tierra, Trabajo y Género en un Contexto Social (En el Sur de Brasil, 1824-1980).

Se analizan los modos de transmisión de la tierra entre los colonos alemanes del sur de Brasil y sus descendientes, así como los usos matrimoniales ligados a ellos. Estas prácticas adquirieron características particulares debido a la disponibilidad casi ilimitada de tierras en los comienzos. Con el transcurso del tiempo, la creciente escasez de nuevas tierras, el desarrollo de la economía brasileña y el paulatino abandono del aislamiento generaron modificaciones en las pautas de transmisión, así como de movimientos de invasión de tierras destinados a mantener el orden tradicional.

Palabras claves: herencia, trabajo, tierra, género, Sur de Brasil.

Este artículo trata el tema general de los cambios que producen en los órdenes sociales tradicionales los procesos más amplios que afectan a las comunidades locales, expuestas de manera más creciente a los valores modernos, e integradas cada vez más en el marco legal de estado-nación. Me concentraré en los patrones de herencia de la tierra, una dimensión fundamental de la reproducción campesina, en un contexto histórico particular: las comunidades campesinas teuto-brasileñas establecidas en el estado de Rio Grande do Sul desde 1824.

Desde el siglo XVI, el modelo dominante de tenencia de la tierra en Brasil fue la gran propiedad, ya se tratara de un plantación basada en trabajo esclavo o la hacienda ganadera. Durante el período colonial, se intentaron algunos experimentos de explotación familiar con inmigrantes suizos y de las Azores, pero al independizarse Brasil de Portugal en 1822 se instaló una nueva preocupación en cuanto a las virtudes de las explotaciones familiares.

Bajo el auspicio personal de Leopoldina de Habsburgo-Lorena, esposa de Pedro I, primer emperador del Brasil se instalaron alemanes inmigrantes en áreas vacantes al sur de Brasil siguiendo un modelo desarrollado por el imperio austro-húngaro e inspirados en iniciativas anteriores de Catalina II en Ucrania. Se esperaba que estos inmigrantes produjeran alimentos y ocuparan tierras de la frontera tal y como se había esperado de los que fueron enviados a Europa oriental.

Desde el punto de vista del Estado y de su código legal, la tierra recibida por esos campesinos inmigrantes tenía estatus de propiedad privada individual. Nótese que solo en 1850 la llamada *Lei de Terras* instituyó

la propiedad comercial privada de la tierra en todo Brasil. Desde un cierto punto de vista, pues, estas propiedades campesinas representaban una innovación. Para los campesinos sin embargo, estas tierras representaban la posibilidad de actualizar valores tradicionales: en un <<orden moral>> campesino (WOORTMANN, K. 1988), la tierra era percibida como patrimonio, como *tradição*, que se transmitía de padres a hijos, más que como una propiedad privada mercantil.

La formación campesina que considero en este artículo corresponde a las llamadas <<colonias velhas>> de Rio Grande do Sul, establecidas en el valle del Rio dos Sinos. Estas colonias fueron pobladas por campesinos que inmigraron de diversas regiones de Alemania (y también de otros países europeos), pero predominantemente de Hunsrück, el mismo lugar de origen de aquellos inmigrantes de Minnesota cuyas estrategias referidas a la tierra y a la familia estudió Conzen (1985).

Varios autores han estudiado la herencia y la estructura familiar campesinas. Arensberg (1959) analizó los campesinos irlandeses; Conzen (1985) estudió los campesinos alemanes en los Estados Unidos; Berkner (1979) analiza los modelos de herencia de los campesinos alemanes para demostrar que hay una relación de herencia indivisible y unidades familiares troncales, herencia divisible y explotaciones familiares nucleares. Arensberg y Kimball (1968) encontraron la misma correlación. Bourdieu (1972; 1980) analiza la herencia en el contexto del matrimonio y el celibato.

En Brasil hay algunos estudios sobre herencia campesina: Moura (1978) estudió la relación entre matrimonio endogámico, derecho de gentes y herencia en el Sur de Brasil; Balhana e Westfalen (sin fecha) discuten la relación entre procesos demográficos y herencia en el Sur de Brasil; Seyferth (1985) compara dos modelos opuestos de herencia en el mismo distrito, derivados del contraste entre las regiones alemanas de origen; Rodrigues (1991) subraya la relación entre herencia y celibato entre campesinos italo-brasileños del este de Brasil; Soares (1987) analiza la descendencia y la herencia *vis-à-vis* de los recursos estratégicos de tierra y agua en el Nordeste semiárido.

Ningunos de estos estudios, sin embargo, considera el rol de las relaciones de parentesco y las prácticas fuera del grupo doméstico. Uno de los puntos que trataré de establecer es mostrar que la transmisión de tierra puede comprenderse mejor cuando se relaciona con parentesco y matrimonio, es decir, con la estructural parental más amplia. También

mostraré que puedes desarrollarse modelos de herencia similares a partir de contextos opuestos de tenencia de la tierra.

A diferencia de otras áreas de inmigración alemana en América Latina, las <<colonias viejas>> o <<colonias madre>> del valle del Río dos Sinos, en el estado de Río Grande do Sul, fueron colonizadas por inmigrantes que provenían de áreas de transmisión igualitaria y no igualitaria de la herencia. Muchos inmigrantes eran segundos y terceros hijos <<expulsados estructuralmente>> por la primogenitura, y no podían establecerse en sus tierras natales.

Pero como ya mencioné, la mayoría de los inmigrantes venían de Hunsrück, un área de distribución igualitaria de herencia.

Para los campesinos teuto-brasileños ha sido deber del padre proveer in vita a sus hijos, varones y mujeres, los medios de vida considerados básicos para <<iniciar sus vidas>>. Es una cuestión de honor (en el sentido que le da Bourdieu, 1980), frente a sus parientes y a la comunidad. Estos medios son considerados un recurso potencial que la nueva pareja debe desarrollar para conquistar su propia condición social. Los padres deben otorgar a su descendencia <<'n Stück Land un' ein Dach auf d'n Kopp>> (un pedazo de tierra y un techo sobre la cabeza, en dialecto germano-brasileño). De tal modo que la herencia se dividía en dos partes: la Teil (parte) transmitida en el momento del matrimonio y el Rest (resto), o la parte menor, herencia *propter mortis causa*, que se dividía por igual entre hermanos, en muchos casos el Rest solo tenía valor simbólico.

La partición de la propiedad paterna tenía lugar, pues, en dos ocasiones, dos <<momentos estructurales>>, del ciclo del desarrollo de la familia, que corresponden a dos ritos de pasaje fundamentales: el matrimonio y el funeral. Era durante los arreglos de alianzas y las celebraciones del compromiso que se discutía la Teil, la parte el hijo varón como adelanto de la herencia, y los ritos funerales eran considerados (y lo son aun) apropiados para la discusión de la partición final. El hecho de que estas cuestiones <<materiales>> se discutieran en momentos de alegría o de tristeza no debería sorprendernos, pues estas <<materialidades>> tienen un significado simbólico fundamental para la constitución de una familia y la continuidad de una *Stammhaus* (literalmente, casa troncal). Por otra parte, la transmisión de tierras debería ser aprobada por la comunidad y tales ocasiones reunían, y todavía lo hacen, a la mayoría de los parientes y vecinos.

Un primer cambio radical enfrentado por los campesinos en su llegada fue la enorme disponibilidad de tierras en comparación con Europa. Durante muchas décadas muchos padres pudieron comprar tierras para sus hijos en colonias nuevas a precios relativamente bajos. Mientras los hijos mayores iban a las colonias nuevas, el menor se quedaba en la explotación paterna que rápidamente se convertía en *Stammhaus* similar a la *maison* campesina estudiada por Bourdieu (1980) o la casa troncal irlandesa (ARENSBERG, 1959). En las nuevas colonias, las <<colonias hijas>>, cada hijo fundaba una nueva casa, una <<casas hija>>, que mis informantes de más edad describieron como hija de la <<casa madre>> de la vieja colonia.

En consecuencia lo que sucedió en Brasil, era muy deferente de lo que ocurrió en Estados Unidos. Conzen (1985) muestra que los inmigrantes de Hunsrück en los Estados Unidos mantenían la igualdad hereditaria renana como cuestión de principio; sin embargo podía aplicarse la primogenitura en situaciones de excesiva fragmentación de la propiedad. En Río Grande do Sul fueron las condiciones opuestas -baja presión demográfica sobre la tierra cultivable debido a la vastedad de la frontera cercana- las que favorecieron el desarrollo de la primogenitura y de la *Stammhaus* en las viejas colonias.

Como diría Flandrin (1984), favorecieron el desarrollo de un <<*esprit de maison*>>. Por otra parte, pero con estrecha relación con el modelo de herencia, si la tierra cedida a los inmigrantes o comprada por ellos era cedida era definida por el gobierno brasileño como propiedad privada que podía ser comprada y vendida en el mercado de tierras, fue redefinida por esos campesino como el patrimonio de una familia troncal que debía ser transmitido de padre a hijo. Es decir una política <<modernizante>> del gobierno brasileño fue redefinida según los valores campesinos tradicionales.

La primogenitura implicaba, al menos de una manera ideal, un orden de matrimonio entre los hijos, es decir que los hijos mayores debían casarse antes que los más jóvenes y dejar el hogar paterno. El hijo más joven debía ser el último en casarse, pues en la familia troncal (como también sucedía entre los campesinos italo-brasileños a causa del minorato) solo podía quedarse un hijo casado. El orden en que se casaban las hijas no importaba demasiado, porque las hijas no heredaban la tierra.

Debido al modelo de casamiento preferencial entre primos, pronto se hicieron alianzas entre las casas <<madres>> e <<hijas>>. Desde el punto de vista de la *Haus* -la unidad básica de parentesco- así como desde el de

la aldea, estos matrimonios eran exogámicos; desde otro punto de vista, sin embargo, eran endogámicos, pues ambas casas pertenecían al mismo <<árbol>> y compartían por lo tanto la misma sangre, y el matrimonio de personas de la misma sangre (pero de distintas casas) era muy favorecido.

La *Teil* de los hijos mayores era, pues, una nueva casa en una nueva colonia, y no una parte de la hacienda paterna, y el hijo que recibía tierra en una nueva colonia no tenía derechos legítimos sobre la tierra de la hacienda paterna.

Hubo, entonces, un primer momento en el que la disponibilidad de la tierra favoreció el desarrollo de un cierto <<*esprit de maison*>>. Después de un tiempo, sin embargo, los lazos entre nuevas y viejas colonias se debilitaron, pues las Casas Hijas devenían a su vez de Casas Madres de su propia <<*progenie*>> en colonia nuevas más alejadas; las tierras nuevas fueron cada vez menos accesibles para los hijos de las colonias más viejas. Este proceso generó cambios en la transmisión de la tierra.

Como se mencionó antes, parte de la herencia –la *Teil*, la porción de cada uno– se transfiere al celebrarse el matrimonio; esta parte se computa en la partición final que tiene ligar después de la muerte de los padres. Recordemos que la casa pertenece a la *Haus* más que a un individuo. Esto significa que la *Teil* debe ser calculada cuidadosamente, porque <<lo que doy a uno debo dar a los otros>>. En cierto sentido la primogenitura podía existir con valores igualitarios, porque la tierra en las nuevas colonias se consideraba equivalente a una participación en la casa paterna. Sin embargo, aunque había un piso básico común para toda la *progenie*, gradualmente se convirtió en un nivel de base sobre el cual construir diferenciaciones.

Diferente tanto del modelo francés como del alemán de primogenitura (BERKNER, 1979; BOURDIEU 1972; 1980), donde el heredero debe proveer de dotas a sus hermanas, en el modelo germano-brasileño deberían hacerlo los padres. Las hijas no heredaban ni recibían tierras en nuevas áreas; su *Teil* se calculaba en dinero o ganado como lote que se incorporaba a la hacienda del marido, su *Haus* pues el matrimonio es una alianza entre dos casas que permite el surgimiento de una nueva. La dota de la hija, quedaba pues, sujeta al control del marido, especialmente en casos de matrimonio no isogámico: el padre de la novia donaba al novio parte de los medios necesarios para comprar tierra en áreas de frontera, como parte de un trato entre hombres.

La partición de tierras estaba y bajo cierto modo sigue estando hasta cierto punto basada en valores tradicionales. A diferencia del Brasil urbano, donde el derecho a la herencia se define como un hecho natural, como *jus nascitur*, entre los campesinos germano-brasileños la *Teil* y el *Rest* eran contingentes a los deberes de la *progenie* en cuanto al labor. En otras palabras, era un derecho ganado por la *progenie* con su trabajo en la granja como parte de la fuerza de trabajo conjunta de la *Haushalt*. Prevalecía un tipo de *jus laboranti* que correspondía a una versión particular del principio de *pro labore*. Por lo tanto, el cálculo de la *Teil* de cada uno considera la contribución laboral de cada uno de los hijos e hijas.

El derecho a heredar era constituido por una persona y reconocido como legítimo por la familia y la comunidad. Había, pues, una correspondencia entre el derecho de gentes y el trabajo como un valor moral. En oposición al código civil brasileño que impone la herencia hereditaria como un derecho a priori dado a cualquier individuo por nacimiento, para estos campesinos no era un resultado a posteriori del trabajo. <<Con el sudor de tu frente tendrás tu porción y comerás pan>>, según contó un informante especialmente versado en lecturas bíblicas. Como modelo ideal, el sistema de herencia ha sido siempre igualitario. Sin embargo, como ya hemos mencionado la nueva localización en las *Neue Kolonien* (donde las redes eran similares a las observadas por BJERG, entre colonos daneses en Argentina, BJERG; OTERO, 1995), implicaba que la *progenie* migrante renunciara a todo el derecho sobre el patrimonio de su casa de origen. Esta actitud muy apreciada entre los parientes y la comunidad, creaba condiciones para alianzas matrimoniales y reproducción social campesina en la colonia de origen, donde el hijo más joven, destinado a ser el sucesor de *Stammhalter* era responsable por la continuación de la *Stammhaus*. Recibía toda o la mayor parte de la tierra definida como patrimonio ancestral –*das Land von de' Alte* (la tierra de los viejos)– y la casa ancestral que junto con la tierra adyacente constituía el *Hof* un espacio que aun hoy sigue siendo una categoría cultural/semántica cargada de valor simbólico y moral.

En nuestros días, el modelo <<como debía ser>> limita el pago adelantado a una tierra comprada con ese fin por quienes puedan permitírsele, o a una parte de la hacienda paterna. En un sentido más estricto, el patrimonio fue redefinido como lo que se transmite al heredero luego de la muerte de los padres. A veces se transmite cuando los padres son demasiado viejos para atenderlo, pero hay un dicho local que afirma que <<uno no debe desvestirse totalmente antes de echarse>>, es decir, no hay que dar todas las pertenencias antes de morir.

Por lo tanto ha habido dos clases de *progenie*: el hijo varón menor, conocido como el Heredero, y a los otros varones o mujeres. Hasta épocas recientes, el hijo menor era tan <<construido>> como el hijo mayor en Francia (BOURDIEU, 1980) o en Irlanda (ARENSBERG, 1959). Se esperaba que <<trabajara duro>> para incrementar el total de los bienes de la familia y así legitimar su condición de Heredero. Estaba también condicionado a permanecer con sus padres, mientras se alentaba a sus hermanos a migrar a nuevas colonias en Brasil y Argentina (HERWIG, 1984).

Se urgía al Heredero a casarse tarde y de la manera preferida para él: <<exogamia>> de casas combinada de <<endogamia>> de <<árbol>> y aldea. Lo ideal era que se casara con una prima hermana, porque una alianza matrimonial de esta naturaleza, tiende a mantener a la Casa dentro del <<árbol familiar>>. Tomados en conjunto, los matrimonios de las hijas dentro de las nuevas colonias y el del heredero permitían hacer alianzas dentro de la <<colonia madre>> y entre las colonias <<madres>> e <<hijas>>.

Al contrario de lo observado en Alemania (BERKNER, 1979); la sucesión no se formalizaba mediante un contrato escrito; la <<palabra>> del benjamín (su promesa de que cuidaría de la pareja de viejos) delante de los parientes y del sacerdote luterano o católico era y sigue siendo lo suficiente.

Había diferencias, sin embargo, entre lo que heredaban los hijos y las hijas, como parte del proceso de desigualdad de géneros. Se esperaba y se espera que las hijas combinaran el trabajo de los campos con la ayuda a la madre en las tareas del hogar. Como no trabajaban todo el tiempo en el campo sus actividades productivas no eran consideradas tan importantes como el trabajo de sus hermanos varones. Por lo tanto, su parte de la tierra, definida como dote era menor. De la madre, según el modelo que se asemeja al principio *paternis paternis, maternis maternis*, reciben su ajuar, al que puede añadirse algo de dinero y aves, ocasionalmente un cerdo, y entre las familias más prósperas incluso una vaca o un caballo. El ajuar proviene de los ingresos propios de la madre. Por lo menos idealmente, la madre tiene sus propios medios de ingreso, como la venta de huevos, o del leche y sus derivados.

Pero hay una diferencia: lo que las hijas recibían de su madre, podía ser incluso en su porción de la herencia, al contrario de lo que sucedía con sus hermanos varones, que recibían herramientas, ganado o un caballo del padre como regalos no incluidos en el cálculo del *Teil*. A diferencia de sus hermanos, el heredero recibía a la muerte del padre,

objetos específicos altamente valorizados: la armas del padre (símbolo de masculinidad), su reloj y medallas obtenidas en concursos de tiro, por ejemplo. La transmisión de estos objetos, que no son regalos sino emblemas de status, simboliza la transmisión del status de *Stammhalter*. En algunas casas esta tradición se sigue hoy.

Aún hoy las hijas reciben a menudo menos que sus hermanos varones. En algunos casos puede sucederle lo mismo a un hijo, según observé en mi trabajo de campo. A los dieciséis años un hijo de una familia tuvo un accidente que le impidió trabajar durante varios años. Además, la familia debió enfrentar fuertes gastos médicos. Cuando se casó, su periodo de inhabilitación para el trabajo y los gastos ocasionados, fueron redefinidos como deuda con la familia. Todo fue tenido en cuenta en su cálculo del *Teil*. Cuando se efectuó la partición, recibió el equivalente de solo <<media colonia>>, mientras que sus hermanos recibían una <<colonia entera>> cada uno³.

Incluso hoy, hay algunos hijos varones que no reciben tierra, pero no pueden considerarse desheredados, pues todavía están vigentes otras formas de transmisión; entre ellas y relacionadas con la alta incidencia de celibato, la herencia de la tierra de un padrino soltero (por lo común hermano del padre). En otras palabras, el anticipo del momento del casamiento no viene del padre sino del padrino, que desempeña el rol de pater en contraposición con el de *genitor*, una distinción fundamental señalada por Radcliffe-Brown (1965). Antes de su matrimonio el ahijado debe haber trabajado para su padrino (un *Stammhalter* soltero); después de su matrimonio permanece en la casa del padrino y a la muerte de éste hereda la tierra. Como consecuencia recibe menos o nada de su padre biológico.

En estos casos el padrinazgo, considerado generalmente en la literatura antropológica como una compensación por falta de padres, adquiere la forma de una compensación por la ausencia de hijos y herederos que posibiliten perpetuar la *Haus* del padrino, a la vez que <<quitan>> un hijo de la casa paterna. Cuando los padrinos están casados, pero sin hijos, el ahijado se convierte también en su heredero, responsable por la continuidad de su *Stammhaus* (desde el punto de vista del ahijado, la pareja de padrinazgo está constituida habitualmente por un hermano del padre casado con una hermana de la madre). El padrinazgo se modifica de este modo de la forma de distribución de la tierra entre hermanos, a la vez que el matrimonio preferencial entre primos paralelos tiende a reagrupar la tierra del <<árbol familiar>>.

3 Una <<colonia>> es una porción de tierra de 25 hectáreas.

-¿Cómo conseguiste estas tierras?

-Digamos que me ayudó la mano de Dios.

-¿Cómo fue eso?

-Esta parte de aquí (donde está ubicada la casa) me la pasó mi padre cuando nos casamos... Mi vieja obtuvo de sus padres las tablas (para construir la casa)... Aquella parte de allá se la compramos a mi madrina (a muy bajo precio) y ella también me dio aquella tierra baja que ve allá... Aquel otro lado lo heredó la vieja de sus padres.

En este ejemplo, el matrimonio con la hija de la hermana de la madre generó una doble reunión de tierras que incorporó a su patrimonio original la dote de la esposa de su primo y el anticipo de herencia de su madrina (la hermana de su padre).

Desde el comienzo del proceso de colonización alemana, la incorporación de hijos e hijas al clero, luterano o católico, ha sido una práctica común que honra y dignifica a la familia. Ha sido tradicional tanto para los colonos <<fuertes>> como para los <<débiles>> ofrecer algún descendiente a Dios en cada generación. Pero esta piadosa tradición tiene también un sentido práctico: dedicándose a las obras del Señor están liberados del trabajo en la explotación familiar. Su *Teil* es definida como los gastos que demanda su educación, vestimenta adecuada y otros ítems y puesto que los derechos a la herencia están generados por el trabajo aportado a la explotación, están excluidos de la partición. El clero absorbe así potenciales herederos. Junto con la migración a nuevas colonias, la práctica de incorporar parte de la descendencia al clero puede entenderse como parte de un conjunto de estrategias que minimizaban la partición de la unidad familiar y permitían que la colonia familiar se desarrollara en una *Stammhaus* con una familia troncal como grupo doméstico.

En un caso, de ocho descendientes tres varones son hoy conocidos jesuitas y dos hermanas tienen altos cargos en la orden de Santa Catalina. Otra hija se casó con un colono <<débil>> y el menor, el heredero, fue destinado a cuidar de los padres ancianos y de una hermana soltera. Todos los que entraron en el clero renunciaron a su parte; la hija casada recibió una pequeña parcela de tierra comprada por el padre con ese fin, y el heredero retuvo el *Stammhaus*. La parte de la hija soltera fue donada al hijo del heredero, su ahijado.

El modelo de transmisión de la tierra favorecía claramente a los descendientes varones, pero el principio de *ius laboranti* puede llevar a excepciones al modelo. Tal es el caso de la hija de un colono <<fuerte>> que recibió tierras consideradas equivalentes a lo que recibió su hermano. La razón reside en el hecho de que ella decidió dedicarse totalmente al trabajo agrícola. <<Oficialmente>> le <<disgustaban las tareas domésticas>>; según los chismes que circulan, <<no soportaba a su madre>>. Los parientes y la comunidad consideraron que la decisión de los padres era justa. Sus hermanas, sin embargo, recibieron menos porque en lugar de labrar la tierra ellas <<ayudaban al ama de casa>>.

Como podría esperarse, había diferencias entre los colonos <<fuertes>> y <<débiles>>; entre los primeros las prácticas relacionadas con la herencia estaban más próximas del ideal teuto-brasileño de la distribución igualitaria de la tierra entre los hijos varones (las hijas recibían mucha menos tierra, si es que recibían alguna), aunque el heredero siempre conservaba, si no el patrimonio íntegro, al menos la parte más importante, desde el punto de vista simbólico: el ya mencionado *Hof*.

Aunque los colonos <<débiles>> comparten el mismo ideal, sus prácticas han sido diferentes. El matrimonio tenía lugar a la edad más tardía y estaba combinado con una doble distinción entre el heredero y sus hermanos varones y entre hijos e hijas. El heredero recibía también el *Hof* como retribución por su trabajo y dedicación a sus padres, mientras sus hermanos obtenían permiso para construir una casa en la propiedad familiar, pero no necesariamente recibían tierra cultivable. Su matrimonio a menudo era seguido por un periodo de matrilocalidad durante el cual la joven pareja acumulaba algunos ahorros mediante su trabajo en la explotación del suegro del marido. La matrilocalidad temporaria era también frecuente en casos de matrimonio no isogámico.

Entre los colonos <<débiles>>, la práctica de compra de tierras en nuevas colonias era menos común: por otra parte las hijas estaban excluidas de cualquier anticipo, como si fueran desheredadas *in vita*. En una situación de dificultad económica, la desigualdad entre géneros llevaba a una mayor subordinación de la novia, ya que <<no traía nada de casa>>, es decir no aportaba pertenencias de valor a su matrimonio.

Mientras algunos de sus hermanos podían recibir pequeñas parcelas de tierra, las hijas recibían una pequeña compensación como suerte de <<potencial reproductivo>> -semillas, cerdas con cría, pollos y rara-

mente alguna vaca- y un modesto ajuar que antiguamente incluía el *Damensattel* (silla de montar femenina), mesa y máneles y ollas y vasijas para la cocina. En casos más extremos, cuando la madre no podría comprar los componentes apropiados, el ajuar se limitaba a lo que la novia había logrado acumular durante su vida de soltera, mientras los ingresos de su madre debían complementar las necesidades de consumo de la familia. El padre podía <<permitir>> a la hija que trabajara en la casa de otro como *Mad* -palabra que originalmente significaba sirvienta- o podía autorizarla a <<tomarse algún tiempo libre>> de las actividades domésticas comunes para realizar algún trabajo que le proporcionara ingresos, como bordar, coser, etcétera. Los derechos de la hija y la <<generosidad>> del padre estaban de manera condicionados a las necesidades familiares.

El modelo que combinaba la transmisión indivisa de la tierra paterna (el patrimonio) con una *Teil* formada por tierras en las nuevas colonias siguió en vigor durante más o menos un siglo. Hasta 1930 aproximadamente al disponibilidad de tierras y la baja presión demográfica -a pesar de una elevada tasa de natalidad (Woortmann, 1995)- dieron como resultado una combinación de modelos de herencia igualitaria y no igualitaria.

A partir de la década de 1930 comenzaron a producirse varios cambios. La tierra se volvió relativamente escasa y cara a raíz de la ocupación de áreas de frontera. Al mismo tiempo, tuvieron lugar cambios cruciales en el nivel nacional con el fin de la llamada <<República Vieja>> y la institución del <<Estado Nuevo>> con la dictadura de Vargas. Este período fue fundamental para el proceso de construcción de la nación y para la consolidación de un estado nacional que impuso sus reglas en todo el país.

Entre otras cosas esto significaba una presión creciente a favor de la transmisión de tierra sobre bases igualitarias. Por otra parte, si antes el sistema de heredero único podía coexistir con la igualdad, debido a la existencia de una vasta frontera, este contexto llegaba ahora su fin.

El matrimonio preferencial entre primos continuó, pero sobre bases diferentes. Empezó a favorecerse el matrimonio tardío de todos los hijos varones, y no solo del menor. Anteriormente, era habitual el matrimonio de un viudo con una hermana de la esposa fallecida (sororato) y el de una viuda con el hermano de su esposo (levirato). A partir de los años 30 se esperaba que las viudas no volvieran a casarse.

El matrimonio entre primos de las viejas y nuevas colonias, donde las primeras desempeñaban el papel de <<dadoras de esposa>> era un componente ideal del modelo ideal. Esta práctica se concentraba con intercambios matrimoniales entre aldeas (que por lo común toman la forma de un *Strassendorf*)⁴ de la vieja colonia. En adelante, la endogamia entre aldeas, restringida inicialmente al heredero, se vuelve predominante. Este cambio ocurrió en un contexto en el que las mujeres comenzaban a tener derechos sobre la herencia y en el que, a pesar de las prácticas contraceptivas, se produjo un incremento de la población considerable en relación con la disponibilidad de tierras. El matrimonio preferencial para el hijo menor, concebido todavía como el heredero, se redefinió como el matrimonio de un hombre con su prima paralela paterna (antes se casaba con una prima materna), forma de matrimonio que permite una cierta reaglutinación de las tierras patrimoniales en un contexto en que resultaba cada vez más difícil mantener un modelo heredero único y transmisión indivisa. Si las mujeres comienzan a heredar, el matrimonio con la hija del hermano del padre implica que su parte se agregará a la de su esposo, de modo que lo que se dividió en una generación se aglutina parcialmente en la siguiente.

Otra forma de matrimonio deviene frecuentemente y puede combinarse con la que acabamos de mencionar: el llamado <<matrimonio de intercambio>>, muy frecuente entre los campesinos brasileños en general. Dos primos varones intercambian hermanas, y cada hermana vende su parte a su hermano. El dinero obtenido por la hermana será usado por el esposo para adquirir tierra...a menudo a su propia hermana.

La adopción de ahijados por parejas sin hijos y la transmisión de la tierra a un hijo adoptivo, práctica favorecida por la ideología patrilineal prevaleciente, cobró mayor importancia como mecanismo para quitar de la tierra de sus padres a un potencial heredero.

Estos cambios continuaron en los años cincuenta, con una reducción de los herederos mediante el uso creciente de contraceptivos por parte tanto de los colonos <<fuertes>> como de los <<débiles>>, con mayor frecuencia entre los luteranos.

A lo largo del siglo XIX y en las primeras décadas del siglo XX una prole numerosa era considerada un activo; luego se convirtió en un pasivo, y comenzó a considerarse adecuado un número menor de hijos.

4 Aldea formada por casas dispuestas a ambos lados de una calle principal (N. de T.).

-¿Tuvo sólo dos hijos?

-El bondadoso Señor nos ayudó...Afortunadamente fui *hartleibich* (literalmente, de útero duro). Erwin nació a los cuatro años de matrimonio y Egon a los siete. Dios fue muy bueno con nosotros: imagínese si hubiese tenido nueve, como mi madre.

En los años cincuenta el valor de la tierra de las <<colonias viejas>> se incrementó enormemente a medida que se cerraban las tierras de frontera en el sur de Brasil. Al mismo tiempo comenzó un proceso de industrialización en las ciudades próximas y la migración comenzó a orientarse hacia las áreas urbanas.

Según la tradición, cuando el heredero se casa <<no recibe nada porque se queda en la casa de los padres>>; ni siquiera un *Geschenk*. Esta práctica contaba con la aprobación de la comunidad, pues a la muerte del padre, él <<se queda con todo>>.

A partir de la década de 1930, sin embargo, los hermanos del hijo menor recibieron parte de la tierra familiar. Por lo común el heredero retenía la mitad de la tierra (aquella mitad donde estaba el *Hof*), y la otra mitad era dividida. En los años cincuenta tanto hijas como hijos emigraron, como ya mencionamos, hacia ciudades industrializadas, pero en los sesenta comenzó un nuevo proceso: las plantas industriales creadas en áreas urbanas se mudan a la colonia en busca de mano de obra más barata. Paradójicamente, estas industrias habían sido establecidas por hijos desheredados que se habían visto forzados a emigrar; ahora emplean la mano de obra de sus primos, convertidos ahora en <<trabajadores campesinos>> (Galeski, 1975) que viven en pequeñas parcelas donde apenas pueden cultivar hortalizas.

Sin embargo, en épocas más recientes se ha esbozado una situación de tensión entre el heredero y sus hermanos, especialmente aquellos que emigraron a las ciudades y ahora se sentían desheredados. Recuerdo que tradicionalmente la migración implicaba renunciar a todo reclamo sobre el patrimonio familiar.

Si la migración a áreas urbanas era una estrategia para minimizar el *stress*, creaba nuevos problemas y se evidenciaba como contradictoria. Tras la muerte de uno o de ambos padres, los descendientes emigrados en forma creciente reclaman <<su parte>> de la tierra, redefiniendo

los recursos invertidos en su preparación para la vida urbana como <<ayuda>>, y no como anticipo de la herencia. La migración al mundo urbano y al mercado de trabajo produce un cambio fundamental y una ruptura con el *habitus* campesino tradicional: lleva a una <<migración>> hacia nuevos valores, característica del individualismo más que la jerarquía tradicional. En otras palabras, los descendientes inmigrantes alemanes de ambos sexos se traspasan su lealtad del derecho de gentes del código civil oficial del Brasil.

Se está produciendo un cambio fundamental: una práctica consuetudinaria que se consideraba legítima según el derecho de gentes tradicional es ahora considerada ilegítima, y el recurso a la legalidad moderna genera la fragmentación creciente del patrimonio familiar y la ruptura de la solidaridad. Esto implica también un cambio del *jus laboranti* tradicional al *jus nascitur*.

Los valores tradicionales y modernos interactúan ahora de una manera curiosa. Cuando el hermano que está en la ciudad manifiesta claramente que desea vender su porción de la tierra patrimonial a valores de mercado a desconocidos para invertir en algún negocio, se redefine la heredad familiar; ella deja de ser percibida como un patrimonio de casa y se convierte en un bien en el mercado inmobiliario. Al mismo tiempo, sin embargo, el hijo menor retiene como su parte la casa y la tierra inmediatamente adyacente, es decir el *Hof*, poco más que los restos simbólicos del *Stammhaus*.

La interferencia del Código Civil e la comunidad campesina, ha generado otros problemas. Por ejemplo, cuando muere uno de los progenitores (o ambos) habiendo todavía menores en la casa, el Juizado de Menores (rama del sistema judicial brasileño que se ocupa de los derechos de los menores) determina la división de la tierra. Tenemos entonces una interferencia directa del código civil brasileño en los derechos consuetudinarios campesinos. Esta interferencia es creciente, como resultado de la creciente integración de las áreas rurales en la organización formal de la sociedad nacional. La imposición inflexible por parte del Código Civil de la división igualitaria es muchas veces considerada desastrosa para la reproducción social del campesino. La ley formal no tiene en cuenta factores materiales, como las diferentes calidades de la tierra, recursos de agua, por ejemplo. Tampoco considera realidades sociales, tales como el matrimonio preferencial o el padrinzago, ni lo que podríamos llamar <<realidades morales>>, como el valor tradicional atribuido al *Stammhaus*, al patrimonio y a la honra a los ancestros, que en otros tiempos eran enterrados bajo un árbol

dentro de la propiedad. Y, desde ya, tampoco presta atención al principio de *jus laboranti*. Todos estos son factores fundamentales en los modelos tradicionales de herencia de los campesinos teuto-brasileños.

A partir de la década de 1960 apareció otra fuente de tensiones, ahora entre las hijas desheredadas, nuevamente como consecuencia de fuerzas externas. Desplazadas hasta entonces por sus hermanos varones, comenzaron a reclamar sus derechos y a rebelarse contra la discriminación tradicional. <<Desnaturalizando>> las prácticas tradicionales, hoy denuncian las actitudes de sus madres y abuelas como casos de sumisión al <<poder masculino>>, y exigen igualdad de derechos con el heredero y los otros hermanos en el momento de casarse y a la muerte de los padres.

A partir de la década de 1970 comenzaron tiempos difíciles para las colonias, muchas de las *Stammhäuser*, incluso las de buena calidad, quedaron en ruinas. En épocas anteriores, la migración a nuevas colonias o a las ciudades, formaba parte de una serie de estrategias familiares de reproducción social que incluía la ya mencionada *Teil*. En la actualidad la migración obedece tendencialmente a motivos individualistas. Hijos e hijas emigran incluso contra la voluntad de los padres. La migración que respondía a las necesidades de la casa es hoy parte de proyectos individuales de quienes no quieren seguir siendo agricultores. El <<yo>> del individuo tiende a suplantar al <<nosotros>> de la familia.

Gradualmente, los modelos campesinos alemanes dejan de ser viables. Entre las familias <<débiles>> el estatus de colono pierde prestigio, y tanto los hijos como las hijas prefieren trabajar en establecimientos industriales.

Las hijas ya no aceptan su *Schicksal* (destino, o más precisamente, un <<destino>> construido por la familia) y perciben el matrimonio con un pretendiente urbano como una alternativa preferible al matrimonio con un campesino con poca tierra. Probablemente se han de casar con un trabajador urbano, de origen campesino también, tal vez compañero de trabajo en la fábrica.

Estos cambios más recientes han afectado a los agricultores <<débiles>> más que a los <<fuertes>>. Hace pocos años volví a visitar una de las comunidades que había visitado con anterioridad, y presencié el compromiso de una hija de una *Haus* <<fuerte>> con el heredero de otra. Además de estar relacionados por parentesco, ambas propiedades eran contiguas. Todo sucedía según los modelos tradicionales.

Los colonos <<fuertes>> pueden seguir adquiriendo tierras, aunque en áreas alejadas. También pueden afrontar los gastos de una mejor educación de aquellos que envían a las ciudades, y pueden motivar alguno de sus hijos para que ingrese al clero, aunque en menor grado. Sin embargo, deben enfrentar otro problema: el privilegio del heredero único es cuestionado de manera creciente...incluso por el mismísimo presunto heredero. Como en la Europa de los sesenta (BOURDIEU, 1972), el sucesor comienza a rever su posición y considerarse no ya un privilegiado, sino un prisionero de la *Stammhaus*.

En varios casos la familia ha pasado por tiempos difíciles, tratando de persuadir al presunto heredero de que se quede, y más difíciles aún tratando de encontrarle una novia dispuesta a compartir su suerte. La inversión en electrodomésticos modernos, lavadoras, freezers y televisores, y la modernización de las maquinarias agrícolas no siempre dan resultado, ni tampoco la transmisión temprana de la autoridad doméstica de *Hausfrau* (ama de la casa) de la suegra a nuera.

Al contrario de lo que sucedía en los primeros tiempos, cuando la familia podía imponer el celibato a cualquier hijo varón, hoy puede ser heredero el que quede soltero. Una *Stammhaus* agonizante puede haber quedado reducida a la pareja mayor y un heredero célibe. Todavía el proceso de transmisión por padrinazgo ya mencionado puede aportar una solución al problema.

Los colonos <<débiles>> están pasando por un proceso de proletarianización. Esto motiva a algunos <<fuertes>> a sacar ventaja de la crisis y comprar sus propiedades. Pero, como resultado de la misma crisis, también se venden propiedades a moradores de otras ciudades, y la tierra campesina que siempre ha sido considerada *locus* de trabajo y símbolo de los ancestros y de la descendencia, se está convirtiendo en espacio de descanso de fin de semana para habitantes de la ciudad sin relación de parentesco con la comunidad, algo que la vieja generación considera <<pecaminoso>> en sentido caso bíblico. Aunque la crisis afecta a los agricultores <<débiles>> más que a los <<fuertes>>, las granjas de algunos de estos últimos también han sufrido estos cambios.

En gran medida, la *Stammhaus* tradicional con su tierra indivisible ha dejado de ser operativa. Los valores jerárquicos que subordinaban los deseos personales a las necesidades de la casa en su conjunto, están siendo substituidos por motivaciones individuales que fuerzan un paso

en la legitimidad tradicional a la legalidad moderna. Pero a pesar de eso, la tradición no ha desaparecido. Podía venderse la tierra a alguien que no fuera de la familia, pero la casa conservaba su nombre original; en un caso se decía que la nueva familia vivía en *Spindler'shaus*; es decir, la casa fundada por un cierto *Spindler* en el siglo XIX de alguna manera mantenía su <<personalidad>>. En las colonias más nuevas de Rio Grande do Sul la crisis ha sido aún más aguda, por una diversidad de razones que no podemos discutir aquí. La diferenciación social tuvo lugar más rápida y radicalmente, y la fragmentación de la tierra ha dejado a muchos de los herederos con pocos recursos.

En respuesta a esa crisis, los hijos de los campesinos <<débiles>> iniciaron un movimiento socio-político en busca de lo que muy significativamente se llamó <<tierra para matrimonio>> (VIANNA, 1986), que en un contexto en el que el matrimonio sin tierra era inconcebible (y donde las oportunidades de empleo urbano eran muy escasas). Después de haber trabajado en la colonia paterna, se encontraban que no recibían una *Teil* de un tamaño suficiente, y se apropiaron de tierras fértiles de latifundios sin explotar, como modo de reproducir su propio orden tradicional.

El principal objetivo de esta invasión de tierra era obtener tierra que pudieran trabajar y así llevar vida de casados; tener un patrimonio que transmitir a sus descendientes, como se esperaba de un padre campesino hecho y derecho.

Es importante también notar que estas invasiones no tuvieron lugar al azar: fueron organizadas de manera de reunir familiares y reproducir los tradicionales acuerdos matrimoniales. La distribución de la tierra invadida se regía por el modelo tradicional inaugurado por los inmigrantes alemanes en el siglo XIX. De modo que un acto supuestamente <<subversivo>>, en realidad restablecía, por lo menos idealmente, un orden tradicional. Por lo tanto, lo que parece un nuevo hecho social está en estrecha relación con viejos valores sociales, con el parentesco y con modelos de herencia.

Otro movimiento reciente en busca de tierras también ha crecido, mayormente entre los campesinos <<fuertes>> de las colonias más nuevas: la migración al Brasil central, al Amazonas y Paraguay, la última frontera. La tierra en el lugar de origen es retenida por los hermanos que quedan o es vendida a parientes vecinos.

Estas nuevas tierras alejadas representan para los colonos de hoy lo que Brasil representaba para los viejos inmigrantes alemanes en el siglo XIX.

En la nueva frontera las raíces no han sido olvidadas. Extensas reuniones de familia congregan a parientes que emigraron a distintas partes de Brasil, Argentina e Paraguay. Hasta hace poco estas reuniones se llevaban cabo en la <<colonia madre>> original, y en lo posible en la *Stammhaus* original. Hoy pueden reunir hasta tres mil personas, y por su tamaño han sido transferidas a ciudades que cuenten con lugares de reunión adecuados; inicialmente en las proximidades de la *Stammhaus* de origen de la colonia madre, y últimamente en otras ciudades donde haya una concentración de parientes relativamente alta.

Los encuentros reviven la memoria del grupo familiar; se reconstruyen genealogías y se visitan las tumbas de los antepasados. También se organizan <<peregrinaciones>> a la primera *Stammhaus*, reconstruida a veces con ese propósito, en un esfuerzo por recuperar la herencia genealógica (muchos teuto-brasileños fuera de las colonias han casado con personas que no son de origen alemán). De esta manera, la tierra original, si bien no es económicamente viable, ha sido transformada en el patrimonio simbólico de un <<árbol>> cuyos miembros se encuentran ahora dispersos por todo Brasil y afuera.

REFERÊNCIAS

- ARENSBERG, C.M. The Irish countryman. Gloucester, Peter Smith, 1959.
- ARENSBERG, C.M. y KIMBALL, S. Family and community in Ireland. Cambridge, Harvard University Press, 1968.
- BALHANA, A. P. y WESTPHALEN, C.M. Dinâmica demográfica e sistema de herança no Brasil meridional (mimeo), (s/d).
- BJERG, M. y OTERO, H. Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna. Tandil, CEMLA-IEHS, 1995.
- BERKNER, K. Inheritance, land tenure and family system: a german regional comparison. In: GOODY, T. THIRSK, J. y THOMPSON, E. P. Family and Inheritance. Rural Society of Weastern, 1200-1800. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
- BOURDIEU, P., Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle. Genève, Librairie Droz, 1972.
- CONZEN, Kathleen Neils (1985). "Peasant Pioneers, Generational succession among German farmers in frontier Minnesota," In: STEVEN Hahn et al, eds, The

Countryside in the Age of Capitalist Transformation (Chapel Hill: University of North Carolina Press.), 1985, p: 259-285.

FLANDRIN, J. L. Familles: parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société. Paris, Editions de Seuil. 1984

GALESKI, B. Basic concepts of rural Sociology. Manchester, Manchester University, 1975.

HERWIG, T. G. Die Tochter des Pioners. Porto Alegre, Fundação Cultural 25 de Julho, 1984.

MOURA, M.M. Os Herdeiros da Terra. São Paulo HUCITEC, 1978.

RADCLIFE-BROWN, A.R. Structure and function in primitive society. New York. Free Press, 1965.

RODRIGUES, L.I. O avesso do casamento. Master's degree dissertation. Department of Anthropology. University of Brasília, 1991.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro Boletim do Museu Nacional, 52, 1985.

SOARES, L.M. O forte e o fraco, o dentro e o fora. Undergraduate dissertation. Department of Anthropology. University of Brasília, 1987

VIANNA, A. Terra de Casamento. Ponencia apresentada em la REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Curitiba, 1986.

WOORTMANN, E. F. 1988. Keim e parentesco: reflexões sobre uma categoria cultural de colonos teuto-brasileiros. Revista Brasileira de Estudos de População. Vol.5, n.1, pp.21-35, 1988.

WOORTMANN, E. F. A árvore da memória In: Anuário Antropológico/92. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro, 1994.

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo/Brasília. HUCITEC/Edumb, 1995.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. In: Anuário Antropológico/87; Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1988.

MULHERES ASSENTADAS NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: PAPÉIS EM TRANSFORMAÇÃO

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Henrique Carmona Duval²

RESUMO

O presente artigo é focado nas mudanças no cotidiano e no trabalho das mulheres rurais na contemporaneidade, sem que isso implique em uma ruptura com práticas enraizadas nas suas vidas. Procurando trabalhar as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica, apresentamos aqui resultados de pesquisas realizadas nos assentamentos rurais da região Central do estado de São Paulo. Mais especificamente, voltamos a discussão para o papel das mulheres nos sistemas produtivos, para políticas públicas com recorte de gênero e para a adoção de tecnologias e a constituição de associações de mulheres nos assentamentos. Fora de casa, as mulheres se fazem ouvir por agentes municipais e conquistam espaços de agroindustrialização familiar, possibilitando, além de um trabalho que complementa a renda familiar e as inserem no mercado urbano, um aprendizado político coletivo. No contexto da redefinição do papel das mulheres, que não deixam de

¹ Socióloga, Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

² Doutorando em Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP e pesquisador do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

exercer suas atividades domésticas, novas rotinas lhes são atribuídas com reflexos nas transformações mais gerais das famílias rurais.

Palavras-chave: Mulheres Assentadas, Gênero, Modo de Vida.

ABSTRACT

This paper highlights the role of rural women in the light of contemporary time emphasizing the transformations in their work and daily lives thus avoiding the negative effects of these transformations on their traditional knowledge and practices, while they show interest in addressing critically the relationship between social reproduction and production. We here describe the results of the surveys, which were conducted in the rural settlements in the central region of the State of São Paulo. More specifically, the discussion will focus on the role of women in production systems, with an emphasis on the issues of gender and public policy, on the adoption of technologies, and the creation of women's organizations in the settlements. Working outside the home women have their voices heard at local level and influence local priorities and decision-makers, helping them to have better access to productive resources to allow for the development of family farms with respect to agro-industrialization whereas their earnings from alternative employments will supplement the household income, inserting themselves into the urban labor market, promoting political interests and encouraging participation in the political processes. In this context, with the redefinition of the roles of women, who continue to be responsible for household maintenance, household chores and childcare, new duties were incorporated into their daily lives, influencing the transformations of the rural families.

Keywords: Rural Settler Women, Gender, Way of Life.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, discutimos alguns aspectos do papel reprodutivo das mulheres, principalmente a partir do autoconsumo alimentar das famílias rurais e nas suas iniciativas para diversificar a produção. Apresentamos como isso vem mudando com a experiência de mulheres no comando de agroindústrias familiares (caseiras ou comunitárias). Igualmente, apresentamos dados recentes de uma pesquisa de âmbito estadual realizada em conjunto com o INCRA/SP, que procurou ressaltar as diversidades regionais na relação assentamentos rurais e desenvolvimento e na qual também foram investigadas as relações de gênero. Utilizaremos os dados da região central do estado de São Paulo para ilustrar o papel das mulhe-

res nos sistemas produtivos, nas agroindústrias caseiras, nas atividades não agrícolas e no recebimento de créditos específicos.

A partir da perspectiva de que o papel e o trabalho das mulheres rurais vêm sendo assim redefinidos, algumas mulheres do assentamento Monte Alegre, localizado na região conhecida como Califórnia Brasileira e implantado em 1985, se organizaram em torno de ações municipais (Orçamento Participativo e Economia Solidária), conquistando uma padaria e uma cozinha comunitárias. O acompanhamento da experiência revela que elas se organizaram em associações exclusivamente de mulheres e passaram a produzir alimentos como pães, bolos e doces, normalmente feitos para o autoconsumo e a partir de receitas tradicionais, mas agora existem processos produtivos mais modernos que possibilitam o aumento do volume da produção e satisfazem necessidades sanitárias, possibilitando a comercialização de seus produtos em espaços urbanos.

Por meio de trabalho de campo, observação direta e registro em diários de campo, vem sendo possível perceber que diminui a dicotomia público-privado em relação ao papel das mulheres assentadas rurais, na medida em que elas reivindicam ações públicas; seus novos trabalhos extrapolam a esfera domiciliar e atingem a esfera da produção agroindustrial familiar, inclusive, pelo fato de elas processarem produtos do próprio lote, com repercussões na composição da renda familiar e também pelo fato de sua produção (antes restrita ao consumo familiar) chegar ao mercado consumidor dentro e fora do assentamento e nos programas de compras governamentais.

INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO: EXPRESSÃO DA MASCULINIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

Um estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias é repleta de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato de as mulheres trabalharem sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram de *status* de trabalhadoras, porque têm jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo³. Suas atividades agropecuárias são ligadas à repro-

³ Essas duas categorias (jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e autoconsumo) não contavam como trabalho propriamente dito pelo PIBAD/IBGE até 1992, quando houve uma reformulação

dução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como o trabalho da mulher rural.

Mesmo que exerça tais atividades e isso lhe retorne financeiramente, há uma tendência historicizada de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias é reduzida ou secundária, pois somente quando depois de suas obrigações domésticas ela ajuda o homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela própria mulher rural. Ela mesma tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa, podendo assim subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

Segundo dados dessa mesma pesquisa, as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total de mão de obra feminina e 8,9% da mão de obra masculina na agropecuária. "Em 2004, dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano" (BRASIL, 2006, p.54). Considerando-se a importância do autoconsumo no meio rural, pelo fato de que se trabalha sem remuneração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, gera um excedente a ser comercializado, seu produto deve, sem sombra de dúvidas, ser incorporado à renda familiar.

O PAPEL NATURALIZADO DA MULHER RURAL EM CASA

Se historicamente o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição (ou complementaridade) ao papel produtivo dos homens, a demarcação desses papéis não implica rigidez conceitual. Mas é expressão da naturalização do que é o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar. Por outro lado, mudanças advindas da racionalidade urbano-industrial impõem novas práticas sociais às mulheres rurais, como novos trabalhos e a necessidade de obter renda monetária. Por mais que o papel das mulheres em casa não seja diminuído, elas também passam a se ocupar em outras atividades dentro e fora dos assentamentos. Dentro dos assentamentos, há exemplos que apontam para atividades na agroindústria familiar e na sua inserção em políticas públicas, fazendo-se ouvir por agentes municipais e participando de espaços urbanos de comercialização.

O trabalho agrícola da mulher é geralmente invisível, porque é voltado à reprodução familiar, é planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica com sobras da alimentação, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares do lote agrícola (DUVAL, 2009). A alimentação da família envolve uma cesta alimentar diversificada e também a preocupação de ingerir alimentos "naturais", levando-se em conta o bem-estar da família e atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais, as proteínas animais advindos das pequenas criações de que toma conta. Essa relação com a terra é considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, "lugares"⁴ do autoconsumo, que são mais de responsabilidade das mulheres e possuem diversas funções no interior de uma propriedade rural familiar.

Segundo Woortmann (1993), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios feitos por elas mesmas, novenas e orações para proteção do homem e dos filhos, ou seja, outra dimensão do autoconsumo referente à produção de remédios caseiros cujas religiosidade e magia são fortes componentes. Além disso, é ela a maior responsável por educar os filhos, geralmente tem maior convivência com eles, principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo conhecimentos, valores e, portanto, responsável pela reprodução social. Seu trabalho extrapola a esfera doméstica e a construção do lugar, enquanto seu papel também é o de tecer importantes estruturas das redes sociais internas e externas às comunidades. Isso porque historicamente são atribuídas à mulher tarefas externas, como sair para comercializar a produção. Porém, a autora supracitada também explica que esse cotidiano de reprodutora social da mulher sofre alterações na modernidade, novos trabalhos lhe são impostos e, com eles, a obrigação de se ganhar dinheiro.

Pesquisas feitas no contexto dos assentamentos de reforma agrária apontam diferenças nas memórias masculina e feminina, conforme depoimentos coletados por Whitaker et al. (1994), que podem ser expressas no fato de que a memória masculina prioriza a produção, os meios de produção da vida. Já a

4 Para Martins (2009), existe uma distinção entre o que se conceitua por espaço e por lugar. Na construção dos lotes agrícolas dentre famílias assentadas pesquisadas pela autora, o lugar é o espaço transformado por relações de afetividade. Tais relações podem ser também entre as pessoas e a terra e os animais, e não apenas entre membros familiares, vizinhos, amigos etc.

memória feminina prioriza os casamentos, a alimentação, os meios de reprodução da vida. Portanto, para Whitaker et al. (1994), as memórias femininas valorizam a reprodução social e sua presença está relacionada ao trabalho na roça e na casa, na indústria doméstica – plantações e animais são produtos do seu trabalho, para a reprodução nutricional e social da família.

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais. Quando trabalham apenas no lote, Brumer (2005) também percebeu que as mulheres são responsáveis pela horta e pelo cuidado de pequenos animais.

As mulheres assentadas cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias para elas são atividades que demandam mais trabalho nos roçados, como nas colheitas e plantios de áreas maiores, nos espaços produtivos de maior responsabilidade dos homens. Por causa das tarefas domésticas e atividades que não geram renda diretamente, o trabalho da mulher se torna invisível. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social “convencional”, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica⁵.

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Então, ainda conforme Brumer (2005), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde

5 Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é violência econômica. O trabalho rural familiar exercido pelas mulheres não é reconhecido porque é reprodutivo, enquanto o do homem é produtivo e se reverte em dinheiro. Metaforicamente, Bourdieu exemplifica que a mão direita do Estado é a mão das finanças e a mão esquerda é de questões “sociais”; assim, a direita subjuga a esquerda. Por conseguinte, o papel produtivo do homem se sobressai ao reprodutivo da mulher, porque ele gera uma renda mais visível, expressa em valores monetários.

antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, em vez de cuidar de suas próprias casas. De igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los no mercado urbano, em vez de apenas ao autoconsumo. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANN, 1993).

Diante desse quadro, as mulheres rurais vêm se mobilizando em esferas política e produtiva em busca de sua autoafirmação. Muitas delas partem para a busca de alternativas e, hoje em dia, já se percebe um forte movimento feminista que ocasiona grande demanda de trabalho voltado a elas.

A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NOS SISTEMAS PRODUTIVOS: CONTESTANDO INVISIBILIDADES

Passamos a apresentar dados coletados em sete assentamentos da região central do Estado de São Paulo, conforme o quadro a seguir, advindos de uma pesquisa estadual que procurou ressaltar diversidades regionais na relação assentamentos rurais e desenvolvimento. Foram aplicados 60 questionários em uma amostra aleatória, além de registros em diários de campo. Também foram realizadas entrevistas com lideranças políticas e produtivas dos assentamentos e com técnicos e gestores do INCRA/SP, buscando traçar um panorama dos assentamentos visitados e da região como um todo. Destacamos os dados que caracterizam os sistemas produtivos nos assentamentos e a participação das mulheres assentadas nos principais cultivos vegetais, criações animais, agroindústrias e atividades não agrícolas. Por outro lado, analisamos a execução do crédito de fomento de Apoio Mulher.

Quadro 1: Amostragem dos assentamentos

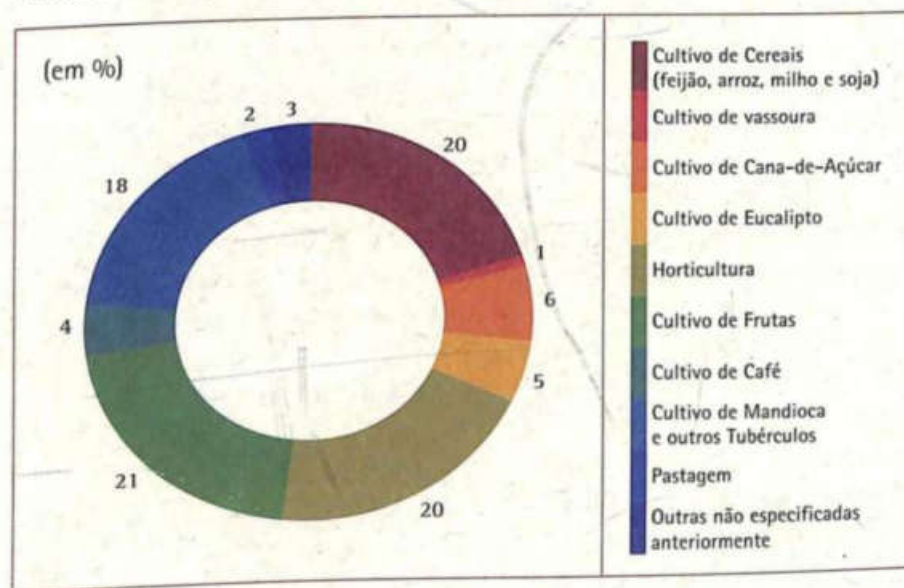
Município	Assentamento	Data de criação	Número de famílias
Araraquara	PA Bela Vista do Chibarro	27/05/89	244
Piratininga	PA Santo Antônio	19/12/01	26
Iaras	PA Zumbi dos Palmares	16/09/98	332
Colômbia	PA Formiga	10/11/98	58
Descalvado	PDS 21 de Dezembro	10/12/05	40
São Carlos	PA Nova São Carlos	20/06/07	110
Ribeirão Preto	PDS Fazenda da Barra	21/08/09	440
TOTAL			1.250

PRODUÇÃO VEGETAL

O gráfico abaixo demonstra que, dentre as culturas produzidas nos assentamentos da Região Central, as que mais aparecem são as frutas (21%), seguidas de perto pelos cereais (feijão, arroz, milho e soja, com 20% ao todo), pela horticultura (20%) e pelo cultivo de mandioca e outros tubérculos (18%).

Outros cultivos presentes são: 1% é cultivo da vassoura, 6% são cultivos de cana-de-açúcar, 5% são cultivos de eucalipto, 4% são cultivos de café, 2% de pastagens e 3% com outras culturas não especificadas anteriormente. Vale lembrar que muitos assentados plantam cana com contratos com usinas da região, como em Araraquara e em Colômbia, porém muitas vezes essa informação é omitida porque a prática não é legalizada pelo INCRA e os 6% representados abaixo como cultivo de cana, se referem mais ao trato dos animais.

Gráfico 01: Tipos de culturas produzidas



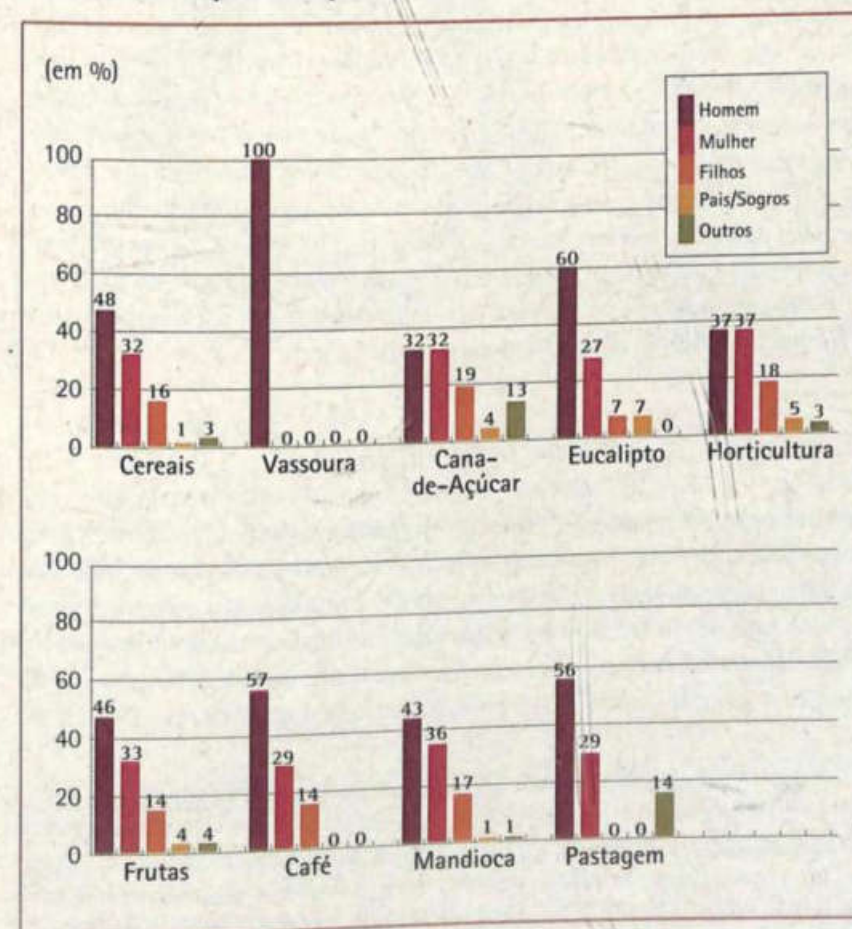
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Considerados os quatro primeiros grupos de alimentos (frutas, cereais, horticultura e raízes), podemos afirmar que a parte destinada ao auto-consumo é alta e que se trata de uma produção que, além de consumida pelas próprias famílias, é em grande medida comercializada em programas institucionais e feiras, além de se inserir numa rede de trocas de alimentos no interior dos assentamentos. Consideramos ainda que todos

eles são alimentos enraizados na dieta da população, por isso podem ser aproveitados de diversas maneiras no interior do lote e nas formas de comercialização, o que aumenta a variabilidade da destinação desses produtos e os torna estratégicos para as famílias assentadas.

O gráfico a seguir revela quem cuida das produções nos lotes e percebe-se uma frequente atuação das mulheres no trabalho. Ou seja, se os homens foram em todos os casos mencionados como os principais responsáveis pelos cultivos vegetais, aparecem sempre seguidos de perto pelas mulheres. Ressalta-se a participação dos filhos como responsáveis pelo trabalho agrícola em significativa porcentagem que varia entre 14% e 18% nos principais cultivos vegetais.

Gráfico 02: Responsável pela cultura



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O gráfico também mostra que a horticultura nestes assentamentos é de responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres, cada um com 37% dos casos. Interessante, porque esta é a produção vegetal mais intensiva em mão de obra e a que mais se insere no mercado institucional aberto por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁶. Já na produção de mandioca e outras tuberosas, a diferença é de apenas 7%, ou seja, 43% dos homens contra 36% das mulheres. No cultivo de frutas, essa diferença sobe para 13%. No caso dos cereais, 48% dos responsáveis são os homens e 32% são as mulheres, talvez por se tratar da menor intensidade de mão de obra dentre as 4 principais produções vegetais (já que várias etapas produtivas dos cereais são feitas por máquinas).

As maiores diferenças entre os gêneros na produção vegetal nos lotes ficam por conta da produção de eucalipto, café e pastagem. Para o cultivo do eucalipto, que não é intensivo em mão de obra. No caso do café, podemos afirmar que embora a produção seja mais de responsabilidade dos homens, a comercialização na maior parte das vezes é responsabilidade das mulheres. No assentamento Zumbi dos Palmares, por exemplo, aplicamos um questionário em um lote, cujos titulares (homem e mulher) plantam, torram, moem e ensacam café. No dia da nossa visita, a mulher não pôde ficar porque era o dia de entregar o café na prefeitura e ela teve que sair às pressas para aproveitar uma carona, enquanto o homem e uma agregada ficaram nos atendendo⁷.

PRODUÇÃO ANIMAL: AS MULHERES NO COMANDO

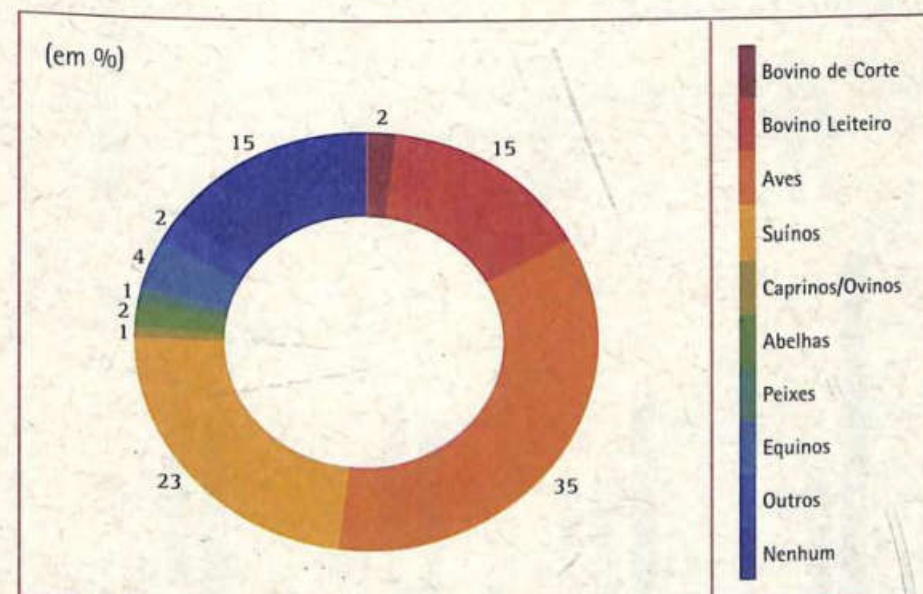
Com relação ao sistema de criação animal dos assentamentos da região Araraquara, podemos perceber que prevalece a produção de leite e a criação de pequenos animais, como aves e suínos. O gráfico a seguir mostra que quase 60% de toda produção animal dos assentamentos da região são referentes à criação de aves e suínos, 35% e 23% respectivamente. E a produção de leite aparece em 15% dos casos.

6 Os demais principais cultivos vegetais igualmente se inserem no mercado institucional, embora com menor intensidade.

7 Não poderíamos deixar de ilustrar que essa agregada é uma mulher que foi expulsa do seu lote pelo marido. Segundo os entrevistados, isso aconteceu porque o marido arrumou outra mulher. Ela não tinha para onde ir, estava morando de favor e ajudando no trabalho do lote desses amigos. A mulher acompanhou a conversa de outro cômodo da casa, quase não nos olhou no rosto e não disse uma palavra, a não ser concordar quando o assentado nos contou sua situação.

Com menor destaque aparecem as criações de equinos com 4%, seguidas da criação de bovinos de corte e abelhas, ambas com 2%. Ainda aparece Caprino-Ovinos e a piscicultura com 1% e outras criações com 2%, que no caso são coelhos e patos. Outro dado importante que deve ser observado neste gráfico é com relação ao que não se aplica que mostra que, dos 60 questionários aplicados nessa região, apenas 15% não possuem nenhum tipo de criação animal em seus lotes.

Gráfico 03: Produção animal



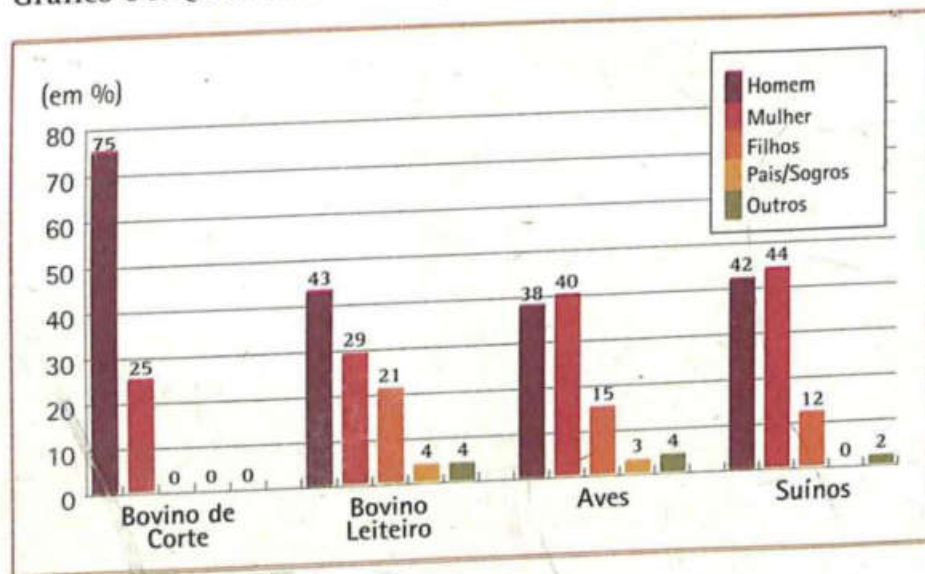
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação à destinação das principais criações animais e seus subprodutos, como o leite, prevalece o autoconsumo. Na comercialização, prevalece a venda ocasional nos mercados internos dos assentamentos e nos municípios do entorno. No mercado institucional há uma série de entraves a serem superados, como maior financiamento na agroindustrialização, na formação dos assentados e na inclusão da produção com características artesanais nos municípios.

Analisando a questão dos responsáveis pelas criações descritas acima, podemos observar a grande importância do papel da mulher na condução de todo processo produtivo das pequenas criações (aves e suínos) e também na produção de leite. Com relação à criação de aves, as mulheres são as maiores responsáveis, aparecendo em 40% dos casos, enquanto os homens representam 38% e os filhos, 15%.

A análise dos responsáveis pela criação de suínos mostra cenário parecido, no qual 44% são representados pelas mulheres, 42% pelos homens, os filhos aparecem com 12% e outros com apenas 2%. Na bovinocultura de leite é possível constatar o maior envolvimento da família na produção, os homens aparecendo como 43% dos responsáveis, seguido das mulheres com 29% e os filhos com 21%, em menor representatividade aparecem ainda pais/sogros e outros, ambos com 4%. Através da pesquisa de campo foi possível observar que na categoria outros se enquadram normalmente netos(as), sobrinhos(as), cunhados(as) e tios(as).

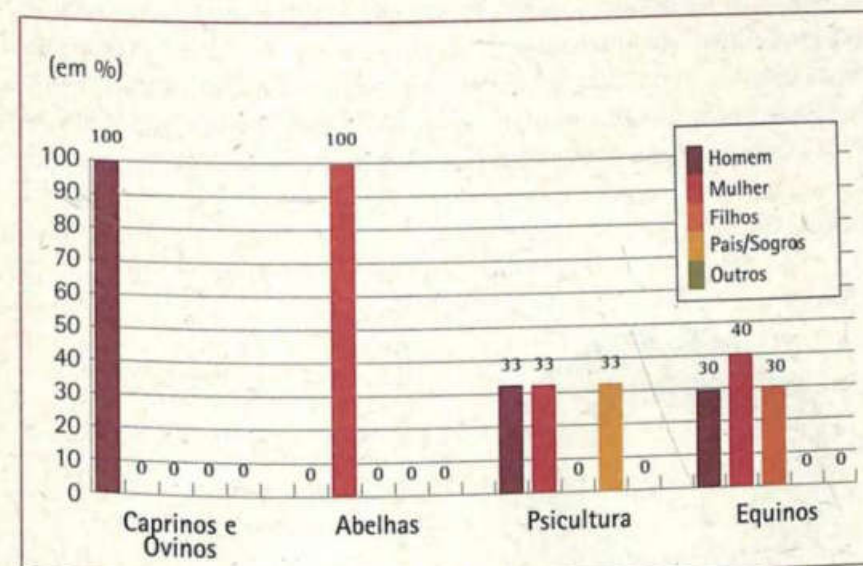
Gráfico 04: Quem cuida da criação



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Já as criações a seguir apresentam um número bastante reduzido de produtores. No caso da criação de caprinos e ovinos, por exemplo, apenas um produtor dos sessenta entrevistados trabalha nesta atividade. Além de existir apenas um produtor, foi ele quem respondeu o questionário, podendo ter influência direta no resultado do gráfico, que mostra que apenas ele é responsável pela produção. Por outro lado, na criação de abelhas, 100% dos responsáveis são mulheres. Já na piscicultura, este dado é dividido entre o homem, a mulher, pais e sogros, sendo cada um deles 33% dos responsáveis. O número referente à criação de equinos mostra que as mulheres são as maiores responsáveis, com 40% do total, seguidas dos homens e filhos, cada um com 30%.

Gráfico 05 – Quem cuida da criação



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

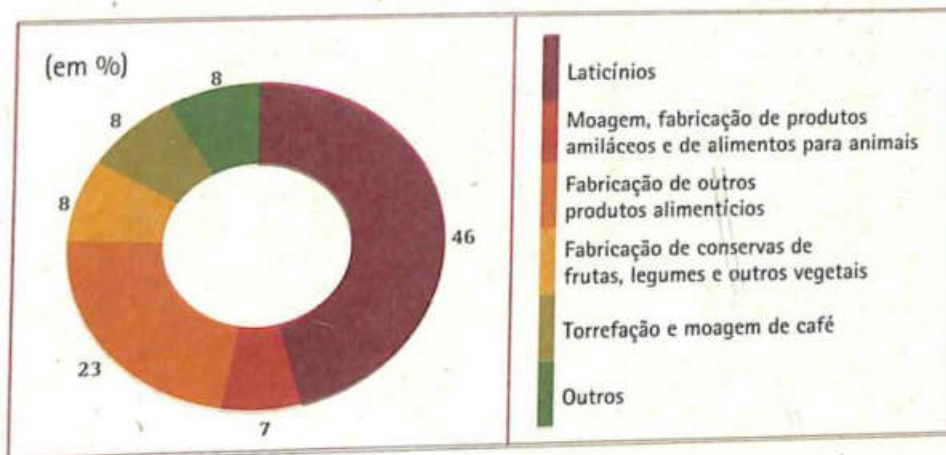
AGROINDÚSTRIA E PRODUÇÃO NÃO AGRÍCOLA: LUGARES ATRIBUÍDOS ÀS MULHERES

A presença de agroindústrias é pouco frequente na região estudada, apenas 15 assentados disseram que têm. Conforme os gráficos a seguir, nos casos existentes, predominam os laticínios, com boa margem de vantagem sobre a fabricação de outros produtos alimentícios. Cabe ressaltar a participação das mulheres, que têm sido, em maioria, as protagonistas das agroindústrias (em 60% dos casos), especialmente da produção de alimentos, o que reforça seu papel nas perspectivas de garantir segurança alimentar de sua família e do entorno.

A produção é basicamente artesanal e se dá no espaço da casa, em 92% dos casos, o que é explicável pela própria dificuldade de se ter outros espaços mais sofisticados para a agroindustrialização e pela perspectiva das mulheres associarem esta conquista e sua produção a outras tarefas domésticas pelas quais se responsabilizam. Além disso, existe a discriminação que sofrem dos maridos ao partir para atividades maiores, ficam sempre sob o olhar atento da comunidade e demoram a conquistar legitimidade, que segundo algumas entrevistadas, só vem com persistência e com bons resultados financeiros.

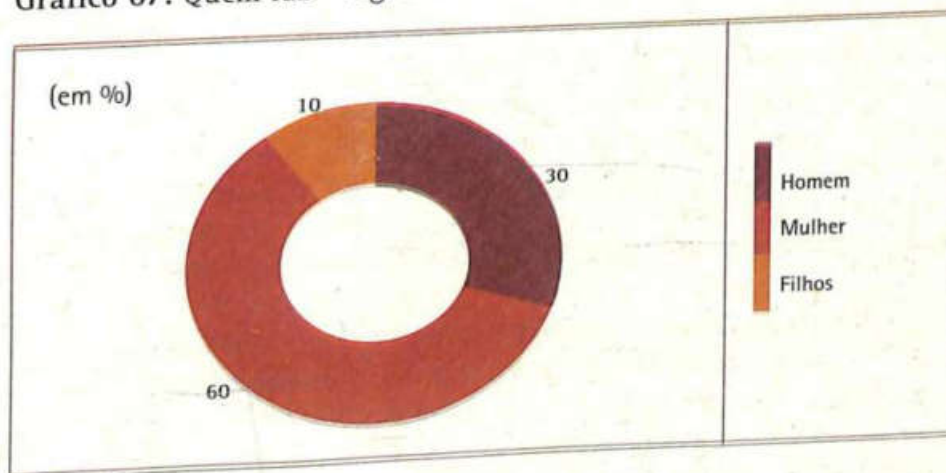
Este mesmo percentual (92% dos casos) refere-se a agroindústrias que não têm selo de inspeção, o que revela igualmente que o investimento na agroindústria familiar não é prioridade na agenda das políticas públicas federais, nem dos programas municipais dirigidos à agricultura e aos assentamentos. Esta dificuldade acaba por impedir a entrada da produção animal nos programas de compras governamentais.

Gráfico 06: Produtos agroindústria



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Gráfico 07: Quem faz – Agroindústria

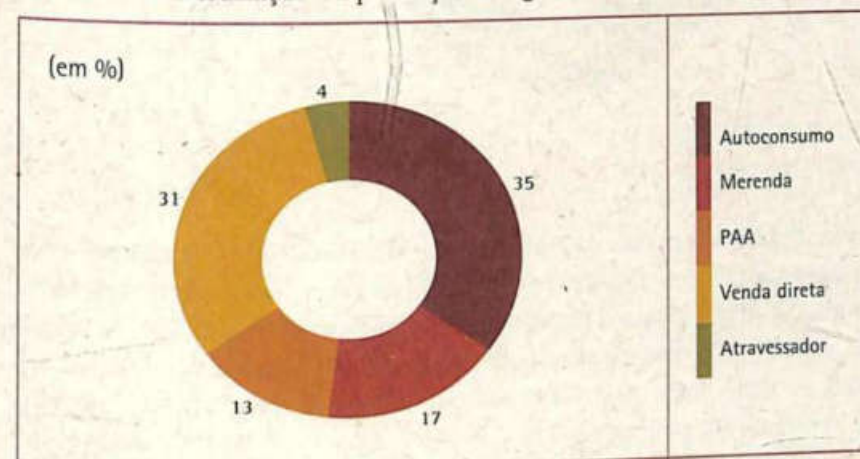


Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O gráfico a seguir revela a predominância do autoconsumo no destino da produção da agroindústria (em 35% dos casos), seguida bem de perto pela venda direta (31%), pela merenda (17%), pelo PAA (13%)

e pela venda ao atravessador (em apenas 4% dos casos). A produção nessas agroindústrias familiares é voltada ao fabrico de produtos para consumo das próprias famílias e o excedente mais comercializado no mercado interno do assentamento e em feiras. Com o advento de programas como o PAA e o PNAE, agora vem crescendo a comercialização para o mercado institucional, no entanto, pode estar revelando um mercado igualmente mais restritivo aos produtos de características mais artesanais.

Gráfico 08: Destinação da produção – Agroindústria

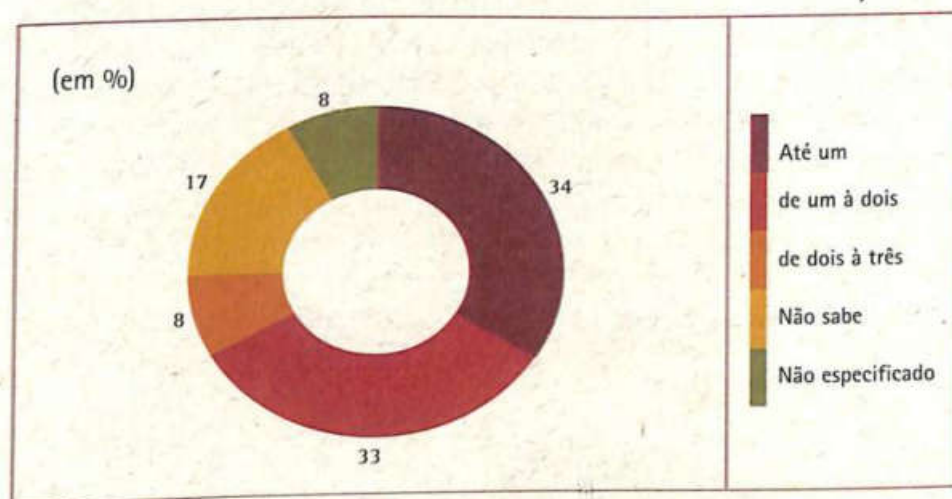


Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A respeito da renda mensal do pessoal ligado à agroindústria, expressa em salários mínimos, os dados apontam um equilíbrio entre a faixa de até um salário mínimo (34%) e o segmento de um a dois salários (33%), sendo significativa a porcentagem dos que não souberam informar, o que revela a pouca familiaridade dos assentados com a lógica contábil expressa em valores monetários. Mesmo assim, 75% dos que possuem agroindustrialização de produtos nos lotes puderam mensurar uma renda mensal. A maioria consegue de 1 a 2 salários mínimos por mês e 8% de 2 a 3 salários mínimos por mês⁸.

⁸ Estes dados sobre a renda advinda da atividade de agroindustrialização não foram aplicados no caso das demais produções até aqui mencionadas por conta de que foi verificado que a renda total é uma composição que envolve trabalho no lote, fora do lote e recebimento de benefícios sociais, nem sempre especificados pelos entrevistados. A renda advinda das produções no lote tem igualmente uma variabilidade muito grande em função das diferentes épocas do ano, recebe-se por comercialização da safra, diferentemente da agroindústria caseira e das atividades não agrícolas para as quais os assentados entrevistados conseguiram mensurar um recebimento médio mensal.

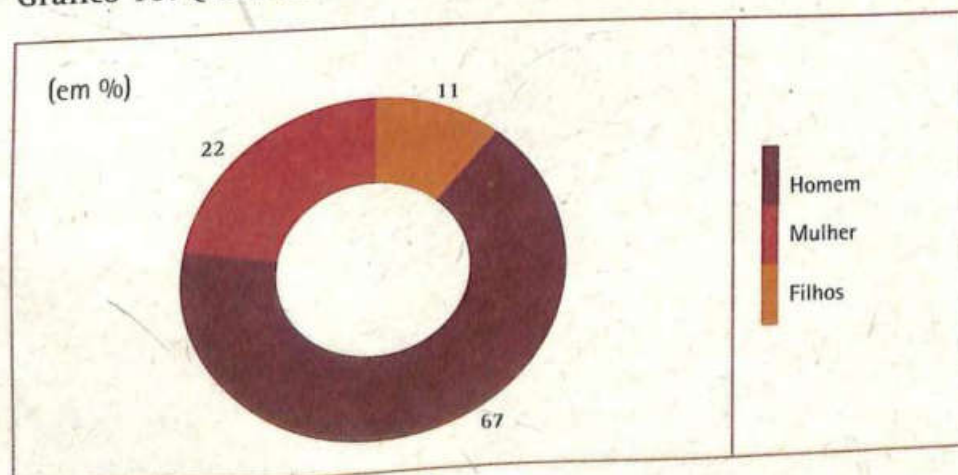
Gráfico 09: Renda mensal (salários-mínimos) – Agroindústria



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

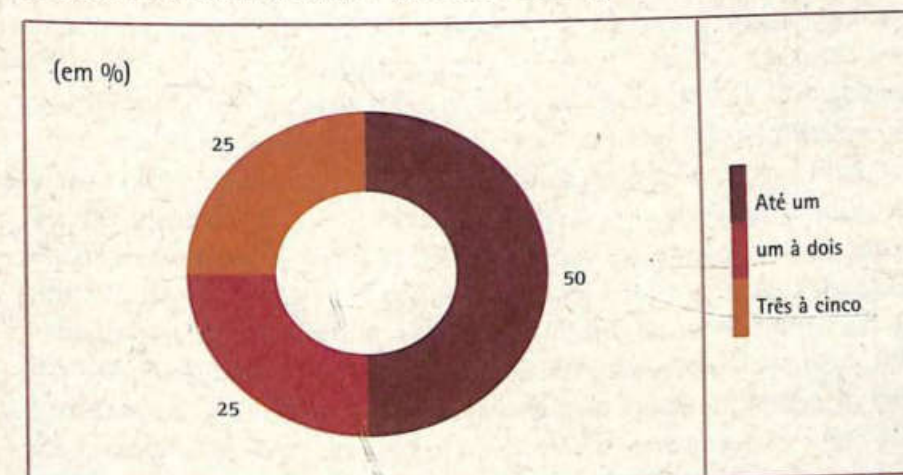
Os assentados da região não realizam atividades não agrícolas em 88% dos casos. Aparece um pequeno percentual (3%) que se dedica à fabricação de produtos têxteis e outros 9% atividades com diferentes tipos de artesanato. No caso do exercício da atividade não agrícola o mesmo é individual em mais de 80% dos casos. Tem destaque a participação das mulheres (em 67% dos casos), pois elas são as maiores responsáveis por costurar, bordar e fazer artesanato, que foram as atividades não agrícolas citadas. Cabe ressaltar que existe um percentual significativo de mulheres que trabalham como assalariadas, geralmente como empregadas domésticas e/ou diaristas na cidade, fator que não está explorado neste artigo.

Gráfico 10: Quem realiza a atividade não agrícola



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Gráfico 11: Renda mensal – Atividade não agrícola



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A realização de atividades não agrícolas garante até um salário mínimo em 50% dos casos, de um a dois em 25% e de três a cinco nos 25% restantes (gráfico acima), demonstrando que são atividades que têm grande relevância na composição da renda das famílias que as fazem, bem como a relevância do conhecimento em costurar e bordar das mulheres.

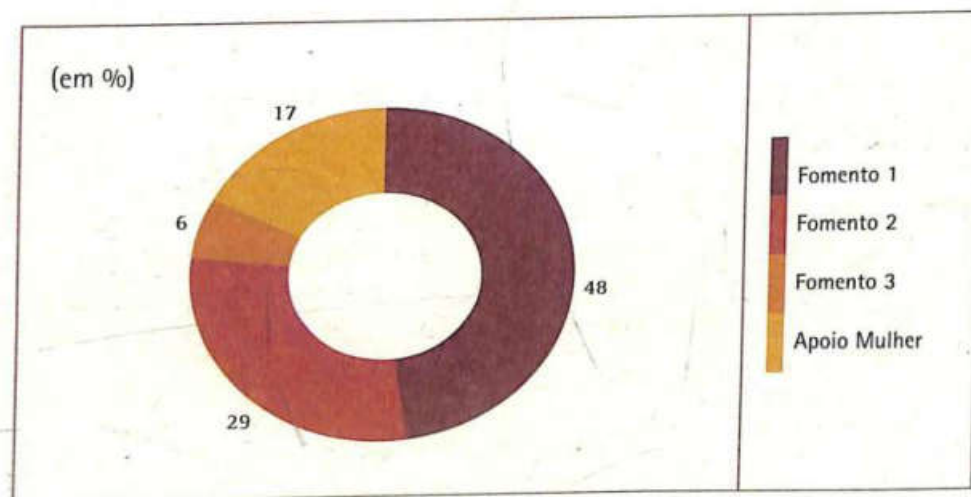
No entanto, reflexões que apontam a maior importância das atividades não agrícolas na permanência dos assentados na terra e no futuro dos assentamentos não se aplicam nesta região. Apesar de não serem predominantes, as atividades não agrícolas contam nas estratégias de reprodução social postas em prática pelos assentados.

Reafirmamos, tais dados reforçam as reflexões que têm apontado a importância do autoconsumo no modo de vida dos assentados, reforçando as análises que apontavam a necessidade de inserir o autoconsumo nas ponderações sobre renda, o que exige a sua abordagem igualmente pelo prisma não diretamente monetário (já que o consumo desses produtos representa tanto uma economia monetária como uma renda a mais pela comercialização do excedente). A visibilidade do autoconsumo é um caminho para a valorização da importância do trabalho feminino.

FINANCIAMENTO E NOVAS PERSPECTIVAS: ESPAÇOS CONQUISTADOS?

De todos os cultivos mencionados (cereais, horta, tubérculos, frutas, gado leiteiro, aves, suínos e agroindústria), os dados relativos a financiamento mostram que a grande maioria dos assentados não obteve financiamento direto. O que pôde ser percebido é a existência de um crédito (notadamente o Pronaf A, acessado por 37% dos assentados dessa região) que ajuda a estruturar o lote para se começar alguns cultivos e estruturas produtivas. Outros créditos que auxiliam a estruturação produtiva das famílias são os Primeiros Fomentos e o Apoio Mulher. Os dois primeiros fomentos (parcelas anuais no valor de R\$ 2.400,00 nos dois primeiros anos do assentamento) foram acessados pela maioria dos assentados. Conforme o gráfico a seguir, 77% dos assentados acessaram o primeiro e o segundo fomentos. Já o terceiro fomento e o apoio mulher têm percentuais bem mais modestos.

Gráfico 12: Acesso a crédito instalação



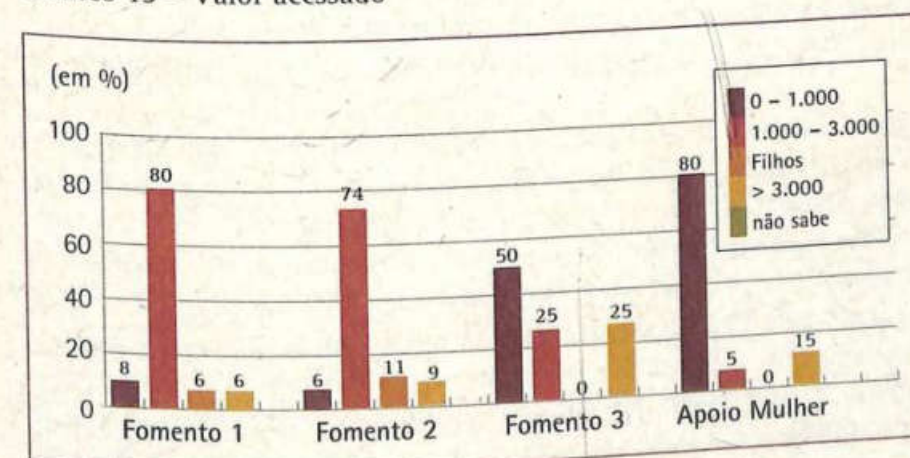
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação ao fomento mulher, apenas 17% das mulheres tiveram acesso. Vale esclarecer que essa é uma modalidade de crédito inicial dos assentamentos, os assentamentos mais antigos, anteriores ao ano 2000, não tiveram acesso a essa modalidade (da nossa amostragem, os assentamentos Bela Vista, Zumbi dos Palmares e Formiga não receberam). Uma realidade que vai de encontro ao número de mulheres titulares de lotes e que acessam outros créditos, pois as políticas voltadas ao gênero feminino muitas vezes não dão conta das particularidades

e demandas deste grupo. Acessar o crédito resulta em uma opção mais masculina e pouco da mulher. É preciso rever, reformular os créditos voltados a esta categoria visando atender às particularidades deste segmento. O fato de serem mais acessados os dois primeiros fomentos também deixa clara essa orientação masculina em decidir como será ordenado o lote agrícola.

Outro fator que pesa contra as mulheres ao acessarem o apoio mulher é o formato de sua liberação. Segundo informações dos técnicos de campo, até o ano de 2011 eram três parcelas anuais de R\$ 800,00. Atualmente, o valor de cada parcela passou para R\$ 1.500,00, perfazendo um total de R\$ 3.000,00 em dois anos. Segundo as mulheres, o valor das parcelas continua muito baixo, pois impede um investimento mais intenso em alguma atividade produtiva, como no caso do gado leiteiro, que exige a aquisição de matrizes e infraestrutura (segundo as mulheres, não dá para esperar para comprar os animais a cada ano). O crédito deve necessariamente ser acessado em grupos de no mínimo 5 mulheres, o que talvez possa contribuir para inibir sua utilização. Pelo que pudemos verificar em campo, a maioria dos projetos sai para a produção de gado leiteiro e subprodutos do leite ou para fruticultura ou cultivo e processamento mínimo de plantas medicinais.

Gráfico 13 – Valor acessado



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Algumas vezes, a falta de acesso se dá pela pouca informação disponível sobre o crédito ou ainda pelo fato de o marido não querer que ela acesse, já que é um dinheiro que teoricamente ela aplicará no lote de forma autônoma.

MUDANÇAS POSSÍVEIS DE PAPEIS POR MEIO DO PODER LOCAL

Nesta seção, passamos a descrever um estudo de caso por nós acompanhado desde 2006, no intuito de aprofundar a análise e mostrar outro caminho para a ação pública com recorte de gênero. Em outro assentamento da região central do Estado, o Monte Alegre, acompanhamos a formação de grupos produtivos que passaram a disputar recursos no programa de Orçamento Participativo no município de Araraquara, em temáticas específicas para as mulheres. A recente criação de duas associações exclusivamente de mulheres, que lutam por alternativas de trabalho e renda através da agroindustrialização de seus produtos, ilustra a luta por autonomia das mulheres. Elas vêm criando alternativas que lhes retornem financeiramente, buscando sua emancipação, dentro dessa lógica em que predomina o nexo monetário. Após um período de perda do valor de seus trabalhos (prioritariamente domésticos), elas estão se adaptando à racionalidade moderna, mas resgatando alguns pontos essenciais de seus papéis enquanto reprodutoras sociais.

As mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre já tinham uma organização informal para a produção de pães, baseada nos seus laços de amizade e vizinhança. A grande participação delas nos programas municipais foi decisiva para que houvesse, nesse momento, uma prioridade em se constituir nesse núcleo uma associação de moradores, que terá como um de seus principais objetivos a produção de pães e bolos como forma de gerar trabalho e renda às “mulheres do pão”.

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos desse grupo de mulheres em relação ao modo como eram e são produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em seus laços de sociabilidade, com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo, mas importante no âmbito da segurança alimentar.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganha novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa Direto do Campo, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de inte-

gração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda a sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivos para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Nesse programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira na região central da cidade. As mulheres do pão passaram a contar com melhores espaços para a produção e para venda que possibilitaram, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, incluí-las socialmente ao município.

A atuação das mulheres do assentamento em âmbito municipal, nesse mesmo período, se deu ainda em outra frente. Elas começaram a participar massivamente dos fóruns do Orçamento Participativo, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, também em 2002, a prioridade sugerida por esse grupo foi a aquisição de equipamentos e a construção de uma padaria industrial no núcleo VI. Essa proposta entrou em disputa com outra de outro grupo de mulheres, do núcleo III do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da “disputa”⁹, embora a prioridade da cozinha tenha sobressaído, as duas iniciativas foram contempladas nesse mesmo ano como se fossem um único projeto. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados¹⁰.

Da execução da obra ao funcionamento da cozinha e da padaria, vale lembrar, a organização das assentadas contou ainda com o apoio da

⁹ Conforme depoimento de uma das integrantes da padaria (núcleo VI), em uma reunião interna de assentados em torno da liberação dos recursos para a execução das agroindústrias, ela chegou a receber ameaças e um chute na canela de um assentado do núcleo III, espécie de liderança que estava lutando para que o investimento do OP fosse para o seu núcleo e não para o outro. Segundo ela, o assentado não é marido ou familiar das mulheres que queriam a cozinha no núcleo III, mas acusou as mulheres do VI de serem incapazes de implementar uma padaria. Isso aconteceu muito em função da demora na execução dos projetos e do risco de se priorizar um ou outro investimento, por parte da prefeitura.

¹⁰ Segundo a coordenadora da Economia Solidária à época, algumas prioridades de geração de trabalho e renda do Orçamento Participativo, entre elas a do Monte Alegre III e VI, que estavam atrasadas desde 2002, passaram à nova pasta para serem solucionadas e para que fosse contemplado aquilo que havia sido aprovado no O.P. Em entrevista, ela nos lembrou de que de 2002 a 2008 as mulheres tiveram que perseverar trabalhando na escola e no barracão comunitário, de forma precária, sendo que a maioria das mulheres do núcleo III desistiu da cozinha, passando a trabalhar de forma individualizada ou indo buscar trabalho fora do assentamento (além do caso de uma mulher cuja família teve que ir embora do assentamento por motivo de doença).

prefeitura de Araraquara, através da Coordenação de Economia Solidária, como também com apoio do Itesp e de grupos de pesquisa universitários. Enquanto essa Coordenação atuou na mediação das verbas que garantiram às assentadas o cumprimento de suas demandas, a fim de que as atividades corressem normalmente, junto com um grupo de extensão universitária foi feito auxílio para elaboração dos estatutos das associações e cursos de capacitação¹¹.

Atualmente, as mulheres da padaria constituíram-se em associação exclusivamente de mulheres, trabalhando em seus respectivos espaços produtivos, que foram construídos e equipados com verbas públicas municipais, contando também com a parceria de outras instituições (Fundação Itesp, Uniara, Unesp, UFSCar, dentre outras)¹². A associação da padaria tem doze mulheres, das quais quatro participam ativamente da produção, enquanto as demais são colaboradoras. O grupo da cozinha não é formalizado como associação, embora seja ligado ao conselho de desenvolvimento rural daquele núcleo e, entre idas e vindas, atualmente apenas duas mulheres estão trabalhando ativamente nesse espaço produtivo. No âmbito do assentamento Monte Alegre, esse tipo de iniciativa está representando uma inovação na forma de gerir o território, uma vez que as mulheres propõem produzir em seus lotes agrícolas as matérias-primas para sua própria agroindustrialização ou comprá-las de vizinhas(os), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a venda, tudo feito pelas mulheres, em parceria com agentes regionais e permeado por relações de vizinhança e de amizade – reforçando importantes laços comunitários –, mas também por rupturas.

Vale ressaltar que produzir pães, bolos e doces caseiros é uma atividade cujas receitas vêm de antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passam a ser um meio de gerar trabalho e renda às mulheres rurais. Elas estão se especializando nisso, contando com alta tecnologia e atingindo um público grande no mercado consumidor de Araraquara. Equipamentos de última geração para a fabricação desses produtos são usados para fazer as receitas de “bolo de fubá da vovó”, assim como elas mesmas definem.

11 Trabalhos desenvolvidos dentro dos projetos: Costa, 2008; Ferrante, 2009.

12 Alguns equipamentos que as mulheres solicitaram e ganharam por meio do Orçamento Participativo de Araraquara são: liquidificador industrial, fogão e forno industrial, batedeira industrial, mesa de inox, seladora para os doces em pedaço, freezer, geladeira, cilindro, balança trifásica, batedor de massa, estufa para pães, panelas e formas especiais, dentre outros.

No entanto, o papel das mulheres no trabalho do lote não mudou tanto, mesmo com atividades produtivas, como no caso da padaria do núcleo VI do assentamento Monte Alegre. Conforme depoimento a seguir, a assentada continua responsável pelo trabalho doméstico, ajuda o marido na roça e participa ativamente do grupo religioso de que faz parte, mesmo com suas novas obrigações na padaria.

Era uma quarta-feira e ela estava no lote cortando cana para dar ao gado que a família cria, ou seja, trabalhando na roça junto com o marido. Ela disse que tivemos sorte de chegar naquele horário (às 10h30min), pois ela tinha acabado de parar com essa atividade e ido para casa fazer o almoço. Falou-nos: “daqui a pouco chega o homem e o almoço tem que estar pronto”, por isso não podia parar para nos atender naquele momento. Perguntamos em quais dias da semana ela estava na cidade para vender os produtos no terminal, e se ela poderia responder algumas perguntas num outro momento. Ela respondeu que às sextas-feiras ela está no terminal de integração e chega tarde em casa, só dá tempo de descansar um pouco. No sábado, ela acorda às 02h30min e começa a preparar as mercadorias para ir à feira da Praça Pedro de Toledo. Volta da feira por volta das 13h00 e logo já precisa ir lavar a igreja, onde participa do grupo de orações e do coral. Só depois disso tudo vai dormir. Descansa no domingo, pois segunda-feira começa tudo outra vez. Bem, provavelmente no domingo ela também tem trabalho doméstico, portanto esse descanso é relativo. (Diário de Campo, 19/03/2009).

Essa assentada é uma das lideranças da associação da padaria, é ela que resolve todos os assuntos e mobiliza as mulheres, seu lote é o mais próximo da padaria. Mesmo com toda sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontra tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

CONCLUSÕES

A análise demonstrou mudanças no cotidiano das mulheres rurais, no campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, as mulheres começaram por tomar a dianteira em questões de infraestrutura, em reivindicações apresentadas à Prefeitura. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda. Por outra

entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

Podemos afirmar que a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

Este aprendizado também se dá em esferas organizativa e produtiva. No entanto, a abertura de poder público municipal à transformação possível dos papéis das mulheres assentadas não se deu sem atalhos e muitos paradoxos, pois a prática de ampliar a participação popular se mesclou a muitos traços de clientelismos e de uma cultura da dádiva.

Como afirmado, a construção de uma nova identidade política e mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (re)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, levem a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Entretanto, pode-se afirmar que o papel da mulher nos dias atuais tem superado em parte aqueles que se consolidaram historicamente (qual seja, o de procriar e cuidar da família), acrescentando outros espaços que vêm conquistando, que não aqueles da esfera doméstica. Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas das decisões. As políticas públicas, por vezes, não focam o segmento feminino – embora as mulheres busquem participar de projetos públicos voltados para a produção ou instalação de equipamentos sociais. Outras vezes, são limitadas às informações das assentadas sobre as possibilidades de utilização de crédito. Há outras situações a considerar.

Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pelo autoconsumo e pela diversificação das atividades agrícolas – são desqualificadas pelo modelo de economia convencio-

nal. Entretanto, a relação entre cidadania, políticas públicas e trabalhadoras rurais não pode ser discutida somente pela lógica do mercado. Estão sendo deixadas de lado questões essenciais à economia feminina e à satisfação das necessidades humanas.

A produção do viver, a dimensão econômica (mesmo que não monetária) do trabalho das mulheres na reprodução, além das desigualdades sociais geradas pelo restrito acesso aos bens, à renda e aos serviços exigem a associação da questão da cidadania das políticas públicas a outros conceitos e à construção de outros olhares.

Questões que, com certeza, devem compor uma agenda de pesquisa sobre a mulher assentada e trabalhadora rural e, além disso, podem estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- COSTA, M.B.B. da. Apoio à Construção de Processos de Geração de Ocupação, Renda e Sustentabilidade na Agricultura Familiar Paulista. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2008.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no MERCOSUL. Brasília: MDA, 2006 (série NEAD Debate, n.9).
- BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, pp.351-371.
- DUVAL, H.C. Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009, 194 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.
- FERRANTE, V.L.S.B. Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais, Projeto de Pesquisa, CNPq, 2009.
- FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C. Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso), v.40, pp.15-39, 2011.
- LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Nead Debate 14. Brasília: MDA, 2008.
- MARTINS, V.S. Lugar da Morada: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da reforma agrária. 2009, 218 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, L.S. Assentamentos Rurais e Gênero: temas de reflexões e pesquisa. In: LOPES, A.L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Nead Debate 14. Brasília: MDA, 2008.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) Retratos de Assentamentos, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WOORTMANN, E.F. Da dependência à complementaridade. Anuário Antropológico, Brasília, n.79, UnB, 1993.

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER SEM TERRA: "DITOS" E "NÃO DITOS" NO JORNAL SEM TERRA

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo¹

RESUMO¹

O texto mobiliza leitores a descobrirem interfaces que se realizam na sua construção teórico-metodológica. Através da leitura de matérias do *Jornal sem terra*, faz diálogos com entrevistas e diário de campo e produz argumentações em conversa com a antropologia, sociologia e história. O *Jornal sem terra* é produzido desde o ano de 1981 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este traz na sua origem a marca de "movimento de família" que o distingue em relação aos sujeitos sociais que integram a organização de outros movimentos sociais rurais e urbanos (ex: movimento sindical, centrais sindicais) e de partidos políticos. A mulher é levada a produzir sua existência de forma subordinada à condição familiar e conjugal. Mas o texto identifica marcações destoantes de mulheres rurais que buscam construir identidades políticas e profissionais e o reconhecimento de sua condição de classe social.

¹ Professora do Departamento de Economia Doméstica/UFC. Doutora em Sociologia/UFC. Coordenadora Estadual do Programa Residência Agrária. Vice-coordenadora e docente do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas/MAPP/UFC e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFC. Pesquisadora do CNPq. E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com.

Palavras-chave: *Jornal sem terra*, Movimento de Família, Mulher Rural, Ação Política.

ABSTRACT

This paper mobilizes the readers so as they can discover interfaces that happen within its theoretical and methodological construction. Through the reading of No Land Journal papers, its dialogues with interviews and field diaries and produces arguments involving anthropology, sociology and history. The No Land Journal is published since 1981 by the Movement of Rural Workers Without Land (MST). This carries in its origin the mark of "Family Movement" that distinguishes it from social matters that integrate the organization of others rural and urban social movements (ex: syndicates and unions) and political parties. The woman is bound to produce her existence in a subordinate way in relation to family and marital status. However, the paper identifies distant positions of rural women who seek to build political and professional identities and the recognition of her social class condition.

Key-words: *No Land Journal*, Family Movement, Rural Woman, Political Action.

INTRODUÇÃO

A sociabilidade de homens e de mulheres está diretamente vinculada à construção das relações entre os gêneros masculino e feminino. Analisar tais dimensões, do ponto de vista feminista e dos estudos culturais, requer adentrar nos princípios que regem essas produções e demanda a leitura analítica das estratégias adotadas na organização e produção das especificidades da cultura societária estudada. As diferentes sociedades geram cultura ao definir suas práticas sociais e, também, o sentido peculiar que singulariza as identidades dos gêneros masculino e feminino. O presente artigo dialoga com o segmento de trabalhadores rurais, os sem terra, que organiza o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compreendido como um grupo social com profundo pertencimento ao modo de vida e de produção da cultura camponesa e faz interfaces com os princípios que orientam as relações entre os gêneros masculino e feminino nesse Movimento. Pretende-se desenvolver um texto narrativo de caráter argumentativo, com base em matérias publicadas no *Jornal sem terra* (JST), com recorte histórico de junho/1981 a novembro/1989 e em registros de diários de campo e entrevistas realizadas com dirigentes do MST, considerando-se possíveis limites analíticos na análise discursiva do JST.

A presença de mulheres, crianças, idosos e jovens fabrica cenários e cartografias diferentes nos tempos e espaços das lutas protagonizadas pelo MST, como as ocupações de terra e acampamentos² rurais, as ocupações de prédios públicos, as marchas, dentre outras manifestações de caráter político. Isto se dá porque o Movimento gera distinções, em relação a outros movimentos sociais e partidos políticos, ao integrar no seu discurso e prática militante as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política do grupo social envolvido e, também, pelo sentido familiar que move a produção, o trabalho e o modo de vida camponês, que, segundo Carneiro (2008, p. 258), também se organiza a partir das relações de parentesco.

MOVIMENTO DE FAMÍLIA: PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO DO MST?

Na sua origem, o MST se constrói incorporando todos os membros da família em suas ações políticas. A marca de "movimento de família" distingue o MST em relação aos sujeitos sociais que integram a organização de outros movimentos sociais rurais e urbanos (ex: movimento sindical, centrais sindicais) e de partidos políticos³. Tal marca delineia o princípio central que organiza o Movimento. Mas como a família e, no caso deste estudo, a mulher sem terra são consideradas e inseridas na construção desse Movimento? A formação política do MST, compreendido como movimento de família, é aqui problematizada, para dar visibilidade ao seu caráter não relacional e de exploração sobre o gênero feminino. As práticas políticas que orientam a criação do Movimento não são movidas por transações que se ancoram em relações de parentesco e familiares, e sim, em relações que são mobilizadas com recursos de dominação. Ou seja, a condição de participação da família no MST, e, sobretudo, da mulher, considerada como elemento central de análise neste texto, mantém-se subordinada ao modelo histórico e cultural, de reprodução social, que descredencia os domínios do poder feminino e

2 A ocupação de terras improdutivas e a organização de acampamentos são ações políticas, do MST, que inauguram modos de reivindicação para exigir, do governo federal, a aplicação da Lei do Estatuto da Terra e a realização da Reforma Agrária no país.

3 Historicamente, o movimento sindical e as centrais sindicais dirigem, prioritariamente, sua luta para a dimensão econômica, e nesse sentido o sujeito da ação sindical é o trabalhador. Os partidos políticos, embora tratem as diferentes dimensões da existência humana (política, educação, economia, cultura etc.), trazem na sua cultura política a naturalização desse espaço como sendo qualificado para o gênero masculino. Somente com a luta dos movimentos feministas e de mulheres essas construções sociais são estranhadas e paulatinamente alteradas com a inserção e atuação das mulheres nesses espaços.

a importância do trabalho da mulher para a reprodução individual e coletiva do gênero masculino.

Desde cedo, mulheres, nos seus papéis de órfãs, viúvas, mães, avós, filhas, irmãs, cunhadas, são submetidas, por situações adversas de caráter social, econômico e político, a deslocamentos geográficos e percorrem, com os familiares, caminhos rurais em busca de terra e de trabalho, para alimentar a esperança de viver. É na condição de subordinação à posição conjugal nos seus diferentes papéis que mulheres somam-se à luta pela terra. Iluminar tais diferenciações é central para a compreensão da materialidade de origem e o sentido da mobilização dessas mulheres, que participam das ocupações de terra e fortalecem os acampamentos para defender a sobrevivência dos filhos, acompanhar o marido e reconstituir a organização do núcleo familiar em novas bases.

O exercício de desnaturalização de discursos jornalísticos pode trazer aberturas para se divisar formas próprias de dominação entre os gêneros no segmento da sociedade camponesa aqui tratada? O texto jornalístico do MST, que inicia sua produção no ano de 1981⁴, realça a posição subordinada da mulher na relação conjugal e reafirma a família como o núcleo mobilizador das lutas por terra e trabalho livres. As matérias descrevem as condições de vida de posseiros, de colonos e de seus familiares, que, expulsos de glebas de moradia e produção, se organizam e levam, para os sindicatos e o recém-criado Movimento de Solidariedade aos Sem Terra (em 1984 dá origem ao MST⁵), denúncias de expulsão, maus tratos e expropriação das mínimas condições de existência das famílias.

A aliança do MST com o movimento sindical traz o sentido de luta ainda inscrita no estatuto econômico e produtivo, e nesse contexto a imagem dominante é produzida e atribuída ao gênero masculino, representada pelo agricultor e se expressa no controle político da luta, da exploração do trabalho e na reafirmação de seu papel como provedor da família e representante do casal na organização social. O uso desse poder orienta as relações e a forma de dominação entre os gêneros.

4 As primeiras matérias trazidas, neste texto, para análise fazem parte de um Jornal embrião do Jornal sem terra, chamado de Boletim Informativo Sem Terra, que tem seu primeiro exemplar lançado em maio de 1981. O material mimeografado é produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) visa divulgar as primeiras ações de ocupação de terra no Rio Grande do Sul, nos estados da Região Sul e depois no País.

5 Sobre a história do MST, consultar FERNANDES, Bernardo M. & STÉDILE, João Pedro, 2005, p. 47.

O "mundo de origem" consagra identidades sociais, "transmissão dos valores, virtudes e competências" (BOURDIEU, 2008, p. 75) para reafirmar a filiação e a distinção no interior de uma cultura social. A reprodução da lógica sexuada se expressa na distribuição de tarefas e de espaços de participação, que Bourdieu chama de "a ordem das coisas".

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (2003a, p. 17).

Mas, nos acampamentos, as atividades humanas que geram, historicamente, a ordem sexuada, e organizam de forma binária o trabalho dos gêneros masculino e feminino são deslocadas para a esfera pública e ganham status de ação coletiva. A criação de espaços de organização coletiva nos acampamentos se faz com a definição de lugares para a realização das assembleias; das reuniões das comissões; da montagem das barracas para o repouso; da guarda, preparo e distribuição dos alimentos; de espaços para o lazer e a escolarização das crianças.

Os serviços (realizados nos espaços da casa e por mulheres) transferem-se para os coletivos políticos que se transformam em campos de experimentação e de aprendizado de um novo fazer político para as mulheres. A socialização e a ação coletiva em atividades como: o cuidado com as crianças; o preparo e a distribuição dos alimentos; a limpeza dos arredores; a construção e manutenção das "barracas de lona"; as reuniões das comissões (com destaque para as de saúde e de educação); a organização do uso individual e coletivo dos recursos hídricos; a tomada de decisão sobre doenças e acesso à escola passam a ser tratadas, prioritariamente, não mais como questões de responsabilidade do núcleo familiar, mas dos coletivos políticos.

As atividades domésticas transformadas em práticas coletivas desestabilizam, parcialmente, os modelos binários sexuados e produzem e atribuem às mesmas status de tema político, pois passam a ser discutidas nas grandes instâncias deliberativas dos acampamentos diante da priorização da sobrevivência e da permanência das famílias na luta pela desapropriação da terra. Mulheres acompanham esse caminho, ou

seja, saem do estrito espaço familiar, dirigem-se para as assembleias e integram as comissões, porque as questões de seu interesse imediato se movem para os espaços e o campo políticos.

A família, como nucleação restrita (casal e filhos), e o homem na sua posição de autoridade familiar reduzem seu poder diante da diminuição das fronteiras entre o mundo privado e o mundo público. A luta pela conquista da terra ganha centralidade e a organização coletiva sobrepõe-se à organização familiar. Os interesses são homogeneizados para dar unidade à luta, para garantir a resistência do coletivo.

O deslocamento das atividades do mundo da casa para o campo político significa para as mulheres a familiarização, o uso, o aprendizado de instrumentos políticos, como o exercício da fala, da tomada de decisão, mas ainda de forma diferenciada, porque está a tratar de conteúdos que têm origem no mundo privado. As mulheres adentram a esfera pública e política sim, mas de forma distinta, pois as relações de poder mantêm relações de gênero desiguais ao reproduzir no espaço público relações imbricadas de gênero e de classe, de natureza patriarcal.

Por outro lado, nem todas as mulheres mobilizam-se para os espaços públicos e nem fazem a transferência das atividades domésticas para o âmbito público dos acampamentos. Nesse sentido, as condições e os modos de apropriação dos bens políticos (discurso, dialética, retórica, linguagem, símbolos) realizam-se de forma diferenciada em cada mulher. Embora grande parte legitime o discurso, as práticas, os símbolos adotados pelo MST, há aquelas que mantêm práticas orientadas por sua histórica condição de subordinação e aquelas que resistem e mantêm a ordem sexuada para fazer funcionar sua vida material e simbólica e/ou por pressão do gênero masculino.

A formação política da mulher, nos acampamentos, embora seja objetivada em conteúdos (saber-fazer doméstico) de seu domínio, expressa um sentido diferente para a experiência vivida. Ganha significação política e importância na luta das mulheres. Gera um novo modo de utilização e de aceção para tais atividades onde o ato político passa a atribuir valor e sentido ao trabalho das mulheres.

A passagem da "experiência existencial" para a região do "sentido do significado" pressupõe um "ato de conhecimento", uma "operação de decifração e decodificação" (BOURDIEU, 2008, p. 10) que se realiza

com a mobilização das mulheres na construção relacional entre o mundo privado e o mundo político. A partir dos saberes aprendidos na experiência existencial e cotidiana, as mulheres criam as condições de aprendizado de um fazer político, afirmam suas competências desempenhando a liderança nas atividades das comissões de educação, de saúde e da mística.

Começam a "plantar sementes" para a própria filiação no interior da classe trabalhadora. As mulheres descobrem-se trabalhadoras, mas limitadas ao mundo da necessidade. Sua atividade laboral não é reconhecida no mundo público, no espaço político. A compreensão de valores e sentidos diferenciados, atribuídos ao trabalho produtivo entre os gêneros e a percepção de que a natureza das ações coletivas é regida por códigos de gênero, mobiliza as mulheres a buscarem formação política no movimento sindical rural (JST, maio/1982, p. 02); a descobrirem a existência de movimentos de mulheres (JST, agosto/1984, p. 07) e a encontrarem mulheres com atuação militante em sindicatos rurais (JST, setembro/1984, p. 10).

"Divina Francisca de Oliveira, lavradora, mãe de quatro filhos e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás Velho, estado de Goiás", é a primeira mulher a ganhar as páginas do *Jornal sem terra* (Setembro/1984, p. 12). Sua fala nos desvela os instrumentos de controle que impedem a participação da mulher na luta sindical. Indica que sua entrada no movimento sindical se dá porque já havia familiares atuando "nos trabalhos da Igreja" e no Partido dos Trabalhadores; que a postura das mulheres é dubia, ora admiram sua atuação política, ora demonstram preocupação. Mas Divina anuncia que o apoio da família é muito importante para a sua atuação política. Ao aconselhar as mulheres lavradoras, a sindicalista sugere que "venham para a luta conosco, para que nossos filhos sejam pessoas de cabeça erguida, que não sejam explorados como nós somos". Divina não se individualiza como mulher, mas se insere na luta como membro familiar que traz o propósito da busca de mudanças para os filhos, embora compreenda a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como "um sindicato" e um "modo de unir a classe trabalhadora".

As mulheres que atuam num novo protagonismo sindical, ao perceberem "um não lugar" da mulher nos movimentos sindical rural que são "historicamente instituídos e hegemônicos por posições do gênero masculino e com o caráter produtivo e econômico" (ESMERALDO, 2011, p. 123), voltam-se para desenvolver,

Iniciativas e a construir organizações de caráter específico onde iniciam e passam a realizar o debate sobre sua condição subalterna e invisível, frente à luta, que aglutina a classe trabalhadora rural que se organiza na década de 1980 no Brasil. A organização de movimentos autônomos de mulheres rurais é construída na década de 1980 em várias regiões do Brasil, e vai se constituir como campos de força e como campos de lutas específicos, para a produção de uma identidade produtiva, com o ofício de trabalhadora rural e de uma identidade política para a mulher rural (ESMERALDO, 2011, p. 124).

De forma estratégica, mulheres do MST aliam-se aos Movimentos Autônomos de Mulheres numa busca de solidariedade e afiliação ao grupo e ao gênero feminino e passam a participar de seus eventos formativos e de suas ações políticas. Tais articulações são decisivas para a reivindicação, junto à direção do Movimento, de 30% de mulheres, na condição de delegadas, que vai garantir a presença de mais de 300 mulheres sindicalistas e militantes no 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba/PR.

A construção simbólica de identidades políticas entre as mulheres sindicalistas e sem terra é tratada, durante o 1º Congresso Nacional do MST, de forma planejada, articulada, e através do uso de diferentes formas, recursos e estratégias comunicativas para transacionar com o gênero masculino o acesso ao poder e aos espaços de decisão nas instâncias de deliberação do Movimento. Utilizando-se de alianças com mulheres inseridas no mundo da informação, garantem uma Coletiva com a Imprensa, realizada por jornalistas da imprensa nacional⁶, que envolve cinco mulheres lideranças de expressão nacional: Elizabeth Teixeira (Liderança política e viúva do líder das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira, na Paraíba), Maria Oneide da Costa Lima (Liderança na região de Conceição do Araguaia/Pará), Maria de Fátima Lima Bandeira (Liderança sindical do município de Thomé Açu/Pará), Santina Gracielle (Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso do Sul) e Maria Pinheiro Pereira (membro da Comissão Executiva Estadual dos Sem Terra do Paraná). Consulta ao JST (Fevereiro/1985, p. 13).

6 Participam da Coletiva os Jornais: O Estado de São Paulo (São Paulo), o Jornal do Brasil (Rio de Janeiro), A Folha de Londrina (Paraná), o Correio de Notícias (Paraná) e a Revista Isto É (São Paulo).

Ainda no 1º Congresso organizam grupos de trabalho; asseguram homenagens às três mulheres⁷ consideradas expressões da luta camponesa nacional e realizam a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra, onde discutem suas reivindicações específicas e produzem um documento que é lido, aplaudido no encerramento do Congresso e incorporado ao Documento Final do evento. No documento, reivindicam a participação⁸ das mulheres na 1ª Coordenação Nacional do MST, instalada nesse Congresso.

O 1º Congresso do MST é um espaço social voltado à organização de um campo político para um estrato da classe trabalhadora. As mulheres, não tendo existência nem reconhecimento social, enquanto classe, necessitam criar situações, espaços simbólicos, na estrutura objetiva do Congresso, para galgarem situações sociais de classe (BOURDIEU, 2003b, p. 18). Tomam posição a partir de sua diferença, de seu traço distintivo – como mulheres, mas denunciando o habitus, as disposições historicamente inscritas nos seus comportamentos, como elementos de classificação hierárquica e produtora de subordinação entre os gêneros.

Volta-se ao debate: Qual o grau de pertencimento dessas mulheres e o seu reconhecimento por um movimento que guarda como princípio organizativo a família?

Ora, mulheres necessitam ocupar espaços no 1º Congresso do MST para construir um espaço político para si e no interior da classe trabalhadora; trazem situações alicerçadas na experiência e na existência próprias; trazem situações alicerçadas na experiência e na existência próprias das mulheres e publicizam a fala de mulheres no campo político sindical, para afirmar práticas e representações de novos sujeitos políticos – a mulher rural. Imagens e linguagens simbólicas são delineadas e trabalhadas para dar força à mulher militante do movimento sindical a fim de criar as condições materiais de existência, de relações objetivas num movimento social que se delineia como “movimento de família”.

Mas a participação das mulheres no 1º Congresso do MST, embora as aproxime de um espaço social, político e de classe e produza novos aprendizados e aquisições, não significa que as integre ou que dê a

7 São homenageadas como Símbolos da Resistência: Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, então Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB; Elizabeth Teixeira, do estado da Paraíba; e Irmã Aurélia Duranti, religiosa italiana da Congregação Franciscana do Verbo Encarnado (JST, fevereiro/1985, p. 19).

8 Duas mulheres são inseridas na primeira coordenação nacional. São elas: Santina Gracielle, do estado do Mato Grosso do Sul, e Olinda Maria de Oliveira, do estado da Bahia (JST, fevereiro/1985, p. 18).

elas existência ou que as unifique como classe. Tais experiências são interiorizadas e objetivadas de forma diferenciada por homens e por mulheres e segundo as condições particulares de existência e a ordem social e sexuada do mundo de origem de cada um. A constituição identitária da mulher tem origem histórica, nas práticas e experiências vivenciadas no âmbito doméstico e tais códigos são transferidos e se mantêm como representação simbólica nos atos políticos desencadeados pelas mulheres durante o encontro.

O caminho de lutas para o reconhecimento da ação política das mulheres se manifesta como um campo de conflitos e de tensões com profundas raízes no sistema patriarcal. A possibilidade de coexistência na diferença, no interior do Movimento, não se realiza e as mulheres em contínuo movimento para a sua autorrepresentação política reagem, voltando-se na direção de sua atuação formativa e política através do fortalecimento de suas alianças com os Movimentos Autônomos de Mulheres⁹.

O DISCURSO DO GÊNERO FEMININO NA PÁGINA DA MULHER. A DIFERENÇA COMO ESTRATÉGIA DE CONFLUÊNCIA DE INTERESSES?

"A ação é uma atividade que possui gênero" (STRATHERN, 2006, p. 22). *A ação política de homens e de mulheres sem terra e de homens e de mulheres sindicalistas possui gênero.* Nesse sentido, pergunta-se: Qual o significado atribuído pelos homens sobre as imagens ampliadas pelas mulheres, como dimensão política, no Congresso? Como decodificar seus significados? Quais as formas de "troca" que se operam nas relações entre os gêneros masculino e feminino?

Visando a promoção de uma única perspectiva, que prioriza a lógica política masculina, para o gênero masculino, envolto na criação e organização do MST como movimento de caráter unitário e classista, incorporar a fala do diferente, do Outro, expresso pela imagem da mulher, implica em correr inúmeros riscos: seja o de quebrar a unidade da luta, seja o de desocultar práticas patriarcais, seja o de alterar uma ordem social de caráter sexuada, que classifica e define lugares diferenciados para homens e mulheres.

Nesse sentido, as socialidades vividas pelas mulheres nos espaços domésticos não parecem se adequar às socialidades públicas vividas pelos homens.

⁹ Sobre aspectos históricos, organizativos e de concepção desses movimentos, consultar Esmeraldo, 2011.

Aceitar as mulheres nos espaços públicos significa aceitar a entrada do privado no mundo político, significa admitir a ampliação do sentido de sociedade e de indivíduo. A sociedade não seria, unicamente, compreendida como espaço da política protagonizada pelo masculino, mas teria a inserção de outra individualidade, a da mulher. Tratar a questão a partir dessa ótica expressa a possibilidade do MST se colocar como movimento social no contexto de uma sociedade maior e, nesse sentido, de ampliar alianças com outros segmentos organizados da sociedade civil, inclusive com os movimentos feministas e partidos políticos "de esquerda" para apoiar sua luta.

Mas a ação política do gênero masculino, segmento hegemônico no Movimento, transita em duas direções: uma, construída em ações práticas voltadas para ter o controle sobre a natureza, o modo de constituição de sua existência coletiva e assim, dar sentido e razão lógica à constituição do MST como movimento de caráter classista; outra, assumindo o confronto das ideias e a criação de mecanismos de reconhecimento das diferenças existentes e tensionadas pelas mulheres.

Assim é que o MST negocia, faz, apenas, consentimentos às mulheres. Permite o uso de uma *Página da Mulher* no *Jornal sem terra* e a "autorização" para as mesmas atuarem "fora dos muros" da militância do MST, nas ações organizadas pela Comissão Nacional de Mulheres do Departamento Rural da CUT.

A *Página da Mulher* chega ao JST, a partir do número 42, veiculado em fevereiro de 1985. Um desenho de duas mulheres constrói a simbologia da página que passa a trazer matérias sobre a presença das mulheres nas ocupações e acampamentos, entrevistas com mulheres dirigentes sindicais (JST, junho/1985, p. 13), ações organizadas das mulheres rurais pelo direito à sindicalização (JST, dezembro/1985, p. 12; março/1986, pp. 13-14), manifestações públicas das mulheres no dia 8 de março (JST, abril/1986, p. 17) e lutas pelo seu direito de ser reconhecidas como trabalhadoras rurais (JST, abril/1986, p. 17).

A luta das mulheres por identidade própria se baseia na contradição, quando, ao reivindicarem igualdade de direitos nos movimentos sociais rurais, o fazem com base no corpo de mulher, na sua função reprodutiva, ou seja, na sua diferença sexual. Nesse sentido, são os Movimentos Autônomos de Mulheres o campo político privilegiado de formação para a conscientização de si, como coletivo político e para um "agir em seu próprio nome" (SCOTT, 2002, p. 18).

As mulheres rurais produzem uma pauta de reivindicações específica que é dirigida ao movimento sindical e ao Estado brasileiro. Para o movimento sindical, agenciam a sindicalização, o reconhecimento como categoria de trabalhadora rural; com o Estado, além do reconhecimento da categoria de trabalhadora rural, exigem direitos de cidadania como aposentadoria e licença maternidade. As mulheres usam "a ambiguidade da representação a seu limite extremo", ao mostrar que os homens não podem representá-las na luta pelo direito à licença maternidade (SCOTT, 2002, p. 52).

O discurso das mulheres rurais como os discursos do movimento feminista trazem à tona a forma contraditória em que se faz o encaminhamento das lutas sobre "individualismo, sobre direitos e obrigações sociais do indivíduo" (SCOTT, 2002, p. 25).

Para Scott (2002, p. 26),

O feminismo era um protesto contra a exclusão política da mulher: seu objetivo era eliminar as 'diferenças sexuais' na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das 'mulheres' (um produto do próprio discurso da 'diferença sexual'). Na medida em que o feminismo defendia as 'mulheres', acabava por alimentar a 'diferença sexual' que procurava eliminar. Esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a 'diferença sexual' – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história.

Sendo o "campo de forças" das mulheres rurais permeado pela afirmação de sua diferença sexual, por outro lado, o seu "campo de lutas" se materializa na reivindicação por seu reconhecimento como sujeito universal de direitos iguais ao Outro – o homem. A diferença expõe e "revela os limites da universalidade" dos direitos políticos e da representação masculina (SCOTT, 2002, p. 51).

A aparente oposição (igualdade x diferença) é abordada por Scott como discursos e movimentos de caráter paradoxal. A historiadora sugere a superação das tensões construídas pelo movimento feminista que considera e trata as lutas como dicotômicas e ambíguas, ou seja, como igualdade ou diferença. Sua proposta de debate se faz pela compreensão das contradições e de incorporação das duas vias de debate como possibilidades e opções possíveis, para que o conflito e a contradição possam se mostrar na sua forma relacional e possam ser discutidas na sua complexidade (SCOTT, 2002, pp. 47-48).

Durante a realização do 1º Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural¹⁰, o debate central das mulheres trata da criação de estratégias de luta para o reconhecimento de sua participação no processo produtivo, nos movimentos sindicais, partidos políticos, movimentos populares e movimento sem terra. Aponta e analisa suas diferenciações e a necessidade dos espaços políticos incorporarem tais especificidades. Reafirma, no entanto, a articulação entre a problemática específica vivenciada pelas mulheres e sua relação com o campo político das lutas "ditas" gerais lideradas pelo gênero masculino.

A diferença, segundo Strathern (2006, p. 152), não pode ser tratada "nos modelos de relações de gênero baseados em papéis sexuais", pois corre o risco de aprisionar a representação das mulheres em relação aos homens numa "categoria" "antagônica".

Para a autora,

A fórmula de minha preferência é a de que gênero demarca diferentes tipos de atuação (agency). As pessoas impactam [impinge] umas às outras de maneira diferenciada, e imaginar âmbitos de eficácia "masculinos" e "femininos" torna-se uma maneira de trazer à tona esses diversos tipos (apud Wagner, 1974, p. 112). Por um lado, a eficácia deriva da ação coletiva, baseada no compartilhamento de identidade; por outro, de relações particulares, baseadas na interdependência e na diferença entre pessoas. Assim, as imagens de gênero diferenciam a socialidade que, por conseguinte, é concebida como assumindo sempre uma das duas formas (STRATHERN, 2006, pp. 152-153).

A pauta política de luta das mulheres rurais é construída para interligar as relações entre o gênero masculino e o gênero feminino. Seja no trabalho produtivo, seja na ação militante, as mulheres defendem sua presença e participação e produzem valores distintos dos valores a elas atribuídos no âmbito familiar. Deslocam valores de caráter cultural para o campo de valores políticos. Criam elos, vínculos entre o saber-fazer das mulheres e a organização social e política dos movimentos. Trazem, em seus discursos e práticas políticas, rupturas com a visão dicotômica dos gêneros (político x doméstico; produção x reprodução), além de instituírem uma "eficácia" própria na ação política ao defini-

10 O 1º Encontro realiza-se em São Paulo/SP em novembro de 1986 e reúne trinta e cinco mulheres de dezesseis estados do Brasil (JST, novembro/dezembro, 1986, p. 13).

rem duas datas de caráter simbólico para dar sentido ao caráter político e público da luta das mulheres. Elegem o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia oito de março e o dia 12 de agosto, "data da morte de Margarida Maria Alves", como datas para suas ações públicas e de âmbito reivindicatório (JST, novembro, dezembro/1986, p. 13).

A participação das mulheres rurais na construção da Constituição Federal de 1988 é importante passo na materialização de sua forma de atuação (agency), integrando lutas específicas às lutas gerais (JST, fevereiro, março/1987, p. 08). Mas as condições de atuação política para as mulheres necessitam ser produzidas e por elas incorporadas, numa confluência a se realizar em torno de duas dinâmicas concomitantes: a formação teórica e a ação prática das mulheres, como forma de apropriação de componentes ideológicos e analíticos e de garantia da formação na luta.

O JST (Maio/1987, p. 13) divulga as atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais nos estados do Espírito Santo, Paraíba, Pará e Rio Grande do Sul. De forma plural, as mulheres realizam encontros estaduais, regionais, que culminam com atos públicos nas praças das cidades e capitais dos estados. Essas ações públicas são resultado de planejamento prévio que se realiza em temporalidade e territorialidade ampliadas. Durante dois ou até três meses da data que antecede o evento, as mulheres organizam reuniões em sindicatos rurais com a participação de mediadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para estudarem sobre temas relacionados à Reforma Agrária, Direitos Trabalhistas, Conjuntura Política, Organização Política e prepararem suas pautas de reivindicação que se dirigem aos movimentos sindicais, ao Governo Federal e à Assembleia Nacional Constituinte (JST, maio/1987, p. 13; março/1988, p. 18).

A formação política é orientada pela matriz marxista e com essa dimensão ideológica as mulheres sem terra realizam, através dos exemplos do JST (julho/1987, p. 18; setembro/1987, p. 14; dezembro/1987, p. 13), o estudo, em três etapas, sobre a Formação Econômica da Sociedade, cuja página é denominada de "História do Trabalho da Mulher" em parceria com a Comissão Nacional de Mulheres do Departamento Rural da CUT. Produzem, ainda, um texto/síntese denominado "A mulher na sociedade capitalista", que é assinado pela Comissão Nacional de Mulheres do MST¹¹ (JST, janeiro/1988, p. 12).

¹¹ A organização interna das mulheres sem terra se dá, primeiro, com a criação do Setor de Mulheres em 1985, em alguns documentos, também chamado de Comissão Nacional de Mulheres

Durante o IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra trinta e nove delegadas representam as mulheres sem terra e em matéria no JST (Fevereiro/1988, p. 13) avaliam que a baixa participação (menos de 20% do total de delegados) é compreendida tendo como indicadores a baixa mobilização e organização das mulheres, o não reconhecimento de seu trabalho nas ocupações de terra, a restrita presença nas esferas de decisão. A ação política das mulheres rurais é, permanentemente, avaliada para apontar os rumos de sua atuação formativa e, nesse sentido, identificam a necessidade de preparação de sua militância para assumir e ampliar novas funções e espaços gerais de decisão, tradicionalmente ocupados pelo gênero masculino. Também compreendem o desafio de provocar o debate coletivo entre os dois gêneros para que as tarefas domésticas possam ser compartilhadas com o gênero masculino. Reafirmam o entendimento de que a luta que realizam integra a luta de classes e que a mulher tem, também, um papel protagonista nessa história. "Elas lutam, sobretudo, pela dignidade, em qualquer função ou lugar" (JST, março/1988, p. 18).

A descoberta de especificidades na ação política da mulher sem terra, no interior do MST, passa a ser decodificada por suas militantes. Os princípios que regem a organização social e a socialidade entre os gêneros começam a ser desnaturalizados pelas mulheres. Colocam em questão a textura da cultura camponesa, dialogando com outras culturas e alimentando-se do ideário de organizações feministas que, no espaço urbano, questionam as relações de poder hegemônicas pelo gênero masculino.

O autorreconhecimento identitário é produzido pelo reconhecimento da diferença, que é positivado no âmbito da política, para dar força a um discurso de igualdade social. Compreender-se como individualidade e também como sociedade na sua dimensão multifacetada, plural. Eis o desafio a se iluminar para as mulheres sem terra. E mais, como mulher rural, como atuar para produzir um lugar social e político como mulher sem terra? Potencializa-se o debate sobre a pluralidade humana, que não mais se limita à bicategorização hierárquica de sexo/gênero, que trata-se, agora, de problematizar as diferentes experiências das mulheres, as várias formas de assujeitamento, as diferentes condições de vida "que as faz alcançar a liberdade de forma desigual" (ESMERALDO, 2006, p. 829).

O campo da luta se amplia e adentra o "terreno mais amplo da sociedade civil" ao romper com os limites da oposição igualdade-diferença; ao

propor o debate sobre o lugar social de mulheres, no plural; ao relacionar rupturas culturais, ligadas ao reconhecimento político, à denúncia (embora inicial, nessa década) do desigual tratamento econômico. E o debate acadêmico continua.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2008.

_____. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. 4ª edição. Campinas, SP: Papi-rus, 2003b.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, Luiz Flávio; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.) *Mundo Rural Brasileiro. Ensaios Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008, pp. 255-269.

ESMERALDO, Gema G. S. L. *Mulher Rural no Brasil: Estratégias para o reconhe-cimento de ofícios e ação política*. In: *Revista Latinoamericana PACARINA de Ciencias Sociales y Humanidades. Mujeres, la otra mitad. Subalternas, invisibles e inaudibles*. Salta/Argentina: Fundación Rescoldo, pp. 122-138, 2011.

_____. *O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mu-lheres*. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, vol. 14, nº 3, pp. 829-831, 2006.

FERNANDES, Bernardo M.; STÉDILE, João Pedro. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SCOTT, Joan. *A Cidadã Paradoxal. As feministas francesas e os direitos do ho-mem*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2002.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva. Problemas com as mulheres e proble-mas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

Exemplares dos Jornais:

Boletim Informativo Sem Terra (1982). Rio Grande do Sul: CPT, maio.

Jornal sem terra. São Paulo: MST, agosto, 1984.

_____. São Paulo: MST, setembro, 1984.

_____. São Paulo: MST, fevereiro, 1985.

_____. São Paulo: MST, junho, 1985.

_____. São Paulo: MST, dezembro, 1985.

_____. São Paulo: MST, março, 1986.

_____. São Paulo: MST, abril, 1986.

_____. São Paulo: MST, novembro-dezembro, 1986.

_____. São Paulo: MST, fevereiro, março, 1987.

_____. São Paulo: MST, maio, 1987.

_____. São Paulo: MST, julho, 1987.

_____. São Paulo: MST, setembro, 1987.

_____. São Paulo: MST, dezembro, 1987.

_____. São Paulo: MST, janeiro, 1988.

_____. São Paulo: MST, fevereiro, 1988.

_____. São Paulo: MST, março, 1988.

A CONSTRUÇÃO DA SUBALTERNIDADE DA MULHER DO CAMPO: SABERES POLÍTICOS DE UMA LUTA POR EMANCIPAÇÃO¹

Allene Lage²

79

Estudos Universitários

RESUMO

Este artigo pretende discutir a construção histórica da subalternização da mulher do campo, a partir do trabalho de Ester Boserup, intitulado *Women's Role in Economic Development*, da década de 1970, no qual analisa projetos de desenvolvimento na Ásia, na África e na América Latina e demonstra como os homens se foram apropriando dos resultados da modernização tecnológica, enquanto as mulheres foram sendo excluídas e fixadas nas atividades de tecnologia tradicional, com menores ganhos financeiros. A metodologia foi pautada num estudo qualitativo, que teve origem numa pesquisa de doutorado em sociologia, finalizada em 2006, e de um projeto de produtividade do CNPq em curso. As nossas conclusões apontam para a construção de saberes políticos das mulheres em suas lutas por emancipação social.

Palavras-chave: Mulher, emancipação social, saberes políticos, Ester Boserup.

¹ Trabalho apresentado no XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Grupo de Trabalho: Gênero, desigualdades e cidadania. Recife – UFPE, Setembro de 2011.

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, lotada no Núcleo de Formação Docente e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Estado e Diversidade do Centro Acadêmico do Agreste. Bolsista de Produtividade do CNPq.

ABSTRACT

This article aims to discuss the subordination's historical construction of rural woman, from the postulates of Ester Boserup, entitled Women's Role in Economic Development, the 1970s, which analyzes development projects in Asia, Africa and Latin America and demonstrates how the men were appropriating the results of technological modernization, while women were being excluded and fixed in the activities of traditional technology, with lower financial gains. The methodology was based on a qualitative study, which originated in a doctoral research in sociology finalized in 2006, and a CNPq's project productivity ongoing. Our findings point to the political construction of knowledge of women in their struggles for social emancipation.

Keywords: Women, social change, political knowledge, Ester Boserup.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos têm sido realizados sobre a construção social da diferença entre o feminino e masculino e as consequências desta diferenciação na vida cotidiana principalmente das mulheres. Se por um lado os movimentos feministas têm trazido à tona inúmeras discussões e denúncias sobre as diversas formas de subalternização a que as mulheres estão historicamente submetidas, pelo outro os avanços efetivos têm sido lentos, pois exigem transformações definitivas em todos os espaços da sociedade.

Romper com as estruturas consolidadas de pensamentos e práticas sociais presentes desde o espaço doméstico até os espaços públicos requer demorados processos de luta e de formação de novos sujeitos – homens e mulheres – e novos valores sociais, que levam tempo para transformar. Para além de ser cultural, este olhar segregador presente nas práticas sociais acarreta enormes violências, exclusões e opressões sobre a mulher, que, muitas vezes silenciadas e tomadas por um sentimento social de subalternidade, se sentem incapazes de lutar.

Outro aspecto relevante que contribui para manter esta hierarquização social entre mulheres e homens é a divisão sexual do trabalho, consolidada por pensamentos e práticas sociais culturais, que acarreta a mesma precarização e falta de reconhecimento do espaço doméstico para o espaço público, transportando assim a desqualificação sobre o trabalho da mulher, dando coerência à subalternização historicamente imposta até os dias de hoje.

Neste sentido, Ramonet (2004) afirma que “as décadas liberais (1980-2000) revelaram-se particularmente brutais para as mulheres, pois, em todos os países submetidos à globalização econômica, a causa das mulheres, que estava ainda longe de ser ganha, regrediu extraordinariamente” (RAMONET, 2004, p.11). Este autor acrescenta ainda que “o agravamento das desigualdades, a precarização dos empregos e a insegurança social atingiram-nas em primeiro lugar, pois foram elas as principais visadas para as demissões maciças” (Ibidem). De fato, isto se deve à ideia de que o trabalho da mulher, sendo mais inferior, será sempre mais dispensável que o trabalho realizado pelos homens, para além da percepção masculina de ainda ser o eixo central do provimento familiar, negando, desta forma, as inúmeras pesquisas e estudos que refutam esta perspectiva.

Contudo, a construção da inferiorização social da mulher, mesmo diante das lutas feministas, continua presente em papéis naturalizados, ditados em todas as estruturas de socialização das crianças até a fase adulta. Dentro desta perspectiva, Ramonet afirma ainda que, “também no imaginário coletivo e, a partir da mais tenra idade, a função da mulher e o seu papel social são estabelecidos de maneira convencional, dando crédito a todos os arcaísmos, justificando todas as discriminações e marginalizações” (RAMONET, 2004, p. 12).

Outra questão é que o trabalho das mulheres, no espaço doméstico, carrega ainda um manto de invisibilidade que contribui em muito para a desvalorização do seu trabalho, principalmente porque neste espaço suas atividades estão voltadas para o serviço da família, não sendo, portanto, considerado um espaço de produção. Nesta direção, Santos e Rodriguez (2002) aludem que um dos efeitos mais interessantes da luta pelo reconhecimento do trabalho feminino (especialmente o trabalho doméstico que, pela sua invisibilidade pública, fica fora dos cálculos econômicos convencionais, como o Produto Interno Bruto) tem sido o questionamento do próprio conceito de atividade econômica e da forma de medir o que conta como produção. Estes autores, referindo-se ainda a outros estudos, reforçam o discurso sobre a necessidade de incluir o trabalho não remunerado na formulação de concepções políticas e econômicas que eliminem a discriminação contra as mulheres dos programas econômicos convencionais, pois as propostas de desenvolvimento alternativo têm demonstrado, convincentemente, que o conceito e as medidas convencionais da produção são inadequados, uma vez que deixam de

fora dos registros muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres (SANTOS E RODRIGUES, 2002, p.49).

Tem ainda uma questão crucial, quando se reflete sobre a condição social da mulher: é a da violência, a que está historicamente submetida, sendo esta exercida em todas as classes sociais e não apenas nos grupos mais empobrecidos. Indo ao encontro desta perspectiva, Mabrouk e Berkani (2004) afirmam que "o fenômeno das violências sexuais impostas às mulheres é amplo, e não é seguramente uma exclusividade das periferias". Segundo estas autoras, "as análises propostas sobre o desenvolvimento machista e a educação, ou antes, sobre a ausência da educação de alguns jovens dos bairros não poderão de modo algum justificar as violações de meninas nem desculpá-las". Prosseguem dizendo que os "atores sociais, os psicólogos e os sociólogos são unânimes: uma violação é um crime que tem que ser punido e que os resultados das ações empreendidas para tratar esta questão não estão à altura da gravidade do problema" (MABROUK E BERKANI, 2004, p. 123).

Convergente com este pensamento é o de Saffioti (1987), de que o fenômeno de subordinação da mulher ao homem atravessa todas as classes sociais, sendo também legitimada por todas as grandes religiões. Ao discorrer sobre as lutas trabalhistas protagonizadas pelos sindicatos, questiona ainda sobre o porquê dos sindicatos se mostrarem reticentes e hesitantes quando se trata de "encampar bandeiras levantadas por trabalhadoras, como, por exemplo, creches, salário igual para trabalho igual, cumprimento da legislação trabalhista, que proíbe as empresas de despedir suas empregadas em razão do casamento e da gravidez" (SAFFIOTI, 1978, p.21).

Outro campo social profundamente sexista, apesar da presença de um grande número de mulheres, é o da produção do conhecimento. Mantida sempre à margem do "cânone" científico, a perspectiva feminina viu-se amordaçada e excluída da busca do desenvolvimento científico da humanidade, levado a cabo pelo projeto da ciência. Nesta direção, Sandra Harding, uma das principais referências da teoria feminista, questiona se a busca realizada para o progresso social da humanidade, se também teria sido para o progresso social das mulheres (HARDING, 1998, p.105). Harding tem razão no seu questionamento. Sexista desde a sua gênese, a ciência sempre esteve voltada para os interesses da humanidade na vertente masculina e, nesta medida, as preocupações

femininas sempre passaram ao largo dos objetivos primeiros de uma ciência construída pelos homens e para os homens. Contudo, na década de 1960, com o descortinar do movimento feminista contemporâneo, novas vozes começaram a ecoar dentro do restrito campo científico, reivindicando pluralidade e assumindo uma luta – protagonizada por intelectuais feministas – para denunciar uma tradição científica sexista, que havia excluído a perspectiva feminina dos processos de estruturação do social e do conhecimento.

Na política também não é diferente, pois a mulher tem uma ausência construída na história – e não só na brasileira – a partir de seu silenciamento e ocultação. Nestes termos, Colling (1997), ao discutir sobre a resistência da mulher na ditadura brasileira, diz que, quando optou por trabalhar com a construção do sujeito "mulher subversiva" durante o regime militar, tentou recuperar sujeitos destinados ao silêncio do domínio privado das paredes domésticas. Argumenta, ainda, ser esta uma lacuna a ser preenchida na historiografia brasileira, pois, mesmo sabendo que muitas mulheres lutaram, juntamente com os homens, pela redemocratização do país, militando nos partidos de esquerda, sua recuperação histórica ainda está por ser feita (COLLING, 1997, pp.7-10).

No caso das mulheres camponesas, parece certo afirmar que, para além destes aspectos, há ainda uma série de fatores específicos do campo – dentre eles, principalmente, o isolamento em que vivem muitas famílias, a dificuldade de locomoção, os acessos a processos educacionais e formativos. Desta forma, a organização destas mulheres para lutar contra as formas de opressão ou terem consciências delas torna-se mais difícil do que a das mulheres que vivem nas cidades, que dispõem de muito mais recursos sociais para tal intento. De fato, a ausência de recursos sociais para a promoção de processos de reflexão e de organização social das mulheres tem sido um dos maiores entraves para a luta por cidadania das mulheres, principalmente as do campo. Contudo, estes fatores, por si só, não são os únicos responsáveis pelo êxito das lutas por cidadania de muitas mulheres, pois, se assim fosse, estaríamos a admitir que a luta só seria possível se impulsionada por recursos externos, pois, ao contrário, a luta nasce com maior frequência no seio dos excluídos/as e muitas vezes são apropriadas por atores sociais externos.

Tendo em conta esta introdução sobre os campos de luta das mulheres, é que situamos a nossa discussão sobre uma das construções da subalternidade das mulheres do campo.

OBJETIVOS E METODOLOGIA DE UMA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

Este artigo é um dos resultados de uma pesquisa em curso financiada pelo CNPq³ sobre a mulher dentro dos movimentos sociais do campo em Pernambuco. Entre os objetivos específicos da pesquisa, o de identificar os principais processos sociais de (in)visibilização produzidos sobre as mulheres camponesas foi o que guiou a elaboração deste artigo,

A metodologia é pautada num estudo qualitativo que tem por estrutura analítica o Método do Caso Alargado, que é caracterizado por um estudo de caso convencional que tem alargadas as suas implicações quando da sua conclusão.

A base inicial deste método, especialmente a procedimental do Estudo de Caso, proporciona aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade, da ação e da criatividade. Sendo assim, a utilização do Estudo de Caso como etapa preliminar é importante por realizar um estudo intenso da(s) experiência(s) para a compreensão do tema pesquisado.

Após a análise holística do caso, surge a necessidade de ampliar o universo das implicações sobre o estudo. Dentro desta perspectiva, o Método do Caso Alargado consubstancia a necessidade de ampliar as conclusões do estudo de caso, pela especificidade do tema da pesquisa. Este método, utilizado primeiramente por Boaventura de Sousa Santos (1983), e posteriormente por Michael Burawoy (1991, p.2000), é muito adequado para estudos isolados e para estudos comparados. Desta forma, o Método do Caso Alargado propõe que,

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983, p.11).

3 Pesquisa no âmbito de bolsa de produtividade do CNPq, iniciada em novembro de 2009; denominada "A MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO – IDENTIDADES, SABERES DE LUTA E EDUCAÇÃO. Um estudo comparado entre as mulheres do Movimento Sem Terra e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais".

De fato, o Método do Caso Alargado propicia uma conclusão de maior profundidade sobre a investigação realizada, incidindo não apenas sobre os casos estudados – isoladamente ou comparados – mas porque oferece uma estrutura metodológica capaz de ampliar o espectro das reflexões, amplia o universo da análise, de modo que esta possa discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema e presentes na sociedade.

A MULHER E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Se até o princípio da década de 1970 a discussão sobre mulher ou sobre relações de gênero no mundo rural era praticamente ausente⁴, foi a partir do trabalho de Ester Boserup⁵ que as preocupações com estes temas no desenvolvimento começaram a aparecer nos discursos de desenvolvimento de modo mais abrangente.

Segundo Arturo Escobar (1994), o papel das mulheres no desenvolvimento em vários estudos, tendo por referência principal o trabalho de Ester Boserup, mostrou que aquele tipo de desenvolvimento não só contribuiu para a invisibilidade das mulheres na economia, como também teve um efeito na posição econômica e no estatuto das mulheres, pois além das difíceis condições em que vivem, ainda tiveram ampliada a carga de trabalho, ao virem-se envolvidas em intervenções ao desenvolvimento. Contudo, com a participação subalternizada das mulheres, elas não conseguiram modificar suas condições sociais e, em muitos casos, o estado do trabalho de mulheres piorou com a exclusão provocada pelos programas de desenvolvimento agrícolas. A razão para esta exclusão está relacionada ao preconceito masculino de desenvolvimento e ao modelo escolhido, o de agricultura norte-americana (ESCOBAR, 1994, p.171).

4 O que se encontrava, em termos de gênero, nas políticas públicas, estava geralmente relacionado com o aspecto reprodutivo e doméstico da mulher ou, então, com algum tipo de produção local, em pequena escala e geralmente em condições semi-precárias.

5 Nos anos 1970, o tema das relações de gênero foi trazido à tona pelo trabalho de Ester Boserup, intitulado *Women's Role in Economic Development*. Nesse trabalho, a autora analisa projetos de desenvolvimento na Ásia, na África e na América Latina e demonstra como os homens se foram apropriando da técnica e dos resultados da modernização tecnológica, introduzida na área agrícola, excluindo as mulheres das atividades de tecnologia ao mesmo tempo em que as mulheres foram sendo excluídas e fixadas nas atividades de tecnologia tradicional, de menor rendimento e de menores ganhos financeiros. O estudo afirmou, assim, que, ao contrário do que muitos esperavam, a modernização na esfera produtiva, se não acompanhada pela democratização das relações sociais, dificilmente promoverá o equacionamento das desigualdades sociais, onde a de gênero é uma delas.

Nesta mesma direção, Escobar conclui dizendo que as mulheres foram os "fazendeiros" invisíveis, ou, para ser mais preciso, a invisibilidade das mulheres foi organizada por conhecimentos e técnicas que consideram seu papel apenas como reprodutoras. No final dos anos setenta, as mulheres apareceram para o aparato de desenvolvimento somente como mães grávidas ou amamentando os bebês, procurando água ou comida e cuidando do lar, lidando com as doenças de crianças, ou, no melhor de casos, cuidando da horta para completar a dieta familiar. Tal era a extensão das vidas de mulheres presente na maioria da literatura de desenvolvimento. Neste sentido, este autor acrescenta, ainda, que só os homens eram ocupados em atividades produtivas, e, por conseguinte, com a melhoria da produtividade agrícola. Nos casos em que as mulheres recebiam treinamentos, referiam-se às áreas consideradas naturalmente destinadas a elas, como coser ou habilidades manuais (ESCOBAR, 1994, p.172).

Por fim, Escobar conclui sua análise ao dizer que a maioria dos peritos de agricultura e agentes de extensão é masculina, treinada por peritos masculinos e preparada para suprir e interagir principalmente com fazendeiros masculinos; os beneficiários de quaisquer melhorias sociais e tecnológicas que acontecem em agricultura: eles são os receptores de inovações, a eles são destinadas as melhores terras, a concentração na produção de produtos com valor de mercado mais alto e, em face disto, participam mais inteiramente com dinheiro na economia local e regional. Inevitavelmente, o estado do trabalho de mulheres é banido para as atividades de subsistência. Quando acontecerem melhorias técnicas em atividades produtivas que são dominadas por mulheres, estas normalmente são transferidas aos homens; por exemplo, quando uma colheita realizada por mulheres é mecanizada, o controle de tratores ou ferramentas não vai para mulheres, mas para homens (ESCOBAR, 1994, p.172).

A análise de Escobar mostra que as estratégias de desenvolvimento e de modernização nunca tencionaram promover qualquer tipo justiça social e ou igualdade de condições na relação de gênero, quer seja socialmente, na questão da produção ou mesmo dentro do domínio do desenvolvimento, quer seja devido a sua condição de invisibilidade, decorrente de sua subalternidade naturalizada, que lhes retira qualquer possibilidade de serem percebidas com detentoras dos mesmos direitos aos recursos que os homens têm, pois estão socialmente consagradas, tanto pelos agricultores, como pelos técnicos e como também dentro dos próprios programas, à sua condição de inferioridade.

No âmbito dos projetos de desenvolvimento, surge, a partir do estudo de Boserup, o enfoque Mulheres no Desenvolvimento (MED)⁶ que, de modo geral, trata de implementar de forma prioritária programas específicos para aumentar a participação da mulher nos processos de desenvolvimento⁷. A fragilidade desta abordagem é que as mulheres são pensadas de maneira isolada e fora das relações de gênero. Embora esta perspectiva beneficie individualmente muitas mulheres, reduz a questão das relações de gênero às políticas de atendimento à mulher, como reprodução, sem passar por ações que fortaleçam as lutas pela igualdade das relações de gênero.

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos diz que, depois do trabalho de Esther Boserup⁸, tem prevalecido a tendência para distinguir entre as posições das mulheres nos países do Norte e nos países do Sul. Contudo, conforme argumenta este autor, corre-se o risco de criar uma imagem abstrata da "mulher do Terceiro Mundo", perdendo de vista as diferenças da situação das mulheres em diferentes países do Terceiro Mundo e as diferenças de classe das mulheres no interior de cada país. (SANTOS, 1999, p.303).

Santos tem razão ao referenciar o risco da generalização para a construção de um padrão sobre a "mulher do Terceiro Mundo". Para além da definição de um perfil de subalternidade, feito a partir do olhar do Norte, existe outro problema que está implícito na crítica aos projetos de desenvolvimento⁹, que é o de fazer da vida das mulheres do

6 Mais referenciado como WID (*Women in Development*).

7 A partir de 1975, cresce, na esfera internacional, a presença das questões de gênero. São marcos desse processo a Década da Mulher, 1975-1985, instituída pela ONU, e o Ciclo Social de conferências das Nações Unidas, realizado durante os anos 1990, culminando com a IV Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, em Beijing, 1995.

8 Para Santos, são três os argumentos principais apresentados por Boserup em seu trabalho *Women's Role in Economic Development*. O primeiro, a transição da chamada sociedade tradicional para a chamada sociedade moderna, tem envolvido sempre a queda do status social das mulheres; o segundo é o aumento do nível tecnológico da produção agrícola e da produção industrial, o que afeta negativamente a taxa de emprego das mulheres, relativamente à dos homens; e o terceiro é que em toda a parte há certas tarefas, nomeadamente as relacionadas com a subsistência, que são quase exclusivamente desempenhadas por mulheres (SANTOS, 1999, p. 303).

9 Segundo Santos e Rodrigues (SANTOS, 2000), em termos gerais, os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos e implementados "a partir de cima" (*top-down development*), com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Além do mais, os planos de desenvolvimento estavam tradicionalmente centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente do sector industrial (CYPHER e DIETZ, 1997). Esta ênfase evidente nos resultados macroeconômicos implicou a marginalização de outros objectivos sociais, econômicos e políticos,

Primeiro Mundo o padrão, desejado e carenciado pelas mulheres do Terceiro Mundo¹⁰.

Nos anos 1980, surge a abordagem Gênero e Desenvolvimento (GED)¹¹, desta vez mais vocacionado para tratar as questões de gênero, visando transformar estas relações e proporcionar condições para empowerment das mulheres. Em seu âmago, veio defender que o problema de gênero não pode ser tratado somente por meio de ações para incorporar a mulher nas ações do desenvolvimento, se ela continua dentro de uma relação de subalternidade. Neste sentido, esta perspectiva marca uma mudança de preocupações e um novo interesse pelas relações de gênero e não apenas pelas mulheres.

Tanto na abordagem do MED quanto do GED, o problema do gênero estava vinculado à questão do desenvolvimento. No fundo, estas abordagens oferecem estratégias que, em alguma medida, permitem alcançar melhor determinados objetivos de desenvolvimento¹². Neste sentido, é mais comum a questão do gênero aparecer associada apenas ao tema da pobreza das mulheres, abstraída de qualquer perspectiva histórica sobre as desigualdades na relação mulher e homem, distanciando-se, em muito, da forma e do sentido do problema de gênero, tal qual é discutido pelo feminismo.

Maria da Glória Gohn (2002) aponta uma diferença importante entre a América Latina e a Europa, no que diz respeito ao foco da participação das mulheres na década de 1980. A sua perspectiva é reveladora dos impactos das perspectivas do MED e GED, via projeto de desenvolvimento para o Terceiro Mundo.

como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002, p. 45).

10 Escobar, ao discutir os planos de desenvolvimento, referencia o trabalho de Chandra Mohanty (1991), que questiona os textos que começaram a proliferar sobre "as mulheres no desenvolvimento", com referência ao diferencial de poder que inevitavelmente promulgava desde a sua visão de mulheres do Terceiro Mundo, implicitamente carentes do que suas homólogas do Primeiro Mundo haviam conseguido ser (Escobar, 2000).

11 11 Mais referenciado como GAD (Gender and Development).

12 Para Escobar, a ideia básica de desenvolvimento tem permanecido inalterada, pois o desenvolvimento continua a ser considerado como um princípio central organizador da vida social, assim como o feito de que a Ásia, África e América Latina puderam definir-se como subdesenvolvidas e que suas populações se acharam irremediavelmente necessitadas de "desenvolvimento", seja qual for a forma que tome (ESCOBAR, 2000).

[...] os movimentos populares no Brasil, como no conjunto da América Latina, trouxeram à cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres. Enquanto na Europa esta presença se fez em torno das questões de gênero, na América Latina o movimento feminista foi importante, mas circunscrito a grupos específicos, mais intelectualizados. O maior contingente de participação de mulheres foi nos movimentos populares, como de mandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como de mandatárias de direitos de igualdade entre os sexos (GOHN, 2002, p.293).

De fato, se, por um lado, as mulheres da América Latina ampliaram a disponibilidade de equipamentos sociais por meio de suas lutas, pelo outro lado, não houve avanços tão visíveis no campo das relações de gênero. Neste mesmo cenário, João Francisco de Souza (1999) alerta, sobretudo, para o fato de que as relações sociais de gênero nos movimentos sociais da América Latina não foram bem compreendidas em alguns destes movimentos, pois quando se fala de relações sociais de gênero compreendem-se apenas os problemas específicos do gênero feminino e, nesta medida, é importante não esquecer que se trata de relações sociais de gênero (SOUZA, 1999, p.175).

Tanto o argumento de Gohn quanto o de Souza ajudam-nos a compreender a lógica que está por trás da questão de gênero, quando esta entra nos movimentos sociais, como também nos projetos de desenvolvimento, o que em boa medida reforça o impacto e a ênfase dada aos recursos para a participação das mulheres no âmbito destes projetos e dos movimentos sociais. No caso das mulheres da Europa, esta questão avança um pouco pelo fato de que os recursos não estavam amarrados a um tipo de participação e, neste ponto, parece certo afirmarmos que, não estando contextualizadas num projeto de desenvolvimento, as lutas feministas tiveram mais manobra para aprofundar a questão das relações de gênero.

Entretanto, mesmo perante as conquistas feministas para a inclusão da questão do gênero, das lutas para "dessubalternizar" a presença das mulheres nos planos de desenvolvimento, parece que muitos organismos – nacionais e internacionais – pouco mudaram, se considerarmos os critérios e indicadores utilizados para medição do sistema produtivo.

Neste sentido, Santos e Rodriguez (2002) aludem a que um dos efeitos mais interessantes da luta pelo reconhecimento do trabalho feminino

(especialmente o trabalho doméstico que, pela sua invisibilidade pública, fica fora dos cálculos econômicos convencionais, como o Produto Interno Bruto) tem sido o questionamento do próprio conceito de atividade econômica e da forma de medir o que conta como produção. Estes autores, referindo-se ainda a outros estudos, reforçam o discurso sobre a necessidade de incluir o trabalho não remunerado na formulação de concepções políticas e econômicas que eliminem a discriminação contra as mulheres dos programas econômicos convencionais, pois as propostas de desenvolvimento alternativo têm demonstrado, convincentemente, que o conceito e as medidas convencionais da produção são inadequados, uma vez que deixam de fora dos registros muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres (SANTOS E RODRIGUES, 2002, p. 49).

SABERES DA LUTA

Arturo Escobar (2003) fala sobre os novos conhecimentos que, baseados no senso comum, passaram para um primeiro plano. Escobar fundamenta a sua afirmação, a partir da observação dos tipos de conhecimentos, que os ativistas dos movimentos sociais e das ONGs têm vindo a produzir no contexto de lutas que são simultaneamente localizadas e globalizadas (ESCOBAR, 2003, p.607).

Dentro deste mesmo quadro de vozes, Boaventura de Sousa Santos (2003), ao discorrer sobre o que designa por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, aponta quatro teses nas quais baseia a sua argumentação de este ser um paradigma emergente. Destas quatro, duas têm especial centralidade nesta discussão: a de que todo conhecimento é autoconhecimento, ou seja, todo conhecimento tem intrínseca uma trajetória histórica de uma subjetividade de modo algum universal e a de que todo conhecimento local é total e, sendo total, é também local, pois se constitui em redor de temas que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos com projetos de vida locais (SANTOS, 2003).

Inscribe ainda, no cerne desta discussão, que a fragmentação pós-moderna não é disciplinar, e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. Mas, sendo local, o conhecimento pós-moderno é também total, porque reconstitui os projetos cognitivos locais, salientando a sua exemplaridade e, por essa via, transforma-os em pensamento total ilustrado (SANTOS, 2003). Considerando-se,

por outro lado, que os conhecimentos locais, construídos coletivamente dentro de uma experiência de luta, são pertenças sociais, logo são parte de um sistema de representações simbólicas que dizem respeito ao quotidiano e à cultura de grupos sociais, e, portanto saberes são obras sociais.

Indo ao encontro da ideia de saberes, enquanto diversidade cognitiva, Santos, Nunes e Meneses (2004) dizem que a diversidade epistêmica do mundo é potencialmente infinita, pois todos os conhecimentos são contextuais. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos: há constelações de conhecimentos. Consequentemente, é cada vez mais evidente que a "reivindicação do caráter universal da ciência moderna é apenas uma forma de particularismo, cuja especificidade consiste em ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam" (SANTOS; NUNES; MENESES, 2004, p.46). Neste sentido, os saberes locais estão ancorados em estruturas cognitivas diversas, que muitas vezes só podem ser explicados dentro destas. Sem suas referências subjetivas – que lhes diga e dê sentido sobre o que são –, passam a conviver com mais dilemas e perder de vista o seu lugar social no mundo, tanto como sujeitos, como grupo social¹³. Por outro lado, não compreendendo a complexidade destas inúmeras subjetividades, a ciência destina-lhes lugares subalternos, como modo de refutar a sua própria ignorância.

Dentro desta pluralidade de conhecimentos locais, importa ressaltar que estes saberes vivem e se legitimizam a partir das respostas que oferecem aos diversos problemas que as sociedades têm enfrentado ao longo das suas trajetórias. São conhecimentos acumulados, experimentados, refleti-

13 Segundo Paulo Freire, é "a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. E o fará melhor, toda vez que, integrando-se ao espírito delas, se aproprie de seus temas fundamentais, reconheça suas tarefas concretas. Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma 'elite' que as interpreta e lhe entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto" (FREIRE, 1996, p.51).

dos e validados por elas mesmas e pelas suas conquistas. Neste universo, os movimentos sociais têm produzido muitos conhecimentos sobre a desconstrução de processos subjetivos, que implicam em identidades subalternizadas, reconstruindo subjetividades de luta e de cidadania concreta.

No contexto da reflexão sobre as conquistas coloniais, Edgardo Lander (2005) diz que a conquista ibérica do continente americano é o momento de fundação dos processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Neste sentido, acrescenta ainda que com o início do colonialismo na América começa não só a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente, a construção colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário (LANDER, 2005, p.16).

De fato, os pilares do colonialismo fincaram as suas bases nos campos sociais onde poderiam ser consolidados como estratégia de poder, de exploração e de subordinação. No campo dos saberes, a ideia da colonialidade concretiza-se por meio de processos de ocultação e aniquilamento das outras estruturas de poder, ao serem enquadradas numa hierarquia cognitiva, a partir de uma difundida ideia de modernização do mundo. Romper com este cenário requer um esforço articulado, dentro e fora da ciência moderna, de modo a ressignificar os conhecimentos produzidos dentro dos movimentos sociais em suas estratégias de luta, em seus processos de dessubalternização de subjetividades e de enfrentamento às exclusões impostas, para (re)construção de alternativas que contribuam para a ampliação das relações democráticas e da justiça social.

Neste sentido, Edgardo Lander (2005) afirma ainda que a busca de alternativas para a conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Segundo este autor, isto requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos instrumentos de naturalização e legitimação desta ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais. Prossegue dizendo que este trabalho de desconstrução é um esforço extraordinariamente vigoroso e multifacetado que tem vindo a ser produzido nos últimos anos, em todas as partes do mundo. Entre as contribuições fundamentais, destacam-se as múltiplas vertentes da crítica feminista, o questionamento da história europeia como História Universal, o "desestranhamento" da natureza do orientalismo, a exigência de abrir as ciências sociais (LANDER, 2005, pp.12-13).

Deste modo, a desconstrução do caráter universal da sociedade capitalista-liberal, que formata e naturaliza inúmeros processos de desigualdades abissais e de exclusões, deve começar pela desconstrução dos instrumentos e mecanismos que geram estas nefastas condições sociais, fruto da modernidade e dos seus processos de colonialismo. Contudo, este esforço deve ser estendido para além do campo das ciências sociais, pois se estiver restrito somente a este campo, pode-se construir outra ideia – também excludente – de que somente os intelectuais têm condições de pensar e promover mudanças.

Este pensamento – típico do meio intelectual culturalmente eurocêntrico – apropria-se do mérito dos avanços conquistados pelas lutas sociais, ao mesmo tempo em que esvazia todo o potencial transformador de inúmeras lutas e estratégias de resistência dos movimentos sociais, protagonizadas por grupos sociais subalternizados, que transformam quotidianos de exclusão em novos modos de inclusão social. Nesta direção, Boaventura de Sousa Santos (2004a) alude que, sem querer estabelecer prioridades entre lutas econômicas, sociais, políticas ou culturais – todas, segundo este autor, são políticas quando confrontam as estruturas do poder – e, portanto, é importante desenvolver marcos analíticos que as capacitem. Acrescenta ainda que a presença, por vezes demasiado explícita, de tradições eurocêntricas nos estudos pós-coloniais, como a desconstrução e o pós-estruturalismo, contribui, em seu entender, para um certo desarme político destes estudos (SANTOS, 2004a).

De fato, os estudos pós-coloniais muitas vezes caem nas armadilhas da colonialidade do saber, em relação com inúmeros outros saberes, principalmente aqueles que advêm de lutas e militâncias, fortemente desqualificadas sob o pretexto do ideológico ou do não neutro, despolitizando também, assim por dizer, as lutas epistemológicas. Ainda neste contexto, Boaventura de Sousa Santos fala que a ênfase no reconhecimento da diferença, sem uma ênfase comparável das condições econômicas, sociais e políticas que garantem a igualdade na diferença, corre-se o risco de combinar denúncias radicais com a passividade prática, perante as tarefas de resistência que se impõem. Isto é tanto mais grave, quanto é certo que nas condições do capitalismo global em que vivemos não há reconhecimento efetivo da diferença (racial, sexual, étnica, religiosa etc.) sem redistribuição social (SANTOS, 2004a).

Sem o aprofundamento das causas que geram inúmeros modos de subalternidades e sem a vontade concreta de removê-los ou pelo menos

de desvitalizá-los, os debates e os estudos pós-coloniais terão dificuldades em apontar caminhos que possam transgredir o campo acadêmico para tornarem exemplos concretos de transformação. Para isto, serão necessários diálogos e credibilidades mútuas entre saberes. No entanto, este esforço conjunto de pensar novos processos de lutas com saberes articulados já ocorre não apenas dentro da própria ciência – numa vertente mais compromissada com a transformação social –, mas tem-se também expressado por meio de experiências vivas, em várias partes do mundo. Protagonizadas por movimentos sociais nos mais variados embates, na tentativa de criar aproximações e complementaridades entre conhecimentos, busca-se enfrentar opressões e construir alternativas de mudança para uma melhor configuração entre saberes, dentro de uma relação mais equilibrada entre poderes.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A construção social da subalternização da mulher é histórica e se deu em vários campos sociais, de tal modo que se ancora em argumentos culturais ou por meio da naturalização da sua condição de subordinação amparada por instrumentos institucionais e concepções sociais, políticas, éticas, religiosas, entre outras.

A desconstrução desta condição histórica tem sido protagonizada pelos movimentos feministas em suas várias expressões, apesar da lentidão que é mudar valores e percepções sociais.

Esta trajetória histórica de luta das mulheres resultou num acúmulo cultural de saberes políticos que vão sendo reelaborados à luz da luta e das conquistas no âmbito da cidadania, que ora resultam em conquistas legais, ora se amparam em conquistas subjetivas, muitas vezes de caráter individual, mas não menos importante. Neste sentido, o acesso à educação tem sido um meio dinamizador de mudança das condições sociais e políticas das mulheres no Brasil.

Contudo, é possível considerar que, dentro dos arcabouços estruturantes das gerações mais novas, há de fato uma mudança de comportamento que aponta para comportamentais mais democráticos entre homens e mulheres, apesar de a violência doméstica continuar desafiando o trabalho, tanto na esfera do governo quanto da sociedade civil, de combate às formas mais visíveis e sutis de violências no cotidiano das mulheres em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

- BURAWOY, Michael. The extended case method. In: Burawoy, M. et al. (Orgs.). *Ethnography unbounded: Power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press, 1991, pp. 271-287.
- BURAWOY, Michael. Introduction: reaching for the global. In: Burawoy, M. et al. (Orgs.). *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a post-modern world*. Berkeley: University of California Press, 2000, pp. 1-40.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The making and unmaking of third world*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HARDING, Sandra. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*. Indiana: Indiana University Press, 1998.
- LAGE, Allene Carvalho. *Forjando novas democracias nas Margens do Atlântico: quando as mulheres Sem Terra rompem as cercas dos latifúndios sociais*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre a Mulher: Mulheres, Participação e Democracia, nº 13, pp. 181-188. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Volume 1 – Dissertação de Doutoramento. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.
- LAGE, Allene Carvalho. *Mulheres Sem Terra (Brasil) e Mulheres da Serra do Caldeirão (Portugal): Lutas, solidariedades e diálogos possíveis*. Revista ex æquo nº 11: Polifonias na investigação em torno dos estudos sobre as mulheres, pp. 45-58. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- MABROUK, Dora; BERKANI, Linda. *Violências sexuais nos bairros da periferia*. In: RAMONET, Ignácio; GRESH, Alain; BULARD, Martine (Org.). *Mulheres Rebeldes*. Lisboa: Maneira de Ver e Le Monde Diplomatique, 2004.
- RAMONET, Ignácio; GRESH, Alain; BULARD, Martine (Org.). *Mulheres Rebeldes*. Lisboa: Maneira de Ver e Le Monde Diplomatique, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Coleção: Questões de nossa época, Vol. 120. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Coleção Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. Vol. 3. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____.; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Coleção Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. Vol. 2, pp. 23-77. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 11, maio, pp. 9-86. Coimbra: CES, 1983.

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

_____.; NUNES, João Arriscado; MENESES, Paula. Introdução: para ampliar o cânone da ciência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

SOUZA, João Francisco de. A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México. Recife: Edições Bagaço, 1999.

POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO DO TRABALHO E FAMÍLIA: UM HORIZONTE POSSÍVEL?

Rosângela Pereira Saldanha¹

RESUMO

É consenso na literatura especializada que a superação da desigualdade de gênero tem como pré-requisito romper com a aparente separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, visibilizando as relações desiguais de poder entre mulheres e homens expressas na divisão sexual do trabalho. A conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida no trabalho é um dos maiores desafios do século XXI², daí o fato das conferências e convenções internacionais estimularem os Estados a promoverem ações orientadas para esse fim. O debate sobre políticas de conciliação tem se desenvolvido desde meados da década de 90, com especial relevância nos países da União Europeia. A agenda de gênero na América Latina está dando os primeiros passos para a integração dos temas de economia de cuidado e conciliação entre o âmbito produtivo e reprodutivo, por isso, consideramos oportuno refletir neste artigo acerca do conceito, modelos e limites das políticas de conciliação e

¹ Professora Doutora da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: rosal@superig.com.br

² Ver OIT/PNUD. Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social. Brasília, 2009

seus resultados. A experiência europeia permite, dada a experiência já realizada, separar o "wishful thinking" dos resultados reais, entre eles os não previstos.

Palavras-chave: desigualdade de gênero, trabalho produtivo e reprodutivo; conciliação trabalho e família; políticas de equidade de gênero.

RESUMEN

Es consenso en la literatura especializada que la superación de la desigualdad de género tiene como requisito romper con la aparente dicotomía entre trabajo productivo y reproductivo, visibilizando las relaciones desiguales de poder entre mujeres y hombres expresas en la división sexual del trabajo. La conciliación entre la vida familiar y personal y la vida laboral es uno de los mayores desafíos del siglo XXI, de ahí el hecho de las conferencias y convenciones internacionales estimulen los Estados a promover acciones orientadas para ese fin. El debate sobre políticas de conciliación tiene se desarrollado desde meados de la década de 90, con especial relevancia en los países de la Unión Europea. La agenda de género en América Latina está dando los primeros pasos para la integración de los temas de economía de cuidado y conciliación entre el ámbito productivo y reproductivo, por eso, consideramos oportuno reflejar en este artículo acerca del concepto, y límites de las políticas de conciliación y sus resultados. La experiencia europea permite, dada la experiencia ya realizada separar el "wishful thinking" de los resultados reales, entre ellos los no previstos.

Palabras clave: desigualdad de género, trabajo productivo y reproductivo; conciliación trabajo y familia; políticas de equidad de género.

INTRODUÇÃO

A agenda das mulheres termina o século XX com importantes avanços, particularmente em termos de acesso à educação e saúde. Em alguns países, já estamos vendo na educação universitária uma brecha inversa de gênero com maior presença e permanência das mulheres no sistema educativo. No entanto, no núcleo duro da igualdade de gênero, temos avançado menos, e por núcleo duro consideramos três aspectos: o primeiro aspecto é o econômico, apesar do avanço da equidade na educação, o mercado de trabalho continua revelando enormes desigualdades de gênero, as quais aumentam quanto maiores são os níveis

de educação das mulheres. O segundo aspecto é o tema do poder, a presença das mulheres nos âmbitos políticos e de representação política não avança de maneira sustentada. E o terceiro núcleo duro é o sistema sexo/gênero, que é precisamente o tema que vamos abordar neste artigo, a relação do âmbito produtivo e reprodutivo, a conciliação da vida familiar e a vida do trabalho remunerado.

Durán (2004) ressalta, com acerto, que quando se coloca como algo urgente a necessidade de conciliar o trabalho remunerado com a família raras vezes se especifica que conciliar não é algo novo, nem tampouco se explicita que modelo de conciliação esta sendo considerado. De fato, sempre existiu a conciliação da vida familiar e a vida do trabalho remunerado. Com a chegada da industrialização, a divisão sexual do trabalho produziu uma clara dicotomia entre o âmbito público e privado e estipulou a separação dos papéis entre homens, que assumem o trabalho remunerado, e as mulheres, que ficam relegadas ao âmbito privado para ocupar-se do trabalho doméstico e familiar não remunerado. Esta modalidade de conciliação, aparentemente equilibrada e harmônica, foi sustentada por uma forte desigualdade de gênero e um elevado custo para as mulheres, e não despertou nenhum tipo de controvérsia. O próprio Estado tem promovido e defendido o modelo de família "male breadwinner"³, através de mecanismos como o salário-família, ou de benefícios econômicos outorgados ao "chefe de família". Isto supõe uma cidadania limitada ou de "segunda" para as mulheres, já que uma parte considerável dos direitos sociais se outorga através da participação no mercado de trabalho (PATEMAN, 1995; LEWIS, 1998; CARRASCO et al. 2003).

Entretanto, com a incorporação massiva das mulheres na atividade remunerada durante as últimas décadas do século XX, generaliza-se uma segunda via de conciliação que se baseia na acumulação e sobreposição de tarefas por parte das mulheres, a denominada "dupla presença", como único modo possível de resolver a antítese entre o mundo do trabalho remunerado e família. O termo "dupla presença", alçado pela socióloga Balbo (1979), expressa uma dupla carga e

³ Este modelo implica que o homem é o encarregado de conseguir os recursos econômicos no âmbito público e as mulheres, como donas de casa, estão a cargo das tarefas domésticas e de cuidado no âmbito privado. Este modelo de divisão converteu-se em mecanismo de identidade de homens e mulheres que tem contribuído para dificultar as mudanças, ainda que as mulheres acessem de forma permanente ao mercado de trabalho.

intensidade de trabalho vividas sincronicamente em um mesmo espaço e tempo (situação distinta da dupla jornada, que pode estar associado ao pluriemprego). Essa dupla carga, que se faz visível através do cuidado dos filhos, persiste ao longo do ciclo vital e se acentua com as tarefas de atenção e cuidado de idosos e dependentes.

Para Artazcoz (2001), a dupla presença tem elevados custos para a saúde das mulheres, além de acarretar um forte sentimento de culpabilidade e impotência. Esta forma de conciliação resulta também em altos custos profissionais para as mulheres, em termos de presença desigual no mercado de trabalho, segregação e discriminação, freios à promoção profissional etc. As críticas a esse modelo de conciliação podem ser resumidas em uma célebre frase de Alva Myrdal, citada por Torns: *"Lo que debe protegerse no es tanto el derecho al trabajo de las mujeres casadas como el derecho de las mujeres trabajadoras a casarse y tener criaturas"* (TURNS, 2005, p.16).

A segregação da mulher no âmbito doméstico e a sobrecarga da mulher (dupla presença) são formas de conciliação indesejáveis desde a perspectiva da igualdade entre homens e mulheres, já que ambas sustentam-se em valores do patriarcado. É por isto que o movimento feminista destaca que é necessário abordar a dupla jornada como um problema político a resolver e que requer a intervenção do Estado (PARELLA, 2003; ASTELARRA, 2005). As políticas de conciliação entre a vida pessoal e familiar e o trabalho têm sido uma das respostas ao problema, ainda que o papel do Estado nesta situação seja qualificado com frequência pelos agentes socioeconômicos e os especialistas acadêmicos como passivo (CASTELS, 2003).

Será que, quando falamos de "conciliação", estamos tratando do mesmo conceito e modelo de conciliação? Será que, segundo os tipo e conceito de conciliação considerada, não estaremos reforçando o patriarcado (e, por conseguinte, as desigualdades de gênero) e tornando mais "suave" a dupla presença com que arcam as mulheres?

Com o propósito de refletir sobre essas questões, a primeira parte deste artigo dedica-se a apresentar algumas ferramentas teóricas que vão permitir conhecer, revisar e questionar o conceito de conciliação. A segunda parte trata-se de abordar o tema das políticas de conciliação – levadas a cabo, especialmente na União Europeia – visando identificar seus efeitos e implicações para a equidade de gênero.

CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL E FAMILIAR: CONCEITO E DEBATE TEÓRICO

LIMITAÇÕES DO CONCEITO

Partimos da premissa de que a conciliação se constitui em problema social e político, isto porque se passa das "inquietudes privadas" à formulação coletiva de reclamação de um direito a compatibilizar a vida familiar e do trabalho mercantil, colocando em questão a funcionalidade do tradicional sistema de divisão sexual do trabalho: agora, os custos de reprodução correm o risco de deixar de ser algo caladamente assumido na esfera doméstica pelas mulheres.

Tanto a segregação da mulher no âmbito doméstico como a sua dupla presença são formas de conciliação indesejáveis desde a perspectiva de igualdade entre homens e mulheres. É imprescindível, portanto, abordar as políticas de conciliação partindo de uma análise crítica do próprio conceito de conciliação (DURAN, 2004; BUSTELO; PETERSON, 2005).

Em primeiro lugar, devemos destacar que são poucos os estudos e reflexões que abordam o conceito de conciliação. No entanto, a maioria desses estudos compartilha a ideia de que a conciliação é sinônimo de problemática feminina e que as políticas desenhadas atendem exclusivamente às mulheres. Macinnes (2004) informa que a conciliação é um território no qual confluem diversos fatores e preocupações. Particularmente, questões relacionadas com o fomento do emprego e com as desregulamentações horárias, produzidas pela flexibilização que os empresários impõem. Nesse território, sabemos bastante sobre o emprego e pouco ou quase nada sobre as implicações que essas desregulamentações e políticas de flexibilização têm sobre a vida das pessoas.

Em segundo lugar, a conciliação nasce como fruto das políticas europeias de emprego e não como demanda social explícita por parte das pessoas ocupadas. Suas análises sugerem, inclusive, que a finalidade dessas políticas não é tanto facilitar a conciliação das trabalhadoras como atenuar a baixa fecundidade que afeta os países da União Europeia. Ainda que algumas aproximações, desde a Sociologia da Família (BRULLET 2000; ESCOBEDO 2000), concebem as políticas de conciliação como políticas familiares de terceira geração, o certo é que estas políticas nascem para promover o emprego feminino.

Junter-Loiseau e Tobler (1999) são especialmente críticas com o conceito de conciliação e recordam que a ideia de conciliação surgiu da ação de mediar entre contrários e opostos e que, assim, tem se prolongado até nossos dias, primordialmente, em termos jurídicos, com uma ampla ressonância em termos trabalhistas e, recentemente, ao âmbito familiar. Nesta perspectiva, a atual concepção de conciliação da vida familiar e trabalho segue esta mesma lógica mediando dois âmbitos que, em princípio, são antagônicos desde uma perspectiva de gênero. O mundo do trabalho, por sua vez, reconhece essa situação de falta de democracia e conta com ferramentas, como a negociação coletiva, para mediar o conflito entre os agentes sociais envolvidos. Ainda que tal negociação nem sempre atenda como deveria as desigualdades de gênero que se revelam no mercado de trabalho. Porém, os maiores inconvenientes não estão no âmbito do mercado, e sim no mundo familiar, que não reconhece nem a negociação coletiva nem agentes sociais em conflito. Pelo contrário, a harmonia e felicidade são os imaginários míticos de referência. Ou seja, o conflito derivado da divisão sexual do trabalho, que tem como cenário a casa/família, é ocultado ou negado ou, quando é explicitado, é tratado como assunto privado (TURNS, 2005). As tarefas domésticas e de cuidado das pessoas levadas a cabo pelas mulheres ao longo de todo o seu ciclo de vida não são consideradas como trabalho. E a hierarquia patriarcal que emoldura tal situação tem sido capaz de manter seu impacto tanto no sentido vertical (entre progenitores e filhos) como no sentido horizontal (entre os membros do casal), segundo aponta Bimbi (1999).

Para Carrasco (2003), o sistema produtivo tem mantido uma determinada estrutura familiar que lhe tem permitido assegurar a necessária oferta de força de trabalho masculina graças ao trabalho gratuito das mulheres no âmbito doméstico. De acordo com Picchio (1992; 1994), o que permanece oculto não é tanto o trabalho familiar-doméstico em si mesmo, e sim a relação que mantém com a produção capitalista, o nexos entre o âmbito privado e a produção de mercado. Trata-se de uma espécie de "dumping social", que converte as mulheres em força de trabalho barata no mercado e gratuita em casa (CARRASCO et al. 2003).

Para a lógica da produção, a incorporação massiva de mão de obra barata e flexível (como é a feminina) é funcional, e ainda mais quando esta mão de obra assume uma dupla presença. Segundo o Instituto de la Mujer (2005), a subordinação da lógica de reprodução e lógica da produção, e a divisão sexual do trabalho em que repousa tal subordinação,

são as determinações estruturais a partir das quais a reivindicação de um direito à conciliação desde a perspectiva de igualdade de gênero dá lugar a um evidente conflito de interesses. Nesta perspectiva, a relação entre vida familiar e trabalho deve ser tratada não em termos de conciliação, e sim em termos de contradição.

Portanto, o tema da conciliação é velho e tem a ver, principalmente, com a relação entre trabalho e tempo. Uma relação fundamental nas atuais sociedades, nas quais a esfera mercantil e masculina significa emprego e jornada de trabalho. Essa relação constitui, além disso, a norma socialmente estabelecida por estudiosos, agentes sociais e a própria sociedade. Gera direitos e deveres de cidadania, ainda que apesar da atual crise de emprego, e está na base das representações sobre as quais se sustenta o modelo familiar dominante, conhecido como "male breadwinner". Entretanto, se a relação entre tempo e trabalho fosse percebida desde a perspectiva do feminino, o trabalho se converteria em algo mais que o emprego. E volume total de trabalho feminino, a jornada de trabalho feminina se torna interminável, como afirma Durán (2007). A norma social em torno do trabalho, ao negar as tarefas de cuidado das pessoas e de manutenção das tarefas domésticas no âmbito da família, e os direitos e deveres de cidadania associados às representações sociais do modelo de família "male breadwinner" atribuem às mulheres características pretensamente inatas de mães e esposas, o que torna inócuas, desde a perspectiva de igualdade de gênero, as atuais medidas contempladas nas políticas de conciliação da vida familiar e trabalho, já que a conciliação é concebida, de forma explícita ou implícita, como uma problemática feminina que requer o desenho de políticas dirigidas exclusivamente para as mulheres (TURNS et al. 2002; TURNS, 2005).

CONCILIAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A complexidade da conciliação da vida familiar e profissional, tanto pelos fatores que incidem sobre o tema como pelas implicações em que resulta, permite afirmar que se constitui um problema social total – parafraseando livremente a clássica terminologia sociológica. É por isso que há uma variedade de enfoques teóricos para abordar a questão.

Como oferecer uma visão sintética que permita tecer um fio condutor das distintas contribuições teóricas ao conhecimento do problema da conciliação? Em princípio, cremos que os enfoques acerca da conciliação,

liação da vida profissional e familiar podem ser classificados, grosso modo, em três perspectivas teóricas, quais sejam: perspectiva sociológica, perspectiva econômica e perspectiva crítica.

PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Talvez por sua condição de problema social total, as aproximações mais fecundas e abundantes acerca da conciliação provenham da sociologia, a qual aborda a questão a partir das temáticas clássicas de estrutura social, suas mudanças e suas resistências.

Ao tratar a questão da conciliação, a sociologia parte da constatação da persistência de uma estrutura tradicional de valores, normas, crenças e identidades, que são inerentes a um sistema de status e papéis de gênero, para em seguida evidenciar os sintomas da transformação de tal estrutura: a constituição de uma cultura de emancipação como característica da modernidade (emancipação do indivíduo em geral e das mulheres, como sujeito coletivo, em particular) e o processo massivo de incorporação feminina ao mercado de trabalho, que, por sua vez, é reflexo e motor da mudança de papéis de gênero.

Entre as questões que o estudo sociológico da conciliação apresenta, podemos destacar: o que explica a persistência e a mudança desse sistema de papéis e posições sociais? Qual a configuração resultante deste jogo de força no âmbito do processo de mudança? Quais as implicações sobre a estrutura familiar e ocupacional no futuro?

Tradicionalmente as mulheres têm concebido sua vida privada como um conjunto de práticas afetivas e materiais orientadas para o cuidado e atenção do outro (MURILLO, 1996). A existência feminina se define assim como um ser-para-outro. Para os homens, o papel socialmente definido é o de provedor de recursos para a família, provisão que acontece no cenário da vida pública, no âmbito do mercado de trabalho e da ocupação remunerada. Esta estrutura tem se reproduzido de geração em geração, o meio dos processos de socialização primária ocorridos no seio da família, como também através da escola, dos meios de comunicação de massas etc.

Assim, se constrói um mundo em que o feminino gira em torno da passividade, enquanto o masculino se associa à independência e ação. Esta representação dual implica em uma estrutura de valores e normas rela-

tivas às relações de gênero e à família, sobre as quais são construídos os papéis e identidades familiares: o homem/esposo deve ser o provedor da família, a máxima autoridade da casa, e, portanto, o encarregado da "disciplina", encarna a clássica "auctoritas paterna"; a mulher deve a mãe/esposa incondicional, a responsável do cuidado dos filhos e filhas e do marido, a encarregada de proporcionar carinho, a dona de casa.

Os conteúdos desse papel de cuidadora assinados à mulher não estão constituídos apenas por tarefas e atividades concretas, exigidas socialmente dela, mas também no cuidado e apoio psicológico e afetivo aos demais membros da família, que se constitui em responsabilidade constante. Deste modo, o conflito entre vida familiar e vida profissional se traduz (sociologicamente) em um conflito de papéis que se resolve (psicologicamente) em culpa. Estes sentimentos expressam a força – a coerção social em definitivo – que o papel de cuidadora assume para as mulheres.

Ainda que a sociedade atual aceite a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, continua sendo transmitida uma série de imagens e estereótipos que culpabilizam as mulheres que desenvolvem uma atividade no âmbito público, à medida que o trabalho mercantil é valorado e tem conotações distintas segundo o sexo: o trabalho do homem é valorado como entrega e sacrifício para manter a família, de responsabilidade como provedor; já o trabalho da mulher tende a ser considerado no paradigma do voluntário, da realização pessoal (ALBERDI, 1999, INSTITUTO DE LA MUJER, 2005).

Portanto, desde a perspectiva sociológica, a compreensão da necessidade de conciliação deve ter como ponto de partida a análise dos níveis do sistema de gênero e de sua hierarquização que conduz à desigualdade. Considerando que o sistema de gênero tem três níveis (identidade pessoal, papéis e âmbitos sociais), as desigualdades entre os homens e as mulheres não estão somente entre as pessoas, como também nos papéis e nos âmbitos onde as pessoas desempenham estes papéis. Daí a absoluta invisibilidade das mulheres e o fato de que as Ciências Sociais tenham teorizado falando só da metade da sociedade, como se a outra metade não existisse.

Ademais, o fato de o trabalho no âmbito privado não ter hierarquia em termos de recursos materiais e de poder o converteu em invisível. As Ciências Sociais também não se preocuparam em conhecê-lo e estudá-lo. Por isso a primeira reivindicação e tarefa do movimento feminista moderno foi a de fazer visível o que sucede neste âmbito. Foi a partir daí que se começou a analisar o trabalho doméstico e o de cuidado.

A análise foi realizada em duas vertentes: uma dedicou-se a analisar o tempo que se destina às atividades domésticas e a outra se preocupou em atribuir/mensurar o valor econômico, normalmente calculado a partir do que custaria se fosse realizado como um emprego assalariado.

Uma vez definido o problema do trabalho doméstico e sua incidência sobre a dupla jornada das mulheres, o movimento feminista apresentou como proposta a redistribuição dos papéis entre os dois âmbitos como uma forma de eliminar a hierarquia e desigualdade entre homens e mulheres. Especificamente, esta demanda era a de compartilhar tanto por homens como por mulheres as tarefas dos âmbitos público e privado. Isso implicava na redistribuição dos papéis em todos os níveis. Porém, isso pressupõe, conforme destacou a análise feminista dos anos setenta e oitenta, mudanças estruturais da organização da sociedade.

PERSPECTIVA ECONÔMICA

É provável que a aplicação mais relevante da teoria econômica para o estudo da conciliação da vida familiar e vida profissional esteja contemplada na teoria da nova economia familiar. Desenvolvida na década dos anos 80, em pleno auge do neoliberalismo, e inspirada nos trabalhos do prêmio Nobel norte-americano Gary Becker, os estudos da nova economia familiar têm seu fundamento conceitual na teoria econômica neoclássica e na teoria do capital humano (BECKER, 1987; BORDERÍAS, CARRASCO, ALEMANY, 1994; ALBA, 2000).

Concebida como uma entidade racional, a unidade familiar toma suas decisões – relativas à natalidade ou à dedicação de seus membros ao trabalho produtivo ou reprodutivo – a partir de métodos de análises de custo. Com efeito, quando se realiza uma análise econômica do trabalho doméstico se leva a cabo um cálculo orientado para se definir o valor monetário⁴ das tarefas domésticas, de modo a decidir quais dos seus membros vão dedicar-se ao trabalho produtivo ou reprodutivo, ou, simultaneamente, de ambos. Assim, por exemplo, para a nova economia familiar, o custo de abandonar o mercado de trabalho será maior no caso daquelas mulheres que hajam efetuado elevados investimentos em sua formação – e em geral em sua carreira profissional – e cujo trabalho possui um alto valor com

4 Três são os métodos de monetarização: custo de oportunidade; custo de substituição e custo de serviços (ver Instituto de la Mujer, 2005).

elevados salários; a decisão de abandonar a atividade profissional para se dedicar ao âmbito doméstico implica nestes casos em elevados custos de oportunidade. Ao mesmo tempo, o custo de contratar mão de obra para executar as tarefas domésticas é relativamente baixo vis-à-vis o salário obtido no mercado. Portanto, mulheres com maiores níveis de qualificação e de remuneração têm maior propensão a manter-se no emprego.

Uma das consequências da aplicação dos postulados da nova economia familiar é a invisibilização dos trabalhos não mercantis. O único trabalho – e, portanto, o único tempo – reconhecido e suscetível de mercantilização é aquele que possui valor monetário no mercado. É por isso que a nova economia familiar vem sofrendo imensa crítica ideológica, sendo considerada como uma teoria legitimadora do trabalho e tempo mercantis como únicos reconhecidos: *“el trabajo doméstico genera valores de usos directo que no tienen valor en el mercado, de ahí la opacidad de su función económica”* (BORDERÍAS, CARRASCO, ALEMANY, 1994, p.48).

A persistência da divisão sexual do trabalho permite a reprodução da mão de obra em condições economicamente ótimas para o capital: o custo desta reprodução é transferido para as famílias e, ao não reconhecê-lo como um valor mercantil, este custo se torna invisível. Pesquisa do Instituto de la Mujer, citando Giddens (1998), informa que *“la ocupación del ama de casa supone entre un 25 y un 40% de la riqueza creada en los países industrializados. El trabajo doméstico mantiene al resto de la economía al dar servicios gratuitos de los que depende gran parte de la población trabajadora”*. (INSTITUTO DE LA MUJER, 2005, p.25).

Os questionamentos à nova economia familiar não se limitam às suas implicações ideológicas, são extensivos também à sua insuficiência metodológica como modelo explicativo das decisões e estratégias adotadas pelas famílias. Com efeito, os modelos proporcionados pela nova economia familiar são meramente descritivos da realidade, em boa medida óbvios, além de deterministas e mecânicos (COMBES; HAICAULT, 1994).

PERSPECTIVA CRÍTICA: MATERIALISMO DIALÉTICO E FEMINISMO

A perspectiva crítica possui uma filiação múltipla. Por um lado, nela confluem a sociologia e a economia como disciplinas acadêmicas, por outro, tal perspectiva de análise alimenta-se teórica e ideologicamente das contribuições do materialismo dialético e do feminismo.

O estudo das relações entre a vida familiar e profissional tem por base uma análise das relações de classe e de gênero, dando lugar a uma crítica radical do sistema patriarcal-capitalista. A análise põe em evidência a subordinação histórica e estrutural da reprodução à produção, e, formando parte desta subordinação, a dominação das mulheres pelos homens.

Conforme destacam Combes e Haicault (1994), no capitalismo atual a relação antagonica entre os sexos não se circunscreve unicamente ao âmbito da família, e sim se estende por todo o espaço social e econômico das relações de produção e reprodução. O trabalho reprodutivo se constitui, assim, em um terreno em que a luta de classe e a luta de sexos se fundem de modo indissociável.

Neste contexto, o capital vai tratar de atribuir os custos da função reprodutiva em primeiro lugar à família (recaindo principalmente sobre as mulheres) e, em segundo lugar, ao Estado. Em sua luta por subordinar o trabalho reprodutivo ao trabalho produtivo, o capital vai se mostrar alheio à lógica da reprodução e à ética do cuidado: regido unicamente pela lógica mercantil do benefício, o capital vai tratar de automatizar-se, de separar-se de qualquer requerimento que não sirva à lógica mercantil; daí a necessidade de desvincular-se, de transferir os custos de manutenção e reprodução da mão de obra para o âmbito doméstico e/ou para o Estado.

Carrasquer e Torns têm assinalado que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho responde às necessidades de disponibilidade da mão de obra barata e flexível do sistema capitalista que "ha descongelado por tanto una fuerza de trabajo que en determinado momento de su desarrollo le ha sido necesaria, o sea, que cumpliera las condiciones de ser barata e flexible, y ha intentado mantenerla con costes no excesivamente altos" (CARRASQUER; TORNOS, 1998, p.99).

A igualdade de oportunidade e a conciliação da vida familiar e laboral não constituem em realidade um problema para o capital, uma vez que este somente se vincula às determinações da lógica mercantil. Segundo Picchio (1994), o capital vai buscar que os custos de substituição do trabalho reprodutivo derivados da incorporação da mulher no mercado de trabalho continuem sendo assumidos no âmbito familiar, seja pelas próprias mulheres trabalhadoras, seja por meio da contratação dos serviços domésticos: "el trabajo de la reproducción se há confiado historicamente a las mujeres. Esto significa que a ellas se les exige que

compensen las insuficiencias de los servicios públicos y los efectos destructivos del mercado laboral" (PICCHIO, 1994, p.456).

Considera-se que a adoção por parte do Estado de um papel compensatório dos desajustes introduzidos pelo mercado em relação à conciliação da vida profissional e familiar reforça as pretensões de separação e autonomização do capital com respeito à lógica da reprodução e da ética do cuidado. Pois a relação entre a vida familiar e o trabalho não é passível de conciliação, uma vez que estão em contradição. Sua relação é uma relação dialética na qual se enfrentam diferentes esferas de valor e de interesses, diferentes campos de práticas e formas de dotar de sentido a existência; sem que se acerte, todavia, encontrar a síntese, a forma socialmente satisfatória de tornar compatível a relação entre elas.

POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO: LIMITES, RESULTADOS E IMPLICAÇÕES

Na Europa, as políticas de conciliação surgiram com dois objetivos: fomento do emprego feminino e aumento da natalidade. O interesse pelas políticas para abordar a dupla presença das mulheres veio não somente para resolver o problema das dificuldades das mulheres no emprego devido à sua responsabilidade familiar, e sim a queda da natalidade que isto gerou e as suas consequências na estrutura demográfica. Isto se observa, por exemplo, nas políticas de conciliação pensadas para o cuidado dos recém-nascidos ou da primeira infância na Europa. Esta situação é paradoxal, já que o problema principal de cuidados atualmente na Europa é a necessidade de serviços para a terceira idade, dos dependentes e o cuidado cotidiano das pessoas.

Relatório da OIT e do PNUD (2009) informa que, no caso da América Latina, a conciliação é uma dimensão fundamental para promover a igualdade e combater a pobreza a partir do mundo do trabalho. Além disso, constitui-se em um requisito indispensável para avançar na construção da equidade de gênero e, em particular, para o cumprimento das metas da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, lançada pela OIT em 2006, e que prevê aumentar em 10% as taxas de participação e ocupação das mulheres até 2015 e reduzir em 50%, no mesmo período, as atuais desigualdades de gênero em matéria de informalidade e remuneração.

Mongue (2006) destaca que as políticas de conciliação dos países desenvolvidos devem ser tomadas apenas como referências e em certa medida

como boas práticas, uma vez que as necessidades de conciliação nos países da América Latina são distintas das observadas nos países desenvolvidos, já que as condições de pobreza, políticas públicas, igualdade de gênero, mercado de trabalho e dinâmicas familiares também diferem.

Todos os estudos de impactos realizados sobre as políticas de conciliação na Europa indicam que estas têm servido para que as mulheres conciliem e mantenham o suposto de que as tarefas do cuidado são responsabilidade feminina. São as mulheres as usuárias destas políticas e suas medidas somente têm servido para facilitar-lhes a dupla jornada e a dupla presença no âmbito público e privado. No âmbito privado, as políticas também não têm contribuído para incorporar o homem nas atividades domésticas, e no mercado de trabalho estas políticas têm levado a aumentar a precariedade do trabalho das mulheres. Neste sentido, segundo Lewis, "no se puede considerar que se trate de políticas de género porque se centran solamente en las mujeres, pudiendo afirmar que su objetivo final es incrementar la productividad femenina, sin tener en cuenta que los hombres también son responsables de las tareas productivas" (LEWIS, 2006, p.428).

É necessário reconhecer que as políticas de conciliação, além de excluírem os homens, têm falhado em dar soluções às mulheres pobres, indígenas, idosas, adolescentes, às quais Martinez e Camacho (2005) chamam de "sujetos de irreconciliación". Daí a necessidade de repensar o discurso tradicional de políticas de conciliação, que, no caso da América Latina, em especial, deveria abarcar a todos os setores da sociedade, em especial à população em situação de pobreza, na qual o problema de articulação entre trabalho e família é mais agudo devido à falta de recursos para atender às necessidades de cuidado, levando as famílias a adotarem mecanismos informais de conciliação, nas quais, na maioria das vezes, as tarefas de cuidado recaem sobre as mulheres (SOJO, 2005).

Astelarra (2005) destaca que o problema das políticas de conciliação é que foram implementadas como parte das políticas de fomento do emprego e não como política de equidade de gênero. Ao fazê-lo, passou-se da análise de gênero à análise de mercado. Trata-se de uma mudança desde propostas que tinham as relações de gênero como centro de análise para outras que eram do tipo econômicas e estavam centradas no mercado. A mudança não somente foi de estratégia e objetivo das políticas, como também decorreu de um processo de mudança das decisões desde a equidade de gênero para o "mainstreaming" nas políticas de emprego.

O inconveniente é que, além de não se manter a lógica da equidade de gênero nas políticas em que se pretendia incorporar esta dimensão, se acabou por impor a lógica predominante das políticas tradicionais. A lógica da política econômica e de emprego é a lógica da competência econômica internacional: flexibilizar mercado de trabalho; e não atender à necessidade das mulheres.

Outra interpretação para os resultados não previstos das políticas de conciliação é a que sustenta Stratigaki (2004), sobre a hipótese de cooptação das propostas feministas iniciais. A partir de análise de conteúdo dos documentos oficiais de 1974 até o Programa de Ação para a Igualdade de Gênero 2001-2004, Maria Stratigaki assinala que o conceito introduzido para implementar a equidade de gênero no mercado de trabalho, a "*reconciliación de la vida laboral familiar*", gradualmente mudou de significado desde um objetivo com potencial feminista (compartir responsabilidades familiares entre os homens e as mulheres) a um objetivo orientado para o mercado (impulsionar formas flexíveis de emprego), na medida em que foi incorporando a estratégia europeia de emprego nos anos 90.

A transformação do objetivo feminista de reestruturar a divisão sexual do trabalho e compartilhar as responsabilidades para os da lógica da reestruturação foi promovida, segundo Stratigaki, citada por Astelarra, "[...] en las instituciones europeas donde se toman los acuerdos, todavía participan mayoritariamente hombres vestidos de gris y hay sólo unas pocas mujeres que ponen una nota de color diferente. De esas sesiones surgen los documentos que al ir cambiando los conceptos también cambian el fondo de las propuestas. Es en este proceso de cambio de los contenidos que se produce la cooptación" (ASTELARRA, 2005, p.38).

Quando se produz a cooptação das propostas feministas para aplicá-las a outras políticas, surgem 2 problemas: muda-se a política de modo imperceptível, porque se mantém o princípio original, mesmo que a outra política tenha sido estabelecida para outro objetivo; porém também se desmobiliza os setores que haviam demandado a política de equidade de gênero. Estes dois elementos fazem que as novas políticas de conciliação terminem impondo-se sobre os objetivos e metas originais.

Certamente, tal como tem abordado estudiosos das políticas familiares, como Brullet (2000), Escobedo (2000), Hantrais (2000), Valiente (2000), existem enormes deficiências materiais para a implementação

das políticas de conciliação (ausências de creches, de serviços de atenção a idosos e dependentes etc.), no entanto, além destas dificuldades, deve-se destacar também a existência de uma resistência de ordem sociocultural que é ignorada nos distintos foros e debates que determinam o resultado das medidas de conciliação. Trata-se de resistências no terreno simbólico, que estão relacionadas com os imaginários coletivos, que amparam o atual contrato social entre os gêneros materializado no modelo *"male breadwinner"*.

As medidas legais, que introduzem, por exemplo, a licença paternidade voluntária dirigida aos homens, dificilmente serão utilizadas por eles, à medida que a sociedade penaliza o sujeito homem que destine seu potencial de tempo produtivo ao "tempo para os demais" e legitima sua ausência da esfera reprodutiva. O mesmo acontece com as medidas que contemplam redução da jornada de trabalho voluntária dirigida a homens e a mulheres e da jornada de trabalho a tempo parcial. A forte feminização destes instrumentos de política de conciliação é reveladora de estratégia de flexibilização e precarização do mercado de trabalho para as mulheres, além disso, são a desculpa perfeita para que a mulher continue assumindo a totalidade da carga de trabalho doméstico/familiar.

É ponto de consenso na literatura acadêmica que o conceito de conciliação, nos termos que está sendo utilizado, é sujeito a muitas críticas, no entanto, é mister insistir na reflexão das políticas de conciliação, já que são viáveis desde que formuladas a partir de parâmetros e conceitos diferentes dos atuais. Para isto, as políticas de conciliação devem estar inseridas em outras de âmbito geral que abordem a igualdade entre os gêneros. Por sua vez, as políticas sociais, longe de ser neutras, devem também tratar diretamente das questões relativas às desigualdades de gênero. A conciliação deve ser substituída por políticas orientadas a transformar a maneira masculina de ver e estar no mundo e revalorizar as tarefas do cuidado e da atenção às pessoas. O ponto central da questão é obter a corresponsabilidade masculina no trabalho doméstico e familiar, e isto somente ocorrerá através da revalorização do mesmo. No entanto, enquanto isto não ocorre, apesar das críticas e objeções às atuais políticas de conciliação, devemos reconhecer que a introdução de medidas legais e os debates sobre conciliação no terreno político representam uma oportunidade, ainda que embrionária e tímida, para avançar rumo a uma crescente tomada de consciência deste problema por parte dos homens e a uma maior visibilização do trabalho doméstico e familiar, que pela primeira vez na história tem adquirido uma dimensão pública.

AS IMPLICAÇÕES: A REPRODUÇÃO SOCIAL EM QUESTÃO E AUMENTO DAS DESIGUALDADES

O conflito entre a vida familiar e a vida do trabalho possui enorme transcendência. A tensão não resolvida entre o trabalho reprodutivo e o trabalho mercantil encerra uma ameaça para a reprodução da sociedade, isto é, o conflito põe em questão o contrato entre sexos e o contrato entre gerações sobre os quais repousa, basicamente, a reprodução social.

Paradoxalmente as atividades não valoradas e socialmente reconhecidas são precisamente as que estão diretamente comprometidas com a manutenção da vida humana. Por conseguinte, por trás dos problemas ligados à conciliação e aos tempos de trabalho existe uma contradição e um conflito muito mais profundos, que põem em questão os fundamentos do sistema social e econômico: a produção capitalista e a obtenção de benefícios, por um lado, e o cuidado da vida humana, por outro. Muitos dos debates sobre a conciliação não evidenciam esta contradição, o que contribui para invisibilizar os conflitos ocultos em relação a tempos e trabalhos e em relação às desigualdades que se derivam tanto entre homens e mulheres, como entre o coletivo de mulheres, as quais diferem segundo sua origem social ou étnica.

As mulheres de classe trabalhadora, com posições débeis e precárias no mercado de trabalho, padecem de todas as consequências de não poder compaginar os distintos tempos e trabalhos em sua vida cotidiana, em um contexto de ausência de recursos econômicos para poder "inventar" outras estratégias, como a mercantilização ou derivação para o mercado de parte de seu trabalho familiar. Em contrapartida, para as mulheres com maior poder aquisitivo, a dupla presença é mais suportável e o leque de alternativas é mais amplo, já que têm a opção de mercantilizar parte do trabalho doméstico e familiar, contratando mulheres, normalmente negras, para que realizem estas tarefas. Buscar conciliar o irreconciliável, nestes casos, está dando lugar a uma transmissão de cargas reprodutivas e de desigualdade dentro do próprio coletivo de mulheres (PARELLA, 2003).

Beck-Gersheim (2003), em seu estudo sobre as transformações da família em sociedades avançadas, parte de um dado básico: tanto no princípio como no final da vida, o ser humano depende do apoio de outras pessoas. Tal relação de solidariedade é uma relação entre gerações, entre pessoas pertencentes a diferentes classes de idade. Assim, pois, a relação entre classes de idade é um aspecto fundamental do processo de reprodução

e integração social, tanto no que concerne à transmissão de normas e valores como no relativo ao cuidado das categorias de população biologicamente mais vulnerável: crianças, idosos, pessoas deficientes.

A questão é que, na prática, este problema da dependência tem sido resolvido pelas mulheres, as quais continuam sendo o fundamento da reprodução social. A questão que está colocada é que este modelo está afetado por uma grave crise, em virtude da tanto da assimetria da divisão de responsabilidades em que se assenta, como por suas condições de sustentabilidade futuras.

Nesta perspectiva, Beck-Gersheim (2003) conclui que o contrato entre sexos do qual depende a relação entre classes de idade – e, portanto, a reprodução social – necessita ser reformulado. Renovar com o fim de adequar-se às transformações que afetam a divisão sexual do trabalho, derivadas do processo de emancipação da mulher e de sua massiva incorporação ao mercado de trabalho.

REFLEXÕES FINAIS

É possível registrar avanços na incorporação das mulheres no âmbito público, no emprego, na política, na cultura e na sociedade, ainda que a desigualdade continue existindo. Porém, se o âmbito público já pertence tanto aos homens quanto às mulheres, o âmbito privado e suas funções continuam sendo femininos. A hierarquização de gênero entre os dois âmbitos fez com que as atividades de cuidado e trabalho doméstico das mulheres fossem desvalorizadas. Acabar com essa invisibilidade e desvalorização é fundamental para questionar a divisão sexual do trabalho que a gerou. Isto requer mudanças profundas na identidade e nos papéis de homens e mulheres, bem como na própria organização social. Nesta perspectiva, as políticas para reestruturar esta divisão entre um tipo e outro de atividade, independente de sua denominação (compartilhar, conciliar etc.), são necessárias. Porém, é importante questionar o modelo básico que gerou o problema, especificamente, é preciso avançar na definição de trabalho, no sentido de incorporar não somente uma lógica produtivista (mercado), mas também sua base reprodutiva (conjunto de serviços que se produz na família).

As políticas de conciliação, concebidas como mero instrumento de aumentar a empregabilidade das mulheres, dificilmente vão melhorar a

situação das mulheres dentro e fora da família, é preciso questionar a centralidade do sistema produtivo e o fundamento das desigualdades de gênero: o pacto ou contrato social entre homens e mulheres. O contrato atual gera um modelo onde somente os homens têm reconhecido o direito ao trabalho remunerado e com isso lhe atribuem o papel de cabeça de família e o principal provedor de renda. Enquanto as mulheres têm que assumir o trabalho doméstico-familiar (não reconhecido como trabalho) e com isso seus direitos e oportunidades ao emprego e, por derivação, à qualidade de cidadãs, são restringidos.

Os inconvenientes e os resultados não esperados das políticas de conciliação europeias, bem como a incidência que a conciliação tem sobre a nossa vida cotidiana, são questões importantes a serem consideradas nas reflexões e debates sobre a revisão, orientação das políticas conciliatórias na América Latina, em especial no Brasil, no sentido de avançar em políticas públicas capazes de permitir a revisão do atual contrato entre gêneros.

Os resultados dos estudos aqui resenhados deixam clara a necessidade de avançar nas políticas sociais desde a ótica da equidade de gênero, em particular, aquelas que têm como meta o bem-estar cotidiano, no sentido de sanar carências dos serviços de atenção à vida diária. Estes serviços de cuidados devem ser tratados como direitos de cidadania com caráter universal e individualizado, precisam ser revalorizados e profissionalizados, sob pena de se reforçar o atual "gueto feminino" de emprego desqualificado.

REFERÊNCIAS

- ALBA, Alfonso. La riqueza de las familias. Mujer y mercado de trabajo en la España democrática. Barcelona. Ed. Ariel Sociedad Económica, 2000.
- ALBERDI, Inés. La nueva familia española. Madrid. Ed. Taurus, 1999.
- ARTAZCOZ, L. Salud y conciliación de la vida laboral y familiar, ¿una contradicción para las mujeres?. Ponencia presentada en las Jornadas Doble jornada, doble presencia, Pamplona, 2001.
- ASTELARRA, J. Políticas conciliatorias: conceptualización y tendencias In: MOURA, L. et al. (eds) . Cohesión social, políticas conciliatorias y presupuesto público: una mirada de género, UNFPA/GTZ, 2005.
- BALBO, L. La doppia presenza. Inchiasta, nº 32, 1979.

- BECKER, G. Tratado sobre la familia. Madrid. Alianza Editorial, 1987.
- BECK-GERSHEIM, E. La reinención de la familia. En busca de nuevas formas de convivencia. Barcelona. Ed. Paidós, 2003.
- BIMBI, Franca. Measurement, Quality and Social Changes in Reproduction Time: the Twofold Presence of Woman and Gift Economy in Gender and the use of time. O. HUFTON - Y. KRAVARITOU. La Haya: Kluwer Law Int, 1999.
- BORDERÍAS C., CARRASCO C., ALEMANY, C. Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales. Barcelona. Ed. Icaria, 1994.
- BRULLET, C. El debat sobre la conciliació ocupació-família dins el marc de la Unió Europea. Revista Catalana de Sociologia, nº 12, pp.155-186, 2000.
- BUSTELO, M; PETERSON, E. Conciliación y (des)igualdad. Una mirada debajo de la alfombra de las políticas de igualdad entre mujeres y hombres Somos. Revista de Desarrollo y Educación Popular, Primavera, n. 7, pp.32-37, 2005.
- CASTLES, F. G. The world turned upside down: below replacement fertility, changing preferences and family-friendly policy in 21 OECD countries. Journal of Social Policy, Vol. 13 (3), 2003.
- CARRASQUER, P.; TORNIS, T. et al. El trabajo de la reproducción. PAPERS. Revista de Sociología, 55, pp. 95-114, 1998.
- CARRASCO, Cristina, La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: Magdalena León (comp.): Mujeres y Trabajo: cambios impostergables, bajo: realidades y propuestas para el cambio". Seminario "Mujeres y Trabajo", Porto Alegre, Brasil. Ed. Veraz Comunicação, 2003.
- CARRASCO, C. et al. Tiempos, trabajos y flexibilidad: una cuestión de género, Madrid: IMU, 2003.
- COMBES, D. e HAICAULT, M. Producción y reproducción. Relaciones sociales de sexo y de clase. In: Borderías, Carrasco, Alemany: Las Mujeres y el Trabajo. Rupturas Conceptuales. Barcelona. Ed. Icaria, 1994.
- DURÁN, M. La importancia del uso del tiempo en las políticas de igualdad, ponencia presentada en el Panel de Trabajo no Remunerado en el marco de la X CONFERENCIA REGIONAL DE LA MUJER DE LA CEPAL celebrada en Quito, Ecuador, 6 al 9 de agosto de 2007.
- _____. Un desafío colosal. Debate ¿Cómo conciliar el trabajo y la vida familiar?, Diario El País [en línea], España. Disponible en: < <http://www.eplais.es/>>, 2004. Acceso en 5 de setiembre de 2004, p.15.
- ESCOBEDO, A. Les llicències laborals per a mares i pares amb fills menors de tres anys. Una comparació dels sistemes vigents a Dinamarca, Finlàndia i Espanya. Revista Catalana de Sociologia, nº 12, pp. 187-214, 2000.
- FOLBRE, N.; BITTMAN, M. (ed.) Family Time: The Social Organization of Care: London and New York. Routledge, 2004.

GIDDENS, A. Modernidad e identidad del yo. Barcelona. Ed. Península, 1998.

GUERRINA, R. Mothering in Europe. Feminist Critique of European Policies on Motherhood and Employment. The European Journal of Women's Studies, Vol. 9(1). 2002.

HANTRAIS, Linda. Gendered policies in Europe. Reconciling employment and family life. New York: Poligrave, 2000.

INSTITUTO DE LA MUJER. Estudio sobre la conciliación de la vida familiar y la vida laboral en España. Madrid, 2005.

JUNTER-LOISEAU, A.; TOBLER, C. Reconciliation of domestic and care work with paid work. Approaches in international legislation and policy instruments and in the scientific discourse in Gender and the use of time. O. HUFTON - Y. KRAVARITOU. La Haya: Kluwer Law Int, 1999.

LEWIS, J. (ed.) Gender, Social Care and Welfare State Restructuring in Europe, Aldershot, Ashgate, 1998.

LEWIS, J. Work / family reconciliation, equal opportunities and social policies: the interpretation of policy trajectories at the UE level and the meaning of gender equality, Journal of European Public Policy, Vol. 13 (3), p.420-437, 2006.

LEWIS, J. E GIULLARI, S. The adult worker model family, gender equality and care: the search for the new policy principles and the possibilities and problems of a capabilities approach. Routledge, Taylor & Francis Group Ltd, 2005.

MACINNES, J. Work-life balance: three terms in search of a definition. Ponencia presentada en el Seminario sobre L'ORGANITZACIÓ SOCIAL DEL TEMPS: CONCILIACIÓ DE LA VIDA LABORAL I FAMILIAR, organizado por el QUIT. Dpt. Sociologia da Universidad Autónoma de Barcelona, Bellaterra, 2004.

MARTÍNEZ, J. e CAMACHO, R. Política fiscal pro-equidad de género en América Latina y el Caribe, ¿Agua y Aceite? Conciliación entre mundos productivo y (re) productivo en América Latina y el Caribe, Estudio elaborado para GTZ y FNUAP, Costa Rica, 2005.

MONGUE, G. Igualdad de género, pobreza y políticas de conciliación entre los ámbitos productivo y reproductivo, y presupuestos públicos. Un análisis explicativo de cinco países latinoamericanos. UNFPA/Proyecto Política Fiscal con Enfoque de Género de la Cooperación Técnica Alemana (GTZ). México, D. F., 2006.

MURILLO, Soledad. El mito de la vida privada. Madrid, Ed. Siglo XXI, 1996.

OIT/PNUD. Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com responsabilidade social / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília, 2009.

PATEMAN, C. El contrato sexual. Barcelona, Anthropos, 1995.

PARELLA, S. Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación, Barcelona: Anthropos, 2003.

PICCHIO, A. Social Reproduction: the Political Economy of the Labour Market, Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. El trabajo de reproducción, tema central del análisis del mercado laboral In: Borderías, Carrasco, Alemany: LAS MUJERES Y EL TRABAJO. RUPTURAS CONCEPTUALES. Barcelona. Ed. Icaria, 1994.

SOJO, A. Estado, mercado y familia: el haz del bienestar social como objeto de política, versión revisada de ponencia presentada en la Reunión de expertos de la CEPAL POLÍTICAS HACIA LAS FAMILIAS, PROTECCIÓN E INCLUSIÓN SOCIALES, Santiago de Chile, junio, 2005.

STRATIGAKI, M. The cooptation of Gender Concepts in EU Policies: The Case of Reconciliation of Work and Family. Oxford University Press, Social Politics, volume 11, number 1, 2004.

TORNS, T. et al. El estudio de la doble presencia: una apuesta por la conciliación de la vida laboral y familiar, (informe de investigación), QUIT-Dpt. Sociología-Instituto de la Mujer, Bellaterra, 2002.

_____. De la imposible conciliación a los permanentes malos arreglos. Madrid: Cuadernos de Relaciones Laborales, 23, núm. 1.pp. 15-33, 2005.

VALIENTE, C. Reconciliation policies in Spain en Gendered policies in Europe. Reconciling employment and family life. Linda Hantrais. New York: Poligrave, 2000.

VILLOTA, P. (ed.) Conciliación de la vida profesional y familiar: políticas públicas de conciliación en la Unión Europea, Madrid, Síntesis, 2008.

CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES RURAIS

Delma Pessanha Neves¹

RESUMO

No artigo estão contempladas algumas reflexões sobre associações de sentidos expressas na relação entre *cidadania e políticas públicas*; ou entre a construção de legitimidades atribuídas a reivindicações de direitos e serviços, constituídos segundo posições sociais assumidas por mulheres rurais, e as estruturantes respostas institucionalizadas por aparatos estatais.

No tocante à relação entre *cidadania e políticas públicas*, tanto no plano da interpretação como da intervenção, valorizo a dimensão dialógica que os termos integram, exemplificando com uma das formas de expressão de lutas contrastivas aos padrões polarizados de desigualdades socioeconômicas e de hierarquizações sexualizadas: a agroecologia enquanto projeto político de vida. Por essa dimensão, o projeto da agricultura ecológica vem contando com significativo apoio de mulheres dedicadas à construção de espaços públicos propícios ao embasamento

¹ Antropóloga, professora do Programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Professora na modalidade PVNS/CAPES na UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, vinculada ao Programa de Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, bolsista do CNPq.

social e à legitimidade reivindicada para os deslocamentos de sentidos de posições depreciativas das circunscrições ao espaço doméstico. Por fim, mas tão somente a título de estímulo ao debate público, proponho alguns questionamentos à associação entre cidadania, empoderamento de mulheres e vinculações a práticas produtivas mercantis.

Palavras-chave: cidadania, políticas públicas, hierarquizações sociais e agroecologia.

ABSTRACT

This article discusses the association of meanings expressed about citizenship and public policies; or between the legitimacy attributed to reivindications formulated about rights and services related to the social positions of rural women and the institutionally structuring responses of State apparatus to these revivindications.

Concerning the relationship of citizenship and public policies, whether it be at the level of interpretation or intervention, I give value to the dialogical dimension taken by "Agroecology as a political life project", as an example of one of the expressions of struggles which contrast patterns polarized between socioeconomic inequalities and hierarchized sexuality. In this dimension the ecological agricultural project has found significant support from women dedicated to the construction of public spaces which favor the forming of a social basis for legitimacy demands of shifting meanings concerning depreciative opinions about domestic space. Finally, simply to stimulate debate, I propose some questions about the relation between citizenship, empowerment of women and their links to mercantile productive practices.

Key Words: citizenship, public policies, social hierarchies, and agroecology.

A análise da associação dos termos cidadania e políticas públicas, se referenciada às condições de vida das mulheres rurais, de fato, formas diferenciadas de inserção social delas ao espaço econômico, doméstico, vicinal e político, abarca uma gama de possibilidades de construção de questões. Qualquer tentativa de caminhar por per-pela frente é elaborar um artigo, o mais próximo possível das ideias transmitidas por ocasião do evento: mesa redonda com temática cor-respondente ao título deste texto, integrante do *I Simpósio Feminis-mo, ação política e agroecologia*, ocorrido em Recife, entre os dias 12 e 14 de novembro de 2010.

Todavia, também aventura é passar por eles sem refletir sobre os ris-cos de naturalização daquela riqueza de significados; e assim defender crenças de sentidos unívocos. Por isso mesmo, vou optar por uma das sistematizações dos significados atribuídos aos termos, apenas para situar minha referência imediata; mas, principalmente, tentar refletir sobre o peso que a alusão à cidadania alcança nas reivindicações estru-urantes de demandas por políticas públicas. Considero então o quanto eles, assim associados, operam na atribuição de meios de legitimação das reivindicações e correspondentes formas de operacionalização².

Para o caso brasileiro, as reivindicações das mulheres rurais se configu-ram em ações coletivas de grupos em constituição ou em reafirmação da institucionalidade alcançada para dotação de interesses específicos³. Nessas condições, são construídas e referenciam lutas contrastivas aos padrões polarizados de desigualdades socioeconômicas. Como as po-líticas públicas se respaldam em princípios que enaltecem o exercício da cidadania, elas se apoiam no reconhecimento de direitos universais, condição associada à construção, reprodução e reafirmação de sistemas de organização social fundamentados na crença na democracia como valor e como prática. Pela consagração de tais associações, analisá-las pressupõe o reconhecimento de sentidos produzidos. Na ação política estrito senso, por serem distintos daqueles constituídos campos acadê-micos disciplinares e temáticos.

Enfatizando apenas o significado etimológico ou a reivindicação mais corriqueira a ele atribuída, o termo democracia, naqueles contextos, vale por si próprio e se fundamenta na imediata significação do *poder do povo*. E a cidadania, ainda numa significação corriqueira, corresponde ao reconhecimento da dotação deste exercício, a ser regulado por direitos constituídos ou em demanda por construção ou (re)significação.

Para efeitos de pensar no tema proposto pelos organizadores do evento, tentarei inicialmente levantar algumas reflexões em torno de certos sentidos que provocam a mobilização e o engajamento nas lutas po-líticas atuais. No caso, nas políticas voltadas para demandas e correções de procedimentos que prometem melhorias nas condições de integração de grupos sociais. Nessa proposição, cobre um amplo grupo de inte-

2 Para pensar sobre o tema cidadania, vali-me de reflexões desenvolvidas por Carvalho, 1996; Ribeiro, 1996.

3 Incorpo as propostas analíticas e metodológicas desenvolvidas por Lenoir, 1998.

resses que, *grosso modo*, aparece qualificado tão genericamente como *mulheres* (rurais). Portanto, construção que pressupõe diferenciações relativizadas para abrigar generalizações consoantes a fazê-las aparecer como um grupo dotado de certa universalidade e de reconhecimento de problemáticas comuns; e mesmo que, objetivamente, a categoria *mulheres rurais* se configure movimentos e principalmente grupos sociais reconhecidos por um nós (identificado por relações face a face ou referências imediatas e politicamente evidentes) constituam-se por reivindicações socialmente situadas.

Todos reclamam *democracia*, advogando o respeito à *cidadania* e aos direitos universais e, mais recentemente, direitos diferenciais, base para a interferência na elaboração de *políticas públicas* e de seus inerentes desdobramentos. O sentido do povo implica assim todas as mediações inseparáveis das formas de representação política sistematizada neste termo designatório; e o reconhecimento de espaços públicos criados para interlocução ou mediação, geralmente aceitos em decisão pelo voto e/ou outra forma de representação delegada.

Na primeira acepção, a constituição da representação delegada articula-se à crença nas condições de escolha, pelo povo, daquele que governa e dos que controlam como o eleito governa. Está assim em jogo a contraposição ao que não é transparente, ao que se decide em acordos em assembleias legislativas, em gabinetes ou pelos burocratas. Por isso, a contraposição se expressa em denúncia legitimada pelo exercício político (democrático), fundado na ideia de mobilização e de pressão, geralmente articuladas por movimentos sociais. E na democracia moderna, nos sistemas liberais, a categoria (democracia) remete ainda e de imediato aos *direitos humanos*.

Na sociedade brasileira, como se reconhece a convivência sob ordem social pouco democrática, especialmente quando se leva em consideração que ela é altamente segmentada pelas desigualdades socioeconômicas (e por correspondentes formas de exclusão relativa), os *direitos humanos*, como princípio fundamental de produção da integração social, correspondem a termo de significações que abarcam procedimentos, como exprimem, contraditoriamente, os demandantes de uma série de recursos públicos considerados básicos.

Na prática cotidiana, por conseguinte, o termo *democracia* tem sido apelo mobilizador e legitimador de combate às desigualdades negado-

ras dos *direitos humanos*, até mesmo da vida. Consequentemente, a apelação à *democracia* opera como valor pelo contraponto ao súdito, ao tutelado, ao silenciado, ao subordinado, ao excluído, ao invisibilizado, termos que por si mesmos passam a valorizar o sentido da luta para a conquista da posição do *cidadão*.

Se, em termos gerais, *cidadão* é o que pode ter direito a reivindicar direitos, por consequência, também o direito de ser atendido. Correlativamente, valoriza-se muito mais o sujeito coletivo, constituído por sujeitos ativos, que tomam parte nas decisões da coisa pública. E se reconhece como tais, aqueles que, na maior parte das vezes, reinventam espaços sociais para explicitar suas perspectivas de construção da sociedade desejada: movimentos, associações, seminários, fóruns, encontros, passeatas, comunidades, conselhos etc⁴.

Pelo destaque de tais questões, pode-se reconhecer que, nas situações que cobrem a luta pela construção de cidadania para mulheres, a *democracia*, como valor e como procedimento de gestão social, fundamenta a luta contra o arbitrário; a condenação a execuções sem julgamento; o desrespeito a direitos básicos à vida, mesmo que constitucionalmente definidos como inalienáveis, isto é, não alteráveis pelo próprio jogo democrático. Mas ainda, serviços públicos a que o Estado de há muito deveria ter garantido. E assim sendo, tanto se exaltam os direitos dos indivíduos, como direitos comunitários, coletivos, étnicos, enfim, direitos diferenciais pautados na produção de tradições, em referências rememoradas de um passado reconstituído no presente, mas principalmente direitos com significados construídos na ação política, que assim impeçam a pasteurização de concepções que pouco têm a ver com a diversidade de experiências de vida da população⁵.

Em assim sendo, ver-se incluído no rol de *usuários* de programas públicos, contemplado pela condição de *cadastrado* e avaliado como situado em linhas imaginárias de divisão da pobreza, ou desta em relação à miséria, é também se avaliar dotado da condição social de *cidadania*. Em outros termos, como aqui também apontados, avaliar-se como *cidadão*, isto é, em posição alcançada para legitimar e intervir na correção ou formulação de ações políticas, no contexto de reafirmação de princípios democráticos, é se pensar reconhecido pela amplitude do

⁴ Para a análise desse item, beneficiei-me da leitura do livro de Telles (2006).

⁵ Da mesma forma, quero registrar a importância da leitura do texto de Murilo de Carvalho (2001).

universo dos incorporados aos recursos e serviços, por vezes constrictos à condição de direitos sociais⁶.

Na segunda acepção a que anteriormente me referi, a representação delegada incorpora a ênfase no órgão representativo, de políticos mais ou menos profissionais, que o povo elege periodicamente. Nessa concepção, os dois termos (*democracia e cidadania*) têm sido bastante desconsiderados nos campos de luta por elaborações de políticas desejadas públicas. De modo geral, considera-se que a representação política profissional enfraquece a disposição a discutir a coisa pública, divide os que se encontram engajados e cria os leigos ou os beneficiários do que foi considerado bens em outros campos de decisão. Por isso a representação política recorrentemente recai sobre sindicalistas, militantes de movimentos sociais por habitação, por terra, por crédito rural, enfim, mediadores políticos em campos mais legítimos ou de relações mais pessoalizadas, de qualquer forma campos de mediação para interferir ou se contrapor aos da política profissionalizada ou das arrogantes ações estatais⁷.

A *democracia* representada como valor e procedimento, em sendo exercício fundamentado em construção e resolução de ordens coletivas e relativamente exaltado por sistematização de princípios, explica alguns dos atributos dos campos de mediação que se fazem necessários. Essa é uma das questões centrais da compreensão processual das políticas públicas. O investimento em políticas públicas, no sentido restrito que o termo deve abarcar, ao não prescindir de engajamentos sociais, traz à tona o debate, a divergência, a contraposição, a produção contextual de conhecimentos e categorias, meios pelos quais se pode: – vislumbrar o alcance de certa harmonia ou acordo; – instrumentalizar espaços de negociação e interlocução e prestação de serviços.

A cultura política necessária a tais investimentos nem sempre pode ser traduzível aos significados e valores exaltados pela população, como a honestidade requerida do que vive sob imediatos relacionamentos, em que a dissimulação é rapidamente qualificada como mentira e descaso. Tais desconfianças, como todos reconhecem, geram autoexclusões ou alienações consentidas.

6 Venho refletindo, a partir de diversas pesquisas, sobre as questões inerentes ao estudo de políticas públicas. Muitas das ideias que aqui integro estão também trabalhadas em outros textos: Neves, 1987, 1993, 2007a, 2007b, 2011.

7 Nesse sentido, valorizo a contribuição de Trepos, 1996.

Aceitar que a *democracia*, a *cidadania* e as *políticas públicas*, nas acepções aqui reconhecidas, são conquistas de quem aceitou participar, de diferenciadas formas, de jogos sociais cujas regras não são da ordem da evidência, é reconhecer o sentido dos investimentos mais pontuais que visam tornar claro o que aparece, pelos meandros das decisões e execuções, como escondido, sujeito a subterfúgios. Por essa postura, talvez possa se fazer reconhecer o sentido da atual multiplicação de campos de mediação correspondentes a diversos planos de ação política.

Como valor ou como procedimento, o que está em causa na crença democrática é um sistema diferenciado de pertencimentos sociais nem sempre referido às mesmas razões, mas pautado no reconhecimento da *cidadania* como valor e, assim, princípio de controle e questionamentos públicos.

Então, para efeitos de se refletir sobre a relação entre *cidadania* e *políticas públicas*, tanto no plano da interpretação como da intervenção, torna-se fundamental considerar a dimensão dialógica que os termos integram. Por esta dimensão, as formas de representação social e as práticas correspondentes à condição de exercício da *cidadania* negam as imposições das *políticas de governo*, desejando assim conceber, operativamente e por fiscalização, os serviços e bens circulados nas condições situacionais ou politicamente desejadas. Os significados e as práticas devem ser entendidas pela dimensão construtivista e pelo empenho na reprodução social, configurando-se o que se tem reconhecido como *democracia em ação* e *Estado exercido sob práticas transparentes*.

Para ainda contribuir com a elaboração de referências para associação analítica entre *cidadania* e *políticas públicas* para as *mulheres rurais*, ou seja, reivindicadas como direito de participação na definição do *modus operandi* do Estado⁸, especificamente em políticas públicas, privilegiarei algumas outras atividades pertinentes aos subjacentes campos de ação. Adotando esta perspectiva, penso ser possível compreender o privilegiamento de certa dimensão analítica entre os cientistas sociais: o Estado por sua ação. Esta não é outra razão pela qual, no atual contexto, os estudos sobre políticas são tão privilegiados. Pela consideração de seus meandros, pode-se tentar entender as lógicas colocadas em ação pelos titulares da instituição estatal, mas também as diferentes formas de intervenção que incidem sobre a sociedade ou sobre grupos específicos; e podem-se identificar alguns dos modos de relação exis-

8 Evoco as contribuições que vêm sendo asseguradas pela reflexão de Abélès, 2009.

tentes entre atores públicos e privados. A ação pública recobre dinâmicas fluidas, bem como pressupostas fronteiras entre domínios que se tem convencionado distinguir como Estado e sociedade.

No entanto, em sendo *políticas públicas*, a saber, ações processuais portadoras de alternativas para o *exercício da cidadania*, no caso, a ser reafirmado entre as *mulheres rurais*, é preciso se entender os investimentos que vêm sendo colocados em prática para o que, na linguagem cotidiana, simplificadora e substantivante, tem sido sintetizado pela ideia de *empoderamento*.

Para novamente associar aqueles temas, proponho ainda algumas reflexões pela análise das relações interinstitucionais entre políticas públicas e Estado, de modo a facilitar a compreensão sobre a ação pública, tanto pela dimensão administrativa, como pela dimensão relevante dos métodos e instrumentos que são utilizados para intervenção. Este pressuposto metodológico se contrapõe àquele que toma por ambição fornecer receitas para o bom governo ou que se pensa capaz de mostrar aos titulares do Estado uma dimensão absoluta da sociedade.

Pelo contrário, sugerindo que os pesquisadores possam contribuir para a ambição política anunciada, mediante produção de informações e conhecimentos sobre as condições de engajamento dos demandantes de ação estatal ou coletiva, convidaria a se tentar vislumbrar como, muitas vezes, eles pretendem interferir na compreensão ou no desenho do processo; e nos modos de ação daqueles que se alinham favorável ou desfavoravelmente à reordenação de estruturas de poder na sociedade brasileira.

A concepção de Estado em ação⁹, mesmo que simplificadora, tem, para a questão analítica em apreço neste texto, a vantagem de ser mais adequada aos investimentos que minimizam as competências sob o viés centralizador; e de demonstrar as operações correspondentes à criação de quadros institucionais de descentralização. Essa dinâmica vem em grande parte orientando as intervenções dos titulares do Estado junto à população; ou sendo requerida pelos que se desejam agentes intervenientes em determinadas práticas de gestão e redistribuição, de recursos públicos.

9 Tal como reflete Padioleau, 1982.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA: CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE INSERÇÃO DE MULHERES

Dada a amplitude de alternativas possíveis às considerações aqui desenvolvidas, tomarei os já bastante registrados casos de ações coletivas devotadas à construção e legitimação da agroecologia. Enquanto projeto político de vida, essa dimensão social vem contando com significativo apoio de mulheres ou a aceitação da constituição da representação delegada entre elas; mas principalmente criando espaços públicos em que as mulheres canalizam a construção de problemas e reivindicações elaborados segundo suas contextuais posições sociais e respectivos pontos de vista.

Tomando em questão as possibilidades de criação e de aplicação de agroecologia como projeto societário, projeto de vida familiar e prática agrícola, podem-se perceber algumas das dimensões concernentes às formas de institucionalização do Estado; e identificar lógicas de funcionamento que variam, segundo aproximações ou afastamentos, conforme a tão conturbada constituição de nossa sociedade democrática.

Além disso, e em coerência com as questões anteriormente consideradas, privilegio, por essa alternativa, a dimensão cognitiva da construção da política pública, exemplarmente explicitada na construção da agroecologia como sistema de crença e de práticas. Uma delas recai sobre a própria formação dos pesquisadores e agentes de formação e difusão de saberes, de profissionais integrantes de quadros institucionais dotados de conhecimentos e competências para interferir, em diversos patamares dessa intervenção do Estado; mas também interceder sobre o segmento da população que se deseja reconhecido por aplicação de práticas agroecológicas. Por essa condição, (1) pode-se dimensionar o processo de construção social de agentes capazes de colaborar na constituição dos critérios, objetivos e metas que respaldem as políticas de crédito e assistência técnica; (2) intermediar a conversão de credos e condutas difundidos por práticas agrícolas diversas, especialmente as depreciadas como *convencionais*; (3) colaborar na constituição de apoios à comercialização de produtos oriundos de agricultura agroecológica. Enfim, agentes diversamente posicionais que possam ser capazes de interferir sobre os modos de ação do Estado, até mesmo pela crítica à adoção das práticas *convencionais* ou agroquímicas e produtivistas. Nessa última intenção, é preciso considerar que, pelos termos que integram os sentidos das *políticas públicas*, por elas e para elas são

criadas arenas e instâncias, espaços que tornam viáveis o próprio processo de construção de conhecimentos e a valorização de saberes sobre as questões subjacentes, tais como exemplificam os diversos simpósios, congressos voltados para a reflexão e construção do projeto societário assentado nos princípios filosóficos, políticos e morais aglutinados em torno da prática agroecológica.

O processo multifacetado de aprendizagem e de produção de ideias não é perceptível pela análise geral das políticas; ele se dá em ato, pela troca de experiências ou pelo estímulo a continuas e desdobradas reflexões, embora haja conhecimentos gerais produzidos e sistematizados em instâncias qualificadas como científicas ou técnicas. Exige então compreensão do processo cotidiano de reflexão dos agentes e das condições de conversão e produção de espaços correspondentes de realização ou viabilização daqueles princípios. No tocante aos saberes que vão sendo sistematizados, eles integram o conjunto de competências compreendidas como inerentes às condições de objetivação e reprodução diferenciadas dessa qualificada política pública; mas, de fato, de programas públicos que conferem as condições de execução. Tais competências são em geral transferidas enquanto conhecimento coletivo aos demais aderentes e pesquisadores que operam com a produção de saber e de trocas de informações em ato prático¹⁰.

A despeito dos muros que se erguem como problemas apresentados no decorrer da elaboração e implantação das políticas públicas, porque em tese eles são contraditórios em relação ao conceito e aos princípios que qualificam tal termo, eles mesmos passam a referenciar ou instigar a rebeldia, a contraposição, a crítica, a dissimulação, a construção de estratégias que visem tornar práticos os investimentos dos agentes que se querem definidores de normas e critérios para a ação do Estado. Daí então decorre toda a importância de se compreender os espaços de canalização de demandas e saberes, os quais devem qualificar as ações dessas correspondentes instâncias. Portanto, segundo desejos políticos dos que, apresentando-se como distanciados e diferentes por se autoproclamarem partes da assim dicotomizada sociedade civil, desta contraposição, criam os meios de negociação e pressão social¹¹. E também dos que se utilizam ou reivindicam utilizar recursos constituídos e circulados.

10. Valorizo aqui a perspectiva adotada por Geertz, 1998.

11. Para esta distinção e análise dos sentidos da ação política, reafirmo a contribuição de Gautier, 1993.

Por esse exercício analítico, é importante se destacar: os agentes em engajamento podem transformar políticas de governo ou qualificar as resistências ao diálogo como cumplicidades com políticas de governo e não políticas públicas. Sob desqualificação no que tange à crença na associação entre *cidadania* e *políticas públicas*, a *política de governo* é aquela que, como já defini, obedece a impositivos interesses de terceiros ou dos representantes do Estado. E as *políticas públicas*, aquelas tecidas na interlocução, mesmo que esta se configure muito desigualmente. Por tais injunções, os que investem para o reconhecimento da condição de proponentes vão, de certa forma, definindo as condições e as alternativas de sua auto ou impositiva integração.

Na medida em que as *mulheres rurais* só muito recentemente começam a participar da produção de textos sistematizadores do sistema de crença e de interesses pelos quais querem se referenciar ou serem referenciadas, na medida em que só recentemente elas começam a se contrapor a trechos de documentos e medidas regulamentares, a legislações e a relatórios de funcionários públicos, a projetos de investimentos elaborados por titulares de instituições de assistência técnica e a decisões que lhes são externas, a documentação elaborada por pesquisadores tem trazido à tona alguns dos pontos de vista delas, quando convidadas à participação em pesquisa. Os textos de pesquisas têm muitas vezes correspondido a esses anseios; ou permitido tornar compreensíveis certos princípios de pertencimento daquelas que se constroem como agentes de intervenção; e ainda compreensíveis algumas das múltiplas formas de organização e contraposição. Esse tipo de investimento dos pesquisadores permite, caso a proposição metodológica assim ambicione, interconectar muitas das múltiplas dimensões que estão presentes nos espaços e meandros por onde são tecidos e praticados os desdobramentos das políticas públicas. Do mesmo modo, tem dado visibilidade social aos princípios que devem gerir a ordem pública desejosamente construída por essas *mulheres rurais*, em movimentos ou ação coletiva.

Para ainda seguir essas análises qualificando as dimensões cognitivas que são constitutivas dos processos correspondentes, tomo emprestada a noção de políticas públicas como sistema de ação e sistema de conhecimento, defendida por diversos autores, entre os quais privilegio Muller (1994) e Muller e Sured (1998)¹². Eles identificam nas políticas públicas a criação de um espaço de trocas sinalizadas entre agentes,

12. Além dos autores citados, destaco a contribuição de Faure et al., 1995; Souza, 2006.

constitutivo de relações de poder instituídas em função de recursos mobilizados. Por esta definição, pode-se tentar delimitar o conjunto de agentes e de organizações que interagem de maneira regular, num período determinado de implementação de ações, com objetivo de influenciar a formação e a colocação em prática de medidas e decisões que devem advir do Estado. Por essas ações, colocadas em prática nos espaços públicos reivindicados para interlocução, pode-se então perceber certo quadro geral de ação que define a presença de programas de ação governamental, os modos de incorporação dos recursos que são transferidos e das condições em que eles assim circulam.

Enfim, analisar políticas públicas é se comprometer, não com visões e processos gerais açambarcadores e eficazes pelas intenções que anunciam, mas principalmente unidades de ação política intermediárias e inerentes à construção de crenças, de projetos societários, de espaços de formação de agentes, ideias e procedimentos, permitindo pensá-las pela perspectiva transversal; é reconhecer que os estudos da relação Estado e cidadãos pressupõem a compreensão de ações de mediadores sociais, os modos de constituição de voluntarismos e militantismos políticos, ora fundamentados em ações vinculadas à existência objetiva de programas públicos e modos de funcionamento de instituições de prestação de serviços; ora fazendo inter cruzar valores instituídos em múltiplas unidades de ação; e ora fazendo revelar as condições mediante as quais as ações podem ser colocadas em prática.

Espero, por tão longas considerações, ter demonstrado o quanto se torna importante a vigília metodológica e, assim, a recusa a perspectivas substantivantes, trazendo à reflexão as tortuosas condições de possibilidade de alcançar parcialmente o pretendido modelo democrático, segundo ações contextuais e possíveis; conforme os bens em disputa por apropriação, os protocolos de ação pública ou coletiva¹³; os recursos instrumentais à objetivação e à visibilidade dos agentes que, nesse jogo, são reconhecidos como políticos. Ao final, também ter demonstrado algumas das modalidades de construção de inserções sociais e políticas, de constituição de mediadores e de diálogos com titulares do Estado, de ONGs, cooperativas, sindicatos, quadros institucionais de constituição de tecidos sociais correspondentes ao exercício democrático e da condição cidadã.

13 Adoto o sentido atribuído por Lacasse et alli, 1996.

AGROECOLOGIA: PROJETO SOCIETÁRIO E REDIMENSÃO SOCIAL DAS MULHERES RURAIS

Ainda para dar conta da análise de problemáticas amplas em pequenos espaços de textualização, vou tomar em consideração um pequeno texto, mas que julgo paradigmático, pelas razões que se seguem. Foi produzido por agente mediador que atua decisivamente na colocação em prática do ideário constituidor de uma das definições da agroecologia; foi publicado na *Revista Agriculturas* cujo tema era *Experiências em Agroecologia* e editada por instituição consagrada a este tipo de luta e objetivação de projeto político: AS_PTA.

Maria Emília Lisboa Pacheco¹⁴, com expertise na mobilização de recursos e saberes fundamentais à construção democrática e à produção de estrutura de serviços no meio rural, aí acentuando a importância diferenciada do papel das mulheres, apresenta os artigos da revista já citada. Elabora, por este objetivo, o texto intitulado *Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres*. Ela aí investe no levantamento de vários argumentos que justificam investimentos neste segmento específico; ou na reflexão sobre ações que contemplam modos de representação de relações de gênero, especialmente as que colocam as mulheres em situações desfavoráveis; ou que reafirmam os princípios consagradores das desigualdades sociais e socioeconômicas. Entre eles, ela destaca a magnitude e a importância da presença de mulheres rurais no mundo, qualificando algumas das condições dessa existência.

As mulheres representam, no mundo, cerca da metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores, cujos conhecimentos e trabalho cumprem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares, particularmente nos países em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, são responsáveis por 45% da produção de alimentos. Paradoxalmente, compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e sujeitas ao drama da fome e desnutrição em várias partes do mundo.

No Brasil, quase 15 milhões de mulheres do campo estão privadas do acesso à cidadania por não terem reconhecida a sua condição de agricultoras familiares, camponesas ou trabalhadoras rurais.

14 Maria Emília Lisboa Pacheco, no contexto da publicação da revista, profissionalmente autoidentificada como assessora da Fase-Solidariedade e Educação e integrante do Núcleo Executivo da ANA.

Embora representem 47,8% da população residente no meio rural, somente 10% são titulares das terras onde moram (2009, p.4).

Do trecho citado, pode-se perceber como, nos processos em jogo para galgar recursos e posições diferenciadas para as mulheres, estão implicadas apropriações fundamentais como propriedade de meios de produção, reconhecimento da condição de trabalhadora produtiva, isto é, condições consideradas básicas ao reconhecimento da possibilidade de incorporar condições de exercício de cidadania. Como já destaquei anteriormente, condições de virem a interferir na construção de meios e recursos fundamentais aos estilos em que querem ou desejam viver. Portanto, alguns dos direitos básicos são definidos como fundamentais aos desdobramentos de exercícios de ação política e conferem o reconhecimento da posição de cidadã.

Dentre as questões por ela destacadas como relevantes nos diversos artigos que apresenta, ressalta como os autores vêm a demonstrar *o quanto as mulheres trabalham, como estão engajadas em praticamente todas as atividades agrícolas e extrativistas, mas assumindo jornadas de trabalho muito extensas. Mesmo assim, elas continuam com restrição de acesso aos recursos produtivos, bem como o reconhecimento do seu trabalho ainda é colocado em questão* (PACHECO, 2009, p.5). Estão assim na dependência de esposos, companheiros, filhos e pais para se constituírem como agentes produtivos. Fazem-no como tuteladas. A reivindicação correspondente diz então respeito ao acesso à terra, ao crédito, à orientação técnica, enfim, condições que as definam pela vinculação produtiva na unidade doméstica ou por assalariamento.

Se são esses os fatores que caracterizam a posição secundária geralmente atribuída à mulher, no que tange ao reconhecimento como agente produtivo, os artigos editados na referida revista registram diversos investimentos no sentido de produção de mudanças; ou deslocamentos assim qualificados, por tocarem na minimização das condições de desigualdades sociais. Tais deslocamentos são provocados ou alcançados mediante a condição de agente político, por inserção em processos coletivos de construção de reivindicações expressivas dessas mudanças ou de configuração de novas formas de sociabilidade. Registra, então, Maria Emília Lisboa Pacheco:

Os vários sentidos e percursos desses caminhos nos quais as mulheres exercem um papel de liderança desafiam e interpelam a construção

do campo agroecológico. Ao mesmo tempo em que introduzem mudanças nos sistemas de produção, as mulheres vão experimentando transformações em sua vida cotidiana que as levam ao questionamento do modelo agrícola e social, consagrando-se como sujeitos políticos (2009, p.6).

Os autores dos artigos da revista, segundo minha compreensão dos sentidos circulados no texto de Pacheco, demonstram de forma clara a construção dos meios de representação delegada, por articulação de movimentos sociais, no seio dos quais as mudanças e as reivindicações são elaboradas e encaminhadas; e as grandes temáticas legitimadoras das posições alcançadas são então explicitadas. Todavia, no bojo de um projeto societário que coloca como valor fundamental a soberania alimentar, fundamentada naquela condição salientada por Maria Emília Pacheco: as mulheres produzem alimentos, mas estão situadas em segmentos que enfrentam insegurança alimentar; ou que estão enquadrados nos segmentos que vivem sob condição de vida material e social qualificada como abaixo da pobreza. A construção desses paradigmas ocorre na comunidade de mulheres e de militantes, intelectuais que colaboram na construção dos fundamentos e desdobramentos de processos de luta em prol da eliminação ou redução drástica das desigualdades, também luta por reconhecimento de direitos e redistribuição de recursos.

Nesses termos então Maria Emília Lisboa Pacheco exalta o papel do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a partir do qual se constrói o projeto de agricultura camponesa, baseado nos princípios da agroecologia. Essa associação não se opera por linearidades, mas investimentos em negociações por mudanças nas concepções que referenciam relações de gênero, que, no plano do sistema de ideias mobilizadoras do movimento social, conferem o caráter antagônico entre reconhecimentos de sujeitos de direitos e questionamento do patriarcado. Este último termo não pode ser compreendido pelo sentido conceitual que aparece nas teorias sobre o parentesco, mas uma caricatura de relações concebidas, de forma muito genérica, como patricentradas e desiguais nas relações conjugais e no ambiente doméstico. Sintetiza então Maria Emília Lisboa Pacheco:

A Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis expressa a dupla face de questionamento, tanto do modo de produção capitalista quanto da opressão patriarcal pelas mulheres (2009, p. 7).

As ações capitaneadas por diversas instituições intermediárias na mobilização das mulheres rurais, que operam na construção de ideários propícios ao alcance das mudanças desejadas, são qualificadas como processo político-pedagógico. Abarcam o intercâmbio e a sistematização de experiências protagonizadas por mulheres, experiências que vão sedimentando significados de novas categorias designativas de saberes constituídos em correspondência, tais como: movimento agroecológico e movimento feminista. Nesse caso, toda a dimensão dos investimentos no sentido de criar novas formas de se conceber, individual e coletivamente, de interferir no contraponto a outras visões de mundo e da prática agrícola, pode ser avaliada numa articulação assim definida por Pacheco:

A proposta tem propiciado a reflexão sobre as questões políticas de redistribuição, que dizem respeito ao direito à renda, à equidade no acesso aos recursos produtivos, à busca de autonomia econômica das mulheres no âmbito das relações familiares e as propostas de acesso aos recursos públicos. Ao mesmo tempo suscita questões relativas à identidade e ao reconhecimento dos diversos papéis das mulheres, assim como traz à tona a violência praticada contra elas, evidenciando processos que se inter-relacionam. Além disso, do ponto de vista pedagógico, o processo de sistematização cria espaços de autorreflexão das mulheres, onde se dá a construção de referências locais para a organização política e produtiva delas, contribuindo tanto para a conscientização do seu trabalho quanto para seu reconhecimento (2009, p.8).

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO RECONHECIMENTO DO TRABALHO PRODUTIVO E DECORRENTES DIREITOS DAS MULHERES

Tomando outra afirmação de Maria Emília Lisboa Pacheco, gostaria de levantar questões que dizem respeito à contraposição à construção de significados de categorias de uso recorrente entre agricultores e agricultoras.

Um estudo divulgado em 2009, baseado nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnad) e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que, embora a diferença entre a renda das mulheres e a dos homens no campo tenha se reduzido a partir de 2004, a desigualdade entre os gêneros permanece no que se refere ao valor do rendimento, à jornada de trabalho, entre outros fatores (2009, p.5).

Comenta então, aquela autora, as especificidades da construção da designada economia feminista (contraposta à não-feminista), segundo análise da economista Hildete Melo, modo de categorização constituído para provocar a constituição de *um olhar engajado, buscando desvendar as mulheres que normalmente as estatísticas econômicas ignoram* (MELO, 2009, p.8, apud PACHECO, 2009, p.6).

Lança, então, a apresentadora da revista, a seguinte pergunta: – *Por que as mulheres declaram uma jornada de trabalho tão inferior ao padrão masculino?* Agrega-se Pacheco a um investimento coletivo visando esclarecer o véu que encobre sentidos fundamentados em princípios de desigualdade social, já analisados por Maria Ignez Paulilo (tal como por ela citada), ao estudar o trabalho das mulheres em cinco regiões do país, trazendo ao público as implicações da distinção entre *trabalho leve*, feito pelas mulheres, que não se devia a uma qualidade do esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava. Não incidindo sobre o esforço físico e sobre o tempo da jornada de trabalho, a distinção entre *leve* e *pesado* delimitava ou explicitava princípios de constituição entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É doméstico se é atribuição da mulher (quando ela cuida da horta e das galinhas sozinha). Já se ela vai para o trabalho na roça com o marido, deve ser efetivamente trabalho produtivo, qualquer que seja o destino do que for colhido – para vender ou para comer.

A declaração de jornadas de trabalho tão baixas expressa o entendimento ainda dominante entre as mulheres no campo, que nem se conscientizaram do sentido econômico do seu trabalho nem caracterizam suas atividades como trabalho, continuando a encará-lo como ajuda.

Hildete de Melo (2009) e Maria Ignez Paulilo (2004) sugerem incluir a categoria de trabalhador(a) familiar nas estatísticas para o debate ser mais aprofundado. Diferente do homem, que é considerado responsável pelo estabelecimento, a esposa e filhos aparecem como membros não remunerados da família, embora o pai também não seja remunerado, o que expressa um reconhecimento implícito de ter ele o maior poder sobre a renda familiar (2009, p.6).

Os protagonistas dos movimentos político-pedagógicos e os mediadores que operam no engajamento das mulheres ao credo e à prática agroecológica tomam então essa questão como ponto de honra da luta das mulheres, bem como das análises das pesquisadoras feministas. Segundo ainda Pacheco:

Boa parte dos autores dos artigos da revista aqui considerada demonstram as conquistas das mulheres pelo engajamento na prática agroecológica, qualificando a associação entre autonomia econômica e participação em feiras como agricultoras mercantis.

- Pode essa alternativa ser pensada sem avaliação de uma série de consequências decorrentes da entrada de atividades e membros familiares em circuitos mercantis de troca?

Afirma Pacheco:

Todas as experiências apresentadas, com um recorte ou outro, têm como tema mobilizador a articulação da soberania e segurança alimentar, o que ressalta o papel histórico que cumprem as mulheres nesse campo, uma vez que elas são levadas a enfrentar os mais diversos contextos em que se manifesta a insegurança alimentar: falta de alternativas alimentares e atividades extrativas provocando degradação ambiental [...]; potencial extrativista ameaçado [...]; expansão da monocultura com fruticultura irrigada [...]; falta de alimentos e desnutrição das crianças no assentamento [...]; redução das alternativas de autoconsumo em razão da especialização da agricultura [...]; o impacto das mudanças climáticas na produção agrícola [...]; as políticas de livre comércio e a crise do sistema agroalimentar no plano internacional.

As alternativas postas em prática nas experiências, embora com amplitude e ênfases distintas, operam segundo uma lógica econômica comum, na qual a produtividade está associada à diversificação da produção agroecológica e à valorização do autoconsumo para a garantia da soberania e segurança alimentar, além da inserção no mercado. E é destacado o papel das mulheres no autoconsumo, representando 90,9% na criação de aves e pequenos animais; 9,2% na horticultura e floricultura e 20,5 na pesca (MELO, 2009) (PACHECO, 2005, p. 05).

Segundo ainda conclusões de conhecimentos formulados por alternativos pontos de vista, contrapostos aos princípios da economia capitalista, qualificados como estudos feministas exatamente para fazer aparecer as implicações sociais da posição das mulheres, o produto do trabalho pode beneficiar a todos que contribuíram no processo de produção, desde

que se considere quem esteja controlando os bens e recursos. E, conclui Mello, nos termos da citação de Pacheco: *Em geral, a distribuição é mais igualitária nos sistemas de produção familiar nos quais a mulher participa do trabalho no campo, das decisões e da forma de dispor o produto.* Portanto, nessa configuração, o que se encontra em jogo é o modelo de organização social do grupo doméstico, as relações de poder e as concepções de gênero que as legitimam e conferem autoridade centralizada a um dos membros do casal.

Retendo as advertências das autoras anteriormente citadas, seria então importante avaliar os efeitos da projeção dos princípios que, no movimento político de autonomização das mulheres, associam mercantilização do produto do trabalho e de bens destinados ao autoconsumo. Muito já se investiu na demonstração de que a especialização mercantil, associada à dominância da destinação dos produtos das atividades produtivas correspondentes à quase plena apropriação de fatores de produção, têm recorrentemente levado à decomposição do autoconsumo: a família passa então a depender do dinheiro para adquirir produtos de subsistência no mercado. Tanto é que este risco tem servido de argumentos ao combate aos efeitos deletérios da adesão massificada aos princípios econômicos e produtivos da *revolução verde*.

É necessário, portanto, como afirma Pacheco:

[...] elaborar uma nova teoria econômica para a agricultura ecológica, sobre a qual nos falam Almeida e Ferrari (2005): que incorpore os atributos da sustentabilidade desses sistemas, como a segurança alimentar e o valor econômico do conjunto de serviços ambientais que configuram como bem público (conservação de nascentes e cursos d'água, manejo adequado dos solos, conservação da fauna, manejo de bens florestais madeireiros e não madeireiros, conservação da biodiversidade etc.). Como nos dizem esses autores: a economia convencional desconhece os conceitos de limites naturais, de capacidade de suporte dos ecossistemas e de equilíbrio ecológico (2005, p.28).

E eu então acrescentaria, tão somente a título de contribuição ao debate e ao investimento em torno da emancipação das mulheres rurais, isto é, nos termos em que fui provocada pelo convite para participar da mesa redonda: É necessário refletir sobre a projeção de outras estratégias que não se apoiem privilegiadamente na expansão da economia mercantil, especialmente em áreas de decisão que honradamente os camponeses vêm-se orgulhando de estarem ao abrigo.

Refletindo e constituindo estratégias mais aproximadas aos princípios distintivos do campesinato, pressuponho que se poderia melhor atender aos objetivos ressaltados por Pacheco:

Mas a economia convencional também desvaloriza ou não considera o trabalho das mulheres. Reflexo disso é que mais de 70% das trabalhadoras rurais continuam a dizer que não têm renda ou que trabalham somente para o autocon-sumo. Para as economistas feministas, porém, qualquer conceitualização de atividade econômica deve incluir todos os processos de produção de bens e serviços orientados para a subsistência e a reprodução das pessoas, independentemente das relações sob as quais se produzam. Rechaçam a separação artificial entre a esfera da produção e da reprodução, enten-dendo a reprodução social como um processo dinâmico que implica a reprodução biológica e da força de trabalho, a repro-dução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção (CARRASCO, 1999, p.35). Essa perspec-tiva abre possibilidades para o diálogo entre o campo agroecológico e o movimento feminista de elaboração alternativa e crítica à economia convencional (2009, p.05).

Concluindo, espero que as questões por mim levantadas neste artigo não só contribuam para a necessária produção de conhecimentos correspondentes aos investimentos na construção e execução de políticas públicas, na formação de agentes mediadores da mobilização e da execução de serviços norteados pelas reivindicações construídas pelas mulheres em diversos movimentos que se vêm institucionalizando. Desejo também que elas possam provocar a reflexão sobre os objetivos consagrados pela segurança alimentar, pelos quais as mulheres rurais se encontram tão implicadas e, assim, privilegiadas para proposições de mudanças, mormente as que venham a colaborar para o avanço da institucionalidade democrática e para a diminuição das relações de desigualdades entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABÉLÈS, Marc. *Anthropologie de l'État*. Paris: Armand Colin, 1990.
- AS-PTA. *Revista Agriculturas. Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro. v.6 nº4, dezembro de 2009.
- CARRASCO, Cristina (Ed.). *Mujeres y economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Ed. Icaria - Antrazyt, 1999. (citado por Pacheco, 2009)

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Ed. Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, J. M. *Cidadania: tipos e percursos*. Estudos Históricos 18: Justiça e Cidadania. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, RJ: 1996, pp. 337-360.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO Jr., José Celso. *A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília, IPEA, 2000.

FAURE, Alain; POLLET, Gilles; WARIN, Philippe. *La construction du sens dans les politiques publiques: Débats autour de la notion de référentiel*. Paris: L'Harmattan, 1995.

GAUTIER, Claude. *L'invention de la société civile*. Paris: PUF, 1993.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. *A produção da autonomia: "os papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro (UFRRJ), 15, pp. 89-122, 2007. (citado por Pacheco, 2009).

GEERTZ, C. *O saber local. Novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, pp. 11-219.

JOBERT B. *Représentations sociales, controverses et débats dans la conduite des politiques publiques*. Revue Française de Science Politique, vol. 42, nº2, 1992, pp. 219-234.

LACASSE F., THOENIG J.C. (Eds). *L'action publique*. Paris, Coll. Logiques politiques, Paris, L'Harmattan, 1996.

LENOIR, R. *Objeto sociológico e problema social*. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D. e PINTO, L. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 59-83.

MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu; BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. (citado por Pacheco, 2009)

MULLER, P. et SUREL, Y.. *L'analyse des politiques publiques*. Paris: Montchrestien, 1998.

MULLER, P. *Les politiques publiques*. Paris: PUF, 1990.

NEVES, D. P. *As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno*. Ciências Sociais Hoje. 1987, pp. 143-177.

_____. *Políticas públicas: intenções previstas e desdobramentos inesperados*. Ciências Sociais Hoje, v.1, pp. 46-85, 1993.

_____. *Pobreza e humanismo salvador: mediações subjacentes*. Dados (Rio de Janeiro). V. 50, pp.117-158, 2007a.

_____. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros!* In: Geografia Agrária: teoria e poder. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007b, v.1, pp. 211-270.

_____. *Mediações sociais e mediadores políticos*. In: Desenvolvimento social

e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008b, v.1.

_____. Políticas públicas: mediação e gestão de demandas sociais. Retratos de Assentamentos. V.15, pp. 45-67, 2011.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Revista Agriculturas. Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro. V. 6 nº4, dezembro de 2009, pp. 4-8.

PADIOLEAU, J. L'État au concret, Paris, PUF, 1982.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão, v. 12, n. 1, 2004. (citado por Pacheco, 2009)

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS (Jr), Orlando Alves – "Cidadania e democracia: o sentido das eleições municipais." Proposta. Rio de Janeiro, FASE, ano 24, nº 69, junho de 1996, pp. 23-27.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, pp. 20-45, 2006.

TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida. São Paulo em perspectiva, 1996. (Série 10, (4), pp. 85-119).

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais. Afinal do que se trata. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006 (1999), segunda reimpressão.

TÉNÉDOS, Julien. L'économie domestique. Entretien avec Florence Weber. Paris, Aux lieux d'être. 2006.

TREPOS, J.-Y. La sociologie de l'expertise. Paris, PUF, 1996.

WEBER, Florence. Transactions marchandes, échanges rituels, reations personnelles. Une ethnographie économique après le grand partage. Gêneses, n. 41, décembre 2000, pp. 85-106.

WEBER, Florence. Le travail à-côté. Étude d'ethnographie ouvrière, éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris [1989], réimpressions, 2001.

PERCURSOS POLÍTICOS E METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Ana Paula Portella¹
Carmen Silva²

RESUMO

Neste artigo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar, realizada pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, entre 1999 e 2004. Para isso, entendemos metodologia na acepção de Minayo (1996), como um caminho e um instrumental próprios para a abordagem da realidade, que articulam as concepções teóricas, o conjunto das técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo do/a pesquisador/a. Além disso, a metodologia compreende o par concepção e processo, sendo a concepção que temos sobre um determinado fenômeno e o próprio processo em que se dá a investigação sobre o mesmo e sendo as técnicas que permitem a execução da metodologia partes tanto da concepção quanto do processo

1 psicóloga, mestra em Saúde Pública e doutoranda de Sociologia na UFPE. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE e consultora nas áreas de gênero, violência e saúde. (a_portella@uol.com.br 55-81-32216071/9967342).

2 Jornalista, mestra em Educação e doutoranda de Sociologia na UFPE. Pesquisadora e educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (sos@soscorpo.org.br e www.soscorpo.org.br 55-81-30872086).

(PORTELLA; GOUVEIA, 1998). No caso específico da pesquisa apresentada neste artigo, sua origem localiza-se muito antes do início das atividades de pesquisa propriamente ditas e, por isso, iniciamos com uma breve análise sobre o modo como o próprio problema de investigação foi construído e, em seguida, apresentamos a descrição dos processos e das decisões metodológicas que orientaram o nosso trabalho, finalizando com algumas questões éticas e metodológicas para a pesquisa feminista.

Palavras-chave: Métodos de pesquisa, pesquisa-ação, mulheres rurais, gênero.

ABSTRACT

In this article we present the methodological approach of the research Women and Work in Family Farming, carried out by SOS Corpo Feminist Institute for Democracy and the Movement of Rural Women Workers in the Northeast between 1999 and 2004. We understand the concept of methodology as a way and a tool to approach reality, which articulates theoretical concepts, the set of techniques that allow the apprehension of reality and the creative potential of the researcher (Minayo, 1996). Furthermore, the method comprises the pair conception/research process and the techniques that allow the implementation of the methods well as the design of the process (PORTELLA; GOUVEIA, 1998). In the specific case of the research presented in this article, its origin is located well before the beginning of the research activities themselves and, therefore, it begins with a brief analysis of how the research problem itself was built and then we present a description of the processes and methodological decisions that guided our work, ending with some ethical and methodological issues for feminist research.

Key-words: Research methods, action-research, rural women, gender.

MULHERES E TRABALHO AGRÍCOLA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA

No Brasil, a organização política das trabalhadoras rurais tem uma de suas origens em Pernambuco, onde, assim como em outros estados do Brasil, se inicia concomitantemente ao surgimento das oposições sindicais que, no início dos anos 80, se reorganizavam para a retomada das direções de Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, até aquele momento em mãos de diretorias vinculadas aos grupos políticos tradicionais da região, sem compromisso com a luta por direitos dos/as trabalhadores/as. Desde o início, as trabalhadoras já se articulavam com grupos femi-

nistas urbanos, entre os quais estava o SOS Corpo, para quem a temática da condição da trabalhadora rural e, conseqüentemente, do trabalho das mulheres rurais tornou-se parte de sua agenda política. Ações educativas voltadas para as trabalhadoras invariavelmente tinham como tema as questões da identidade da trabalhadora e da articulação entre produção e reprodução na agricultura familiar³. Eventualmente, as assalariadas rurais estiveram presentes nessas ações, mas, na sua ampla maioria, as trabalhadoras envolvidas em tais atividades eram pequenas produtoras de agricultura familiar de diferentes regiões do Nordeste.

No período de 1992 a 1995, realizamos uma pesquisa qualitativa (PORTELLA et al., 2005) envolvendo trabalhadoras e trabalhadores de sete municípios do Sertão por um período de dois anos. O tema dessa pesquisa era direitos reprodutivos, mas, como era de se esperar, os temas do trabalho e da articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva sobressairam em nossos resultados como um lugar central de subordinação de gênero, para além da classe, cujos efeitos podem ser observados em diferentes esferas da vida das mulheres, como a sexualidade, a saúde, a vida social e política e, mais importante, na sua própria condição de (não) cidadãos.

Simultaneamente a essas atividades, desenvolvemos uma ação de assessoria político-educativa para a recém-conquistada Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, entre 1992 e 1994, cuja direção iria, pela primeira vez, realizar um trabalho voltado para a incorporação da perspectiva de gênero na política sindical e para o fortalecimento da participação das mulheres no sindicalismo rural, o que nos propiciou uma dupla oportunidade. Em primeiro lugar, a de construir uma metodologia de trabalho educativo com os temas da família, da produção e da participação política, com um enfoque feminista, voltada especificamente para a produção agrícola em diferentes contextos, do assalariamento aos sistemas integrados de agricultura familiar, passando pelo extrativismo e pela agricultura familiar tradicional⁴. A segunda oportunidade foi poder desenvolver, na prática, essa metodologia junto a dirigentes sindicais, homens e mulheres, de todo o Brasil, em um trabalho conjunto com a Comissão de Mulheres da CONTAG. Também aqui se repetiu a constatação da centralidade do tra-

3 Junto a estes, foram também importantes alguns dos temas clássicos do feminismo, como corpo, sexualidade e saúde, bem como a educação diferenciada de meninos e meninas e políticas sociais

4 A sistematização desta metodologia está publicada em Pacheco, M. E. L. & Camurça, S. (Orgs.) (1997). Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas públicas. Rio de Janeiro/Recife: Centro de Cultura Luis Freire, Fase, Ibase e SOS Corpo.

balho para a identidade e a condição da trabalhadora (e do trabalhador) rural e, em função da complexa articulação entre produção, reprodução e família, central também para a subordinação das mulheres.

A recorrência das questões nos abriu dois caminhos, o primeiro mais diretamente político, e o segundo, investigativo. Na primeira senda, percebemos a necessidade de aprofundar o debate a respeito das implicações de gênero presentes nos diferentes modelos de agricultura familiar e nos projetos de política agrícola e agrária propostos e defendidos pelo movimento sindical rural e pelo Governo Federal. Aqui, tratava-se menos de uma questão técnica e mais, muito mais, da construção de espaço e legitimidade política para consolidar o tema no movimento, o que implicava a ação direta do próprio movimento de trabalhadoras rurais. Isso trazia problemas adicionais: como aprofundar, amadurecer e apropriar-se de um tema novo e complexo, sobre o qual havia pouca produção teórica, em um movimento que se enfrentava com desafios concretos para a sua própria constituição política? Essa era uma questão que só poderia ser respondida pelo próprio movimento de trabalhadoras rurais, que tomou para si essa tarefa sem que, contudo, obtivesse grandes sucessos, seja por suas próprias dificuldades organizativas e políticas ou, mais importante, pela significativa resistência das direções sindicais estaduais e nacionais, cujo interesse no tema das relações de gênero circunscrevia-se aos limites da família ou da relação na comunidade, não alcançando as questões estruturais do desenvolvimento rural no país. O fato é que cruzamos a barreira do milênio e os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em suas mais diferentes vertentes, não lograram construir uma proposta de desenvolvimento rural ou de desenvolvimento da agricultura familiar que incorporasse plenamente o problema da subordinação das mulheres.

O segundo caminho que seguimos nesse mesmo período foi, como dissemos, o investigativo, que se deu através de consultoria a uma pesquisa realizada pela equipe técnica da organização não governamental Fase⁵, sediada em Cáceres-MT, como parte do Programa Integrado de Capacitação em Gênero, que envolveu quatro ONGs em um longo processo de incorporação da perspectiva de gênero em seus programas e projetos. Em Cáceres, a ideia era incorporar a dimensão de gênero no trabalho de assessoria técnica e política desenvolvido pela equipe junto a pequenos/as agricultores/as. Para isso, construímos um minucioso

5 Publicada em Pacheco, M. E. L. & Camurça, S. (Orgs.) (1997), op. cit..

instrumento de pesquisa, que era um híbrido do questionário aplicado pelos/as agrônomos/as em seus diagnósticos e monitoramento dos estabelecimentos agrícolas com questões oriundas de pesquisas qualitativas realizadas pelo movimento feminista. Esse trabalho resultou em uma descrição detalhada de todas as atividades realizadas por homens e mulheres no estabelecimento agrícola, apresentando-nos um quadro surpreendente de superexploração da força de trabalho das mulheres, de evidente desigualdade entre homens e mulheres e de clara injustiça na repartição dos benefícios do trabalho. O que sabíamos com base em relatos de homens e mulheres em atividades educativas estava agora documentado, valendo-se do olhar de técnicos/as que até suspeitavam que fossem encontrar alguma desigualdade, mas nunca imaginaram que seria tanta e tão cristalizada. A partir de então, atividades semelhantes foram repetidas em outras ONGs, em contextos diferenciados, com resultados muito similares aos de Cáceres⁶.

O que encontramos em todos esses levantamentos e diagnósticos foi uma descrição pormenorizada do contexto de subordinação das mulheres como um dos elementos estruturais da própria agricultura familiar. Tal como existe atualmente, esse modelo de agricultura familiar só sobrevive graças ao "sobretabalho" das mulheres e à concentração do poder e dos recursos econômicos na figura de um único homem. Resumidamente, e como está exhaustivamente descrito em toda a literatura voltada para o tema de gênero e trabalho agrícola, temos o seguinte quadro: no plano do discurso, as mulheres são entendidas como as responsáveis e executoras exclusivas do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças, os idosos e os doentes, mas, na prática, são também as responsáveis – em geral exclusivas, porém, às vezes contando com o apoio de crianças e adolescentes – pelas atividades ligadas a horta, pomar, pequenos animais e beneficiamento de produtos. Além disso, participam, em condições de igualdade com os homens, das atividades de roça e ainda realizam algumas atividades de pecuária, quando as há. O homem, por sua vez, é entendido como o responsável pela atividade produtiva "em si", mas, na prática, cuida diretamente apenas da roça e do gado bovino.

A legitimidade desse tipo de arranjo está na própria imbricação entre as noções de família e produção ou, se se quiser, na ideia de uma família pro-

6 Com maior ou menor sofisticação e grau de profundidade, levantamentos desse tipo foram realizados em Tauá-CE, Pedreiras-MA e Esperantina-PI, como parte das ações de consultoria do SOS Corpo a ONGs que atuavam nessas áreas.

dutiva, na qual os princípios familiares são organizadores da produção, e não o contrário. A centralidade da figura masculina na família estende-se de modo "natural" para a esfera da produção, ficando em suas mãos o poder de decidir e organizar o trabalho, bem como o de fazer a ligação entre a unidade familiar e o ambiente externo, pela comercialização dos produtos e pela aquisição no mercado de bens não produzidos pela família. É ele, portanto, a figura pública representativa do grupo familiar que trabalha e, sendo chefe da família, é também chefe dos/as trabalhadores/as e detentor dos recursos monetários auferidos com a produção, sobre cujo uso e cuja distribuição ele também tem o poder de decidir. Mais do que qualquer outro tipo de trabalho, com exceção do doméstico, o trabalho das mulheres na agricultura nos leva diretamente às relações familiares como *locus* produtor de desigualdades e nos desafia, portanto, a questionar os modelos de desenvolvimento rural e, em particular, os voltados especificamente para a agricultura familiar, que, é mister reconhecer, pouco problematizam essa questão. As propostas mais progressistas nesse campo, que explicitamente incorporam uma perspectiva de gênero, ainda têm um alcance muito limitado e propõem alterações no interior do próprio modelo de agricultura familiar. De maneira geral, portanto, a ideia de agricultura familiar, ou de um sistema produtivo baseado na família, continua intocada e, enquanto assim permanecer, permanecerão também as condições de reprodução da subordinação das mulheres.

Depois de quase vinte anos de trabalho, parecíamos estar chegando a muitos impasses e a poucas respostas. No campo teórico, ampliara-se a produção sobre gênero e desenvolvimento rural e gênero e agricultura: são muitos os estudos de caso realizados em todo o Brasil, assim como diagnósticos e levantamentos quantitativos que nos oferecem análises importantes sobre a situação das mulheres nas áreas rurais. No campo político, por sua vez, assistimos à diversificação dos movimentos sociais rurais, especialmente com o surgimento dos diferentes movimentos de sem-terra. No plano econômico, proliferam também as redes de agricultura alternativa que implementam novos modelos de produção agrícola, com resultados que, se ainda não são economicamente relevantes, apontam para interessantes mudanças no campo socioambiental. Cresce também o número de assentamentos da reforma agrária, a grande maioria dos quais apresentando graves problemas de financiamento e organização da produção. Finalmente, o próprio Governo Federal, na gestão Fernando Henrique Cardoso, investiu na elaboração e implementação de programas que, comparados aos anteriores, podem ser considerados inovadores, mas que, apresentando sérios problemas de concepção e estrutura, terminaram por produzir re-

sultados pífios, para dizer o mínimo. Durante o governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou uma área de gênero e a Secretaria de Políticas para Mulheres incluiu as mulheres rurais como uma de suas prioridades. Como decorrência dessas iniciativas, um conjunto sistemático de ações voltadas para as desigualdades de gênero nos contextos rurais vem sendo desenvolvido nos últimos anos, mas estava ainda em seus primeiros passos à época da realização da pesquisa e, por isso, seus impactos e resultados não puderam ser aqui tratados.

Como resultado desse processo, foram raras as respostas satisfatórias para as questões que tratamos acima e, sobretudo, para a elaboração de projetos de desenvolvimento rural e agricultura familiar que efetivamente produzissem igualdade e democracia nas relações entre mulheres e homens. Uma dificuldade adicional, no entanto, era a pouca relevância da discussão do desenvolvimento rural no âmbito do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, em geral, e do MMTR/NE, em particular, o que criava problemas para a constituição de um sujeito político que vocalizasse a questão de gênero e desenvolvimento rural com o grau de profundidade e radicalidade política que ela exigia. Numa clara inflexão de gênero, dessa vez no campo dos próprios movimentos sociais, a discussão sobre esse tema, assim como muitos outros considerados áridos por serem estruturais e/ou macroeconômicos, parecia encontrar limites concretos para chegar até as organizações de mulheres, concentrando-se nas direções dos movimentos e dos sindicatos e, entre estes, nas diretorias invariavelmente ocupadas por homens. É importante lembrar que, como em outros movimentos mistos que contam com organização específica de mulheres, também no movimento de trabalhadores/as rurais, as mulheres e alguns dos temas trazidos por elas foram, em alguma medida, "guetificados" em secretarias e comissões específicas. Se, por um lado, esses são mecanismos de construção de identidade e fortalecimento da organização, por outro, têm se constituído em impedimento para a articulação e o diálogo entre mulheres e homens e para a incorporação das questões de gênero na pauta política dos movimentos. Nada poderia ser mais tradicional e conservador do que esse arranjo quase "natural" que alocou as políticas e questões sociais para as organizações e os movimentos de mulheres e as políticas e questões econômicas para o movimento misto ou, para ser ainda mais tradicional, o movimento "geral", universal, que supostamente trataria de toda a classe de trabalhadores/as rurais. Aos homens, representantes privilegiados desse movimento "universal", cabem pensar e promover as transformações estruturais e, às mulheres, tal como na família, cabem pensar e promover as políticas

corretoras das desigualdades produzidas pelas estruturas econômicas e sociais, enquanto a transformação não vem... O fato é que, pouco a pouco, os movimentos de mulheres rurais, tendo em boa medida superado o problema da identidade da trabalhadora rural, voltam-se prioritariamente para os problemas básicos da cidadania das mulheres, seja através da questão da documentação ou do acesso a serviços públicos.

Os projetos de agricultura alternativa, por sua vez, que poderiam ser um excelente espaço de experimentação da igualdade de gênero e da construção de experiências também alternativas de relações entre mulheres e homens, com algumas exceções, pouco se articulam com os movimentos de mulheres rurais. No caso específico do MMTR/NE, não há envolvimento dos grupos de mulheres que o compõem com projetos dessa natureza, o que lhes tira a oportunidade de discutir questões técnicas e políticas importantes relacionadas à produção e à comercialização, excluindo-os ainda da possibilidade de gerar recursos monetários — elemento imprescindível para a construção da autonomia das mulheres. Para nós, portanto, interessava desvelar, mais uma vez, os meandros da subordinação das mulheres no campo da produção agrícola, enfocando, sobretudo, a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo e entre família e produção. Mas não nos interessava elaborar mais um material sobre o cotidiano e a sobrecarga de trabalho das mulheres, que viesse somar-se aos muitos já existentes no país.

Mais do que produzir informações ou revelar situações, nos interessava construir processos de conhecimento e apropriação da realidade nos quais sujeitos políticos também se constituíssem e se dotassem da capacidade coletiva de inventar respostas e soluções para os problemas identificados. Queríamos, na verdade, produzir conhecimento capaz de responder à falta de informação e análise sobre a realidade com base na qual as trabalhadoras atuam. Essa era uma tarefa também do movimento, do qual seríamos parceiras políticas, na construção do próprio problema e das condições de seu enfrentamento.

A PESQUISA-AÇÃO NA TEORIA E NA PRÁTICA

Por essas razões, a pesquisa-ação pareceu o melhor meio de alcançar nossos objetivos, já que permitiria uma aproximação do problema com fundamento em realidades concretas e limitadas, ao mesmo tempo em que permitiria a construção de um novo olhar por parte das trabalha-

doras. Essa metodologia já nos era familiar: em 1992, por solicitação da Coordenação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, coordenamos um processo de pesquisa-ação em todo o país, que produziu um perfil da trabalhadora doméstica para orientar as discussões políticas do Congresso Nacional da categoria. Sabíamos, portanto, que, para os nossos propósitos, a pesquisa-ação seria adequada.

Nossa parceria nesta pesquisa foi com o MMTR/NE, através da sua coordenação e da secretaria-executiva. Os acordos iniciais a respeito do trabalho foram feitos em reuniões de negociação entre a equipe do SOS Corpo, composta de pesquisadoras e educadoras⁷, e a secretaria-executiva do MMTR/NE, representada por trabalhadoras e assessoras. Nesses encontros, num total de três, foram discutidos os problemas políticos que gostaríamos de enfrentar e as possibilidades concretas de realização do trabalho. Uma das dificuldades enfrentadas pelo MMTR/NE em seu trabalho na região era o processo de formação política de suas coordenadoras, todas trabalhadoras rurais, lideranças comunitárias provenientes de contextos os mais diversos, que compartilhavam, contudo, da pouca escolaridade e do acesso reduzido a informações, como a maioria das mulheres rurais. Além disso, o fato de ser uma articulação regional e de passar por problemas de financiamento dificultava, por sua vez, a realização de processos de formação política pelo próprio MMTR/NE. Juntos, esses dois fatores afetavam a sua capacidade de liderança e, como consequência, o próprio movimento, razão pela qual o processo de pesquisa-ação foi entendido também como uma oportunidade de formação para as coordenadoras do MMTR/NE, já que, até chegarmos ao "trabalho de campo", teríamos um longo processo de discussão e análise da situação do trabalho das mulheres rurais.

Por isso, a ideia inicial foi envolver na pesquisa uma coordenadora de cada estado do Nordeste, que desenvolveria o trabalho em sua própria comunidade e, com isso, pretendíamos também reforçar a sua ação de liderança nas comunidades e garantir a realização direta de atividades no nível local que viessem a beneficiar as mulheres ali residentes, seja durante o próprio trabalho de campo ou durante o processo de devolução dos resultados e do planejamento das ações.

7 7 Fizeram parte desse processo, em diferentes momentos, as seguintes pesquisadoras e educadoras do SOS Corpo: Ana Paula Portella, Maria Betania Ávila, Carmen Silva, Enaide Teixeira, Rosana Lucena, Sílvia Camurça, Simone Ferreira e Taciana Gouveia. Pelo MMTR/NE, participaram, além das pesquisadoras, Auxiliadora Cabral, Maria Lúcia Araújo, Margarida Pereira da Silva e Vanete Almeida. Das oficinas de pesquisa, descritas mais adiante, participaram todas as trabalhadoras rurais, três integrantes do SOS Corpo e duas ou três assessoras do MMTR/NE.

A metodologia da pesquisa-ação pode ser definida como um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os/as pesquisadores/as e os/as participantes representativos/as da situação ou do problema estão envolvidos/as de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.14). No trabalho com a pesquisa-ação, segundo Thiollent (1986), há três propósitos a serem alcançados: a resolução de problemas, a tomada de consciência e a produção de conhecimento, por meio de, "realmente, uma ação por parte das pessoas ou dos grupos implicados nos problemas sob observação" (p. 15). Além disso, o tipo de ação deve ser, de fato, uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. Como se pode observar, essa metodologia adequava-se às questões que então nos colocávamos.

A estratégia metodológica da pesquisa-ação apresenta seis características principais, de acordo com Thiollent, que apresentamos a seguir, já acompanhadas de alguns comentários relativos ao modo como aconteceram em nossa pesquisa, entendendo o SOS Corpo como *coordenação técnica da pesquisa*, que corresponderia à categoria de *pesquisador*, de Thiollent, e o MMTR/NE como as *pesquisadoras*, ou, nas palavras de Thiollent, *pessoas implicadas na situação investigada*:

a) *Há uma ampla e explícita interação entre pesquisador e pessoas implicadas na situação investigada.* A relação política entre o SOS Corpo e o MMTR/NE remonta às origens das duas organizações no início dos anos 80, período em que também se iniciaram as ações político-educativas do SOS Corpo junto a trabalhadoras rurais.

b) *Dessa interação, resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta.* A construção do problema que resultou na proposta de realização de uma pesquisa-ação foi um produto direto da nossa ação junto às trabalhadoras rurais, ao MMTR/NE e ao movimento sindical ao longo de quase vinte anos, e a definição das questões de pesquisa e dos procedimentos técnicos e metodológicos foram produto do próprio processo de pesquisa-ação que, como se verá a seguir, envolveu diferentes momentos coletivos de negociação, reflexão, formação e investigação.

c) *O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas, e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação.* Pretendíamos entender de que modo acontece a divisão

sexual do trabalho no contexto complexo da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que queríamos problematizar o modo como o tema do desenvolvimento rural e da agricultura familiar é tratado pelas lideranças de trabalhadoras rurais do MMTR/NE.

d) *O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada.* O conhecimento produzido pela pesquisa e o conhecimento adquirido pelas pesquisadoras devem auxiliar tanto o MMTR/NE quanto o SOS Corpo na definição de suas intervenções no campo do trabalho das mulheres, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

e) *Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação.* Não fizemos exatamente um acompanhamento, mas trabalhamos juntas durante toda a pesquisa, salvaguardando, porém, responsabilidades específicas de cada instituição, de acordo com suas possibilidades materiais e financeiras, seus interesses e/ou formação especializada. Ao SOS Corpo, coube o financiamento e o gerenciamento administrativo e financeiro do projeto, bem como as atividades de secretaria, relatoria, sistematização, montagem e alimentação de banco de dados; o treinamento das pesquisadoras; a finalização dos instrumentos de pesquisa; a supervisão do trabalho de campo; a realização das primeiras análises para debate no grupo de pesquisa; a organização da infraestrutura das oficinas; e a redação dos materiais, incluindo esta publicação. Ao MMTR/NE, coube a articulação e a negociação entre os grupos de mulheres e a coordenação do movimento; a seleção das pesquisadoras, a montagem da logística e parte da supervisão do trabalho de campo; a organização e o acompanhamento direto da participação das coordenadoras em todo o processo.

f) *A pesquisa não se limita a uma forma de ação; pretende-se aumentar o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e dos grupos considerados.* Pretendíamos, de fato, alcançar os dois objetivos – queríamos obter uma melhor compreensão a respeito do problema do trabalho das mulheres na agricultura familiar e, ao mesmo tempo, habilitar as lideranças, o MMTR/NE e o próprio SOS Corpo a lidar politicamente com a questão.

A pesquisa-ação pode ser descrita como um conjunto de metodologias de pesquisa que buscam, ao mesmo tempo, a ação (ou a mudança) e a investigação (ou a compreensão). Isso pode ser feito através de um

processo cíclico ou em espiral, que se alterna entre a ação e a reflexão crítica, refinando continuamente, a cada ciclo, métodos, dados e interpretações, à luz da compreensão desenvolvida nos ciclos anteriores. É, portanto, um processo emergente, que toma forma à medida que cresce a compreensão do problema e é um processo interativo que converge para uma melhor compreensão dos fenômenos em questão. Na maior parte das vezes, a pesquisa é qualitativa e participativa; entre outras razões, porque se alcança mais facilmente a mudança quando as pessoas afetadas por ela estão envolvidas no processo (DICK, 2002).

Estando inteiramente voltada para os sujeitos e para o contexto do problema a ser esclarecido, a metodologia de uma pesquisa-ação, portanto, é determinada pela força da autonomia do processo investigado. A despeito disso, é possível indicar, de acordo com Thiollent (1986), as principais etapas de um processo de pesquisa-ação, entendendo que são flexíveis o bastante para se adequarem às diferentes situações de pesquisa, como foi o nosso caso: Fase Exploratória, Definição do Tema, Colocação dos Problemas, Lugar da Teoria, Hipóteses, Seminários, Campo de Observação, Amostragem e Representatividade Qualitativa, Coleta de Dados, Aprendizagem Conjunta, Saber Formal e Saber Informal, Plano de Ação e Divulgação. As etapas de aprendizagem conjunta e saber formal e informal são definidas como situações de aprendizagem coletiva que se produzem em diferentes momentos da pesquisa-ação, como a contínua inter-relação entre os dois tipos de saber envolvidos nesse processo, não podendo, a nosso ver, ser rigorosamente classificadas como etapas do processo, sendo mais bem compreendidas como elementos da pesquisa-ação presentes em todas as suas etapas. Por essa razão, em nossa descrição, não foram incluídas como etapas do processo, mas, como se verá, estiveram presentes em todo o processo.

O PROCESSO DE PESQUISA

Tomando como marco as etapas apresentadas acima, passamos a descrever o nosso processo de pesquisa.

FASE EXPLORATÓRIA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Nessas etapas, realizam-se as atividades de definição do campo social da pesquisa e dos/as interessados/as, diagnóstico inicial da situação

para identificar problemas concretos e os principais atores do processo, definição dos objetivos, do conjunto de teorias e metodologias de apoio à interpretação da problemática e à condução do processo de aprendizagem da pesquisa-ação. Além disso, define-se a equipe de trabalho, que poderá ser integrada por pesquisadores/as e pelas pessoas envolvidas na situação a ser investigada, e das necessidades de treinamento e procede-se ao aprofundamento do problema concreto a ser estudado e para o qual se buscará um entendimento comum e uma possível solução, com o seu enquadramento teórico (THIOLLENT, 1986).

Essa fase do trabalho aconteceu durante o segundo semestre de 1999 e o primeiro semestre de 2000 e consistiu nas reuniões de equipe do SOS Corpo e da negociação entre o SOS Corpo e o MMTR/NE para a definição dos conteúdos e do desenho geral do trabalho. Para isso, avançamos na construção de uma compreensão comum a respeito do problema, com base numa revisão da literatura sobre agricultura familiar e na aproximação dos diferentes contextos produtivos nos quais as trabalhadoras estavam inseridas. Os textos selecionados foram discutidos entre a equipe do SOS Corpo e as assessoras do MMTR/NE e, a partir das questões surgidas dessa discussão, planejamos a primeira oficina com as trabalhadoras/pesquisadoras, com o objetivo de realizar a primeira aproximação coletiva do tema de pesquisa. A partir dessa oficina, desencadeamos as próximas etapas do processo.

COLOCAÇÃO DOS PROBLEMAS, LUGAR DA TEORIA, HIPÓTESES E SEMINÁRIOS

Aqui se faz a definição final do objeto da pesquisa, construído em conjunto pela equipe de pesquisa e pelos sujeitos diretamente envolvidos na situação de pesquisa. Define-se ainda o enquadramento teórico dos temas a serem investigados e os resultados da discussão já são considerados resultados parciais de pesquisa. As hipóteses são entendidas como suposições formuladas pelo/a pesquisador/a a respeito de possíveis soluções para um problema colocado na pesquisa, assumindo o caráter de condutoras do pensamento. Os seminários – no nosso caso, oficinas – funcionam como o lugar do exame, da discussão e tomada de decisões sobre a investigação, além da coordenação das atividades dos grupos (THIOLLENT, 1986). Alguns de seus principais propósitos são: definir o tema e equacionar os problemas para os quais a pesquisa se dirige; elaborar a problemática na qual serão tratados os problemas e as correspondentes hipóteses de pesquisa; constituir os grupos de

estudos e as equipes de pesquisa, coordenando as suas atividades; centralizar as informações; elaborar as interpretações; buscar soluções e definir diretrizes de ações e divulgar resultados.

Nessa etapa, que se estendeu até agosto de 2001, demos continuidade à revisão da literatura sobre agricultura familiar no Nordeste e trabalho das mulheres, realizamos três oficinas, sistematizamos os resultados dos debates e, nesse mesmo período, foi realizado o Seminário Nacional Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero: Um Debate Crítico a Partir do Feminismo⁸, cujas elaborações alimentaram teórica e politicamente o desenvolvimento da pesquisa. Com isso, acordamos que o nosso problema estava centrado na divisão sexual do trabalho nos estabelecimentos de agricultura familiar. A experiência de vida das trabalhadoras e a experiência de trabalho do SOS Corpo, assim como a literatura estudada, apontavam para uma situação de profunda desigualdade nessa divisão e nos interessava registrar e entender de que modo isso acontecia nos contextos selecionados.

Na conclusão dessa etapa, tínhamos definido as áreas que fariam parte do nosso estudo e as trabalhadoras que seriam pesquisadoras. A pesquisa seria feita em sete comunidades rurais localizadas nos municípios de Esperantinópolis/MA, Itapipoca/CE, Araruna/PB, São José do Egito/PE, Inhapi/AL, Itabi/SE e Valente/BA.

CAMPO DE OBSERVAÇÃO, AMOSTRAGEM E REPRESENTATIVIDADE QUALITATIVA

Para Thiollent (1986), nessa etapa define-se o universo de pesquisa, não se valorizando os princípios da amostragem estatística, mas sim o princípio da escolha ou seleção, que orienta as pesquisas qualitativas. Para isso, realizamos três oficinas, entre agosto de 2001 e fevereiro de 2002, seguidas por momentos de elaboração do protocolo de pesquisa, dos instrumentos de pesquisa e do manual da pesquisadora.

Para o desenho da pesquisa, procedemos à recuperação coletiva das etapas já percorridas, seguida pela análise dos resultados da sistematização das oficinas anteriores, que produziram o conjunto de temas que o grupo gostaria de ver tratado na pesquisa: divisão do trabalho; uso do tempo,

⁸ 8 Seminário promovido pela Comissão Nacional de Mulheres da CUT e pelas organizações feministas SOS Corpo, Agende e Elas, no Recife, em agosto de 2001.

caracterização da mão-de-obra; comercialização e renda. O processo de tomada de decisões, bem como o lugar dos jovens, foram tomados como temas transversais, ou seja, seria dado um recorte etário à pesquisa e em todos os temas seriam abordadas questões relacionadas ao poder de decisão de homens e mulheres. Nossas hipóteses iniciais foram:

- a) Há desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, ao uso do tempo, à utilização da mão-de-obra, às atividades de comercialização e à apropriação da renda gerada nos estabelecimentos agrícolas.
- b) As mulheres possuem a mesma capacidade dos homens no que se refere ao desenvolvimento de atividades agrícolas e comerciais.
- c) Com o seu trabalho, as mulheres contribuem tanto quanto os homens para o desenvolvimento das atividades do estabelecimento agrícola.
- d) As mulheres possuem as mesmas habilidades administrativas e financeiras dos homens.

O objetivo da pesquisa também foi definido nessa etapa, sendo assim formulado: verificar de que modo se organizam as atividades produtivas, reprodutivas e comerciais em estabelecimentos de agricultura familiar, levando em consideração o sexo e a idade dos/as componentes do domicílio. Finalmente, elegemos duas questões de pesquisa, que orientaram a elaboração dos instrumentos:

- a) Qual o perfil sociodemográfico das pessoas residentes nas localidades selecionadas?
- b) De que modo as relações de gênero estruturam as relações produtivas e reprodutivas no interior do estabelecimento agrícola?

Considerando as definições acima e as condições concretas de realização da pesquisa, o grupo decidiu que esta seria uma pesquisa qualitativa, cujos sujeitos seriam as famílias das localidades. Seriam estudadas cinco famílias por área, num total de 35, que seria o nosso universo total de pesquisa. Os critérios de elegibilidade das famílias foram: a) três famílias com pelo menos uma pessoa entre 18 e 25 anos de idade; b) todas as famílias deveriam ter na agricultura familiar a principal fonte de sustento da família e c) ser residente na área há pelo menos um ano.

Além disso, seria importante incluir, no mínimo, uma família chefiada por mulher e uma família com crianças e jovens menores de 18 anos.

As técnicas de pesquisa foram definidas também nessa etapa: entrevista com uso de questionário com questões abertas e fechadas e observação do cotidiano das famílias. As razões para a escolha dessas técnicas foram a capacidade que apresentam para oferecer as informações que desejávamos, a possibilidade de capacitação das pesquisadoras para utilizá-las e a relativa facilidade que apresentavam para a supervisão à distância que, junto com a supervisão direta, também seria feita durante o trabalho de campo. Em cada uma das oficinas houve momentos específicos de treinamento das pesquisadoras: com aplicação de questionários de outras pesquisas e, posteriormente, com o nosso questionário, e de observação e registro de situações sociais. Além disso, definimos os procedimentos de campo e as questões de ética em pesquisa, que resultariam no Manual da Pesquisadora, e definimos que, durante o trabalho de campo, as pesquisadoras receberiam honorários de R\$ 300,00 pelo seu trabalho, já que estariam realizando uma atividade técnica e não política.

O desenho final da pesquisa pode ser assim descrito:

- a) O MMTR/NE escolheu uma localidade rural em cada um dos sete estados do Nordeste.
- b) Em cada área, as pesquisadoras escolheram cinco famílias, obedecendo aos critérios de elegibilidade indicados acima.
- c) Em cada família, todas as pessoas com mais de 18 anos deveriam ser entrevistadas, utilizando-se um questionário com questões abertas e fechadas.
- d) Cada pesquisadora preencheu um questionário autoaplicável, descrevendo a história e as condições atuais de sua localidade.
- e) Todas as famílias deveriam ser observadas por, pelo menos, dois dias inteiros, um durante a semana e um no final da semana, com o objetivo de se descrever as condições de moradia e verificar a distribuição das tarefas produtivas e reprodutivas e o cotidiano da família.

Os instrumentos de pesquisa foram os seguintes:

a) Questionário com 61 questões e dois quadros sobre: identificação pessoal, características da propriedade, trabalho, tarefas e atividades, participação social e política e divisão sexual do trabalho.

b) Roteiro de história e contexto da área, contendo história da comunidade, infraestrutura e serviços básicos, políticas e programas sociais e organização comunitária.

c) Roteiro de observação do cotidiano das famílias, contendo descrição do ambiente físico e humano, atividades de cada membro da família e relação entre os membros da família.

Do ponto de vista ético, deveríamos garantir o sigilo e o anonimato das informações, realizando as entrevistas sem a presença de outras pessoas além da entrevistadora e do/a entrevistado/a, exceção feita a crianças com até dois anos de idade. A participação na pesquisa deveria ser voluntária, devendo a pesquisadora explicar claramente seus objetivos e procedimentos éticos, oferecendo às pessoas a oportunidade de decidir de modo livre e estando plenamente informadas sobre a natureza e processo de sua participação. Utilizamos ainda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

COLETA DE DADOS E ANÁLISE

Esta etapa refere-se ao trabalho de campo propriamente dito que, no nosso caso, aconteceu de março a junho de 2002. Os materiais da pesquisa foram preparados pela equipe do SOS Corpo e enviados para as pesquisadoras pelo correio. Uma integrante do MMTR/NE e outra do SOS Corpo fizeram a supervisão de campo, visitando todas as áreas de pesquisa durante, pelo menos, dois dias; pequenas dúvidas ou problemas na condução do trabalho foram resolvidos por telefone. Os materiais de pesquisa foram devolvidos ao SOS Corpo também pelo correio e, a partir daí, iniciamos um longo processo de revisão e análise coletiva das informações produzidas, que envolveu três oficinas, uma nova revisão da literatura e o levantamento de dados secundários sobre as regiões envolvidas na pesquisa. No total, foram entrevistadas 158 pessoas, 77 homens e 81 mulheres, que compunham 51 famílias.

A análise final da pesquisa baseou-se em informações advindas das oficinas com as trabalhadoras-pesquisadoras, das reuniões com as-

seessorias do MMTR/NE, do banco de dados construído com as informações do questionário aplicado nas localidades; dos roteiros de observação preenchidos pelas trabalhadoras/pesquisadoras, da história e contexto das localidades escritas pelas trabalhadoras/pesquisadoras, do levantamento de dados secundários e dos diários de campo das trabalhadoras-pesquisadoras.

PLANO DE AÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O plano de ação é elaborado coletivamente com base nos resultados encontrados na pesquisa e deve orientar a ação para a solução dos problemas identificados na situação investigada, enquanto a divulgação trata de devolver aos participantes os resultados da pesquisa, valorizando a participação de todos/as no processo; serve ainda para construir uma visão de conjunto do processo a todos/as os/as participantes, permitindo a apropriação dos avanços e da aprendizagem produzidos pelo coletivo, envolvendo ainda a divulgação em eventos, seminários, congressos, etc. (THIOLLENT, 1986).

Essas etapas foram discutidas na oficina de devolução de resultados, realizada em outubro de 2003, que contou com a participação de representantes das famílias envolvidas na pesquisa. Foram sugeridas: a realização de uma campanha de valorização da trabalhadora rural e de promoção da igualdade entre mulheres e homens; a produção de materiais educativos diversos, adequados à população rural; a realização de atividades político-educativas e de articulação política sobre os temas de gênero, agricultura familiar e desenvolvimento, junto a diferentes movimentos e organizações que atuem nesses campos e, ainda, subsidiar a discussão sobre mulheres e trabalho no âmbito da reestruturação produtiva.

ÉTICA E TÉCNICA: ALGUNS IMPASSES E SUGESTÕES

Um primeiro olhar sobre o nosso processo de pesquisa chama a atenção para o longo tempo entre o seu início e a sua finalização: quase quatro anos se passaram desde a primeira decisão de realização da pesquisa. Foram muitos os fatores que nos levaram a esse "alongamento" do processo de trabalho, entre os quais não podemos negligenciar de modo algum a própria natureza da pesquisa-ação, um processo interativo, cujo desenvolvimento depende inteiramente da qualidade da interação

entre os sujeitos envolvidos. Vale lembrar ainda que, em nosso caso, esta foi e é uma interação política que, portanto, está sujeita às tensões e aos conflitos próprios da atividade política, os quais não podem ser submetidos às injunções da atividade técnica de pesquisa. Pelo contrário, é esta que, na maior parte das vezes, termina por se amoldar àquela e encontrar o equilíbrio que não compromettesse a qualidade e o rigor nem de uma nem de outra foi o nosso desafio e compromisso do primeiro ao último dia deste trabalho, compartilhado na mesma medida pela equipe do SOS Corpo, pelas assessoras do MMTR/NE e pelas trabalhadoras-pesquisadoras.

Além disso, tivemos que superar dificuldades próprias da população rural residente no Nordeste do Brasil, ali representada pelas trabalhadoras-pesquisadoras, que compartilhavam com as pessoas residentes em suas comunidades o mesmo perfil e as mesmas imensas dificuldades socioeconômicas. Assim é que tivemos que lidar com grandes distâncias e a ausência ou precariedade dos transportes: cada oficina tinha que ser planejada com muita antecedência, de modo que as mulheres pudessem se preparar para a longa viagem – em alguns casos, de mais de um dia – e para o afastamento de casa e das tarefas que lá assumiam, pois, assim como as mulheres entrevistadas, também elas fazem uma dupla ou tripla jornada de trabalho e não contam com esquemas de suporte na sua ausência. Fazer coincidir uma data em que todas pudessem estar juntas foi um exercício de logística que, em alguns momentos, espaçou os nossos encontros em períodos muito maiores do que o desejável.

O calendário agrícola e as vicissitudes climáticas também deram a sua cota de interferência no trabalho, tanto no que se refere às oficinas quanto no que toca à própria realização da pesquisa de campo, já que, por exemplo, em época de colheita não se acharia ninguém em casa para entrevistar ou observar. A necessidade de mantermos o processo coletivo, no entanto, não nos permitiu realizar o campo no melhor período para cada comunidade; em algumas áreas "perdemos" pessoas para a migração temporária ou para o trabalho sazonal. O calendário político do SOS Corpo e do MMTR/NE também dificultou alguns de nossos encontros, por envolver em suas atividades muitas de nossas pesquisadoras.

Os benefícios pessoais trazidos pela pesquisa para as trabalhadoras-pesquisadoras foram significativos, mas não podemos deixar de mencionar que, em função de sua pouca escolaridade, a pesquisa lhes exigiu um considerável e louvável esforço de leitura e redação que, por sua

vez, resultou em uma atividade a mais nas muitas que já desenvolvem, contribuindo não apenas para o indesejável estresse, que já faz parte de suas vidas, como também, ao lhes retirar temporariamente das atividades produtivas, para a redução dos poucos rendimentos auferidos pela família. Essa última dificuldade foi contornada apenas durante o reduzido período de quatro meses de trabalho de campo, através do pagamento de honorários às pesquisadoras; para a participação nas oficinas, o projeto pagava tão somente as suas despesas durante o período de trabalho.

A logística de uma pesquisa como esta, realizada em áreas que distam milhares de quilômetros umas das outras, com consideráveis problemas de comunicação entre si, não é exatamente simples. Nesse sentido, coordenar esta pesquisa foi também um aprendizado para nós, do SOS Corpo, que tivemos de enfrentar o problema da rotatividade de pessoas na nossa equipe, comprometendo a continuidade das ações, o que terminou por gerar pequenos problemas organizativos de ordem interna, especialmente no que toca à condução da análise.

No que se refere à execução das atividades de pesquisa, a principal dificuldade encontrada esteve ligada à quantificação da produção e dos rendimentos: a maior parte das pessoas não sabia responder diretamente a essas questões. Como essa era uma dificuldade que já sabíamos que iríamos encontrar, pela nossa experiência em outras pesquisas semelhantes, orientamos as pesquisadoras a fazer perguntas e cálculos que chegassem o mais próximo possível desses valores. Temos que reconhecer, no entanto, que obtivemos bons resultados apenas em alguns casos, em outros — especialmente nas áreas mais pobres — essa informação não pôde ser produzida, simplesmente porque não tem relevância para as pessoas.

Do ponto de vista da pesquisa propriamente dita, devemos deixar claro que, desde o início e durante todo o trabalho, lidamos com questões ligadas à própria natureza da pesquisa-ação. Trata-se de questões éticas e metodológicas que, naturalmente, não foram criadas por nós, mas que se manifestaram de diferentes maneiras em nosso processo de pesquisa e com as quais decidimos lidar de forma clara e direta, buscando soluções que estivessem imbuidas de nossos princípios éticos e políticos, sem nos afastar do rigor metodológico necessário. A seguir, indicamos algumas destas questões, acrescidas de comentários sobre o modo como lidamos com cada uma delas, entendendo que são respos-

tas provisórias e diretamente articuladas à pesquisa em curso, podendo ser perfeitamente inadequadas a outras situações.

a) Qual o rigor possível em uma pesquisa realizada por pessoas cujo treinamento técnico é limitado?

b) Como ter “controle”, ou vigilância metodológica, nas palavras de Thiollent, sobre o olhar das pesquisadoras, condicionado pelos mesmos valores da comunidade investigada?

c) Como reduzir as possíveis interferências entre a fala dos sujeitos e o registro das pesquisadoras ou, em outras palavras, como garantir que o registro seja o mais próximo possível do falado em uma pesquisa em que a supervisão e o treinamento são limitados?

d) Como lidar eticamente com o fato de que as pesquisadoras trabalham quase voluntariamente, recebendo pagamento apenas para o trabalho de campo?

Algumas formas de minimizar os problemas citados acima foram:

a) Adequação das definições e dos instrumentos de pesquisa ao grau de compreensão das pesquisadoras, de modo que elas pudessem de fato se apropriar deles.

b) Garantia de muitos momentos de discussão, quando o maior espaço de fala era dado às pesquisadoras, para que pudessem nos aproximar de suas formas de compreensão do problema e de seu vocabulário para expressá-lo.

c) Garantia de vários momentos de treinamento direcionado para o uso dos instrumentos e para os procedimentos de campo, de modo a só iniciar o trabalho quando todas nos sentíssemos seguras de que a equipe estava preparada.

d) Procuramos estar permanentemente disponíveis para o acompanhamento das pesquisadoras, de modo a poder resolver os impasses de campo, tão logo eles acontecessem.

e) Pagamento de honorários para a etapa que consideramos “mais técnica”, nos baseando em que as oficinas eram também momentos de

aprendizado para elas – inclusive aprendizado de pesquisa – e no fato de que, sendo este um projeto político de parceria entre o SOS Corpo e o MMTR/NE, esta participação voluntária poderia ser a contrapartida do MMTR/NE para o projeto, já que o SOS Corpo entraria com a totalidade dos recursos financeiros e materiais.

Com isso, acreditamos ter produzido resultados que são capazes de revelar aspectos importantes relacionados à situação das mulheres trabalhadoras rurais nas comunidades estudadas. Foi possível também sistematizar as opiniões das coordenadoras, assessoras e trabalhadoras a respeito dos problemas tratados pela pesquisa, para além de registarmos e analisarmos o rico processo de interação e aprendizagem que experimentamos ao longo desses quatro anos.

REFERÊNCIAS

DICK, B. Action Research: Action and Research. 2002. Disponível em: <<http://www.scu.edu.au/schools/gcm/ar/arp/aandr.html>> Acesso em janeiro de 2006.

PORTELLA, A. P.; GOUVEIA, T. Ideias e Dinâmicas para Trabalhar com Gênero. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 1998.

_____. et al. Como nossas mães, não!: Escolhas Reprodutivas e a Emergência da Cidadania entre Trabalhadoras Rurais, Trabalhadoras Domésticas e Donas de Casa Brasileiras. In: PETCHESKY, R; JUDD, K. (Orgs.). Negociando Direitos Reprodutivos: Perspectivas das Mulheres em Diferentes Países e Culturas. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2005.

_____. CAMURÇA, S. Relatório de Pesquisa: Perfil da Trabalhadora Doméstica no Brasil. Rio de Janeiro/Recife: Comissão Nacional de Trabalhadoras Domésticas, SOS Corpo, Mimeo, 1992.

THIOLLENT, M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Polis, 1985.

_____. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados, 1986.

ENCHENTES NA MATA SUL DE PERNAMBUCO: AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS MULHERES E A ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES DA MATA SUL

Alexsandra Bezerra da Silva 1
Juliene Tenório de Albuquerque 2
Vanessa Natália dos Santos 3
Tatianne Amanda Bezerra 4

RESUMO

O presente texto apresenta reflexões sobre os desastres socioambientais e as consequências para as condições de vida das mulheres e a atuação do movimento de mulheres. Tem como base os documentos produzidos da Articulação de Mulheres da Mata Sul (AMMS) que vivenciaram as consequências das enchentes na Mata Sul de Pernambuco, em 2010 e 2011.

Palavras-chave: Enchentes; Mulher; Movimento de Mulheres.

ABSTRACT

This paper presents reflections on the social and environmental disasters and the consequences for the living conditions of women and the

1 Licenciada em História. Integrante da AMMS. Rua Doutor Silas Cabral, 285. Centro. Joaquim Nabuco-PE.

2 Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social (UFPE). Integrante do NUPEPS (UFPE). Professora da Faculdade ASCES. Avenida Portugal, 584. Bairro Universitário. Caruaru-PE.

3 Aluna de Serviço Social da Faculdade ASCES.

4 Aluna de Serviço Social da Faculdade ASCES.

role of women's social organization movement. It is based on the documents produced and the experience of women in the Women's Joint in South Forest who experienced the floods consequences in Pernambuco South Forest area in 2010 and 2011.

Keywords: *Floods; Women; Women's Movement.*

INTRODUÇÃO

A Mata Sul de Pernambuco, nos anos de 2010 e 2011, foi cenário de trágicas enchentes que resultaram em mortes, destruição de cidades e mudaram a rotina, a trajetória e a vida de muitas pessoas. É sobre as consequências dessas enchentes para as mulheres e a atuação da *Articulação de Mulheres da Mata Sul* (AMMS) durante e após as enchentes que este texto trata, sendo resultado da sistematização da experiência para produção da cartilha da AMMS, *Mulheres em Ação: A Articulação de Mulheres da Mata Sul*⁵.

Compreendendo que esta experiência precisa ser socializada para que outras pessoas, mulheres e instituições juntem-se à AMMS no monitoramento e controle social das ações governamentais, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres e famílias atingidas pelas enchentes, apresentamos, no primeiro momento, alguns elementos para reflexão sobre as causas das enchentes na Mata Sul de Pernambuco (2010/2011). Em seguida, analisamos as consequências das enchentes para a vida das mulheres, com base nos depoimentos das integrantes da Articulação de Mulheres da Mata Sul. Ao final, destacamos a atuação e a luta da AMMS para melhoria das condições de vida das mulheres, famílias e municípios atingidos durante e após o período das enchentes.

ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE AS CAUSAS DAS ENCHENTES NA MATA SUL DE PERNAMBUCO (2010/2011)

Os desastres ambientais adquirem, geralmente, grande visibilidade nos meios de comunicação, resultando no posicionamento e atuação

5. Cartilha construída com o objetivo de oferecer informações para as mulheres e moradores(as) da Mata Sul de Pernambuco sobre as enchentes, as consequências para as mulheres e a atuação da AMMS. O material utilizado para construção da cartilha e, posteriormente, para produção deste texto foi coletado a partir dos documentos produzidos pela AMMS, como também por meio de entrevistas individuais e grupal realizadas com as mulheres da AMMS no primeiro semestre de 2011.

emergencial dos governos, bem como nos apelos à sociedade para que exercitem a solidariedade para com as pessoas e famílias atingidas. Em muitos casos, as causas desses desastres são atribuídas às questões naturais, como sendo responsabilidade apenas da natureza.

No entanto, destacamos que há uma indissociável relação entre o modo de produção econômico, alterações climáticas e as catástrofes. Os desastres socioambientais são muito mais que apenas um acontecimento produzido pela natureza, na verdade, são:

[...] resultado de um fenômeno denominado de evento adverso, que pode ser produzido pela natureza e/ou pela ação humana, e sua ocorrência se associa às 'questões socioambientais'. Questões essas, resultantes da relação sociedade-natureza, que contemplam três das mais relevantes dimensões da humanidade: a social, a econômica e a política (FREITAS & MARQUES, 2010, p. 2).

O modo de produção capitalista continua, no século XXI, operando sob a lógica do capital financeiro e transformando as relações, pessoas e a natureza em mercadoria, contribuindo para a degradação do meio ambiente e para a crise ambiental. Temas encontrados na pauta de luta dos movimentos ambientalistas, como também nas conferências e acordos internacionais.

No que diz respeito à região da Mata Sul de Pernambuco, esta se constitui como uma das 12 Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco⁶, sendo formada por 24 municípios: Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortes, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiá, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Vitória de Santo Antão, Xexéu.

Nesta região, marcada por patriarcado, machismo e desigualdades sociais, econômicas e políticas, as enchentes fazem parte de sua história, assim como da história de Pernambuco, onde os mais antigos registros de enchentes datam de 1632.

6 O estado de Pernambuco é dividido em quatro Macrorregiões: Agreste, Sertão, Zona da Mata e Região Metropolitana. Estas Macrorregiões são subdivididas em 12 Regiões de Desenvolvimento: Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão Itaparica, Sertão Moxotó, Sertão Pajeú, Sertão São Francisco, Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul e Metropolitana do Recife. Fonte: Governo de Pernambuco, Agência CONDEPE-FIDEM.

Os registros mais recentes apresentam uma enchente, em 1970, causada pelos transbordamentos dos rios Una, Ipojuca, Formoso, Gurjaú, Amaraji, Capibaribe e outros, atingindo também as regiões do Agreste e Metropolitana do Recife, resultando, em Pernambuco, em 150 mortes e 500 mil pessoas moradoras de 28 municípios. No período de 30 de julho a 01 de agosto de 2000, fortes chuvas causaram novas enchentes em Pernambuco, atingindo 33 municípios, inclusive os da Mata Sul, deixando um saldo de 22 mortos e mais de 60 mil pessoas desabrigadas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2004).

Dez anos depois, entre os dias 17 e 19 de junho de 2010, a Mata Sul mais uma vez vivenciou a destruição causada pela enchente, que atingiu 54 municípios desta região e do Agreste, dos quais 30 ficaram em situação de emergência e 10 de calamidade pública. No total, 17 pessoas morreram e 26.797 ficaram desabrigadas e 53.518 desalojadas (ISTO É, 2010).

Em menos de um ano, quando a população e os municípios tentavam a recuperação, em maio de 2011, a Mata Sul e outras regiões de Pernambuco viveram a experiência de mais uma enchente, que atingiu 56 municípios, resultando em duas pessoas mortas, 5.137 famílias desabrigadas e 10.511 desalojadas, conforme dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil (2011).

As enchentes ainda resultam no agravamento das desigualdades sociais e situação de pobreza vivenciada por muitas famílias que conviviam com as precárias condições de suas casas, ruas e comunidades; ausência de esgotamento sanitário; falta de empregos e submissão aos trabalhos precários e temporários; dificuldades de acesso aos serviços públicos, dentre tantas outras.

Essas enchentes [...] além de destruir os lares, os poucos bens dessas pessoas, suas memórias e referências, também se refletem no aumento da miserabilidade, do analfabetismo, do desemprego, da violência, das epidemias, da desesperança, enfim, favorecem as relações e os modos de vida desumanos (AMMS, 2011, p. 1).

As causas dessas enchentes, no entanto, vão além do grande volume de chuvas, são, sobretudo, de ordem econômica, política e social, como chama a atenção duas notas públicas. Uma emitida pela *Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Recife* e outra, pelas organizações da so-

cidade civil pertencentes à *Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)*, *Articulação AIDS Pernambuco*, *Articulação de Entidade da Zona da Mata*, *Fórum de Mulheres de Pernambuco* e *Fórum Estadual da Reforma Urbana (FERU)*.

A nota da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Recife chama a atenção ao fato de que, apesar da Mata Sul ser marcada pelo clima Tropical quente e úmido, que provoca chuvas contínuas e de grande intensidade, e de formações geomorfológicas de “mares de morro”, a principal causa das enchentes de 2010 diz respeito à ocupação urbana desordenada nesta região:

Grande volume de água da chuva – 300 a 400 milímetros; Interferência sobre a natureza; desmatamentos; Construções irregulares nas margens dos rios; Graves crimes ambientais, como a destruição da Mata Atlântica e matas ciliares; Alteração de leito de rios e seus afluentes, construção de barragens e diques, poluição dos cursos d'água e cortes de encostas (AGB, 2010, p. 1).

Ao longo dos anos, a monocultura da cana-de-açúcar vem transformando a Zona da Mata em um espaço de “confinamento da pobreza e degradação das relações sociais”, causando ainda graves crimes ambientais, como a destruição da Mata Atlântica e das matas ciliares, alteração de leitos de rios e seus afluentes, construções de barragens e diques, poluição dos cursos d'água, cortes de encostas, dentre outros, resultando em:

[...] uma desigual ocupação do espaço, aliada aos fatores sociais, a falta de investimentos nas cidades da Zona da Mata, bem como a não existência de uma articulada rede de prevenção de catástrofes naturais no território nacional, capaz de prevenir fenômenos meteorológicos com mais precisão e eficiência [...] vêm prejudicar mais gravemente os trabalhadores e os mais pobres que vivem na região. É com este pensamento e avaliação que nós, da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Recife, nos solidarizamos ao povo Pernambucano e Alagoano apontando o real culpado pelos estragos, o latifúndio da cana-de-açúcar, e não apenas a grande quantidade de chuvas (AGB, 2010, p. 2).

Em virtude dessa base econômica agrária latifundiária, a Mata Sul se tornou extremamente dependente da renda gerada pelo cultivo da cana-de-açúcar, demandando uma mão de obra numerosa e pouco qualificada, sem investimento em tecnologia, educação, contribuindo para

consolidar a concentração de renda e os baixos indicadores sociais presentes na região (VIANA et al., 2009).

Seguindo o mesmo entendimento, as organizações da sociedade civil denunciam que:

Dez anos depois, as chuvas do inverno nordestino provocaram enchentes em proporções infinitamente mais devastadoras do que em 2000. Uma tragédia da natureza? Não. Uma catástrofe social, política, econômica e ambiental. Uma catástrofe nem um pouco natural (ABONG et al., 2010, p. 1).

Identificamos que essas enchentes, por dois anos consecutivos, são motivadas pela ausência de políticas públicas estruturadoras de habitabilidade para essa população, com cidades mal planejadas e insustentáveis nas esferas ambientais, sociais, econômicas e políticas (AMMS, 2011, p. 1).

De fato, a ausência de políticas estruturadoras de habitação, regularização fundiária, saneamento ambiental, reforma agrária, econômica e de trabalho contribuem para o agravamento das condições de vida das(os) trabalhadoras(es) desta região.

Somado a isto, destacamos a ênfase no direcionamento das ações e recursos dos governos para emergências e reconstrução das cidades atingidas, não para a prevenção de desastres. Segundo a ONG Contas Abertas, o Ministério da Integração Nacional utilizou somente 14% dos R\$ 508,3 milhões de reais previstos para a prevenção e preparação de desastres em 2010, enquanto que o programa de resposta aos desastres e reconstrução recebeu, no período de janeiro a junho de 2010, R\$ 535 milhões de reais (CAITANO, 2010).

AS ENCHENTES NA MATA SUL DE PERNAMBUCO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS MULHERES

As consequências das enchentes foram trágicas para a população da Mata Sul, como indicam os números tão divulgados nos meios de comunicação. Mas há questões produzidas por estas enchentes ainda pouco visualizadas, como o agravamento das condições de vida das mulheres que moram nos municípios atingidos.

Os impactos decorrentes das relações entre natureza e sociedade não atingem homens e mulheres da mesma forma, pelo contrário:

As relações de gênero e os desastres socioambientais são socialmente construídos sob a influência de fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e sob condições geográficas complexas que refletem condições singulares e particulares para as mulheres e para os homens, a depender das condições de classe, raça/etnia e gênero (FREITAS, 2010, p. 891).

Os impactos dos desastres socioambientais variam nas pessoas, de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais, expondo-as a novos danos e perdas. No caso dos homens, geralmente, são eles os responsáveis pela participação no resgate de vítimas e se submetem às normas de masculinidade, limitando, muitas vezes, o pedido de ajuda. Para as mulheres, várias são as implicações dos desastres socioambientais, como a sobrecarga de trabalho, maior incidência de estresse pós-traumático, adquirem maior responsabilidade com a família, enquanto os homens migram em busca de trabalho (FREITAS, 2010).

As desigualdades de gênero são potencializadas em decorrência de desastres, não somente pelo impacto do evento em si, mas pela forma como decisões são tomadas e/ou devido à imposição de novas obrigações à mulher e também ao homem. O compartilhamento de atividades, a criação dos filhos, a obtenção de renda familiar em condições adversas se alteram na medida em que uma catástrofe traz custos adicionais para a superação dos danos e perdas ocorridas. Seus efeitos fazem com que a família estabeleça relações interpessoais que não foram motivo de escolha e/ou fique submetida aos interesses individuais, corporativos, mercantis e políticos (FREITAS & CAMPOS, 2010, p. 9).

O que significa que: No caso da Mata Sul, as consequências destas enchentes se mantêm maiores para as mulheres diante da:

[...] divisão sexual do trabalho que marca a nossa sociedade, sendo elas as responsáveis pela alimentação, cuidado com a saúde, limpeza, atenção às crianças e idosas(os). Sabemos que os homens em várias dessas localidades começam a migrar para outros locais em busca de alguma condição de existência, deixando para trás as mulheres em situações de crua existência. (ABONG et al., 2010, p. 2).

Os relatos das mulheres que integram a AMMS mostram o drama e o desespero de quem teve seus bens, casas, suas histórias, seus trajetos e referências levados pelas águas ou cobertos pela lama, fazendo com que tivessem como principais perguntas: "Pra onde vou? O que vou fazer da minha vida?"

Recordamos que, durante a entrevista em grupo e nas reuniões da AMMS, em muitos momentos, as falas eram silenciadas e era possível apenas ouvir e observar o choro, as lágrimas e a dor dessas mulheres que perderam muito mais do que bens materiais, perderam suas histórias, trajetos, lembranças, memórias e referências (ABONG et al., 2010). Em um dos momentos, duas mulheres afirmam: "é impossível, ainda hoje, falarmos sobre a enchente sem chorarmos" (Mulheres, integrantes da AMMS).

O que é compreensível, diante do fato de que muitas dessas mulheres vivenciaram as dificuldades de convivência nos abrigos, as brigas pelo recebimento de comida, as humilhações de alguns profissionais, o abandono ou a violência dos maridos e ver suas(seus) filhas(os) passarem necessidades. O que torna impossível para elas falar desta "tragédia" sem chorar, sentir dor e revolta, como é possível observar nos relatos abaixo:

Muitas vezes recebíamos gritos, grosserias, chegamos a ser chamadas de 'mundiça' por técnicos mal preparados. Eles estavam trabalhando e recebiam todo o suporte técnico, de alimentação e até para a própria higiene, porém os desabrigados não, nós estávamos sem nossas casas, bastante fragilizados com toda essa situação. [...] Tivemos grandes problemas, como brigas por comida, não tinha água pra higiene pessoal nem para beber, chegamos a passar dois a três dias sem tomar banho, preenchemos fichas enormes, vários cadastros, tiramos fotos na frente de casa do jeito que estávamos, toda suja. [...] Ninguém sabe o que é ficar sem comida e não ter como comprar, ficar sem casa, passar o tempo todo respondendo perguntas, preenchendo fichas, fazendo cadastros. (Mulher, integrante do Ceas Rural e da AMMS).

É muito difícil falar, porque quando a gente pensou que estava se recuperando a água veio outra vez. As pessoas estavam desesperadas. Não é fácil a gente chegar em casa e encontrar como a gente encontrou, né?, a rua toda revirada, de pernas pro ar. O problema não foi a limpeza, foi como fomos tratados. Fui voluntária por três semanas e isso me fortaleceu porque se fosse ficar em casa seria pior. Na primeira enchente [2010] meus móveis ficaram danificados, mas nessa

última enchente [2011] perdi tudo, porque eles ficaram piores. Essa enchente foi menor, por isso a ajuda também foi pequena. Eu não recebi nenhuma ajuda nesta. Só sabe quem passa (Mulher, integrante da Associação de Mulheres de Água Preta e da AMMS).

A convivência nos abrigos é descrita com muitas dificuldades, agravada pela permanência em ambientes inadequados, uso de cozinhas e banheiros coletivos, aumentando suas responsabilidades. As mulheres ainda relatam que foram elas quem tomaram a iniciativa de recuperar o que sobrou de seus bens, de fazer o cadastro para o Bolsa Enchente, ir para a fila da cesta básica, procurar ajuda médica e remédio para sua família, mesmo sendo "consideradas mais frágeis, foram quem mais agiram, foram atrás de cesta básica, de dar o nome no cadastro, cuidaram dos filhos" (Mulher, integrante da AMMS).

Quando a enchente chegou pegou a gente em um momento difícil, e a gente não esperava por ela, porque, por minha casa não ser em área de risco, essa pegou de surpresa, a gente ficou sem saber para onde ir. Eu queria ajudar as pessoas, mas precisa ser ajudada. Diante da cheia não podia fazer nada pelos objetos, pois tínhamos que priorizar nossas vidas. Perdi minha casa na enchente e fiquei abrigada na Usina de Catende, um lugar inadequado, com insetos, morcegos. Existia muita disputa das famílias abrigadas na usina e, como nos outros abrigos, por disputa de comida. A renda familiar de minha casa vinha do salário da Usina, com a enchente minha família, assim como muitas outras, perderam o emprego, ficando sem casa e sem emprego. Os responsáveis pela distribuição estavam fraudando a distribuição dos donativos, primeiro eram entregues aos seus amigos e depois, o que sobrava eram repassados ao resto da população. Existia uma forte briga pelos espaços nos abrigos, uma verdadeira discriminação pelos próprios desabrigados uns aos outros, existia uma falta de humanidade no próprio convívio. (Mulher, integrante do Centro das Mulheres de Catende e da AMMS).

Antes das enchentes, muitas famílias, mesmo difícil, tinham acesso a moradias, porém depois das chuvas foram obrigadas a morar em abrigos em uma convivência complicada devido à quantidade de famílias. Após a enchente de 2010, as famílias viviam sofrendo uma constante pressão do governo, da sociedade e da escola, para resolverem suas situações, muitas pensavam até em invadir as casas que ameaçavam desabar e saírem das escolas que estão abrigadas. (Mulher, integrante da AMMS).

ENCHENTES, MULHERES E LUTAS: A ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES DA MATA SUL

É com lágrimas nos olhos que vemos as mulheres e suas famílias nessa situação tão desesperadora e com tantos sofrimentos. Não podemos ficar de braços cruzados, essa é uma luta de todas e todos nós! (AMMS, 2011, p. 2).

A Articulação de Mulheres da Mata Sul foi criada, em 2005, durante a realização de um Seminário sobre Controle Social, organizado pelo Centro das Mulheres do Cabo e SOS Corpo, com o objetivo de fortalecer a atuação de mulheres urbanas e rurais da Mata Sul na luta por direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

Com base nos princípios de descentralização de poder, compartilhamento de responsabilidades e valores pautados na democracia, tolerância e respeito, a AMMS⁷ é formada por treze associações, grupos e centros de mulheres. São elas: Associação das Mulheres de Flor de Maria, Associação de Mulheres de Água Preta, Centro das Mulheres de Catende, Centro das Mulheres de Jaqueira, Centro das Mulheres de Joaquim Nabuco, Centro das Mulheres de Maraial, Centro das Mulheres de Palmares, Centro das Mulheres de Ribeirão, Centro das Mulheres do Cabo, Centro de Estudo e Ação Social Rural (CEAS Rural), Grupo de Mulheres de Jaqueira, Grupo de Mulheres de Serro Azul, Grupo Mulheres em Ação.

As terríveis consequências das enchentes que assolaram a Zona da Mata Sul de Pernambuco trouxeram rebatimentos diretos para a AMMS. A luta pela garantia de direitos humanos das mulheres somou-se a luta pela sobrevivência das famílias e reconstrução das casas, instituições e cidades atingidas pelas enchentes de 2010 e 2011.

Uma das principais consequências para a AMMS foi a destruição da casa, dos equipamentos, materiais pedagógicos, documentos contábeis do CEAS Rural, espaço utilizado para as atividades, reuniões e onde eram guardados os documentos e a memória dos movimentos de mulheres e da AMMS.

7 A AMMS integra o Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU), Conselho Estadual da Mulher (CEDIM-PE) e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

A referência da AMMS era a casa. Como recuperar a história, a atuação do movimento com nossa vida profissional e do movimento na lama? (Mulher, integrante do Centro das Mulheres de Joaquim Nabuco e da AMMS)

O CEAS em sua história sempre procurou potencializar as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. No passado, foram os assalariados da cana e hoje, os/as agricultores/as familiares, vêm sempre lutando por melhores condições de vida, com acessibilidade às políticas públicas (saúde, educação, moradia, saneamento básico, lazer e cultura), trabalho, bem como pela criação e afirmação de sujeitos políticos, afirmando o direito humano pelo resgate de uma cidadania plena. A nossa organização, embasada destes princípios, busca dar uma contribuição para o crescimento dos/as atores, organizações sociais: associações rurais, cooperativas e organizações de grupos de mulheres rurais, ampliando e fortalecendo nossas ações com atividades formativas (educação popular) que na história recente ajudaram a formar inúmeras lideranças sindicais, lideranças do movimento de mulheres, e o próprio movimento social da Zona da Mata, frente a todo esse resgate histórico fica a certeza que é preciso continuar, olhar para frente, afirmar parcerias e continuar o nosso trabalho (CEAS Rural, carta de apoio, 2010).

Outra consequência foi o fato de que muitas das mulheres que integram a Articulação tiveram suas casas atingidas pelas enchentes, ficando sem ter onde dormir, abrigar as(os) filhas(os) da chuva, com fome e sede, como relatamos no item acima, resultando na mobilização das mulheres que não foram diretamente atingidas pela enchente.

A AMMS realizou um diagnóstico da situação das instituições, movimentos sociais e das mulheres, a partir de visitas aos abrigos e municípios, para identificação das necessidades, permitindo ajudar as mulheres, como também repassar as informações para os movimentos sociais e instituições, fortalecendo a denúncia e a visibilidade da gravidade dos problemas vivenciados pelos municípios.

Visitamos todos os municípios da Mata Sul, tentamos entrar em contato com as mulheres da Articulação, gastamos todo o nosso dinheiro e chegamos a comprar fiado nos mercadinhos para socorrer as mulheres (Mulher, integrante da AMMS)

Enquanto Articulação de Mulheres da Mata Sul, eu visitava os abrigos, tirava fotos e depois com ajuda financeira voltava aos abrigos dis-

tribuído alimentos, cobertores, etc. Foi muito difícil esse momento, pois quem não foi atingido diretamente já sentia o peso da situação, imagine quem foi atingido, o peso que estava sentindo (Mulher, integrante do Centro das Mulheres de Catende e da AMMS).

De posse das informações, as mulheres chegaram a tirar “dinheiro do próprio bolso”, como é possível observar no depoimento acima, mas também buscaram ajuda das instituições parceiras. De acordo com a representante do Centro de Mulheres de Joaquim Nabuco, a “credibilidade que a Articulação [de Mulheres] tem conseguiu que Recife se mobilizasse para ajudar” (Mulher, integrante do Centro das Mulheres de Joaquim Nabuco e AMMS). A partir da chegada de alimentos, água e remédios, disponibilizaram suas casas como pontos de distribuição, articuladas pelo Centro das Mulheres de Joaquim Nabuco, uma das poucas instituições que não foram atingidas pelas enchentes.

Passei dias dormindo sentada em uma cadeira na porta de casa para evitar que roubassem o que sobrou. Passei fome e sede. A primeira ajuda que recebi foi da AMMS, que conseguiu comida, água e remédios. A primeira cesta básica que recebi do governo foi depois de 60 dias da enchente (Mulher, integrante do Centro das Mulheres de Palmares e da AMMS).

Além disso, através do Rádio Mulher⁸, repassaram informações sobre as pessoas desaparecidas, sobre pontos de distribuição de alimentos e onde as pessoas conseguiam ajuda:

Meu papel foi tão importante quanto o de tantas outras mulheres. No momento da enchente, além da articulação, trabalhei na Rádio Mulher na comunicação, o que ajudou muito as famílias. Para a articulação foi um momento de fragilidade, porque nesse momento quem não perdeu tudo estava apoiando e buscando projetos para as mulheres que se encontravam em pior situação (Mulher, integrante da Associação de Mulheres de Água Preta e da AMMS).

Em um segundo momento, a Articulação fortaleceu a atuação de denúncia das condições econômicas, sociais e políticas dos municípios, a luta pela garantia dos direitos das pessoas atingidas, em especial das

8 Programa Rádio Mulher, criado em 1997, mantido pela AMMS, que chega a ter cerca de 200 mil ouvintes de cinquenta municípios da Mata Sul/ Norte de Pernambuco e Litoral Sul de Alagoas.

mulheres, e o controle social das ações e recursos destinados à Operação Reconstrução, através do *Projeto de Monitoramento das Ações na Zona da Mata Sul de Recuperação e Investimento após a enchente 2010*, financiado pela OXFAM.

A proposta do projeto foi de monitorar as ações públicas realizadas na Mata Sul na recuperação das cidades de Água Preta, Catende, Jaqueira, Maraial, Joaquim Nabuco e Barreiros, via participação das mulheres, enquanto agente de desenvolvimento local, nos comitês, conselhos e fóruns de seus respectivos municípios, organizando as atividades em três eixos: 1) Monitoramento das ações públicas de reconstrução das cidades; 2) Formação das mulheres como agentes de desenvolvimento local; 3) Fortalecimento da Articulação de Mulheres da Mata Sul.

Com relação ao Monitoramento das ações públicas de reconstrução das cidades, procuraram acompanhar os investimentos públicos nos municípios atingidos pela enchente, através da construção de um Diagnóstico da Situação dos Municípios, famílias, recursos recebidos e ações realizadas pelas Prefeituras.

Participaram da construção e divulgação de duas notas públicas. Na primeira nota pública, “Catástrofes nem tanto naturais”, escrita em parceria com ABONG, Articulação AIDS Pernambuco, Articulação de Entidade da Zona da Mata, Fórum de Mulheres de Pernambuco e Fórum Estadual da Reforma Urbana denunciaram que as causas da enchente que assolou a Zona da Mata, em 2010, são de ordem econômica, política, social e ambiental, destacando a necessidade de criação de políticas estruturadoras por parte dos órgãos governamentais.

[...] não é possível tratar a tragédia que se abate sobre os estados de Pernambuco e Alagoas como sendo algo da ordem da natureza e que se divide em etapas de emergência e reconstrução, como se fosse possível que tudo possa voltar ao mesmo lugar; como se a emergência ficasse restrita às horas em que a chuva cai, os rios encham, as pessoas casse restrita às horas em que a chuva cai, os rios encham, as pessoas se desabrigam, a sociedade se mobiliza com doações e o Estado distribui e limpa e cria políticas emergenciais. E aí, depois desse momento, quase sempre breve – o tempo em que duram as manchetes de jornais –, a vida volta ao normal em sua reconstrução (ABONG et al., 2010).

Muitos recursos foram destinados pelo estado em parceria com o Governo Municipal e Federal reduzindo riscos e resolvendo problemas

imediatos, porém o que essa população necessita é da efetivação urgente de políticas públicas estruturadoras e permanentes que visem monitorar e reduzir os riscos de enchente na região. Serão necessários investimentos nas áreas de infraestrutura, mas também no campo do desenvolvimento, da geração de renda, educação, saúde, cultura e meio ambiente (AMMS et al., 2011).

Em decorrência da enchente de 2011, a AMMS divulga uma segunda nota pública, "Em 2010, tudo por água abaixo! Em 2011, tudo se repete?!!!! Realidades e Contextos SEMPRE Desiguais e Desafiadores", reafirmando as causas sociais, econômicas, políticas e ambientais das enchentes na Mata Sul e cobrando dos governos o compromisso no planejamento na reconstrução dessas cidades e a participação da população neste processo.

Registramos que, desde a enchente de 2000, os movimentos de mulheres da Mata Sul vêm denunciando a construção desordenada nas cidades, aterros ilegais, assoreamento dos rios, dentre outros, e cobrando a realização de políticas estruturadoras nesta região, através da participação no *Comitê da Bacia do Una* e da realização de reuniões, seminários e passeatas.

Desde 1970, existem problemas com enchentes, o governo deveria ter investido em saneamentos e em locais a qual os municípios jogam seus dejetos, são medidas preventivas que ajudariam na hora da chuva não acontecer tantos prejuízos à população. Desde 2000, vêm sendo realizadas reuniões, porém os gestores não aparecem nas reuniões. Algumas instituições como a FASE [Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional] fizeram articulações as quais levaram fóruns, palestras, para as discussões para planejamentos, saímos nas ruas com o MST, para lutar a favor do meio ambiente, porém o Estado quase não se pronunciou (Mulher, integrante da AMMS).

Outra atividade realizada na perspectiva do monitoramento foi a inserção e participação das mulheres nos Comitês de Crise, nos municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros, nos Conselhos Municipais de Assistência Social e nos eventos realizados pelo Governo do Estado, como o *Todos por Pernambuco*, em 2011. Todas as informações colhidas, as dificuldades em obtê-las, as denúncias e a situação das(os) moradoras(es) dos municípios atingidos eram repassadas para a população durante a programação da Rádio Mulher.

Para realização destas atividades, registramos que foi fundamental a capacitação das lideranças do movimento de mulheres em desenvolvimento local, fortalecendo sua atuação e incidência nos espaços de participação política e o Fortalecimento da Articulação de Mulheres da Mata Sul, através das atividades realizadas com o comitê gestor e representantes dos movimentos, bem como com o financiamento das ações por meio da OXFAM.

As dificuldades para realização de cada uma dessas ações foram imensas, diante da situação em que os municípios, as famílias e as mulheres ficaram após as enchentes. Na relação com os municípios, destacamos que as principais dificuldades referem-se ao acesso às informações. Um exemplo disto foi a experiência de realização do Diagnóstico dos Municípios atingidos, que, de acordo com a AMMS, nenhum dos municípios repassaram informações detalhadas sobre os recursos recebidos e em que foram utilizados. Apenas três responderam parcialmente e o restante dos municípios alegaram que prestaram contas ao Governo do Estado e Federal.

Não tivemos acesso a informações reais. Quanto os municípios receberam de dinheiro? Onde está esse dinheiro? Em que foi investido? Quais obras foram realizadas? Cadê a prestação de contas para a sociedade civil? (Mulher, integrante do Centro das Mulheres de Joaquim Nabuco e da AMMS).

Além disto, em muitos municípios, os conselhos não funcionaram, inviabilizando a realização do controle social pela sociedade civil. Em alguns municípios, nem respostas sobre se os conselhos estavam funcionando foram conseguidas.

O governo federal diz que a sociedade civil precisa fiscalizar. Mas como fiscalizar se tem conselho que não funciona? Onde vamos dizer o que passamos, o que queremos e cadê o dinheiro? (Mulheres, integrantes da AMMS).

As mulheres da região estão lutando de forma articulada, atuando em rede, na perspectiva de construir propostas e monitorar as políticas públicas em execução, visando o alcance das mudanças reais e necessárias para reestabelecer a vida das mulheres e de suas famílias, porém, estamos tendo dificuldade em monitorar e acessar as informações, pois os comitês, conselhos e os espaços de contro-

le social não estão funcionando, onde será que está o problema? (AMMS, 2011, p. 2).

Neste processo, muitas outras dificuldades foram vivenciadas, como o acesso às mulheres e aos locais de reuniões, diante da lama e da destruição de muitas estradas, dificultando, inclusive, a obtenção de informações sobre a situação das mulheres nas comunidades rurais.

Apesar das muitas e gigantescas dificuldades, destacamos que os principais resultados da atuação da Articulação consistem no fortalecimento das mulheres e da AMMS; credibilidade e reconhecimento de sua importância pela população local e por outras organizações da sociedade civil; e visibilidade da atuação da AMMS diante das(os) gestoras(es) públicos, que vêm se sentindo cobradas(os) a dar respostas, principalmente nos eventos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao caos sempre há um recomeço, na esperança de dias melhores. Temos FORÇA e GARRA e faremos algo novo, melhor que o ontem, e, quando alguém pensar em parar ou desistir no caminho, daremos as mãos e as nossas forças se renovarão (AMMS, 2011, p. 3).

Como observamos nos relatos das mulheres que integram a Articulação de Mulheres da Mata Sul, os desastres socioambientais e, neste caso específico, as enchentes atingem de forma diferenciada as mulheres. Responsáveis, historicamente, pelas tarefas domésticas e o cuidado com as crianças e os(as) doentes, as mulheres da AMMS precisaram dobrar as forças para lutar por sobrevivência e melhores condições de vida, para si mesmas, suas famílias, mas também para outras famílias e mulheres.

Além disso, direcionam suas lutas de forma a garantir respostas do Estado para melhoria das condições de vida da população dos municípios atingidos pelas enchentes da Mata Sul, em um contexto de inúmeros desafios, como a manutenção das organizações da sociedade civil, diante das dificuldades de financiamento, o exercício do controle social em espaços que não funcionam efetivamente, visibilidade das informações conseguidas, muitas vezes contrárias às divulgadas pela mídia, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- ABONG et al. Nota Pública: Catástrofes nem tanto naturais. Recife, 2010.
- ALBUQUERQUE, Juliene Tenório & SILVA, Alexsandra Bezerra (Orgs). Mulheres em Ação: A Articulação de Mulheres da Mata Sul. Palmares: AMMS, 2011. (Cartilha).
- AMMS. Projeto de Monitoramento das Ações na Zona da Mata Sul de Recuperação e Investimento após a enchente 2010. Palmares: AMMS, 2010.
- _____. Relatório da situação da região da Zona da Mata Sul de Pernambuco pós-enchente 2011. Joaquim Nabuco: AMMS, 2011.
- _____. FMPE; REDHUMA. Nota Pública: Em 2010, tudo "por água abaixo"! Em 2011, tudo se repete?!!! Realidades e Contextos SEMPRE desiguais e desafiadores. Palmares, 2011.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Nota pública sobre as enchentes em Pernambuco e Alagoas. Disponível em: <http://agb-recife.blogspot.com/2010/06/nota-publicasobre-as-enchentes-em_28.html>. Acesso em: 02 mar. 2011, 15:25:30.
- CAITANO, Adriana. Para especialistas, investir em prevenção poderia evitar desastres. Revista Veja; 24/06/2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/especialistas-investir-prevencao-poderia-evitar-desastres>>. Acesso em: 02 mar. 2011, 15:40:30.
- CEAS RURAL. Carta de apoio ao CEAS Rural. Palmares, 2010.
- DIARIO DE PERNAMBUCO. História das enchentes em Pernambuco. Vida Urbana. Recife, 2004. Disponível em: <http://www.pernambuco.com/diario/2004/02/08/urbana9_2.html>. Acesso em: 03 mar. 2011, 11:20:10.
- ISTO É. O Haiti é aqui. Especial: Tragédia no Nordeste. São Paulo, edição 2120, jun. 2010. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/83502_O+HAITI+E+AQUI>. Acesso em: 04 abr. 2011, 11:25:13.
- FREITAS, Rosana & CAMPOS, Cristiane. Questões socioambientais e gênero: a participação da mulher em situações de desastres. Fazendo Gênero 9. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278286306_ARVEL-em-<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278286306_ARQUIVO_ArtigoQUESTOESSOCIOAMBIENTAISEGENER004_06_2010FAZENDOGENERO_9.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2011, 11:35:14.
- VELOSO, Ana & FARIAS, Hainer. Rádio Mulher: a comunicação feminista nas ondas do rádio. Disponível em: <http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Com_popular/ponencias/G15_1Veloso.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2011, 11:37:14.
- VIANA, Douglas; LIRBÓRIO, Lucia; SANTOS, Edjane; FERNANDES, Ana Cristina. Oportunidade e Subdesenvolvimento na Mata Sul de Pernambuco: contrastes gerados a partir do cultivo da cana-de-açúcar. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Viana_DCF.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2011, 11:40:14.

MEMÓRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38 DE 13 DE MARÇO DE 2007

PUBLICADA NO DOU, Nº 50 DE 14 DE MARÇO DE 2007,
SEÇÃO I, PÁG. 57 E BS Nº 12 DE 19 DE MARÇO DE 2007

185

MEMÓRIA – Estudos Universitários

Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, no uso das atribuições previstas no art. 20, inciso VII da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com o artigo 22, incisos II e VIII, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MDA Nº 69, de 19 de outubro de 2006, resolve:

CAPÍTULO I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes para promover a revisão de normas e procedimentos, adequando-os ao artigo 2º da Portaria INCRA nº 981/03, visando garantir o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, devendo ser observadas as seguintes normas:

I. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 189;

II. Código Civil Brasileiro;

III. Código Penal Brasileiro, art. 299.

IV. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra);

V. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;

VI. Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;

VII. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

VIII. Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;

IX. Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005 – aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM);

X. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher

XI. Conferencia Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

XII. Portaria INCRA/P nº 981, de 02 de outubro de 2003.

XIII. Processo Administrativo nº 54000.002166/2006-93

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO EM PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

Art. 2º Os procedimentos e instrumentos de Inscrição de Candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária serão adequados para garantir a participação das mulheres, independentemente do seu estado civil.

§ 1º A inclusão da mulher candidata e do homem candidato será obrigatória na inscrição que identifica a Unidade Familiar, nos casos de casamento ou união estável (Anexo I).

§ 2º A comprovação do estado civil será feita da seguinte forma:

a) na hipótese de pessoa solteira, mediante a apresentação da certidão de nascimento;

b) na hipótese de pessoa casada, mediante a apresentação de certidão de casamento;

c) na hipótese de pessoa desquitada, divorciada, separada judicialmente ou viúva, mediante certidão de casamento, onde conste a averbação do desquite, do divórcio, da separação judicial ou do óbito;

d) na hipótese de união estável, será obrigatório o instrumento de Declaração de União Estável (Anexo II), não sendo exigido reconhecimento de firma, registro do instrumento em cartório ou outros procedimentos complementares que possam representar custos para a(o) candidata(o); (Nova redação dada pela IN nº 43 de 29 de novembro de 2007, publicado no BS nº 50 de 10/012/07 e no D.O.U. nº 233 de 05/12/2007).

§ 3º A família candidata que omitir e/ou declarar falsa condição civil será eliminada da participação na seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária, após processo administrativo no qual seja assegurada ampla defesa e contraditória a todos os interessados.

§ 4º A falsa declaração submete o infrator às penalidades da lei, devendo o INCRA, de ofício, solicitar à autoridade policial competente a instauração de inquérito policial.

Art. 3º A família chefiada por mulher será incluída e terá preferência, dentre os critérios complementares, na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

CAPÍTULO III

DA CONDIÇÃO DA MULHER ASSENTADA NOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

Art. 4º Nos instrumentos e procedimentos de implantação dos Projetos de Reforma Agrária, tanto o nome da mulher quanto do homem constarão, independentemente do seu estado civil:

I. Na Relação de Beneficiários – RB;

II. No Contrato de Concessão de Uso - CCU;

III. No Contrato de Concessão de Créditos.

Art. 5º Nos casos de dissolução do casamento ou da união estável será assegurada a permanência da mulher como detentora do lote ou parcela, desde que os filhos estejam sob sua guarda.

§ 1º Havendo alteração na situação civil das beneficiárias no Programa Nacional de Reforma Agrária caberá o (a) interessado (a) a obrigatoriedade de requerer junto ao INCRA a referida mudança acompanhada da averbação da separação do casamento e/ou a dissolução da união estável, bem como declaração da nova situação civil.

§ 2º O homem ou a mulher excedente será assentado (a) pelo INCRA com preferência em outro assentamento do município ou região, condicionado à disponibilidade de vagas.

Art. 6º Para efeito de requisição dos seus direitos junto aos órgãos governamentais, para Art. 7º À mulher assentada em Projeto da Reforma Agrária será garantido o acesso ao crédito instalação em todas as suas modalidades, bem como a definição de sua aplicação.

§ 1º As habitações construídas com os recursos do crédito instalação terão a participação das mulheres na definição do projeto arquitetônico.

§ 2º Será criado um grupo de trabalho, coordenado pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, para criação da modalidade de crédito "Adicional da Mulher Assentada", prevista nas programações operacionais anuais do INCRA.

Art. 8º Nas políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural destinadas às famílias assentadas será garantido à mulher o apoio às atividades de fomento a agroindustrialização, comercialização, assistência técnica, produção sustentável e outras, promovendo sua integração nas políticas públicas, garantindo a participação nos processos decisórios do assentamento, combatendo à desigualdade da mulher no mundo rural.

Art. 9º À mulher assentada em Projeto de Reforma Agrária será incentivada a aprendizagem e ampliação de seus conhecimentos, através de políticas de educação do campo e a inclusão da educação diferenciada voltada para promoção

da igualdade entre mulheres e homens na grade curricular do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Parágrafo único. Será incentivada, também, a formação como agente multiplicadora de ações afirmativas nas áreas da reforma agrária.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Art. 10º Os procedimentos de cadastramento das famílias posseiras das áreas de regularização fundiária serão adequados para garantir a participação das mulheres, independentemente do seu estado civil (Anexo IV).

Art. 11. No cadastramento das famílias das comunidades remanescentes de quilombos serão feitas identificações das famílias garantindo a participação das mulheres, independentemente do seu estado civil (Anexo IV).

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Nos processos administrativos individuais da unidade familiar deverão constar informações da mulher e do homem como titulares, tanto para o assentamento em Projetos da Reforma Agrária, quanto para regularização fundiária contemplando desde a declaração constante do processo administrativo, independentemente do seu estado civil.

Art. 13. Nos instrumentos de titulação emitidos pelo INCRA constará (ao) o nome da Mulher Outorgada e/ou do Homem Outorgado, independentemente do estado civil (Anexo V).

Art. 14. Na emissão do Certificado de Cadastro Rural de imóvel outorgado pelo INCRA, nos casos de estado civil casamento ou união estável, terá o nome da Mulher Detentora e o nome do Homem Detentor.

Art. 15. As inscrições, cadastramentos e identificação das famílias de que trata esta Instrução Normativa terão o suporte do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Art. 16. Os instrumentos de tecnologia de informação da reforma agrária implementarão as alterações previstas nesta Instrução Normativa.

Art. 17. Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão dirimidos, conforme as competências, pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT, Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD e Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF, conforme suas competências.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF HACKBART

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIRA

INSCRIÇÃO DE CANDIDATA E CANDIDATO AO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

01 - CONTROLE

01 - CÓDIGO DO NOVEL PROJETO

02 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR: MULHER CANDIDATA

02 - NOME COMPLETO SEM ABRÉVIACÕES

03 - NOME DA MÃE

04 - ESTADO CIVIL

05 - SITUAÇÃO CONJUGAL

06 - DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

07 - NÚMERO

08 - DATA DE NASCIMENTO

09 - NACIONALIDADE

10 - MUNICÍPIO DE NASCIMENTO

11 - SUA PROFISSÃO OU ATIVIDADE HOJE É:

12 - ENDE VOCE MORAVA NO?

13 - EM QUAL TEMPO MORAVA MESMA ENDEREÇO?

14 - NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS QUANTO TEMPO VOCE TRABALHOU EM ATIVIDADE RURAL?

15 - VOCE FAZ PARTE DO PROJETO DE TRABALHADORES RURAIS?

16 - FAZ PARTE DE ACAMPAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS?

17 - ENDE FUNÇÃO PÚBLICA?

18 - É PARTICIPANTE DE ESTABELECIMENTO FUNDAMENTAL OU RURAL?

19 - POSSUI ATIVIDADES ENVIADAS SEM REQUISITOS DE TRANSFERÊNCIA DE ALUGUÉL?

20 - É APOSENTADA POR INVALIDEZ?

21 - É PROPRIETÁRIA DE IMÓVEL RURAL COM ÁREA RURAL OU EMPREGADA A USAR ÁREA RURAL?

22 - É PROPRIETÁRIA DE PROGRAMA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA?

23 - É OCUPANTE DE TERMO DE ASSENTAMENTO?

03 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR: HOMEM CANDIDATO

03 - NOME COMPLETO SEM ABRÉVIACÕES

04 - NOME DA MÃE

05 - ESTADO CIVIL

06 - SITUAÇÃO CONJUGAL

07 - DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

08 - NÚMERO

09 - DATA DE NASCIMENTO

10 - NACIONALIDADE

11 - MUNICÍPIO DE NASCIMENTO

12 - SUA PROFISSÃO OU ATIVIDADE HOJE É:

13 - ENDE VOCE MORAVA NO?

14 - EM QUAL TEMPO MORAVA MESMA ENDEREÇO?

15 - NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS QUANTO TEMPO VOCE TRABALHOU EM ATIVIDADE RURAL?

16 - VOCE FAZ PARTE DO PROJETO DE TRABALHADORES RURAIS?

17 - FAZ PARTE DE ACAMPAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS?

18 - ENDE FUNÇÃO PÚBLICA?

19 - É PARTICIPANTE DE ESTABELECIMENTO FUNDAMENTAL OU RURAL?

20 - POSSUI ATIVIDADES ENVIADAS SEM REQUISITOS DE TRANSFERÊNCIA DE ALUGUÉL?

21 - É APOSENTADA POR INVALIDEZ?

22 - É PROPRIETÁRIA DE IMÓVEL RURAL COM ÁREA RURAL OU EMPREGADA A USAR ÁREA RURAL?

23 - É PROPRIETÁRIA DE PROGRAMA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA?

24 - É OCUPANTE DE TERMO DE ASSENTAMENTO?

VERSÃO 01/94 28/7 - 011

ORIENTAÇÕES GERAIS

9. INSTANTANEOUS LOGICAL

- [illegible]

MODELO DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaramos, sob as penas da Lei, que convivemos em união estável, de natureza familiar, pública e duradoura e que a identidade de nosso endereço decorre desse fato, nos termos do Código Civil.

Cidade-UF, _____ de _____ de _____

Assinatura _____

Assinatura

RG:
CPF:RG:
CPF:

Reconhecer firma das assinaturas

Dispõe o art. 299 do Código Penal:

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, o multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular."

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE ESTADO CIVIL

Para fins de Inscrição no Programa Nacional de Reforma Agrária, eu,

portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____,

declaro, sob as penas da Lei e nos termos do Código Civil,

Cidade-UF, _____ de _____ de _____

Assinatura

Testemunha RG: _____ CPF: _____

Testemunha RG: _____ CPF: _____

Reconhecer firma das assinaturas

Dispõe o art. 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular."

ANEXO IV

DADOS MÍNIMOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MULHER E DO HOMEM INDEPENDENTE DO ESTADO CIVIL PARA UTILIZAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE CADASTRO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REMANESCENTES DE QUILOMBO

01 - IDENTIFICAÇÃO : MULHER

01 NOME COMPLETO (SEM ABREVIATURAS)			
02 NOME DA MÃE			
03 ESTADO CIVIL 1 - SOLTEIRA 2 - CASADA 3 - SEPARADA 4 - DESQUITADA 5 - DIVORCIADA 6 - VIÚVA 7 - SOLTEIRA EMANCIPADA	04 SITUAÇÃO CONJUGAL 01 - CÔNJUGE 02 - COMPANHHEIRA	05 DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 1 - CARTILHA DE IDENTIDADE 2 - CARTILHA PROFISSIONAL 3 - CARTILHA DE RESERVA	06 NÚMERO
07 DATA DE NASCIMENTO	08 NACIONALIDADE 1 - BRASILEIRA 2 - ESTRANGEIRA 3 - BRASILEIRA NATURALIZADA	09 CPF	10 NÚMERO DE NASCIMENTO
11 ESTUDA SIM NÃO	12 ESCOLARIDADE 1 - ALFABETIZAÇÃO (COMPLETA) 2 - ALFABETIZAÇÃO (INCOMPLETA) 3 - ANALFABETA 4 - MÉDIO TÉCNICO PROFISSIONAL (COMPLETO) 5 - OUTROS 6 - SUPERIOR (COMPLETO)	13 SUPERIOR (INCOMPLETO) 14 1ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 15 2ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 16 3ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 17 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 18 5ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 19 6ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 20 7ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 21 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL	22 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO 23 2ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 24 3ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 25 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 26 5ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 27 6ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 28 7ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 29 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

02 - IDENTIFICAÇÃO : HOMEM

01 NOME COMPLETO (SEM ABREVIATURAS)			
02 NOME DA MÃE			
03 ESTADO CIVIL 1 - SOLTEIRO 2 - CASADO 3 - SEPARADO 4 - DESQUITADO 5 - DIVORCIADO 6 - VIÚVO 7 - SOLTEIRO EMANCIPADO	04 SITUAÇÃO CONJUGAL 01 - CÔNJUGE 02 - COMPANHHEIRO	05 DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 1 - CARTILHA DE IDENTIDADE 2 - CARTILHA PROFISSIONAL 3 - CARTILHA DE RESERVA	06 NÚMERO
07 DATA DE NASCIMENTO	08 NACIONALIDADE 1 - BRASILEIRO 2 - BRASILEIRO NATURALIZADO 3 - ESTRANGEIRO	09 CPF	10 NÚMERO DE NASCIMENTO
11 ESTUDA SIM NÃO	12 ESCOLARIDADE 1 - ALFABETIZAÇÃO (COMPLETA) 2 - ALFABETIZAÇÃO (INCOMPLETA) 3 - ANALFABETA 4 - MÉDIO TÉCNICO PROFISSIONAL (COMPLETO) 5 - OUTROS 6 - SUPERIOR (COMPLETO)	13 SUPERIOR (INCOMPLETO) 14 1ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 15 2ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 16 3ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 17 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 18 5ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 19 6ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 20 7ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 21 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL	22 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO 23 2ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 24 3ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 25 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 26 5ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 27 6ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 28 7ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL 29 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

VERSÃO SP/PA 1988 - 071

ANEXO V
QUADROS DE IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA OUTORGADA, INDEPENDENTE DA SITUAÇÃO CONJUGAL, CONSTANTES DOS INSTRUMENTOS DE TITULAÇÃO: CONTRATO CONCESSÃO DE USO, CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO e TÍTULO DE DOMÍNIO, RESPEITANDO A SEGUINTE ORDEM:

QUADRO PARA A MULHER OUTORGADA

03 – MULHER OUTORGADA

IDADE	NACIONAL	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO / ATIVIDADE PRINCIPAL	Nº RG / ÓRGÃO EXPEDIDOR
			AGRICULTORA	
CPF/CGC	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	UF	CÓDIGO DO SIPRA

QUADRO PARA O HOMEM OUTORGADO

03 – HOMEM OUTORGADO

IDADE	NACIONAL	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO / ATIVIDADE PRINCIPAL	Nº RG / ÓRGÃO EXPEDIDOR
			AGRICULTOR	
CPF/CGC	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	UF	CÓDIGO DO SIPRA
			P R	

A COMISSÃO DE SINDICALISMO DO 4º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS

Proposta para aumentar a participação de nós, mulheres, trabalhadoras rurais, no nosso movimento sindical.

RESUMO

No 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – 1985

PROPOSTA DO POLO SINDICAL DA FETAPE NO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO.

Nossas considerações procurarão esclarecer alguns pontos importantes da realidade:

a) a participação das mulheres no movimento sindical de trabalhadores rurais no movimento sindical ainda não é suficiente. A participação das mulheres é pouca diante das grandes necessidades das lutas do movimento sindical;

b) há um grande potencial de participação sindical nas mulheres do campo, elas vivem diretamente todas as consequências das péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais;

c) as mulheres têm importante papel, direta e indiretamente, na produção. As mulheres garantem as condições para o homem trabalhar. E muitas mulheres assumem a chefia das famílias sozinhas, e aí sofrem bem mais do que os homens;

d) existe a absurda e injusta situação da mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e receber metade do salário do homem;

e) as mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulheres. Muitas vezes são inseguras, sentem-se inferiores aos homens. São mães, e sua saúde para gerar e amamentar os filhos merece cuidados especiais. Têm uma responsabilidade mais direta com os filhos, basta juntarmos 30 mulheres do campo casadas e, se somarmos seus filhos, serão 240 filhos!

f) as transformações sociais necessárias ao país necessitam da participação das mulheres. A verdadeira democracia para o povo necessita da participação organizada de todos os trabalhadores – homens e mulheres!

Por isso, propomos:

Que, de forma organizada e planejada, com programação específica dirigida às mulheres, os sindicatos assumam aumentar a participação das mulheres no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

Como?

a) que sejam encaminhados ENCONTROS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: é preciso ouvir as mulheres e discutir com elas a sua participação;

b) fazer levantamento e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, tal como a do salário igual para trabalho igual, o aumento da sua participação sindical etc.;

c) promover treinamentos de lideranças femininas para que estas auxiliem o Sindicato no desenvolvimento da participação sindical das mulheres.

EM PARALELISMO SINDICAL. SEM COMPETIÇÃO COM OS HOMENS. SEM PERDER A REFERÊNCIA SINDICAL. RESPEITANDO O NÍVEL EM QUE SE ENCONTRAM AS MULHERES PELO FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL.

Mai/85

POLÍTICAS DA SECRETARIA DA MULHER – FRENTE PARA AS MULHERES RURAIS DE PERNAMBUCO¹

Cristina Buarque²

As mulheres da região canavieira de Pernambuco são as pioneiras do trabalho rural no Brasil. Elas assistiram ao nascimento da produção brasileira. De suas terras, elas viram o despertar da Colônia, da indústria açucareira, as primeiras dores da escravidão, o Império e a República.

Hoje, o Estado de Pernambuco possui uma população de 8.810.256 habitantes, segundo estimativas feitas pelo IBGE para julho de 2009. A população feminina representa 52,72% desse universo, o que equivale a 4.644.629 mulheres em números absolutos. Essa população feminina espelha, nos percentuais a seguir, a diversidade racial do País: negras e pardas representam 61,5%; brancas, 37,9%; e indígenas, 0,6%. Do total da população feminina, 3.267.726 mulheres são consideradas urbanas; e 1.376.903 (29,65%), rurais (Secretaria da Mulher, 2010).

¹ Extraído do documento “As mulheres rurais no mundo republicano do século XXI”, preparado para a abertura do Seminário Mulheres e República, outubro, 2011, Recife.

² Cristina Buarque é pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco e, desde janeiro de 2007, exerce o cargo de Secretária de Estado, conduzindo a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco.

Nas áreas rurais, a situação das populações femininas de Pernambuco, em comparação com as masculinas, revela desvantagens significativas, desde sua vivência da violência doméstica e sexista ao status social que ocupam, passando pelos níveis de renda e pelo acesso ao sistema previdenciário, ao emprego formal e, conseqüentemente, à titularidade da terra, ao crédito, à capacitação, à assistência técnica. Em relação às mulheres urbanas, sofrem mais restrições no acesso às políticas públicas de saúde, segurança, educação, lazer e infraestrutura.

Hoje, a região canavieira, depauperada pelas monoculturas intensiva e extensiva, estende-se por 57 dos 184 municípios do Estado, abrangendo três regiões: parte da Metropolitana, toda a Mata e uma pequena fração do Agreste. Nela, as mulheres participam, direta ou indiretamente, do plantio e corte da cana-de-açúcar. Essa cultura sazonal, sendo estrutural em sua dinâmica, nega às mulheres a efetivação de contratos de trabalho, quando, a seus companheiros homens, é reconhecido o direito à formalização de sua participação na produção.

Nos vastos territórios do Agreste e do Sertão, a produção se dá de forma diversificada, havendo a presença da agricultura familiar e, dessa maneira, de pequenas propriedades rurais. Nesse contexto, destacam-se as relações de produção na região dos sertões irrigados do São Francisco e de Itaparica, onde as mulheres trabalham nas fazendas de produção e beneficiamento de frutas mediante contratos temporários, vinculados à sazonalidade das culturas.

Não obstante as discrepâncias entre essas duas regiões e as diferenças de condições de trabalho das mulheres, o fator sazonalidade vai levá-las a uma condição comum de grande empobrecimento e exclusão. Somam-se às conseqüências da repetição anual da sazonalidade os períodos de estiagem fora do perímetro de irrigação e de enchentes na Região Metropolitana, na Zona da Mata e até no Agreste, marcando os “destinos” das trabalhadoras rurais por uma imensa vulnerabilidade.

Como podemos observar, a análise da situação das mulheres exige mais do que a compreensão do contexto socioeconômico. É necessário abordar as condicionantes culturais que atuam na geração e reprodução de modelos hierárquicos entre homens e mulheres. Assim, contrapondo-se àquelas trajetórias discriminatórias, as mulheres rurais de Pernambuco também acumularam algumas conquistas, como grande crescimento na sindicalização, aproximação com os movi-

mentos feministas e agroecológicos, formação de setores específicos dentro dos movimentos sociais do campo e protagonismo em mobilizações nacionais, a exemplo da Marcha das Margaridas, do programa Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos, do Pronaf-Mulher e da conquista da titularidade das terras da Reforma Agrária em nome do casal, ocupando Pernambuco, com 16% dos títulos de terra da Reforma Agrária em nome das mulheres, um lugar comparativamente de regular para bom no cenário nacional. Assim, em que pesem todas as dificuldades de se reunirem, elas se apresentam, então, combativas no sentido de construir formas de organização e estratégias para a resolução de suas questões, colocando-se, constantemente, como sujeitos de direito ao protagonismo de seu empoderamento.

O conjunto desses fatores vai dar origem, em Pernambuco, a propostas de formatação de políticas públicas estaduais para as mulheres rurais, inaugurando um novo ciclo, seja para os poderes do Estado, seja para os movimentos sociais mistos ou específicos de mulheres.

Avançar nessa tarefa, em Pernambuco, implicava primeiro compreender que a grande ação feminista na Nova República tem sido fazer o Estado assumir que é sua obrigação implementar políticas públicas voltadas para reparar, no cotidiano das relações sociais, as históricas desvantagens econômicas, sociais e políticas vivenciadas pelas mulheres em decorrência do padrão patriarcal de organização do Estado e da sociedade. Implicava ainda acreditar que era possível abrir um diálogo honesto e objetivo entre governo e sociedade civil e provocar um diálogo entre os poderes a partir das questões relativas à efetivação dos direitos das mulheres.

A PERSPECTIVA DA SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO

Os organismos de mulheres constituem o lugar de fazer políticas públicas para as mulheres, seja na condição de articuladores, idealizadores, executores ou mediadores. É também o lugar de fazer reconhecer que a proposta de implementar políticas públicas para mulheres, como estratégia para efetivação dos direitos conquistados, é de autoria do movimento feminista, valorizando a visibilidade dada à questão desde a década de 1980³.

3 Foi naqueles tempos, ainda mais difíceis, que, a partir de propostas feministas para a me-

Com as propostas feministas reveladas no Brasil, na década de 1980, tanto se colocavam na contramão da perspectiva patriarcal do Estado quanto da ideia do sujeito único trabalhador, ainda muito presente nos discursos da esquerda. Com elas, inaugurou-se a possibilidade de redistribuir recursos públicos, considerando as desigualdades entre os sexos, redirecionando-os para as mulheres. Na prática, significava subtrair parte, mesmo que pequena, das dotações para políticas tradicionais do Estado, defendidas pela grande maioria dos representantes do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais, das Câmaras Municipais e das três esferas de governo.

No Estado de Pernambuco, onde o movimento feminista, o movimento de mulheres urbanas e o movimento de mulheres rurais se destacaram, desde sempre, por sua combatividade e criatividade, contraditoriamente as iniciativas de políticas públicas, por parte do Governo Estadual e dos governos municipais, não acompanharam, até 2006, o ritmo nacional de introdução das questões de gênero no aparelho do Estado nem responderam, minimamente, às demandas por serviços especializados do movimento social de mulheres. De certa forma, esse fenômeno vai corroborar o que diz Tendler⁴: “[...] os resultados da indução de desempenho da sociedade civil sobre o governo frequentemente operavam sua mágica no governo central, e não local”.

A atuação do movimento feminista em Pernambuco no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, principalmente nos três últimos anos que antecederam as eleições de 2006, assim como suas exigências aos candidatos no sentido de que firmassem compromissos com a implantação de políticas públicas, vai, finalmente, desembocar na criação da Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher), em 2007, e na implantação do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, em 2008. Com isso, conquistava-se a oportunidade de integrar a perspectiva feminista ao aparelho do Estado em Pernambuco.

lhorias das condições de vida das mulheres, estabeleceu-se a colaboração entre feministas e governo, dando origem ao Programa Integral de Assistência à Saúde das Mulheres (Paism), em 1983; à criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em 1985; à instalação das primeiras delegacias especializadas das mulheres (1985-1986); até chegar, duas décadas depois, à implantação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM/PR).

4 TENDLER, Judith. Mito da reforma do Estado e a descentralização: conclusões de um estudo de caso no Brasil. In: MELO, Marcus A. (org.) Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1999, p. 46.

As políticas públicas a serem articuladas e/ou executadas pela SecMulher e os segmentos da população feminina prioritários para o atendimento foram definidos segundo as demandas e as experiências das mulheres rurais. Demandas expressas na I e na II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (2003 e 2007, respectivamente), nas Marchas das Margaridas, nas pautas apresentadas pelos movimentos sociais do campo, bem como complementando os investimentos feitos pela Diretoria de Políticas para as Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵. Considerando a proposta feminista de construir políticas públicas para as mulheres como forma de efetivar direitos e o fato de as mulheres rurais representarem, dentro do universo da população, o grupo com mais dificuldades de acesso às políticas públicas em geral, priorizou-se o seu atendimento.

Ao focar objetivamente as mulheres rurais, foi possível, então, observar que: (i) a conscientização sobre os direitos, bem como a publicidade das disposições constitucionais e das recomendações de conferências internacionais, partia quase que exclusivamente das próprias associações de mulheres dentro e fora das centrais sindicais e dos demais movimentos sociais mistos, constituindo-se em uma demanda sem resposta do governo central; (ii) as mulheres rurais tinham outra pauta prioritária, que incluía a licença-maternidade paga para mulheres rurais, o reconhecimento da ocupação das mulheres trabalhadoras rurais, o direito ao benefício da aposentadoria, a sindicalização e as políticas públicas de educação e saúde; (iii) a Reforma Agrária e o direito à terra, por conseguinte, não se apresentavam como a sua grande questão⁶; e (iv) os movimentos sociais do campo vacilavam no apoio à demanda das mulheres. Dessa forma, foi possível à Secretaria da Mulher proceder a um afastamento metodológico da ideia de que a Reforma Agrária seria a única via para promover políticas públicas no campo, mesmo reconhecendo que essa era a demanda principal das direções dos movimentos sociais do campo.

Por essa vereda, aberta pelos esforços de corresponder aos sinais emitidos pelas mulheres rurais no sentido de sua inclusão na vida republicana e acatando os seus esforços de construção de ações de documentação, de formação cidadã e de construção de um crédito específico,

5 De acordo com as informações da Diretoria de Políticas para as Mulheres, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, constantes do site oficial, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) – Setorial Mulheres beneficiou, entre 2004 e 2009, mais de 31 mil mulheres e investiu mais de 16 milhões de reais em todo o território nacional. <http://www.mda.gov.br/portal/acgre/institucional/Livros>.

6 Ampliar as informações sobre essas questões com Deere (2004).

a SecMulher adotou como obrigação principal do Governo Estadual construir, de forma compartilhada, os caminhos para acelerar a sua formação sociopolítica e facilitar o seu acesso às políticas públicas.

Com isso, também foi possível se tomar distância da prática de demandar apenas ao Governo Federal iniciativas para melhoria das condições de vida das populações rurais, fortalecendo a ideia de que a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais de Pernambuco é uma atividade-fim do Governo Estadual.

Nessa trajetória de implantação da própria Secretaria da Mulher de Pernambuco, passa-se a reconhecer que as mulheres rurais não só haviam incorporado, através de sua militância, questões da própria ideologia de gênero do movimento feminista, como tinham, em contrapartida, fornecido saberes ao movimento. Assim, naqueles primeiros momentos de definição da SecMulher, tal compreensão facilitava o estabelecimento do diálogo entre governo e sociedade, anunciando a possibilidade de se conduzir, de forma compartilhada, a construção de um plano estadual de políticas públicas para as mulheres rurais.

A partir desses elementos, a SecMulher buscou mostrar, dentro e fora do aparelho do Estado, que a educação cidadã das mulheres rurais era uma obrigação sua e, por isso, não era uma atividade extra às políticas de interiorização do desenvolvimento, mas, sim, condição *sine qua non* para que essas políticas viessem a ter sustentabilidade. Esse processo exigia um trabalho de conscientização para que se compreendesse que as mulheres não são nem apenas mães nem apenas trabalhadoras, como de hábito são classificadas pelo planejamento do Estado patriarcal quando da construção de políticas públicas. Exigia também um trabalho de diálogo dentro do aparelho do Estado que viesse a reverter a ideia dominante de que as mulheres são: basicamente, reprodução; complementarmente, produção; e, excepcionalmente, política. Tal diálogo se inicia mediante a integração da SecMulher à reelaboração do Programa Chapéu de Palha.

FORMAÇÃO DE REDE DE AGENTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS – A PRESENÇA DAS MULHERES NO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA

O projeto Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais se origina por ocasião da retomada do Programa Cha-

péu de Palha⁷, em 2007, quando, pela primeira vez, as mulheres também vão ser consideradas público direto das ações e dos benefícios do referido programa.

Essa nova versão foi montada em abril-maio de 2007 e recebeu das mulheres rurais a denominação de Projeto Chapéu de Palha Mulher, como forma de, ao mesmo tempo, se diferenciar e pertencer ao conjunto do grande programa de apoio à classe trabalhadora nos períodos de entressafra.

A implementação de ações específicas para as mulheres rurais, em junho de 2007, constituiu, dentro e fora do Governo, um marco referencial da SecMulher, reforçando o seu compromisso do Governo Estadual com o desenvolvimento das mulheres rurais. Foi o Chapéu de Palha Mulher que possibilitou um espaço concreto para a construção de novas relações sociais e políticas entre as mulheres rurais, o Governo e as organizações não governamentais feministas, dando origem à Comissão de Mulheres Rurais e à elaboração do I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres. É também computado como impacto do Chapéu de Palha Mulher a ampliação do reconhecimento pelo aparelho do Estado do lugar das mulheres como protagonistas de sua própria história.

Considerando tudo o que já foi exposto até agora, vale registrar que o Governo de Pernambuco, ao montar o Projeto Chapéu de Palha Mulher, partiu da ideia de que o sucesso da iniciativa dependia de sua capacidade de responder a cinco grandes questões:

1. Enfrentar os elementos que obrigam as mulheres rurais a um lugar de reclusão em pleno século XXI. Isso significava entender profundamente que grandes parcelas das mulheres rurais de Pernambuco não só são excluídas, oprimidas, exploradas e discriminadas, mas estão reclusas. Estão dentro de um espaço físico, psicológico e ideológico no qual

7 O Programa Chapéu de Palha foi criado em 1988 com o propósito de amparar os homens trabalhadores da cana e suas famílias durante a entressafra, mitigando a situação de desemprego e a ausência de salário. Em contrapartida, os canavieiros participavam de frentes de trabalho criadas pelo Governo. Na sua segunda edição, em 2007, o programa adequou-se aos novos rumos de Pernambuco, ofertando cursos aos canavieiros e incorporando o segmento feminino a seu público beneficiário direto, oferecendo, então, às mulheres, o Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais.

nada se lhes oferece para gálgar autoestima, liberdade, autonomia, assim como saberes e habilidades vendáveis no mercado. Para pensar uma política para as mulheres rurais, é preciso pensar nesse ambiente em que a República do século XXI ainda as coloca.

2. Reverter algo fundamental da nossa construção patriarcal, qual seja, deslocar as mulheres do lugar de eternas cuidadoras para o de cidadãs titulares do direito de serem cuidadas. Insistindo nesse ponto, chamamos a atenção para o fato de os órgãos públicos estarem sempre a expressar a sua disposição de induzir as mulheres a cuidarem de alguém ou de alguma coisa, como se verifica nas falas e propostas que apontam para a criação de “programas para as mulheres cuidarem dos jovens”, “das pessoas idosas”, “das crianças” ou “dos próprios homens, para que estes se tornem emancipados, menos arcaicos, menos reacionários, menos violentos, menos patriarcais”. A reversão dessa questão é fundamental na construção de uma política pública que tenha a perspectiva de transformar a sociedade de desiguais numa sociedade de iguais.

3. Entender que não se pode fazer políticas públicas reparatórias infantilizando-se as mulheres, de tal sorte que se tem de assumir que as mulheres rurais, mesmo com todas as suas perdas, como a reclusão a que estão expostas e o analfabetismo que as persegue, têm as mesmas necessidades que qualquer pessoa adulta. As lacunas referentes à educação formal, abertas em suas infâncias, não suprimem suas características de mulher adulta. Como uma secretária de Estado, uma ministra, uma médica ou uma juíza, elas precisam, prioritariamente, alfabetizadas ou não, alimentar-se com conhecimentos sobre a atualidade, participar da política e acessar políticas públicas para poder garantir o seu direito de ir e vir.

4. Reconhecer que são as organizações de mulheres as mais competentes para trabalhar na formação cidadã das mulheres rurais, garantindo a sua presença no processo de formulação, execução e avaliação das ações. Isso porque é público e notório que nem o serviço público nem a empre-

sa privada foram formados para reparar as desigualdades de gênero, visto que, no ensino formal, naquele que contempla as grandes massas, não estão presentes ensinamentos sobre essas questões.

5. Reverter as visões depreciativas sobre os funcionários e as funcionárias públicas, propagadas ferozmente pela perspectiva neoliberal e fundadas na ideia de que estes têm apenas interesses individuais a defender e que não se sentem obrigados ou estimulados a bem servir a população. Portanto, valorizar o funcionalismo como grupo fundamental para a construção de políticas públicas efetivadoras dos direitos conquistados na democracia.

Com a compreensão desses pontos, tomou-se a decisão de criar um programa de capacitação cidadã para mulheres adultas dotado da possibilidade de estimulá-las a conhecer e ocupar outros lugares no mundo. Do ponto de vista metodológico, dois objetivos deveriam ser alcançados: (i) trabalhar de maneira coletiva e conectada em vários sentidos, criando as condições para que as mulheres rurais viessem a gerar uma rede de agentes de políticas públicas; e (ii) integrar o Estado, a sociedade civil organizada e as mulheres rurais.

Do ponto de vista dos conteúdos, formatou-se, então, o curso de Cidadania e Políticas Públicas para mulheres rurais, com oficinas, práticas e exposições temáticas voltadas para a transformação de suas condições desvantajosas de gênero, raça e etnia, baseado em conhecimentos sobre desigualdades, políticas públicas, Estado, governo e sociedade. Dessa feita, os conteúdos, submetidos à perspectiva de gênero de valorização das mulheres, deveriam contribuir para a elevação da consciência sociopolítica das mulheres, garantindo-lhes um protagonismo cidadão mais ativo e doses de autoconfiança e autonomia capazes de ajudá-las a buscar novos caminhos econômicos, políticos, sociais e culturais.

O desdobramento dessa etapa, considerada obrigatória, se dá mediante encaminhamento das mulheres ao ensino formal e/ou para cursos profissionalizantes, com vistas à elevação da escolaridade e ao acesso de novas oportunidades de trabalho e melhoria da renda. Esse foi o desenho básico da ação da Secretaria da Mulher de Pernambuco para a inclusão das mulheres rurais na vida republicana.

Complementava o projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais, a inclusão de elementos de atendimento às necessidades práticas e imediatas da população feminina rural, como oferta de recreação e guarda para as crianças, garantia de meios ou recursos financeiros para o seu deslocamento até os locais dos cursos, oferta de alimentação no intervalo das atividades e adoção de horários compatíveis com as suas obrigações no espaço doméstico, ou seja, uma logística estruturada na ideia de cuidado. A repetição e também o aprimoramento dessas práticas, a cada ano de implementação do projeto, como resultado da escuta das sugestões e críticas das próprias mulheres rurais e das ONGs envolvidas no processo, vão dar início a uma relação de confiança entre a SecMulher e as mulheres rurais, e não só com as suas lideranças.

Nessa direção, a SecMulher estabeleceu parcerias com ONGs locais feministas, de mulheres ou mistas que tivessem compromisso com a promoção da igualdade de gênero para detalhamento das estratégias e execução das metas previstas. As ações foram elaboradas de maneira coletiva, com a participação ativa das organizações comprometidas socialmente com a construção de um novo caminho para as mulheres rurais. A partir de 2009, com a expansão do Programa Chapéu de Palha, o Projeto de Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais se estendeu para os sertões do São Francisco e de Itaparica. E, adotando o mesmo desenho básico, a SecMulher levou, em 2010, esse trabalho para os dezessete municípios de menor IDH do Estado, chegando, então, no Agreste e no Sertão do Moxotó.

O trabalho com as ONGs tinha ainda uma característica muito importante, que era a sua fixação no território local como possibilidade de continuidade do trabalho durante os meses em que não havia entressafra. Portanto, mais do que ter uma grande empresa especialista, era preciso ter organizações comprometidas com as mulheres e com o desenvolvimento local, capazes de crescer e dar à região um suporte técnico-político fundamentalmente necessário à sua organização social e econômica.

De mais a mais, a parceria com as ONGs, a divulgação do que se ia fazer e como se ia fazer, a presença do governador do Estado nas sessões de abertura ou fechamento do Chapéu de Palha Mulher – declarando aonde queria chegar e sua compreensão sobre as dificuldades vivenciadas pelas mulheres na sua condição de trabalhadoras, de mães de família e de cola-

boradoras ativas da melhoria das condições de vida de suas comunidades –, bem como o seu reconhecimento à capacidade das mulheres de construir uma nova vida para elas e para Pernambuco, ofereciam a possibilidade de o público não só controlar o trabalho de técnicos e técnicas do Estado, mas também de reconhecê-lo e admirá-lo, fazendo ressurgir a imagem de um funcionalismo engajado no bem-estar da sociedade.

A dedicação de trabalhadoras e trabalhadores da SecMulher e de ONGs ao crescimento das mulheres rurais, incluindo os seus esforços de se adequar às reais possibilidades de participação das mulheres, vai causar impacto também no interior do Governo, permitindo uma compreensão maior sobre as necessidades e possibilidades de se fazer política pública buscando uma reeducação estrutural dos hábitos e costumes nas relações entre o Estado e as mulheres. Não é pedante afirmar que, nesse processo, as funcionárias da SecMulher despertaram a admiração e o respeito das outras áreas do Governo e das instituições que com elas mantiveram contatos na execução do projeto. Essa é uma conquista muito importante para o enfrentamento do machismo institucional.

Buscando os mesmos níveis de excelência alcançados na formação sociopolítica ministrada pelas ONGs para as mulheres rurais, a SecMulher voltou-se para implantar iniciativas de profissionalização, apoiando-se no Sistema S⁸. A oferta e a realização dos cursos profissionalizantes deveriam, portanto, acelerar e qualificar a inserção socioeconômica das mulheres rurais, oferecendo-lhes certificados reconhecidos no mercado, permitindo-lhes, então, participar do processo de aceleração do desenvolvimento instalado em Pernambuco.

A partir da demanda construída com as mulheres nos cursos de Cidadania e Políticas Públicas, e tomando como base os estudos sobre a vocação regional, foram então contratadas e ministradas capacitações nas áreas de Construção Civil, Turismo, Artesanato, Alimentação, Vestuário, Informática, Mecânica, entre outras tradicionalmente entendidas como masculinas.

8 O chamado Sistema S é formado por organizações criadas pelos setores produtivos: indústria, comércio, agricultura, transporte e cooperativas, com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores. Compõem o Sistema S: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), Serviço Social de Transportes (SEST), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

De toda a proposta, apenas a terceira ponta do projeto, relativa à ampliação dos níveis de escolarização das mulheres rurais mais atingidas pela pobreza, apresentou um certo atraso na sua efetivação, vindo a se firmar apenas a partir deste ano de 2011, quando se fortaleceu a parceria entre a SecMulher e a Secretaria de Educação, no âmbito do atendimento mais personalizado às mulheres rurais, com vistas à aceleração da recuperação de suas perdas no ensino formal. Assim, as expectativas para 2012 são de ampliação do fluxo de encaminhamento das mulheres rurais do Chapéu de Palha Mulher para a educação formal.

Mediante um processo autotransformador, o Chapéu de Palha Mulher, a partir da parceria com as ONGs, dá início à formação de uma segunda rede. Agora, a Rede de Educadoras e Recriadoras Sociopolíticas Rurais. Essas profissionais que participam da dinâmica de monitoramento, avaliação e ajustes do projeto passaram a ser objeto de processos continuados de formação e intercâmbios no contexto das diferentes regiões de atuação do projeto, favorecendo também o rompimento da reclusão das rurais ao espaço doméstico. Esse rompimento e a participação fizeram com que as profissionais e as próprias mulheres rurais vivenciassem muito de perto tanto as suas dificuldades de uma forma mais otimista como as do próprio Estado e dos municípios em termos de infraestrutura, mobiliário e equipamentos para receber mil, 3 mil, 12 mil mulheres em salas de aula, durante três meses no ano. Com isso, as suas responsabilidades se ampliaram, e elas, educadoras, recriadoras, coordenadoras de ONGs e mulheres rurais, se constituíram em ativas facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem também no aspecto de arranjar e improvisar soluções para a logística dos cursos.

A cada ano de implantação do projeto, essas redes têm sido ampliadas em seu território de atuação, no número de participantes e na quantidade de recursos investidos. Até 2011, elas estiveram presentes em 78 dos 184 municípios pernambucanos, sendo 53 da zona canavieira, 7 do Sertão do São Francisco e Itaparica, 18 distribuídos no Agreste Meridional e no Sertão do Moxotó. Os números de pessoas envolvidas nas atividades foram: 1.111 educadoras e 1.088 recriadoras, ligadas a 40 ONGs feministas ou mistas que trabalham com gênero e empoderamento, além do SENAI e do SENAC. No total, foram capacitadas 38.625 mulheres rurais e atendidas 12.905 crianças. Sem contabilizar os corpos técnicos do Sistema S e do próprio Governo Estadual, temos um total de 53.729 pessoas relacionadas diretamente ao Projeto Cha-

péu de Palha Mulher. O total aproximado de investimentos do Governo Estadual no Chapéu de Palha Mulher, entre 2007 e 2011, foi da ordem de 20 milhões de reais.

E essa rede imensa, que vai das próprias mulheres rurais às ONGs, aos sindicatos, ao comércio local e aos diferentes setores do Governo, promove diferentes níveis de articulação, mobilização e participação popular, trazendo um elemento muito desejado pela democracia e pela república: a ausência do clientelismo. Parece um trabalho de formigas gigantes, que, em última instância, constitui a própria garantia do Governo de cumprir com a obrigação assumida de construir políticas públicas virtuosas para os setores mais pobres da população.

A COMISSÃO DE MULHERES RURAIS E O I PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES RURAIS

Considerando que não há forma de a sociedade civil intervir nas políticas públicas sem que sejam: (i) institucionalizados canais de comunicação que garantam o diálogo sistemático com o governo e (ii) elaborados documentos de referência, nos quais estejam reunidos objetivos, metas e expectativas de resultados, foi criada a Comissão de Mulheres Rurais, no contexto de execução do Chapéu de Palha Mulher⁹ e desenvolvido o I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais.

A instalação e o funcionamento regular da Comissão de Mulheres Rurais, a partir de 2008, favoreceram a articulação horizontal da SecMulher com os setores dos movimentos sociais do campo voltados para a promoção da igualdade de gênero, garantindo às mulheres o protagonismo da participação nas questões a elas relacionadas diretamente, o que, por sua vez, era profundamente coerente com a definição do Governo de abrir canais de interlocução direta com as mulheres.

9 Atualmente, a Comissão de Mulheres Rurais está composta por duas representantes (titular e suplente) dos setores femininos das seguintes organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento Agroecológico pela Reforma Agrária (Mapra), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Comunidades Quilombolas, Comissão Pastoral da Pesca, e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Da mesma maneira, a Comissão possibilitou que, no interior do aparelho do Estado, surgisse a compreensão da necessidade de se construir um instrumento para orientar e integrar as ações dos diferentes setores governamentais que trabalham com as populações rurais, atalhando o caminho do reconhecimento das desvantagens históricas que as mulheres vivenciam nos diversos campos da vida em sociedade. Essa mobilização provocou, então, a elaboração do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco, lançado pelo Governador no dia 08 de março de 2010 em ato com a participação de mais de três mil mulheres.

No percurso até o Plano, o diálogo sistemático das mulheres rurais com o Governo, que começara na SecMulher, se ampliou através da realização de seminários¹⁰, envolvendo palestrantes dos setores dos governos Estadual e Federal que atuam na área rural, e deverá se consolidar no ano de 2012, com a integração dessas áreas na Comissão de Mulheres Rurais.

Nesses edificantes anos de funcionamento da Comissão de Mulheres Rurais, observa-se um crescimento no nível de participação das mulheres rurais na construção de políticas públicas em Pernambuco. Isso porque, nesse contexto, pode-se identificar – a partir das propostas das ONGs que trabalham diretamente com as rurais, das demandas das mulheres rurais ligadas aos movimentos sociais do campo e das próprias intervenções do Fórum de Mulheres de Pernambuco –, a presença do feminismo como pensamento formador de opinião *pari passu* ao crescimento da organização das mulheres no interior do Estado. Entretanto, é também pertinente observar que, no campo da democracia participativa, as organizações de mulheres, dependendo de sua relação com as questões das mulheres rurais, adotam desde a posição política de simples porta-voz da denúncia – dimensão primária da participação, cuja principal característica é o afastamento dos espaços de discussão com os governos – até a formulação de reivindicações dirigidas ao Estado, com exigência de espaço para a sua presença como titulares de

¹⁰ Participaram desses seminários como palestrantes: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (Iterpe), o Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), as secretarias estaduais de Educação e de Saúde, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

opinião, aprofundando os conteúdos da participação. Já as lideranças femininas dos movimentos sociais do campo exigem a sua participação como sujeitas de opinião e como sujeitas de deliberação, atingindo um nível de participação muito elevado, inclusive provocando mudanças no comportamento de suas instituições.

Dessa forma, a sua intervenção na formulação do referido plano vai definir a implementação de políticas públicas relacionadas às suas demandas. Isso quer dizer, voltadas para apoiar as iniciativas e propostas das mulheres rurais de Pernambuco, oportunizando situações que lhes venham a permitir acelerar o seu processo de autoinvestidura na condição de sujeitas do seu próprio desenvolvimento, e, com isso, favorecer também a sua posição de protagonistas na dinâmica socioeconômica do Estado.

Por esse caminho e partindo da premissa de que o desenvolvimento rural sustentável é dever de todos e todas, o plano contém um conjunto de intervenções de aperfeiçoamento e diversificação das capacidades produtivas e sociopolíticas das mulheres rurais a ser implementado face a face com um processo contínuo de participação e articulação entre a SecMulher, as demais secretarias estaduais, os organismos municipais de políticas para as mulheres, os órgãos federais, as organizações não governamentais e os representantes dos setores dedicados à promoção da igualdade de gênero dos movimentos sociais do campo.

Dessa feita, sob o aconselhamento obrigatório e sistemático da Comissão de Mulheres Rurais, cabe à SecMulher a coordenação da gestão do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco. Da mesma forma, cabe à Comissão de Mulheres Rurais a atribuição de monitorar e compartilhar os avanços, bem como partilhar, como força política, os desafios no processo de implementação do plano. Enfim, tais encaminhamentos e decisões têm sido possíveis pelo alto nível de militância do movimento de mulheres rurais e pelo fortalecimento do movimento feminista como pensamento avançado no campo da construção da igualdade, e do crescimento da presença de forças democráticas no aparelho do Estado, nos três níveis de governo e nos diferentes poderes.

Finalizando, queremos dizer com outras palavras que, para enfrentar a reclusão vivida pelas mulheres rurais na República, é necessário assegurar-lhes os cuidados indispensáveis à reparação da sua condi-

ção de gênero desvantajosa, visibilizar sua indissociabilidade da condição de pessoa adulta, ofertar-lhes serviços compatíveis com as suas necessidades e potencialidades, garantir-lhes os pré-requisitos indispensáveis à sua participação, reconhecer o papel das ONGs feministas na Nova República como setor mais competente e comprometido com o empoderamento das mulheres e o seu bem-estar, o que, em última instância, significa promover altos níveis de descentralização. Completa essa tarefa, pretendemos somar a essas iniciativas a promoção do resgate da credibilidade da ação estatal, dotando a República das perspectivas de gênero e de sustentabilidade rural almejadas na conquista da Nova República.

GÊNERO NO MEIO RURAL: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

217

Ana Cláudia Rodrigues¹
Jeiza das Chagas Saraiva²

RESENHAS – Estudos Universitários

Os estudos rurais, através de seus/suas pesquisadores/as, têm trazido à tona temas que desnudam as múltiplas realidades desses contextos, apresentando questões ainda não postas, sobretudo quando intersectamos estudos rurais e gênero. O contexto rural durante muito tempo teve destaque com estudos voltados para políticas de desenvolvimento rural, políticas públicas, dentre outras questões. Por muitas vezes, a categoria “gênero” não era destacada, pois, até a década de 90 do século XX, prevalecia nos estudos a categoria mulher.

Ao longo dos anos, os interesses de pesquisas em contextos rurais e gênero foram se ampliando e desde a década de 70 é crescente o número de trabalhos contemplando essas interfaces. A Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA tem apoiado várias pesquisas nessa linha e nesse sentido fez um grande levantamento bibliográfico que contempla

¹ Mestra e doutoranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da UFPE.

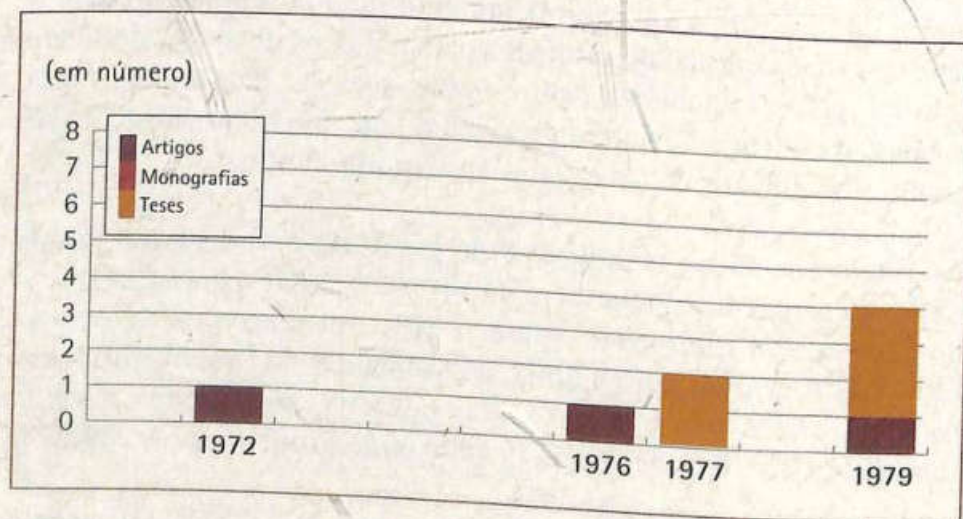
² Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da UFPE.

trabalhos publicados, entre artigos, dissertações e teses na área das ciências sociais e agrárias, além de livros e outras publicações que resultam da consulta de diversas fontes bibliográficas.

Esse levantamento, que se apresenta como uma rica fonte de consulta, está organizado em forma de CD-ROM intitulado *Gênero no meio rural – levantamento bibliográfico* e contou com o esforço coletivo de pesquisadores para a realização do referido levantamento. De forma didática e de fácil manuseio, o sistema de consulta permite identificar as produções a partir do nome dos/as autores/as, do tipo e título e palavras-chave. Como resultado, obtêm-se o resumo dos trabalhos e a forma de localização. A produção foi organizada por Andréa Lorena Butto Zarzar e Patricia de Lucena Mourão.

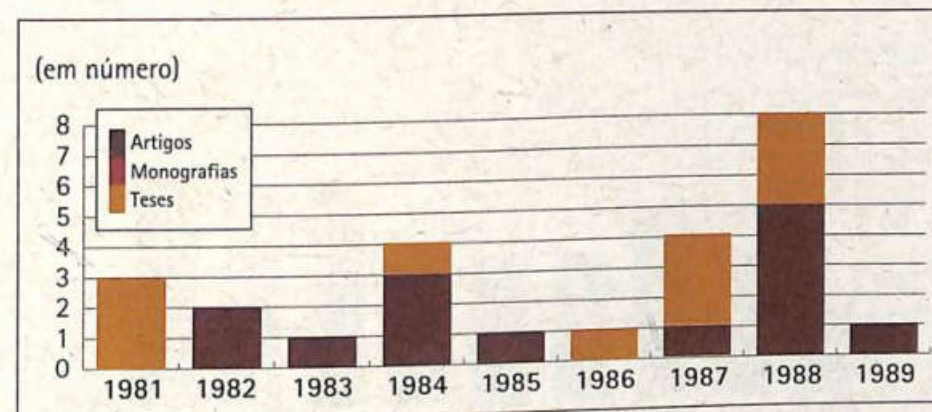
No CD-ROM, constam 370 artigos, 15 monografias e 365 teses. Ao dividirmos as publicações por ano, podemos identificar o crescente interesse dos/das pesquisadores/as pela temática: gênero e contextos rurais. Durante o período abordado, observa-se que artigos e teses tiveram destaque com maior número de publicação. Para melhor compreensão do conteúdo do CD, dividimos as publicações por ano, ilustrando através de tabelas, bem como, levantamos as principais temáticas abordadas pelos autores/as independentemente do tipo de trabalho.

Gráfico 1: Década de 70



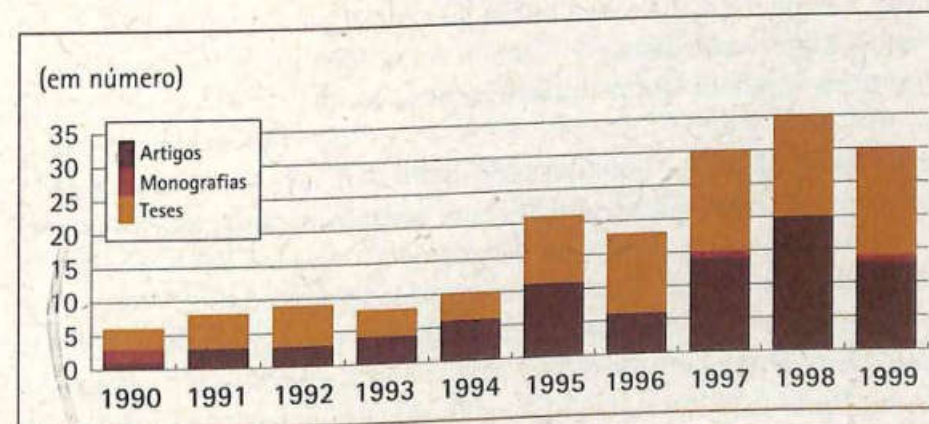
Na década de 70 do século XX a produção acadêmica era incipiente, destacando-se o tema do "trabalho" entre trabalhadoras rurais e pescadoras.

Gráfico 2: Década de 80



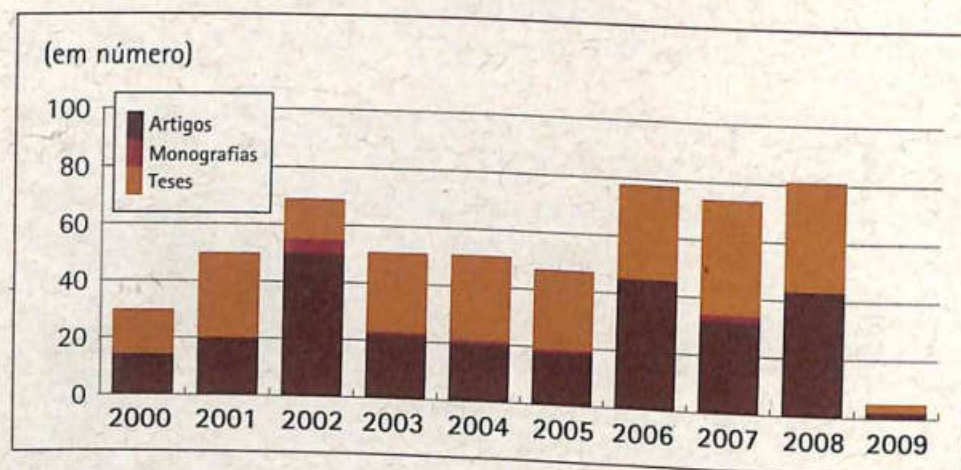
Nos anos de 1980, a temática do "trabalho" permanece em conjunto com temas como migração, divisão sexual do trabalho, campesinato, trabalho doméstico, pobreza, parentesco e reprodução. Surgem os primeiros trabalhos abordando a participação política das mulheres rurais nos sindicatos rurais e a organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras.

Gráfico 3: Década de 90



Na década de 90, observa-se o aumento na produção acadêmica, alguns temas permanecem nas abordagens, como o trabalho e a participação política, e outros afloram enfatizando os movimentos sociais no campo, questões sobre educação, geração e saúde da mulher. Destacam-se os trabalhos que abordam a participação das mulheres no Movimento Sem Terra em todo o Brasil e o papel das mulheres na modernização da agricultura. Estudos com recorte étnicos também são contemplados, além de questões referentes à mulher como sujeito político e cidadania, neste período, observa-se o uso frequente da categoria gênero juntamente com a categoria mulher.

Gráfico 4: Século XXI



Na primeira década do século XXI, além dos temas clássicos elencados nas outras décadas, surgem trabalhos abordando questões sobre desenvolvimento sustentável, etnoconservação, meio ambiente e etnia (indígena e quilombola), mulheres da floresta, ecoturismo e agroturismo. A participação política de mulheres indígenas e jovens trabalhadoras também é enfatizada nesse período, assim como estudos sobre violência contra a mulher e políticas públicas de gênero para o meio rural. Cabe destacar alguns trabalhos que versam sobre identidade e subjetividade de mulheres trabalhadoras rurais e sobre o corpo.

Como apresentado, os trabalhos do CD-ROM demonstram uma grande variedade de temas que coadunam com questões mais gerais discutidas no período histórico que vai da década de 70 do século XX à primeira década do século XXI. Os trabalhos contidos no referido CD-ROM oferecem estudos de diversas áreas disciplinares e a variedade dos temas abordados oferece conteúdos importantes para se pensar a participação da mulher no meio rural, sendo uma ferramenta importante de pesquisa para os/as pesquisadores/as interessados/as na temática, podendo ser considerado um rico material que merece divulgação.

REFERÊNCIA

Gênero no meio rural: levantamento bibliográfico (recurso eletrônico) / organizado por Andréa Lorena Butto Zarzar e Patricia de Lucena Mourão. – Brasília, DF: MDA, 2010. CD; 4 ¾ pol.

ENTRE O SÍTIO E A RUA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO(A) JOVEM RURAL

Fernanda Sardelich Nascimento-Gomes¹

O presente texto é a resenha do livro *Juventude Rural: suas construções identitárias*, fruto da Tese de Doutorado em Sociologia, com o mesmo título, publicada pela editora Universitária da UFPE em 2011, de autoria de Maria de Assunção Lima de Paulo, professora da UFRPE e pesquisadora nas áreas de: Cultura, Identidade, Tempo e Espaço camponês e Juventude Rural.

O olhar para a juventude aparece com o advento da modernidade, no final do século XVII e XVIII, porém a ideia da existência da juventude só passa a ser compartilhada socialmente no século XX. Entre as inúmeras imagens vinculadas à juventude, a que ganha mais ênfase nos estudos é de período de crise (de identidade, personalidade etc.), principalmente com o advento dos estudos da Psicologia Desenvolvimentista. Entretanto, a juventude rural, enquanto categoria, embora já aparecesse antes, ainda estava invisibilizada no interior da família camponesa, consolidando-se apenas como campo de estudo na década de 1990, ao menos em países da América do Sul.

¹ Psicóloga, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco e Doutoranda no mesmo programa.

É sobre essa categoria, jovem rural, que Paulo (2011, p. 30) se dedica em seu livro, procurando responder a questão: “como os jovens rurais se percebem e como são percebidos pelos habitantes do meio urbano quando estão inseridos nele?”. Perseguindo essa questão, dedica-se a estudar a construção da identidade dos jovens rurais a partir dos tensionamentos suscitados na relação com o meio urbano.

Na introdução, Paulo (2011) destaca suas implicações nesse processo, posicionando-se como alguém que vivenciou essa tensão. A partir dessa experiência, tece as articulações entre as *moças* e os *rapazes*² do *sítio* e os da *rua*. Também nesse capítulo destaca suas opções metodológicas e os caminhos que serão seguidos nos capítulos que o sucedem.

No primeiro capítulo, diferentemente dos outros capítulos, detém-se nas questões teóricas apresentando as matrizes a que se filia para sua análise e construção da tese a partir de quatro eixos temáticos: 1) juventude; 2) juventude rural; 3) mundo rural; 4) identidade. Para a compreensão de juventude, alinha-se à compreensão desta a partir do olhar do curso da vida, advogando que “toda a vida só pode ser percebida como um processo, um curso em constante mudança” incluindo nessa construção a juventude (PAULO, 2011, p. 70).

Ainda neste capítulo apresenta sua compreensão sobre quatro conceitos que serão chave para o desenvolvimento de sua tese: à luz dos estudos de Abramo e Sposito, os conceitos de condição juvenil, que diz respeito ao modo como a sociedade compreende esse momento de vida, considerando as dimensões históricas e geracionais envolvidas, e de situação juvenil, que seria a forma como essa condição é vivida, tendo outros demarcadores (classe sociais, etnia, gênero, contexto social etc.) que influenciam essa vivência; a partir dos estudos de Giddens, a noção dos jovens como agentes dinâmicos que vivenciam diferentes mundos, porém atribuem “sentidos específicos e, a partir de suas ações reflexivas, interferem na transformação dessa própria família e de todo o universo rural do qual participam” (PAULO, 2011, p. 109); e, com base em Giddens e Hall, o conceito de identidade como algo que não é essencializado, fixo, sem negar os valores tradicionais, os quais, para a autora, são “reinventados, reinterpretados, pelos próprios jovens por meio de suas ações como agentes” (p.113).

2 A autora destaca que utiliza a nomenclatura *moça* do *sítio* e *rapaz* do *sítio*, em oposição aos da *rua*, por ser essa a nomenclatura utilizada pelos(as) jovens rurais. A nomenclatura *moça* apresenta também outro valor, pois são as mulheres de “reputação”, ou seja, aquelas que se mantêm virgens e não são casadas. Os(as) jovens da *rua* referem-se aos jovens da cidade (áreas urbanas).

No capítulo dois, analisa, a partir do material produzido na tese (redações e entrevistas), a questão da condição e situação juvenil. Destaca que a juventude é uma construção social, cultural e histórica, e como tal apresenta um caráter heterogêneo, definido não apenas por questões de ordem objetiva, mas também subjetiva, que tem no modo de vida, na cultura e no trabalho no interior da família os elementos definidores de sua identidade juvenil.

No capítulo três, considerando o trabalho como um dos elementos definidores da identidade rural juvenil, procurou compreender as relações que os jovens rurais estabeleciam com o mesmo. Apresenta a relação ambivalente que se estabelece, pois o trabalho tanto aparece como peso, revelando a “vida dura” do campo, do qual em muitos momentos os(as) jovens na relação com o outro da rua estabelecem uma relação de vergonha, como positiva enquanto “força”, neste sentido, como constituidor do caráter dos rapazes e moças do *sítio*, em contraposição aos da *rua*, mais “folgados”.

No quarto e último capítulo analítico, analisa como os espaços públicos (escola urbana e festa da padroeira) são utilizados pelos(as) jovens como espaços para relações mais íntimas (namoro, casamento e sexualidade) e de interação, surgindo tanto como espaços de amizade, amor, como de intrigas, poder e “resistência cotidiana dos jovens em relação às normas da escola como instituição formal” (PAULO, 2011, p. 51). Nesses espaços, as diferenças entre os(as) do *sítio* e da *rua* são marcadas não só pelo modo como se comportam, mas também por suas vestimentas e poder de consumo (bebidas, roupas de marca e motos). Também destaca as relações de gênero existentes e as demarcações que essa relação apresenta. Nas considerações finais, destaca o percurso utilizado ao longo de sua tese, os pontos defendidos e suas contribuições para o campo dos estudos rurais.

Esse livro apresenta importantes contribuições para o estudo da juventude, em especial a rural, para diferentes áreas do conhecimento, ampliando a visão sobre como essa categoria de análise é construída e compreendida pelos(as) próprios(as) jovens, a partir da relação com os(as) jovens urbanos(as). Destacando que os(as) mesmos(as) são agentes e, como tais, “embora faça[m] parte de uma condição juvenil, vivencia[m] uma situação juvenil específica, a partir do lugar de vida e constrói[em] sua identidade como um processo na relação com os outros [...] orientada por elementos da tradição do modo de vida ru-

ral, sempre reinventada, e da modernidade", estabelecendo uma relação dialética, entre urbanos(as) e rurais, de continuidade, descontinuidade, e complementaridade (PAULO, 2011, p. 115).

REFERÊNCIA

PAULO, Maria de Assunção de. Juventude Rural: suas construções identitárias. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. (Teses e Dissertações).

GÊNERO E GERAÇÃO EM CONTEXTOS RURAIS¹

Fernanda Sardelich Nascimento-Gomes¹

Ao reunir análises que norteiam a compreensão de vivências em áreas rurais, a coletânea *Gênero e Geração em Contextos Rurais* apresenta-se como leitura indispensável para entendimentos dos processos relacionais de gênero, geração e família nos contextos rurais, entremeados nas teias de poder e significação.

O livro está organizado em três seções. Na primeira seção – Poder, Políticas e Negociações – ficam em destaque os avanços e desafios na concretização de projetos, que congregam a bandeira de gênero, para formulação e implementação de políticas públicas para mulheres rurais, no âmbito nacional e internacional. Maria Ignez Paulilo e Cristiani Silva analisam a trajetória política de Luci Choinaski. Sua trajetória no cenário estadual (Deputada Estadual/SC) e nacional (Deputada Federal) despontam reflexões sobre as violências simbólicas sofridas pelas mulheres que ingressam na carreira política. Parry Scott, Ana

¹ SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, 2010.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns, Pernambuco. E-mail: gisellesantos_2@yahoo.com.br.

Claudia Rodrigues e Jeiza Saraiva discutem a importância de pesquisas sobre violência contra as mulheres no contexto rural, especialmente para intervenções que considerem suas particularidades (dificuldades de anonimato, deslocamentos, comunicação...). Em análise de políticas de crédito rural, Carmem Hernández apresenta pesquisa sobre o Pronaf-Mulher e suas repercussões nos processos de reconhecimento e autonomia para as mulheres. Os relatos das agricultoras evidenciam certo "reconhecimento", tendo em vista a condição de contribuir financeiramente para unidade produtiva e o reconhecimento da categoria de mulheres agricultoras pelo Estado. No entanto, não são observadas alterações de autonomia econômica e transformações das desigualdades de gênero. Em análises internacionais, Andrea Butto e Kala Hora relatam os trabalhos da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) no Mercosul. Norteada pela perspectiva de integração solidária, estão sendo implementadas ações que visam à autonomia econômica das mulheres rurais e garantias de direitos (como a posse da terra).

Na segunda seção - Organização Produtiva, Gênero e Divisão do Trabalho -, as análises apontam as urgências de reavaliações estruturais (e valorizações) do trabalho feminino nas propriedades rurais. Vilênia Aguiar e Valmir Stropasolas detalham a falta de oportunidades, liberdade e autonomia dos jovens nas comunidades rurais, com agravamento para as jovens, mais desfavorecidas nas esferas de obtenção de renda, liberdade e poder de decisão. Carolina Castilho e Silva e Sérgio Schneider investigam se a prática da pluratividade contribui para modificar as relações de gênero e se afeta a permanência feminina no meio rural. Argumentam que a pluratividade faz parte do processo de mudança na qual a mulher passa a integrar mais os espaços públicos. No cerrado brasileiro, Maria Virginia Aguiar aponta para a complementaridade do trabalho na relação homem-mulher e jovens e velhos na manutenção da agrobiodiversidade, todavia esmiúça os processos de desvalorização do trabalho feminino. Em áreas de várzea da Amazônia, Iraildes Torres e Luana Rodrigues problematizam a noção de ajuda, como instrumento desvalorativo do papel social das mulheres na economia doméstica. Mesmo com forte participação na agricultura, na organização doméstica e nas associações da comunidade, em virtude dos usos dessa ajuda, a visibilidade delas na esfera pública é praticamente nula. Hersilia Oliveira e Mariomar Almeida concluem a seção discutindo as relações de gênero e poder em assentamento rural. Mesmo com os ganhos femininos nos espaços decisórios dos assentamentos, as autoras nos ressaltam como as mulheres não abdicam do projeto familiar em detrimento desses ganhos.

Na terceira e última seção - Mobilidades, juventudes e relações intergeracionais -, os artigos congregam duas linhas temáticas: as migrações temporárias, com destaque para as mulheres nesse trânsito, e o ser jovem em contextos rurais. Marcelo Silva e Marilda Menezes exploram a situação das mulheres nas migrações. Apontam uma problemática: dentro do projeto familiar de migração, as mulheres que ficam são afetadas negativamente (sobrecarga de responsabilidades domésticas e isolamento das atividades sociais). Direcionadas para as mulheres que migram com os companheiros, Maria Aparecida Silva, Beatriz Melo e Andréia Appolinário detalham como o tempo reprodutivo delas é regido pelo tempo produtivo deles. Maria de Assunção Paulo apresenta pesquisa com rapazes e moças rurais sobre afetos e sexualidade. Em ambos os sexos, vários tabus ainda são observados, frente à persistência de habitus da família rural patriarcal. Arlene Renk, Rosana Badalotti e Silvana Winckler analisam as mudanças socioculturais nas relações de gênero e geração no universo camponês. Entre as dinâmicas geracionais femininas, apontam as ampliações do acesso à educação e os direitos à herança da propriedade. Rosineide Cordeiro e Marion Quadros debatem o critério faixa-etária no acesso ao salário-maternidade de jovens mães agricultoras, com destaque para as ausências dessa discussão nos pontos de pautas do Movimento Sindical Rural. Pesquisando em assentamento rural, Celecina Sales discute o lugar social de mulheres no MST, com destaque para as ampliações das pautas de trabalho (violência, renda, gênero). Concluindo a coletânea, o artigo de Hulda Stadler e Marcilio Silva apresenta as mudanças nos discursos e intervenções comunitárias entre jovens assistidos por ONG feminista contra a violência de gênero. Em face da quase inexistência de políticas públicas educativas de gênero, as ONGs podem funcionar como ponte de articulação de iniciativas públicas e privadas de investimento e organizações internacionais.

Por fim, dentre os méritos desta coletânea, destaca-se a abrangência dos contextos rurais estudados e pesquisados: todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) foram contempladas. Além da amplitude em termos de contextos geográficos, a diversidade de questões de gênero e geração, problematizadas sob as particularidades do contexto rural, merece destaque. Obra realizada de maneira inédita no cenário nacional, ratificamos que a presente coletânea configura-se como referência na literatura da área.

ENTREVISTA

CARMEN DIANA DEERE
ENTREVISTA COM PARRY SCOTT EM
GAINESVILLE, FLORIDA, ABRIL DE 2012

231

ENTREVISTA – Estudos Universitários

PODEMOS FALAR SOBRE O TIPO DE PESQUISA QUE VOCÊ VEM DESENVOLVENDO COM MULHERES E SEUS DIREITOS NA AMÉRICA LATINA RURAL? ACREDITO QUE ESSA É BASICAMENTE UMA HISTÓRIA DE VIDA, MAS GOSTARIA DE SABER O QUE VOCÊ CONSIDERA COMO PONTOS MAIS IMPORTANTES.

Fazendo uma retrospectiva de cerca de quatro décadas, posso perceber como os tópicos centrais mudaram por décadas, o que reflete o estado da arte em gênero e agricultura e como nós temos aprendido mais.

Eu comecei a trabalhar com a temática de mulheres e agricultura nos anos 1970. Fui ao Peru para começar a área de pesquisa em 1974. Na minha proposta de dissertação fiz um resumo de tudo sobre mulheres e agricultura

no mundo, e isso foi apenas uma bibliografia de talvez vinte ou vinte e cinco itens. Nós sabíamos muito pouco. O que me impressionou foi que, em minha experiência anterior, com a América Latina, eu sempre via mulheres camponesas lá fora, no campo, trabalhando na agricultura, mas, ainda assim, quando você vai aos dados do censo, elas não eram consideradas economicamente ativas.

Minha motivação empírica para fazer essa dissertação sobre mulheres na agricultura foi tornar as mulheres visíveis. Esse era realmente o tema dos anos 1970. Nós estávamos fazendo isso em diferentes áreas, pois as mulheres realmente não vinham recebendo nenhuma atenção acadêmica. Assim, as questões que eu fazia não eram únicas. Era o que

era necessário para desenvolver a área de gênero e desenvolvimento, especificamente na América Latina. Bem, então nós não estávamos realmente falando de gênero; estávamos, na verdade, falando sobre mulheres.

Meu interesse prioritário, que também era típico desse período, era o impacto do desenvolvimento do capitalismo na agricultura na divisão de trabalho por sexo. Esse era na verdade o título da minha dissertação. Nossa preocupação era todo o processo de semi-proletarização, ou descampesinação ("descampesinación"), e a integração na força de trabalho. O que eu estava estudando estava acontecendo ao longo de toda a América Latina, inclusive no Brasil: o fato de que o trabalho das mulheres no campo de trabalho parecia estar relacionado com a migração sazonal dos homens. Agora nós sabemos muito sobre o processo. Agora estou investigando como a integração dos homens no mercado de trabalho mudou a divisão de trabalho por gênero em famílias de pequenos produtores na América Latina, os "minifundistas".

ISTO É O PRIMEIRO DE QUATRO. ENTÃO HOUVE ALGUMAS MUDANÇAS NO PERÍODO, CERTO?

Eu fiz minha dissertação de mestrado no Peru justamente no momento da Reforma Agrária peruana, logo, foi aí onde meu estudo terminou, indo da transição do sistema de "Hacienda" até o desenvolvimento do capitalismo e finalizando com a Reforma Agrária e o fato de que as mulheres foram excluídas da Reforma Agrária.

Esta foi a segunda temática que eu gostaria de continuar a seguir na minha vida acadêmica. Com a Reforma Agrária, você tinha muitas chances de mudar muita coisa. Mas se as mulheres não eram levadas a sério como trabalhadoras agrícolas, como seriam levadas a sério como beneficiárias da Reforma? Mesmo mulheres que eram chefes de família, que, portanto, poderiam legalmente ser beneficiadas, foram excluídas da Reforma. Para mim, tudo isso se tornou muito político durante a Revolução da Nicarágua. Eu fui direto à Nicarágua a partir do meu trabalho no Peru, com um pequeno desvio na Colômbia para trabalhar com Magdalena de León. Na Colômbia, nós fizemos um estudo similar ao que fizemos nas terras altas do norte do Peru, só que em escala nacional. Portanto, a pesquisa ainda era sobre o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho das mulheres e a reprodução do campesinato.

Na Nicarágua, nós tivemos (e eu digo "nós" porque muitas feministas foram à Nicarágua depois de 1979) a oportunidade de influenciar os contextos político e legal. Naquele momento, toda a área se moveu na direção dos estudos de gênero e das relações de poder, inclusive relações de poder domésticas. Mas na Nicarágua eu comecei a trabalhar especificamente em como integrar mulheres na Reforma Agrária. Nós fomos capazes de influenciar os marcos legais.

INTEGRAR NA REFORMA AGRÁRIA?

A Lei das Cooperativas mostrava explicitamente que as mulheres não

deveriam ser discriminadas, que posições familiares e de gênero não deveriam ser uma barreira à incorporação das mulheres. Esse foi o próprio texto. Logo essa era uma oportunidade realmente interessante de presenciar a organização das cooperativas de produção e das fazendas estatais e observar em detalhes os diferentes problemas de integração das mulheres. E como foi difícil na prática!

E ENTÃO, ISSO FOI ABSORVIDO LENTAMENTE PELAS POLÍTICAS NACIONAIS OU HOUVE MUITA RESISTÊNCIA CONTRA ESSES PONTOS DE VISTA?

Houve muita resistência. Na Nicarágua, os comandantes não deram muita importância. Durante os anos bons da Revolução, de 1979 a 1983 ou 1984, havia coisas mais importantes a fazer, e então eclodiu a Guerra dos Contrás, o que basicamente encerrou as conversações. Então foi no fim da Era Sandinista, por volta de 1988, 1989, que as coisas começaram a acontecer, por causa da organização das mulheres rurais na ATC ("Asociación de Trabajadores del Campo"), e na UNAG ("Unión Nacional de Agricultores"), que era a união nacional de camponeses na Nicarágua.

NICARÁGUA, MAS E EM OUTROS LUGARES?

O que era especial na Nicarágua, quando olho para trás, é que as feministas lançaram os temas que depois levaram ao desenvolvimento do movimento de mulheres rurais. E as próprias organizações de mulheres do campo começaram a questionar as estruturas, a olhar para os mecanismos de exclusão das mulhe-

res. Processos realmente importantes começaram a acontecer. E isso estava acontecendo em muitos lugares diferentes: no Peru, certamente, e no Brasil. No Brasil, você tem movimentos paralelos àqueles que estavam acontecendo na Nicarágua: a organização do MMTR (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural), por exemplo, e os movimentos de mulheres do campo no Sul.

Bem, eu continuei com esse tema, desenvolvendo pesquisas em Cuba, investigando o que aconteceu com referência à participação das mulheres na Reforma Agrária. Elas também foram excluídas da Reforma Agrária de 1959. Mas em 1977, quando começou o esforço de coletivização, que basicamente buscava induzir os camponeses que conseguiram terras na Reforma Agrária a formar cooperativas de produção, a incorporação de todos os homens e mulheres adultos no processo foi feita como política de Estado.

ISTO É PARTE DO MOVIMENTO FEMINISTA EM CUBA, OU É PARTE DE UMA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE AS MULHERES DEVERIAM SEGUIR?

Isso foi menos influenciado pelo feminismo do que pelo acontecimento de situações difíceis. Se você deseja convencer os camponeses a compartilhar voluntariamente suas terras, é necessário ter um forte pacote de incentivos, que os faça sair de sua comodidade. Isso foi realmente uma coletivização voluntária. Foi oferecida aos camponeses a oportunidade de entrar em novas comunidades agrícolas. Era um modelo bastante atraente: água encanada, es-

colas, pequenos centros comerciais, trazendo pessoas do campo para desfrutar de todas essas comodidades modernas. Em 1981, quando comecei a entrevistar mulheres do campo e as perguntava se elas eram a favor dessas mudanças, elas me levaram para caminhar um pouco. Você sabe aonde nós fomos? Às lavanderias, onde ficam as máquinas de lavar roupa! Esses foram os benefícios concretos do compartilhamento da terra e da formação de cooperativas de produção: o padrão de vida subiu e as tarefas reprodutivas das mulheres diminuíram. Elas agora tinham eletricidade e uma máquina de lavar. Eu nunca vou esquecer as histórias sobre máquinas de lavar. Compare lavar um par de macacões sujos com a mão depois que seu marido estava fora no campo durante o dia todo, contra colocá-los em uma máquina de lavar, que por sinal era chamada de "Ruska".

PORQUE ERAM MÁQUINAS RUSSAS?

Sim, o que era muito bonito. Deve ter sido o nome da companhia, mas pode ter sido também o próprio apelido das máquinas, uma vez que as máquinas de lavar vinham da União Soviética. O outro ponto do processo de coletivização foi que todos os membros adultos foram feitos membros da cooperativa: pai, mãe, e todos os filhos adultos. Eles poderiam ganhar uma retribuição baseada na sua contribuição laboral. Este foi outro argumento que as mulheres forneceram a respeito do porquê terem sido favoráveis a fazer parte das cooperativas de produção.

ESSA CONTRIBUIÇÃO LABORAL ERA CARACTERIZADA POR NÍVEIS DIFERENTES ENTRE HOMENS E MULHERES? COMO ERA CALCULADA? HÁ DIFERENÇAS NAS PROPORÇÕES PARA HOMENS E MULHERES (PROPORCIONALMENTE DIFERENTES)?

Era numa base igualitária, o que era um avanço nos ganhos cooperativos. Era igual para homens e mulheres, mas não estou certa a respeito dos filhos. Foram os filhos adultos que foram tornados membros das cooperativas, o que foi outro incentivo brilhante. Os cubanos queriam manter a população do campo. Os jovens queriam sair por causa das oportunidades, que eram maiores na cidade. As cooperativas realmente apelavam aos jovens porque elas seriam mecanizadas, elas seriam baseadas em agricultura científica. Muitos jovens naquele momento eram a primeira geração nascida depois da Revolução, e teriam atingido o nível médio, chegando à idade adulta nos anos 1970. Esses foram fortes incentivos para mantê-los nas áreas rurais. Novamente as mulheres reportaram que o fato de ganharem seus próprios salários e de terem sua própria renda foi um fator atrativo. O governo cubano forneceu uma estrutura de incentivos baseada na análise real das necessidades da Revolução. Para conseguir com que toda a família se envolvesse no trabalho e se mantivesse nas áreas rurais. Isso resultou em benefícios tremendos para as mulheres, sem que tivessem sido pensados como algo específico para mulheres.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES FOI MÍNIMO NISSO. FOI CRIADO ALGUM TIPO DE PROTAGONISMO FEMININO?

A parcela das mulheres nas cooperativas em seu mais alto nível foi em torno de 33%. Outro incentivo para as famílias se juntarem às cooperativas foi dar aos camponeses o direito de se aposentar pelo sistema nacional de seguridade social, e as mulheres poderiam se aposentar com idades menores do que os homens. Então muitas mulheres deixavam a cooperativa quando atingiam 55 anos. Esta foi uma das razões para que a participação das mulheres nas cooperativas começasse a decair com suas aposentadorias, chegando até cerca de 20%.

POR QUE CAIU?

Porque, dada a oportunidade, as mulheres não queriam realmente trabalhar na agricultura, pelo menos não no campo, mas isso variava muito de acordo com a cultura. Eu acabei fazendo um bom e profundo estudo do setor das cooperativas e das fazendas estatais nos anos 1990. Era fascinante... Jovens mulheres em geral eram treinadas como médicas veterinárias ou assistentes de veterinária, agrônomas ou contabilistas. Provavelmente a maioria das mulheres nas cooperativas hoje está trabalhando nesses tipos de habilitações, ou trabalhando como gerentes. Elas são parte do pessoal técnico e científico. Os papéis de gênero realmente mudaram. Mas membros mulheres ainda estão envolvidos com a cozinha, ou seja, a cafeteria, e com responsabilidade sobre programas sociais, como saúde e educação. Essas são atividades típicas de mulheres.

DEPOIS DA PESQUISA EM CUBA, VOCÊ FOI A OUTRA DIREÇÃO?

Meu trabalho com as Reformas Agrárias da América Latina foi baseado no reconhecimento da importância da terra para as mulheres do campo. Mas a partir da Conferência das Mulheres da ONU em Beijing, em 1995, meu trabalho começou a tomar outro rumo. Bina Agarwal tinha acabado de publicar um importante estudo sobre as mulheres e a terra na Índia, intitulado "A Field of One's Own" ("Um campo de um só"), abordando como a propriedade da terra influenciou as negociações das mulheres por mais poder dentro dos lares domésticos. O modelo teórico foi influenciado pelos modelos de negociação entre lares desenvolvidos por economistas feministas nos anos 1990. Quando eu estava pesquisando em Cuba, acabei por me distanciar muito da Economia, focando primeiramente na história agrária de Cuba. Então, quando comecei a mudar de foco, foi a literatura da dinâmica das relações domésticas que me interessou. Eu me lembro de quando lia o livro de Bina e pensava que deveríamos fazer a mesma coisa na América Latina. Para a Conferência de Beijing eu escrevi um artigo que abordava os programas de acesso a terra e de reforma agrária neoliberais em quatro ou cinco países. Percebi que não poderia ir a Beijing, então pedi à minha colaboradora de longo prazo, Magdalena León, que apresentasse meu trabalho. Ela ficou muito animada com o tema e resolveu acrescentar a Colômbia ao quadro comparativo. No nosso encon-

tro seguinte concluímos que tínhamos a base para o projeto de um livro, e submetemos a proposta à Fundação Ford. Isso nos permitiu expandir o projeto para um quadro comparativo de vinte países. Voltamos a todos os países onde já havíamos trabalhado.

E A ALGUNS MAIS!

Vivi no Brasil nos anos 1970, quando fui estagiária da USAID, mas nunca tinha planejado retornar. Em 1987, Magdalena e eu viajamos ao Brasil para analisar o que estava acontecendo com a Reforma Agrária, que estava acabando de voltar à vida após o fim da ditadura. Em adição à Reforma Agrária, o estudo focava no direito das mulheres à propriedade em geral. O livro resultante desse trabalho, "Empowering Women: Land and Property in Latin America" ("Empoderando Mulheres: Terra e Propriedade na América Latina"), incluía uma perspectiva das ciências sociais nos marcos legais. Magdalena é socióloga e eu sou economista, logo estávamos mais confortáveis em trabalhar nesses campos, e não na leitura de códigos civis, mas acabamos fazendo isso bem, e aprendemos muito. Para ampliar teoricamente todo o contexto da negociação por poder, precisamos entender como os marcos legais favorecem ou impedem a propriedade da terra pelas mulheres.

EXISTEM DIFERENÇAS MUITO GRANDES ENTRE OS PAÍSES?

Mesmo na América Latina. A tradição hispânica é a da propriedade comunitária parcial (também conhecida como

"gananciales"). Nesse regime matrimonial, o que você possui antes do matrimônio permanece seu durante o casamento, mas qualquer propriedade adquirida durante o casamento é compartilhada com sua esposa. Da mesma forma, qualquer propriedade que você herde é sua única propriedade. Uma variante desse regime é o que o Brasil possuía antes das reformas recentes, o de propriedade comunitária total, onde tudo é compartilhado, inclusive o que se possuía e o que foi herdado antes do matrimônio. A grande diferença se dá com o regime de separação de bens, adotado na América Central por volta de 1900. Esse último regime é próximo da tradição Common Law, ou Modelo Britânico. Assim, a América Latina é ideal para comparações.

SÃO BASES MUITO DIFERENTES DE COMPARAÇÃO.

Totalmente! O próximo passo, uma vez que abordamos apenas mulheres do campo e a propriedade da terra, foi considerar a propriedade da casa. A propriedade da casa é importante tanto para mulheres rurais quanto urbanas, e permite uma comparação entre países e ao longo dos países. Foi esse tema que me trouxe aos estudos de gênero e propriedade por volta de 2000, com um novo colaborador, Cheryl Doss, um economista de Yale que trabalha com temas da África. Ficamos interessados em fazer análises comparativas entre a África e a América Latina, focando não apenas na propriedade da terra, mas também na propriedade da casa, de equipamentos, enfim, de todos os bens.

Sempre que você observa pesquisas globais de propriedade doméstica, poucos consideram a propriedade de bens, por exemplo, a pesquisa de avaliação dos padrões de vida realizada pelo Banco Mundial. As poucas pesquisas que perguntam sobre a propriedade de bens raramente perguntam a quem na casa pertencem os bens.

NEM DE ANIMAIS?

Esqueça os animais. Existe apenas uma única pesquisa, para a Nicarágua, que foi considerada a melhor, que pergunta a respeito da propriedade individual de animais e de bens duráveis. Esse trabalho anterior condicionou meu atual projeto sobre gênero e propriedade de bens. Concluímos que precisávamos sair e fazer nossa própria pesquisa, visando demonstrar a importância de coletar informações sobre a propriedade de bens em nível individual. O objetivo final é capacitar-se para demonstrar a importância da propriedade dos bens para as estratégias de negociação doméstica, isto é, para entender as diferentes dimensões do potencial poder de barganha das mulheres dentro de casa e as possibilidades de intervenção. Tivemos muita sorte quando o governo holandês anunciou uma competição de pesquisa, sobre o Objetivo Três das Metas de Desenvolvimento do Milênio, e um de seus temas prioritários era as mulheres e a propriedade. Construímos juntos uma equipe internacional para desenvolver um estudo comparativo da Índia, de Gana e do Equador. Fiquei no Equador por um ano, para pesquisa de campo. Os

dados englobam tudo que pertença a qualquer membro da família.

VOCÊ FICOU SURPRESA POR ALGUMA COISA?

No Equador, ficamos muito surpresos com a igualdade de gênero encontrada na distribuição dos bens. As mulheres possuíam cerca de 53% do total da riqueza doméstica.

E ISSO FOI MAIS IGUALDADE DO QUE VOCÊ ESPERAVA ENCONTRAR?

Eu já sabia, a partir da minha pesquisa anterior, que o Equador e a Argentina detinham as mais altas taxas de propriedade das casas por mulheres na América Latina, destacando-se que a casa é o mais valioso dos bens domésticos. Os dois são países com regime de propriedade comunitária parcial. Essa é uma das razões pelas quais escolhi estudar no Equador. Índia e Gana herdaram dos britânicos o contexto da separação de propriedade. Assim, contribuí muito para uma boa comparação o fato de que um dos países apresentou um alto índice de propriedade feminina de bens por causa do regime matrimonial de propriedade comunitária parcial. O que é maravilhoso, no que se refere à análise comparativa, é que ela resultou no Equador na posição final, com igualdade na distribuição da riqueza. Gana em uma posição intermediária, e a Índia, onde as mulheres detêm apenas 19% da riqueza doméstica. Isso realmente mostra a importância do regime matrimonial e de herança na determinação de quem detém a propriedade sobre os bens domésticos.

Parry, é maravilhoso quando você olha para esses gráficos! São muito diferentes. Estamos agora trabalhando nas proposições analíticas derivadas do contexto das negociações por poder. Estamos apenas começando a analisar a diferença que a propriedade de bens por mulheres faz com respeito à qualidade de vida.

Estamos trabalhando em tomada de decisão igualitária. Um dos artigos que estamos escrevendo mostra claramente que, quanto mais igualitária for a divisão da riqueza no ambiente doméstico, mais provável é que o casal tome decisões domésticas junto. Nossa definição de tomada de decisão igualitária leva em conta não apenas decisões onde tanto a mulher quanto o homem declaram que tomam decisões juntos, mas também aquelas onde cada um espera seu cônjuge para tomar decisões juntos.

EXISTEM PERCEPÇÕES DIFERENTES QUE ESTÃO SENDO LEVADAS EM CONTA?

Sim, estamos levando em conta suas percepções de como o cônjuge toma decisões. As decisões que examinamos incluem a decisão de se a mulher vai trabalhar ou não e de como o dinheiro que eles ganham deve ser gasto. Os resultados para o Equador são muito significativos, sugerindo que o compartilhamento da riqueza doméstica pela mulher está positivamente associado a tomadas de decisão mais igualitárias. Estamos também trabalhando no impacto da propriedade de bens por mulheres como um fator obstáculo à

violência doméstica. Existe apenas um único estudo nesse campo, de Bina Agarwal, para Kerala, na Índia. Ela mostra conclusivamente que, em Kerala, a propriedade feminina de terras e casas é um obstáculo à violência. Nosso problema é que, no Equador, a incidência de violência física é muito baixa (3 ou 4% reportam violência física nas mãos de seu cônjuge durante o ano precedente). Essa é uma taxa muito baixa para se trabalhar com análise econométrica.

É UMA COMBINAÇÃO INTERESSANTE. EXISTEM DADOS DISPONÍVEIS, MAS NÃO RESPONDEM ÀS QUESTÕES QUE VOCÊ GOSTARIA DE FAZER. É SEMELHANTE AO QUE ANTROPÓLOGOS E SOCIÓLOGOS DE CAMPO FAZEM: UM EXTENSO TRABALHO COM FAMÍLIAS INDIVIDUAIS, ENTREVISTAS. NA SUA PRÁTICA DE PESQUISA, VOCÊ PLANEJA AS AÇÕES DOS ENTREVISTADORES EM FUNÇÃO DA CONSTRUÇÃO DOS MODELOS?

No Equador, antes de montarmos o questionário, passamos seis meses trabalhando em pesquisa qualitativa. Escolhemos três províncias e então definimos os grupos de interesse. Estabelecemos mais de quarenta grupos de interesse em três regiões. Seríamos estúpidos se fizéssemos um questionário sem antes fazer uma pesquisa qualitativa. Uma de nossas questões é por que e que bens são importantes para mulheres!

Uma de nossas questões centrais era: por que os bens são importantes para você? Os grupos de interesse confir-

maram que a propriedade de bens era muito importante para as mulheres. Da mesma forma, as mulheres do Equador geralmente conhecem seus direitos de propriedade, em contraste com a situação na Índia e Gana, onde elas não têm noção desses direitos.

VOCÊ ENCONTROU POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA QUE PUSESSEM MAIS ATENÇÃO A ESSAS QUESTÕES, FAVORECENDO UMA DISTRIBUIÇÃO MAIS EQUITATIVA DOS BENS?

Tudo que tem a ver com a propriedade conjunta em favor de uma partilha equitativa dos bens que o casal deve dividir. Todos os países sul-americanos possuem o regime matrimonial de propriedade comunitária parcial, significando que tudo que você compra durante o casamento pertence aos dois. Mas, na prática, você tem que ter os bens quase sempre registrados nos dois nomes dos dois. Para pelo menos reforçar a norma legal, a tradição da liderança familiar masculina é tão forte que nem sempre as mulheres conseguem a sua justa parte na partilha do divórcio. Então, o que você precisa é garantir que os bens sejam registrados nos nomes dos dois. Nas reformas agrárias, por exemplo, o homem consegue a terra, mas a mulher não tem o sentimento de que elas também são donas da terra. Legalmente, sob os códigos civis da maioria dos países sul-americanos, as mulheres também deveriam ser beneficiadas, mas isto não aconteceu. Logo, ter seu nome em um título de posse parece fazer a diferença.

CASO EXISTA UM TÍTULO DE POSSE QUE POSSUA APENAS O NOME DO HOMEM, OS PAÍSES SOLICITAM A INCLUSÃO DO NOME DA MULHER, OU ISSO É FEITO APENAS QUANDO DA AQUISIÇÃO DE NOVAS TERRAS?

O que o movimento feminista tem pressionado em todos os programas de Estado é que isso seja exigido de todas as pessoas casadas ou em união estável. Em alguns países foram mais além. No Equador, por exemplo, quando você compra um carro, é solicitado de você um documento que mostre seu estado civil, e então o título é colocado automaticamente no nome dos dois. Algumas vezes, essas coisas envolvem mudanças, outras envolvem o reforço do código civil. Tudo isso é importante quando você se divorcia ou separa. Isso não importa realmente quando você tem um casamento feliz, mas se torna crítico quando você se separa. Quais são os direitos?

NÃO É MUITO CLARO NA CABEÇA DAS PESSOAS COMO AS COISAS MUDAM EM RELAÇÃO A SEPARAÇÕES E DIVÓRCIOS. VOCÊ PERCEBEU UM AUMENTO NAS SEPARAÇÕES E DIVÓRCIOS NAS ÁREAS RURAIS, OU ISSO OCORRE MAIS COM PESSOAS QUE VIVEM NA CIDADE?

É difícil de dizer. Em estudos andinos existe o mito da família camponesa feliz que nunca se separa ou se divorcia. O que encontrei nos anos 1970 em Cajamarca foi que as uniões estáveis eram a regra, que as pessoas se separavam, e que até crianças eram algumas vezes abandonadas. Os ho-

mens migravam para o litoral e formavam segundas famílias lá. Era uma situação muito fluida. No Equador, nas terras altas, as pessoas são mais do tipo que se casam, enquanto aquelas aparentam ser mais do tipo que se juntam em uniões estáveis. No litoral, onde uniões estáveis são mais comuns, as mulheres às vezes têm cinco filhos de cinco homens diferentes. Tudo isso me fascina.

Aqui é onde a pesquisa qualitativa faz diferença. Existe muita coisa que você não consegue capturar em uma pesquisa familiar geral, e apenas algumas coisas você consegue quantificar.

TRAZENDO ISSO PARA O CONTEXTO GERAL DO BRASIL, COMO VOCÊ VÊ O FATO DE QUE ALGUMAS COISAS NO BRASIL ESTÃO AINDA MUITO ATRASADAS, ENQUANTO OUTRAS ESTÃO À FRENTE DO SEU TEMPO. ONDE O BRASIL SE DESTACA?

Certamente, em termos da Reforma Agrária. É um dos poucos países que ainda está fazendo uma reforma agrária, apesar de que eu entendo que agora ela está acontecendo a passos mais lentos do que no começo do governo Lula, e certamente abaixo das expectativas que tínhamos em relação a esse governo. Esse governo tem abraçado a causa dos direitos da mulher à propriedade da terra um pouco tarde. Foi apenas depois do ano 2000 que esses direitos começaram a ser levados a sério.

Eu retornei ao Brasil com uma bolsa Fullbright em 2000 e minha questão de pesquisa era exatamente isso: Por

que os movimentos sociais não estavam levando a sério os direitos das mulheres à terra? Minha resposta naquele momento foi que o MST, que estava liderando a demanda por uma Reforma Agrária, não tinha considerado a questão. Na verdade, foram as mulheres na CONTAG e nos sindicatos rurais que primeiro pressionaram por questões de gênero.

ENTÃO O BRASIL ESTAVA ATRASADO NA ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS RURAIS DE MULHERES?

O ativismo da CONTAG nas questões das mulheres do campo começa com a abertura e a democratização: é tudo um produto dos anos 1980. Assim, é paralelo com eventos de outros países, mas os primeiros países que adotaram o registro conjunto de propriedade foram a Nicarágua e a Colômbia. O Brasil estava definitivamente atrasado, mas agora eles fazem mais. Andrea Butto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem sido uma liderança muito efetiva e tem sabido o que fazer e quanto do progresso tem sido atingido.

CAMPONESES BRASILEIROS: LEITURAS E INTERPRETAÇÕES CLÁSSICAS. VOL. 1

CAVALCANTI, Josefa S. B.; MALAGODI, Edgard; WELCH, Clifford A.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org.)

Esta obra tem como objetivo apresentar alguns dos autores que, no Brasil, produziram obras relevantes sobre o camponês. Ele visa estimular no leitor uma compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e reproduz. As leituras selecionadas dão conta das temáticas que surgiram, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970, num cenário nacional e internacional, que registrava um movimento de redescoberta de camponeses. *Camponeses Brasileiros: Leituras e Interpretações Clássicas* é parte da coleção História Social do Campesinato no Brasil a qual é composta por 5 tomos, cada um dividido em dois volumes: 1) Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.); 2) Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes e (Orgs.); 3) Diversidade do campesinato: expressões e categorias – GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.); 4) Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.); 5) Textos clássicos ou Clássicos sobre o campesinato – WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Orgs.).

UMA HISTÓRIA MUITO LINDA

Rede LAC

Livro que conta a história da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe – Rede LAC, a partir dos relatos de 22 lideranças da Rede





**DE MENINA A SENHORA AVÓ AMARILIS,
BORDADA NO TECIDO DA VIDA**
FARIAS, Flávia Campos. Editora
Universitária da UFPE.

Amarilis é um livro que narra o vivido. Mais ainda, seu conteúdo chama atenção para os sentidos ou significados do viver. É uma obra que cuida da memória, que busca decifrar a vida de uma mulher com nome de flor e ânimo para o mundo, mas nem por isso poupada dos desafios colocados pela sociabilidade de competição e individualismo na qual está inserida.



SER MULHER NO MUNDO DOS HOMENS
Livro escrito por Vanete Almeida e Cornélia Parisius.

O livro conta a história de Vanete Almeida que foi uma das fundadoras do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe. Recife, Pernambuco – Brasil, 1999.



UMA HISTÓRIA DE MULHERES
Conta a história do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Sertão Central. Narra a história do Movimento no período de 1983-2004.

**AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO: PRÁTICAS,
MOVIMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**
SCOTT, Russel, P.; CORDEIRO, Rosineide (Org.)

Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas é uma coletânea que trata da pluralidade envolvida na vivência do mundo rural, a partir da realidade nordestina. Para tratar a complexidade desse assunto, a coletânea tem como foco privilegiado a questão de gênero.



**ESTATÍSTICAS RURAIS E A ECONOMIA
FEMINISTA: UM OLHAR SOBRE
O TRABALHO DAS MULHERES**
SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete P. de;
LOMBARDI, Maria R.; FARIA, Nalu. BUTTO,
Andrea (Org.)

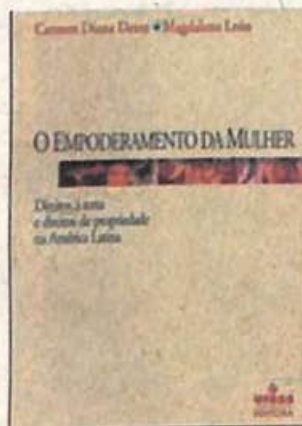
Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres apresenta informações sobre situação do trabalho, ocupação e renda do chamado setor agropecuário, presentes na produção das estatísticas oficiais, partindo da economia feminista e do conceito de divisão sexual do trabalho.



**MULHERES NA REFORMA AGRÁRIA: A
EXPERIÊNCIA RECENTE NO BRASIL**
BUTTO, Adriana L. L. (Org.)

Mulheres na Reforma Agrária apresenta artigos acadêmicos e de gestoras públicas que problematizam a presença das mulheres na reforma agrária no Brasil. Estudos quantitativos e qualitativos que abordam aspectos fundiários, da produção e reprodução, das relações familiares, das lutas sociais dos movimentos sociais do campo e das políticas públicas, buscando apresentar a amplitude da agenda a ser percorrida para garantir o direito das mulheres à terra e sua autonomia econômica.





O EMPODERAMENTO DA MULHER: DIREITO À TERRA E DIREITOS DE PROPRIEDADE NA AMÉRICA LATINA

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena

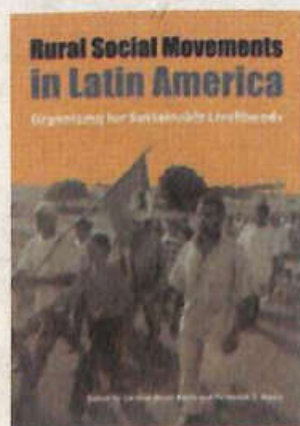
O Empoderamento da Mulher tem como temática central o acesso das mulheres à propriedade da terra. Este livro é resultado de uma pesquisa comparativa exaustiva, sobre estudos de casos em doze países da América Latina, inclusive no Brasil. É uma obra importante para o aprofundamento da temática da desigualdade bem como a ampliação das demandas do movimento feminista em termos de cidadania e empoderamento das mulheres.



TIERRA DE MUJERES REFLEXIONES SOBRE EL ACCESO DE LAS MUJERES RURALES A LA TIERRA EN AMÉRICA LATINA

DEERE, Carmen D.; LASTARRIA-CORNHIEL, Susana; RABANOLDO, Claudia. COSTAS, Patricia (Orgs.)

Tierra de Mujeres: Reflexiones Sobre el Acceso de Las Mujeres Rurales a La Tierra comemora o dia da Mulher Rural. Traz como foco o tema da mulher e da terra, a partir de seis pesquisas a respeito do acesso à terra pelas mulheres na América Latina.



RURAL SOCIAL MOVEMENTS IN LATIN AMERICA: ORGANIZING FOR SUSTAINABLE LIVELIHOODS

DEERE, Carmen D.; FREDERICK, Royce S. (Org.)

Rural Social Movements in Latin America traz a questão dos povos rurais na América Latina, sobre reforma agrária, indígenas, direitos das mulheres, desenvolvimento sustentável, questões de imigração, bem como movimentos sociais encontrados em países como Bolívia, Colômbia, México, Nicarágua, Brasil e Peru.

PARA CONHECER MAIS

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS



A Revista Estudos Feministas, sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina, é um periódico indexado e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, publicado desde 1992. Tem o objetivo de divulgar a vasta produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, buscando dar subsídios aos debates teóricos nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres. É uma publicação quadrimestral, em português e espanhol.

CADERNOS PAGU

cadernos pagu

A publicação dos Cadernos Pagu iniciou-se em 1993 e desde então vem contribuindo para a constituição do campo de estudos de gênero no Brasil. A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país e a intenção era ampliar sua visibilidade, difundindo e estimulando a produção de conhecimento na área. A criação da publicação foi resultado de mais de dois anos de leituras, pesquisas e debates, nos quais integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu mapeavam os avanços na produção sobre gênero e seus impasses. É uma publicação semestral interdisciplinar que tem como objetivo contribuir para a ampliação e consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil, através da veiculação de resultados de pesquisas inéditas e de textos ainda não traduzidos no país, viabilizando, assim, a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional.



RURIS

RURIS, REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS, é uma publicação do Centro Interno de Estudos Rurais (Ceres), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), cuja proposta é apresentar e discutir resultados de pesquisas realizadas em contextos nacionais e internacionais que envolvam atores e situações relacionados ao mundo rural, de forma a trazer para o leitor os temas e as questões que emergem dos processos sociais contemporâneos. A revista, seguindo o caráter interdisciplinar do CERES, publica trabalhos inéditos realizados no âmbito de diferentes campos do conhecimento. A publicação de RURIS resulta de um convênio entre a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola) e o NEAD-MDA (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário).

REVISTA AGRICULTURAS

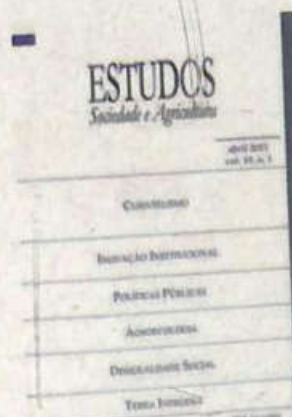
A Revista AGRICULTURAS tem como objetivo dar visibilidade a iniciativas de promoção da agroecologia desenvolvidas por famílias e organizações camponesas no Brasil e em outros países, sobretudo da América Latina. Os artigos em geral são elaborados por pessoas diretamente envolvidas na construção dessas práticas. Ao divulgarem suas experiências na revista, elas estão interessadas em partilhar seus ensinamentos e dúvidas com outros grupos engajados na promoção da agricultura familiar ecológica. Por meio de artigos curtos e de linguagem simples, as experiências apresentadas têm sido importante fonte de inspiração para que outras iniciativas floresçam e se multipliquem. Além disso, por abordar os princípios técnicos e metodológicos do enfoque agroecológico, a revista também tem sido empregada com sucesso como material de suporte pedagógico em programas de formação em agroecologia.

REVISTA RAÍZES

A revista RAÍZES é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e destina-se à publicação de trabalhos inéditos de interesse das Ciências Sociais, preferencialmente os relacionados ao setor agrário, à agricultura familiar e aos movimentos sociais e urbanos, bem como ao debate das propostas de desenvolvimento de áreas degradadas ou problemáticas e das políticas públicas. A veiculação de artigos científicos é o principal foco da publicação, tendo como base a originalidade e o ineditismo dos artigos. A revista busca injetar doses de inovação e conhecimento nas áreas acima citadas. A submissão dos trabalhos é na forma de fluxo contínuo, e a publicação desses artigos se dá após uma revisão e aprovação por parte da Comissão Editorial da revista. São publicados dois números por ano. Os editores têm a prerrogativa de aceitar ou não trabalhos para publicação no que diz respeito à adequação à linha editorial da revista. Estadual de Campinas), o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola) e o NEAD-MDA (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário).

REVISTA ESTUDOS – SOCIEDADE E AGRICULTURA

A Revista ESTUDOS – SOCIEDADE E AGRICULTURA é uma publicação semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Circulando desde 1993 sem interrupção, em seus 24 números. Suas áreas de interesse são os movimentos sociais, reforma agrária, assentamentos rurais; agricultura familiar, agroindústria, multifuncionalidade; meio ambiente, sustentabilidade, agricultura agroecológica, políticas públicas para agricultura, pensamento social, literatura, artes e mundo rural; sociologia ambiental, segurança alimentar, biotecnologia, entre outros.



NOTÍCIAS

5º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Tema: Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientações: paradigmas e atores em conflito.

Local: Belém/Pará

Data: 3 a 6 de junho de 2012

II FÓRUM INTERNACIONAL DA TEMÁTICA INDÍGENA

Local: Pelotas/Rio Grande do Sul

Data: 14 a 16 de maio de 2012

**VIII CONGRESSO INTERNACIONAL TURISMO RURAL
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Local: Pelotas/Rio Grande do Sul

Data: 14 a 16 de maio de 2012

28ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA

Tema: Desafios Antropológicos Contemporâneos

Local: São Paulo/ São Paulo

Data: 2 a 5 de julho de 2012

**36º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS**

Local: Águas de Lindoia/ São Paulo

Data: 21 a 25 de outubro de 2012

**VI ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE- ANPPAS**

Local: Belém/Pará

Data: 18 a 21 de setembro de 2012

WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY

Local: Lisboa (Portugal)

Data: 29 de julho a 04 de agosto de 2012

**50º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER**

Local: Vitória/ Espírito Santo

Data: 22 a 25 de julho de 2012

NORMAS EDITORIAIS

01. A revista ESTUDOS UNIVERSITARIOS terá publicação quadrimestral, nos meses de abril, agosto e dezembro. Cada número conterá um dossiê temático que constituirá o seu tema central. O tema de cada número será previamente divulgado.

02. Os trabalhos serão no idioma Português. No caso de Estudos deverão ter resumos em português e em outra língua. A publicação dos textos recebidos pela Comissão Editorial dependerá de sua aprovação pela mesma Comissão, por parecerista integrante do Comitê Científico ou outro, quando assim o exija a natureza do artigo recebido. O conteúdo dos trabalhos aceitos para publicação é de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

03. Os originais submetidos à avaliação podem ser recusados, aprovados sem restrição ou aprovados com restrição. Em qualquer dos casos os autores serão comunicados dos pareceres.

04. Textos aprovados podem sofrer modificações de normatização, mas não de conteúdo. Neste caso, os artigos revisados poderão ser publicados sem nova aprovação dos seus autores ou autor.

05. SEÇÕES DA REVISTA:

Os textos remetidos para a Revista devem ser identificados para qual seção está destinado. As seções estão abaixo mencionadas:

- a) Estudos. Podem ser de caráter literário, artístico, científico e cultural, preferencialmente dirigido para a área temática de cada número. Deverão ter no máximo 15 páginas, incluindo, quando for o caso, anexos, ilustrações, fotos, referências ou outros elementos pertinentes.
- b) Ensaio. Textos que exponham de forma mais livre a exploração de um campo do saber ou questões culturais, científicas e sociais, seja de um ponto de vista retrospectivo, seja da atualidade. Não precisam tratar do tema do dossiê. Deverão ter no máximo 15 páginas, incluindo referências ou ilustrações.
- c) Memória. Reedição ou publicação de documentos institucionais ou pessoais de interesse público.

- d) **Entrevista.** Deve ter a extensão de 10 páginas. Pode ser ilustrada. De preferência a entrevista deve ter uma relação com o tema central da Revista.
- e) **Produzindo saberes.** Relatos sintéticos de pesquisas em andamento, de experiências de extensão. Uma página para relato.
- f) **Resenhas.** Devem ter a extensão máxima de 2 (duas) páginas. Terão prioridades as resenhas cujas obras tenham relação com o tema central da Revista.
- g) **Para conhecer mais.** Indicações bibliográficas ou outras que dêem aos leitores a possibilidade de ampliar seu conhecimento sobre o tema tratado no dossiê de cada número.
- h) **Notícias.** Registro de eventos que possuam interesse para a comunidade universitária e para o público em geral. Uma página para cada notícia.

06. Os originais, obedecendo às diversas especificações destas Normas podem ser remetidos para o e-mail da Revista: estudosuniversitarios@ufpe.br

07. Prazo de envio dos materiais: de 15 de janeiro para a edição de 15 de abril; de 15 de abril para a edição de 15 de agosto; de 15 de agosto para a edição de 15 de dezembro.

08. ESPECIFICAÇÕES:

- **Fonte:** *Times New Roman*, espaçamento 1,5 linhas, tamanho 12;
- **Configurações das margens:** superior 2,0 cm, inferior 2,5, esquerda 3,5, direita 2,5 cm;
- **Caixa alta** apenas para siglas (os títulos deverão ser sempre compostos de caixa alta e baixa);
- **Títulos e subtítulos** numerados conforme a ordenação;
- **Não utilizar** tabulação em nenhum ponto do texto.

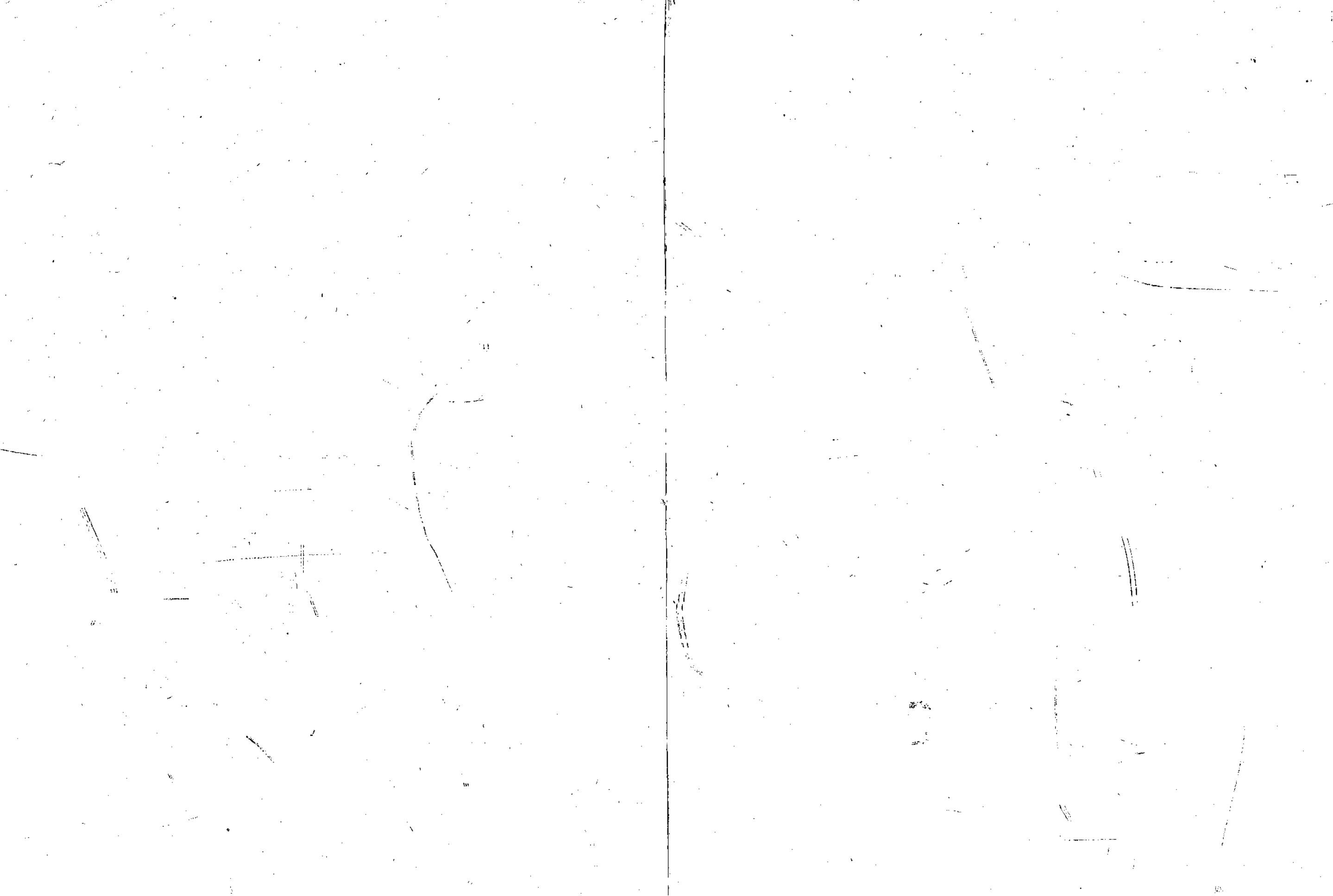
09. QUANTO À ESTRUTURA, O TRABALHO DEVERÁ TER O SEGUINTE FORMATO:

- a) **Título do trabalho;**
- b) **Nome completo do(s) autor(es);**
- c) **Nota bibliográfica,** com no máximo 50 palavras que contenha titulação, instituição e setor e endereços;
- e) **Resumo do trabalho** em português e uma versão em outro idioma com até 200 palavras;
- f) **Palavras-chave** em português e no mesmo idioma da versão resumo (até quatro);
- g) **Nota de rodapé** com fonte *Times New Roman* com tamanho 10;

- h) **As referências** devem constar ao final do artigo, segundo norma vigente da ABNT.

10. AS ILUSTRAÇÕES (MAPAS, TABELAS, GRÁFICOS E FOTOGRAFIAS) DEVEM OBEDECER ÀS SEGUINTE NORMAS:

- a) **Imagens:** resolução mínima – 300 dpi; dimensão mínima – 5x5 cm; não devem ser inseridas no word ou em programas similares e precisam estar em jpg ou tiff.
- b) **Mapas:** devem ser digitalizados com a extensão bmp, jpg ou tiff e resolução de 300 dpi. Os cartogramas devem ser monocromáticos (tons de cinza) e com título bem definido, escala gráfica e legenda indicando com clareza as hachuras, coordenadas gráficas e orientação.
- c) **Tabelas e Gráficos:** devem vir com a indicação quanto ao programa e a versão utilizada (somente formatos compatíveis com Windows). As ilustrações devem seguir em arquivo anexo encaminhado por meio eletrônico devidamente identificado. Em casos de ilustrações que não se enquadram nas especificações acima, o autor deverá entrar em contato com a secretária da revista.
- d) **O local de inclusão,** no texto, tanto de mapas, fotografias, tabelas e gráficos deve ser indicado no texto com sua respectiva legenda e deve seguir em arquivo anexo em CD/DVD.



INFORMAÇÕES GRÁFICAS

Formato

18 x 25 cm

Tipografia

Libre Sans Serif SSI

Libre Semi Serif SSI

Libre Serif SSI

Frutiger 57Cn

AC 884770

Papel

Miolo: reciclato 90 gm/²

Lâmina: reciclato 120 gm/²

Capa: triplex 250 gm/²



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO